An aerial, sepia-toned photograph of a city. In the lower-left foreground, a large, ornate church with two tall spires is visible. The rest of the image shows a dense urban landscape with numerous buildings and streets, viewed from an elevated perspective.

A Norma Brasileira em Construção
a vez das classes populares

LaborHistórico

Volume 1 - Número 2 - jul./dez. 2015

Universidade Federal do Rio de Janeiro

LaborHistórico

Revista de Linguística Histórica Românica

LaborHistórico

© 2015 Copyright by

Faculdade de Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados

Faculdade de Letras/UFRJ

Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CEP: 21.941-590 - Tel.: (55 21) 2598-9708



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor	Roberto Leher
Vice-reitora	Denise Fernandes Lopez Nascimento
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa	Ivan da Costa Marques

Centro de Letras e Artes

Decana	Flora De Paoli Faria
--------	----------------------

Faculdade de Letras

Diretora	Eleonora Ziller Cameniestzki
Diretora Adjunta de Ensino de Graduação	Cláudia Fátima Morais Martins
Diretora Adjunta de Cultura e Extensão	Karen Sampaio
Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa	Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

LaborHistórico

Organização e Edição	Leonardo Lennertz Marcotulio Célia Regina dos Santos Lopes Valéria Severina Gomes
Revisão	Leonardo Lennertz Marcotulio
Capa e Editoração eletrônica	Priscila Gomes Santos Leonardo Lennertz Marcotulio

ISSN: 2359-6910

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2>

LaborHistórico Rio de Janeiro v. 1 n. 2 p. 1-211 jul. | dez. 2015

LaborHistórico: Revista de Linguística Histórica Românica – v. 1, n. 2 (2015) –
Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2015.

Semestral

ISSN eletrônico: 2359-6910

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2>

LaborHistórico

Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Horácio Macedo, 2151
Faculdade de Letras, sala F-316
Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 21941-917
Telefone: 55 21 3938-9727

home page: <http://www.portaldeperiodicos.letas.ufrj.br/index.php/laborhistorico>
e-mail: laborhistorico@letas.ufrj.br

Editor-Chefe

Leonardo Lennertz Marcotulio Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Comissão Editorial

Leonardo Lennertz Marcotulio Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Márcia Cristina de Brito Rumeu Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Américo Venâncio Lopes Machado Filho	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ana Isabel Boullón Agrelo	Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Ana Maria Martins	Universidade de Lisboa, Portugal
Ataliba Teixeira de Castilho	Universidade de São Paulo, Brasil
Carlos Alberto Faraco	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Célia Regina dos Santos Lopes	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
César Nardelli Cambraia	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Charlotte Marie Chambelland Galves	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Clarinda de Azevedo Maia	Universidade de Coimbra, Portugal
Concepción Company Company	Universidad Nacional Autónoma de México, México
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Dinah Maria Isensee Callou	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Emílio Gozze Pagotto	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Esperança Maria da Cruz Marreiros Carneira	Universidade de Lisboa, Portugal
Henrique Monteagudo	Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Johannes Kabatek	Universität Zürich, Suíça
José António Souto Cabo	Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Juan Camilo Conde Silvestre	Universidad de Murcia, Espanha
Maria Francisca Xavier	Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Maria Teresa Leitão Brocardo	Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Mário Eduardo Viaro	Universidade de São Paulo, Brasil
Martin Hummel	Karl-Franzens-Universität Graz, Áustria
Rita Marquilhas	Universidade de Lisboa, Portugal
Rosario Álvarez Blanco	Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Tânia Conceição Freire Lobo	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Uli Reich	Freie Universität, Alemanha

Apoio Técnico

Priscila Gomes Santos Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

LaborHistórico

A norma brasileira em construção: a vez das classes populares

Volume 1 – Número 2
jul./dez. 2015

Sumário

Apresentação 10

Leonardo Lennertz Marcotulio
Célia Regina dos Santos Lopes
Valéria Severina Gomes

Dossiê Temático

Cartas amorosas de 1930: um casal não-ilustre do Rio de Janeiro 13

Érica Nascimento Silva

O amor em fragmentos: intertexto nas cartas de amor suburbano nos anos 30 22

Emilio Gozze Pagotto

Variação das vogais pretônicas em cartas de um casal não-ilustre de 1930 52

Fabiane de Mello Vianna da Rocha

O grau de letramento de um casal carioca: uma análise da grafia <r> 78

Karilene da Silva Xavier

Varia

Topics, Subjects and Grammatical Change: from Classical to Modern European Portuguese 97

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante
Charlotte Galves
Maria Clara Paixão de Sousa

Ordem V2 no português arcaico: revisitando a problemática da periodização 108

Carolina Salgado Lacerda Medeiros

A concordância verbal em ibero-românico	124
<i>Xavier Frias Conde</i>	
O século XIX e sua crise de identidade: PB ou PE? Uma questão de competição de gramáticas	134
<i>Elaine Alves Santos Melo</i>	
Estudo diacrônico da colocação pronominal em complexos verbais na escrita do PB e do PE (séculos XIX e XX)	148
<i>Carla da Silva Nunes</i>	
Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu	167
<i>Ana Rita Bruno Guilherme</i> <i>Víctor Lara Bermejo</i>	
Aspectos diacrônicos nos estudos sufixais	181
<i>Érica Santos Soares de Freitas</i>	

Didáticos

Tópicos de história do português pelo viés da gramaticalização	197
<i>Célia Regina dos Santos Lopes</i>	

Apresentação

A revista *LaborHistórico* apresenta, neste segundo número, o dossiê temático *A norma brasileira em construção: a vez das classes populares*, que reúne distintos estudos feitos a partir de um material homogêneo e bastante representativo do português popular brasileiro da primeira metade do século XX.

A documentação, analisada em quatro estudos individuais, é constituída por 96 cartas de amor escritas por um casal de noivos, Jayme e Maria,¹ residentes no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1936 e 1937. Trata-se de um material ímpar e de grande relevância para a sociolinguística histórica do português do Brasil por ser constituído de manuscritos pessoais do início do século passado que refletem o discurso de indivíduos comuns em sua vida cotidiana. Da noiva, dispomos de 29 cartas escritas, em sua maioria, na cidade de Petrópolis. Do noivo há 68 cartas remetidas da cidade do Rio de Janeiro, sendo duas dessas missivas, poemas.

Como se sabe, a busca incessante de documentos que revelem os usos linguísticos de sincronias passadas não é uma tarefa simples aos pesquisadores de linguística histórica que procuram reconstruir a história da língua portuguesa no Brasil. Nos arquivos públicos nos deparamos, geralmente, com a produção escrita de pessoas ilustres que pertenciam ao topo da pirâmide social. São em geral presidentes, políticos, poetas, médicos, engenheiros etc. Os arquivos e bibliotecas públicas guardam a documentação dessas pessoas ilustres que tiveram algum destaque ou influência em sua época. O problema é que a história social e, conseqüentemente, a história linguística de uma nação não se reduz a tais figuras. Como se pergunta Bertolt Brecht, em seu poema “Perguntas de um trabalhador que lê”: “*Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras? (...) A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos cézares?*”

Nessa perspectiva, a descoberta desse material produzido por cidadãos comuns que viveram no primeiro quartel do século passado foi um achado inestimável. As cartas dentro dos seus respectivos envelopes não constam de um acervo institucional, mas foram doadas por um aluno de graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro que as encontrou no lixo. Por pura sorte, estamos diante de um material representativo do português popular brasileiro escrito.

Apesar das diversas visitas feitas a cartórios, ao endereço que constava dos envelopes e aos arquivos históricos, não foi possível obter informações sobre os autores dessas missivas. A descrição das características sociais dos remetentes está respaldada na própria documentação, a partir da análise da estrutura das cartas, do seu conteúdo temático, das propriedades da escrita referentes à grafia e da organização do próprio texto. É de fundamental importância ressaltar que este conjunto de cartas está disponível, no site do *Projeto HistLing – Projeto de História da Língua Portuguesa* (<<http://www.letas.ufrj.br/laborhistorico/>>), para outros pesquisadores interessados na história cotidiana do Rio de Janeiro em uma época de grandes mudanças sociais no Brasil. Apesar de não termos informações precisas sobre os autores das cartas, estamos permitindo o acesso à documentação de um homem e de uma mulher que pertenciam ao mesmo grupo etário, residiam em um grande centro urbano (Rio de Janeiro) e tinham nível sócio-cultural equivalente.

¹ Em alguns estudos, os autores fazem referência a ambos pelas iniciais de seus nomes. O noivo é identificado por JOS e a noiva MRC.

Nesse sentido, um destaque deste dossiê temático é justamente o fato de os estudos aqui reunidos apresentarem evidências linguísticas que permitem a caracterização do perfil social dos dois missivistas desconhecidos do início do século XX. As análises dos fenômenos linguísticos adotam uma única direção: caracterizar o maior ou menor grau de letramento dos missivistas a partir de análises grafofonéticas. Como mostram os artigos que compõem este número, as cartas desses cidadãos residentes no Rio de Janeiro entremostam domínios de escrita diferenciados. A noiva, como será mostrado nas análises, era uma moça com cultura mediana, nos termos de Barbosa (2005), pois sabia ler e escrever, mas tinha pouco domínio das regras de escrita. As cartas de Maria são uma fonte preciosa para o conhecimento da norma popular do português brasileiro da primeira metade do século XX. As cartas de Jayme, por outro lado, demonstram que o missivista tinha um grau de letramento um pouco maior que a noiva. Não se tratava de um informante completamente escolarizado por também apresentar certos desvios de grafia e marcas de oralidade em seu texto, mas certamente teve mais acesso aos bancos escolares que sua noiva.

A partir da leitura dessas cartas o leitor poderá conhecer um pouco mais sobre certos traços afetivos de comportamento nas relações amorosas do início do século passado. Descortinando *a história da vida privada* desse casal de noivos, o leitor conhecerá um pouco melhor a história das relações sociais, a história urbana e a vida cotidiana do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro em uma época de grandes transformações no cenário carioca novecentista.

O trabalho introdutório (*Cartas amorosas de 1930: um casal não-ilustre do Rio de Janeiro*), de Érica Nascimento Silva, oferece uma breve descrição do perfil sociolinguístico dos missivistas. Emilio Gozze Pagotto explora, em seu texto (*O amor em fragmentos: intertexto nas cartas de amor suburbano nos anos 30*), algumas relações intertextuais nas cartas de amor, proporcionando uma leitura das missivas à luz da canção popular brasileira, especialmente aquela produzida no período em que as cartas foram escritas. O estudo de Fabiane de Mello Vianna da Rocha (*Variação das vogais pretônicas em cartas de um casal não-ilustre de 1930*) observa a variação existente na representação grafemática das vogais pretônicas anteriores e posteriores. O objetivo é procurar indicar o grau de contato dos dois missivistas com modelos de escrita a partir de marcas de fala em suas missivas e/ou a insegurança sobre os padrões ortográficos da época. Por fim, Karilene da Silva Xavier (*O grau de letramento de um casal carioca: uma análise da grafia <r>*) também procura traçar o grau de letramento dos dois missivistas a partir da análise dos desvios da grafia do <r> nas cartas de amor estudadas. Com base nos desvios grafemáticos relacionados ao <r> encontrados, a autora procura caracterizar a diferença entre o casal fundamentando-se em uma análise de natureza filológica. Considera ainda a influência dos resultados traçados em uma perspectiva sociolinguística.

Além do dossiê temático, o segundo número da revista *LaborHistórico* também conta com sete artigos inéditos sobre temas relacionados à linguística histórica. Os cinco primeiros artigos tratam de distintos aspectos de natureza morfossintática. No primeiro texto, *Topics, Subjects and Grammatical Change: from Classical to Modern European Portuguese*, Silvia Regina de Oliveira Cavalcante, Charlotte Galves e Maria Clara Paixão de Sousa apresentam uma análise diacrônica, do português clássico ao português europeu moderno, para a sintaxe dos sujeitos em português através da comparação de três construções diferentes (ativas, passivas e construções com *se*), relacionando a mudança na posição dos sujeitos à perda da ordem V2. Carolina Salgado Lacerda Medeiros (*Ordem V2 no português arcaico: revisitando a problemática da periodização*) revisa as principais análises sobre a sintaxe do verbo no período arcaico do português, relacionando o debate teórico acerca do tema com a questão da periodização da língua. O estudo de Xavier Frias Conde (*A concordância verbal em ibero-românico*) trata de casos específicos de concordância estabelecidos entre o predicado verbal e o objeto em línguas ibero-românicas. Em *O século XIX e sua crise de identidade: PB ou PE? Uma questão de competição de gramáticas*, Elaine Alves Santos Melo discute, com base em uma perspectiva formal, se as construções com *se*, assim como a colocação pronominal, podem ser tomadas como evidências de que o século XX seria um período de competição de gramáticas na escrita de brasileiros. Em uma perspectiva sociolinguística, Carla da Silva Nunes (*Estudo diacrônico da colocação pronominal em complexos verbais na escrita do PB e do PE - séculos XIX e XX*) trata da colocação do clítico *se* em complexos verbais no português brasileiro e no português europeu, com base na análise de textos da modalidade escrita (editoriais, notícias e anúncios)

produzidos nos séculos XIX e XX. Na área da pragmática histórica, em *Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu*, Ana Rita Bruno Guilherme e Víctor Lara Bermejo propõem uma discussão sobre a carga pragmática de cortesia assumida pelo pronome *você* em Português Europeu, ao longo do século XX. O último artigo contempla a interface morfologia-semântica. Em *Aspectos diacrônicos nos estudos sufixais*, Érica Santos Soares de Freitas apresenta, a partir da análise do sufixo *-mentum* latino e seus derivados em distintas línguas românicas, a metodologia de pesquisa empregada para estudos diacrônicos sobre sufixos, de acordo com os métodos criados no Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) e no Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP), liderados pelo professor Dr. Mário Eduardo Viaro e sediados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Por fim, trazemos, também, na seção *Didáticos*, um artigo de Célia Regina dos Santos Lopes, intitulado *Tópicos de história do português pelo viés da gramaticalização*. Tendo como público-alvo sobretudo alunos da graduação em Letras e áreas afins, o objetivo do texto é discutir, de forma didática, os conceitos básicos do fenômeno da gramaticalização, aplicando-os a fenômenos de mudança na história do português.

Esperamos que este número da revista *LaborHistórico* possa (des)cobrir possíveis lacunas nos temas aqui tratados e fomentar o debate na área da linguística histórica.

Leonardo Lennertz Marcotulio
Célia Regina dos Santos Lopes
Valéria Severina Gomes

Cartas amorosas de 1930: um casal não-ilustre do Rio de Janeiro

Loving cards of 1930: an unknown couple of Rio de Janeiro

Recebido em 05 de agosto de 2015. | Aprovado em 15 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.184>

Érica Nascimento Silva¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar de maneira descritiva alguns aspectos referentes à amostra *Casal dos anos 30*. Por se tratarem de pessoas não-ilustres, não foi possível obter muitos dados sobre o perfil social dos missivistas, mas, a partir da leitura das cartas, alguns aspectos sobre o casal de noivos puderam ser observados. Além das informações familiares verificadas com a leitura das cartas, constatou-se diferença quanto ao grau de letramento entre os escreventes Maria (MRC) e Jayme (JOS). Enquanto a noiva MRC apresenta mais desvios grafemáticos que o noivo, JOS utiliza alguns recursos estilísticos para tornar seu texto mais erudito.

Palavras-chave: cartas amorosas; casal não ilustre; domínio da escrita, grau de letramento; modelo epistolar.

Abstract: This work aims to present descriptively some aspects of the sample letters of a couple of the Rio de Janeiro, in 1936 and 1937. Since they are unknown people, we could not get any information about the social profile of the writers. However, from reading the letters, some aspects of the bridal couple could be observed. In addition to the familiar information verified by reading the letters, there was difference in the degree of literacy among the scribes Maria (MRC) and Jayme (JOS). While the bride MRC has more graphematic deviations than the groom, JOS uses some stylistic features to make his text seems more erudite.

Keywords: love letters; unknown couple; mastery of writing, degree of literacy; epistolary model.

¹ Doutoranda em Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do CNPq. clerama@gmail.com.

Introdução

A amostra que será apresentada neste trabalho consiste em cartas pessoais trocadas por remetentes não ilustres². O material é composto de 97 cartas que foram trocadas por um casal de noivos residentes no estado do Rio de Janeiro, Jayme (JOS) e Maria (MRC), entre os anos de 1936 e 1937. Da noiva MRC há um total de 29 cartas escritas, em sua maioria, na cidade de Petrópolis. Já de JOS há 68 cartas remetidas da cidade do Rio de Janeiro, sendo duas dessas missivas, poemas.

Essa documentação, ao contrário de outros materiais utilizados em estudos linguístico-históricos, não foi localizada em nenhum acervo ou arquivo de acesso público, e sim recolhido, ao acaso, no lixo, no bairro de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro³. Por causa desse obstáculo, buscou-se, primeiramente, nos dados contidos nas cartas, acessar informações que pudessem identificar de maneira mais clara os remetentes das missivas através de idas a arquivos históricos e religiosos, incursões a endereços e sedes administrativas.

1. As buscas por informações sobre o casal de noivos

Tentou-se, primeiramente, buscar informações acerca de JOS, já que os dados referenciais mostrados na maioria das missivas do noivo remetem a um endereço situado no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro: Rua Diomedes Trota, Ramos, número 37. Não foi possível obter nenhum dado nesse endereço, pois a rua sofreu, ao longo de várias décadas, sucessivas mudanças, que resultaram em exclusões de alguns números (incluindo o que estava sendo procurado). Ao conversar com moradores da rua, informaram-me de que naquela localidade era onde passava o bonde, sendo, atualmente, apenas uma rua residencial.

Em função dessa tentativa frustrada de buscar informações no endereço indicado nas cartas de Jayme, os moradores residentes dessa localidade indicaram uma sede administrativa em que talvez pudessem ser conseguidos os dados buscados. Nessa região administrativa, localizada no bairro de Ramos, funcionários informaram que ainda não havia um sistema informatizado que permitisse buscas extensas. Além disso, declararam que poderia ser difícil achar as informações que eram buscadas em virtude de as regiões limítrofes dos bairros terem se modificado, e aquela sede administrativa englobar outros bairros adjacentes, como Bonsucesso e Penha. Isso significava que os dados antigos do bairro de Ramos poderiam estar em alguma região administrativa próxima, e não necessariamente naquela. Com a impossibilidade de busca de informações nas regiões administrativas do bairro de Ramos, procurou-se uma alternativa para chegar a dados reais que identificassem os imóveis que apareciam nas missivas.

As cartas possuem os dados dos endereços de onde foram remetidas, por isso buscaram-se informações no Registro de Imóveis, a fim de conseguir dados da empresa onde Jayme trabalhou – localizada na Rua Buenos Aires, Centro do Rio de Janeiro – e a residência dele. Não foram obtidos dados da empresa que pudessem levar ao missivista, mas foi possível saber que a empresa – especializada em importação e exportação de produtos têxteis – não existe mais nem mesmo em um endereço diferente ao indicado na carta. As informações residenciais também não puderam ser obtidas, já que não havia como conseguir detalhamento quanto a Jayme ou a casa onde ele morou. Dessa forma, o passo seguinte seria tentar buscar dados em arquivos históricos, que contivessem dados de pessoas não ilustres.

Foram feitas incursões no Arquivo da Cúria, localizado na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, na capital carioca, a fim de buscar dados históricos que pudessem revelar o perfil social dos missivistas. Por se tratarem de indivíduos católicos, levantou-se a hipótese de que haveria dados no Arquivo da Cúria referentes a celebrações típicas do catolicismo, como batismo e comunhão. Na Cúria, a funcionária informou que naquele arquivo havia apenas registros mais antigos – do século XIX para trás – por isso, informações da década procurada – 1930 – não podia ser encontrada lá. Registros mais recentes são arquivados nas arquidioceses situadas nos bairros em que ocorre a celebração. A fim de indicar a possível arquidiocese responsável pelos registros dos missivistas, a funcionária da Cúria buscou igrejas localizadas no bairro de Ramos, que já existiam na década de

² Todas as cartas podem ser obtidas através da página eletrônica: <<http://www.letas.ufrj.br/laborhistorico/>>.

³ As cartas foram encontradas por um estudante da Faculdade de Letras da UFRJ, Delano de Souza Garcia, que gentilmente cedeu o material para o projeto de pesquisa coordenado pela Professora Célia Regina dos Santos Lopes. Agradecemos muitíssimo ao estudante por sua importante colaboração, dada a originalidade e valor histórico do material para estudos linguísticos e histórico-sociais.

1930. Embora tenha sido encontrada uma só igreja na região por volta da década de 1930 – Nossa Senhora das Mercês de Ramos –, a funcionária avisou que não seria possível a obtenção de dados relativos às pessoas buscadas. Informações sobre os missivistas só poderiam ser obtidas mediante autorização da família ou em caso de parentesco, já que são pessoas cujos dados não estão disponíveis em domínio público – período que corresponde a cem anos após a morte da pessoa.

A funcionária do Arquivo da Cúria, apesar de não poder ajudar quanto às informações que haveria nos registros da Igreja, indicou uma página eletrônica em que poderiam ser buscados dados genealógicos relativos a famílias e indivíduos que já haviam falecido. A página⁴ não foi suficiente para revelar nenhum dado dos missivistas, pois não traz todos os registros de óbito. E por se tratarem de sobrenomes comuns – Oliveira e Ribeiro da Costa – havia um grande volume de indivíduos homônimos.

Em função dessa busca por nome de família, tentou-se vasculhar através dos meios virtuais o nome completo dos missivistas. Maria Ribeiro da Costa, por ser um nome comum, não indicou nenhum endereço eletrônico que pudesse relevar informações importantes. Já no caso de Jayme de Oliveira Saraiva, por não ser um nome comum, apareceram dados referentes a um concurso – registro em Diário Oficial – em que ele havia sido aprovado, na 1ª Região Militar, que fica no Centro do Rio, no Palácio Duque de Caxias, datados de 1940. Devido a essas informações, houve idas ao Arquivo Histórico do Palácio Duque de Caxias para que pudesse ser obtido qualquer dado sobre Jayme. Os militares que trabalhavam no arquivo fizeram buscas entre os servidores civis e militares que atuaram nesse período, mas não conseguiram encontrar nenhum dado. Informaram que o registro dessa pessoa que era buscada poderia estar nas outras regiões militares espalhadas pelo Brasil, já que era época em que estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial, e havia convocação e alistamento em massa de homens. Apesar de os funcionários desse arquivo terem se disposto a procurar dados sobre Jayme, foram contundentes em afirmar que informações pessoais não poderiam ser reveladas, já que se tratava de um registro que não era de domínio público.

Apesar do esforço em tentar traçar o perfil dos remetentes dessas missivas, a obtenção de mais informações acerca desse casal tornou-se difícil porque se tratavam de indivíduos não ilustres, por isso não há quaisquer materiais que descrevam a genealogia familiar deles. Mesmo com tais limitações, a descrição sociolinguística dos autores das cartas pode ser apreendida através do conteúdo das mesmas, já que o texto é um produto social e cultural (MARCUSCHI, 2008, p. 151), e, portanto, reflete as interações histórico-sociais das pessoas em discursos proferidos em diferentes meios, incluindo os de modalidade escrita, como a carta.

2. O que dizem as cartas sobre o casal de noivos?

Por informações que constam das cartas, MRC tinha três irmãos: Ismênia, Neuzinho e Antoninho. A primeira, juntamente com os seus filhos, vivia na mesma casa que ela em Petrópolis e os dois rapazes moravam com os pais na capital, na Rua São Francisco Xavier, zona norte do Rio. Além desses familiares, MRC tinha uma filha chamada Hilda e era mãe solteira, pois em nenhum momento faz menção ao pai da criança.

JOS trabalhava em uma empresa de importação e exportação de produtos têxteis situada na Rua Buenos Aires, 160, no Centro da então capital federal. Esses dados puderam ser obtidos através dos envelopes ainda mantidos. Ao longo das cartas, localizaram-se alguns endereços que sugerem ter ocorrido uma mudança de imóvel por parte de JOS. O noivo morava com os pais e irmãos, sendo que um deles chamava-se Zezinho. Por morar em bairros localizados no subúrbio do Rio, JOS costumava se deslocar para o trabalho por meio de bonde e tinha como hábito ir à igreja da Penha.

A mãe de JOS não parecia gostar da relação que ele mantinha com MRC e isso fica evidente em vários momentos das cartas dele e dela:

- (01) Minha mãe falou também, que não se metia em mais nada, porque | se fosse o nosso destino nos casavamos mesmo e não adiantava estar se me- |tendo, ela culpa somente a sua irmã, a sua irmã é que foi afronta-la. (JOS /MRC – 10/09/1936)

⁴ <<http://pilot.familysearch.org/recordsearch/start.html#p=collectionDetails&c=fs%A1582573>>.

MRC solicitava em várias cartas que ele a avisasse caso a sua mãe falasse alguma coisa a respeito dela, o que evidencia o quanto a noiva não era bem vista pela família do rapaz. Outro fato curioso é que MRC sempre pedia ao noivo que ele rasgasse as cartas para que ninguém na casa dele as visse e descobrisse os encontros secretos que mantinham:

- (02) JOS manda-me dizer se tua mãe falou |alguma cousa com voce au meu respito [...] eu pesso-te para rasgares a |carta (MRC - 12/01/1937)
- (03) [...] estou e m- |uito triste e de saber que o ambiente em tua |casa e suportável isto tudo e por minha cau- |as eu peço-te perdão e não fiques san- |gado com migo, e não se esqueça da tua |noivinha que tanto te ama. | [...] Eu acho melho que tu não deves vir na minha |casa tam sedo a te os teus pais ficarem cal- |mos com você, se você não ficares sangado |eu posso-te esperar todos os sábados a noite para |evitar de vires da minha casa (MRC/JOS - 14/02/1936)

Por causa da desaprovação dos pais de JOS quanto ao relacionamento que ele mantinha com MRC, muitas cartas dela eram enviadas à casa dos seus pais, cabendo ao noivo, com a ajuda do irmão dela, pegá-las.

JOS mostrava-se disposto a enfrentar os pais para manter a relação com MRC e para assumir Hilda como filha. Esse talvez fosse um dos motivos do desgosto dos pais de JOS, já que ela tinha uma filha, fruto de um relacionamento com outra pessoa e, para os padrões da época, isso não era bem visto. Por essa razão, muitos dos encontros do casal se davam de maneira secreta, sendo necessário algumas vezes o uso de desculpas, a fim de disfarçar desconfianças que pudessem surgir por parte da mãe de JOS. A igreja da Penha aparece na documentação, aliás, como um local onde MRC e JOS se encontravam. Os encontros ocorriam, na maioria das vezes, aos domingos, já que a distância entre os dois impedia que pudessem se encontrar com muita frequência:

- (04) [...] eu no Domingo de |carnaval eu vou a missa na Penha |ve se pode ir com migo se pode man- |da-me dizer que eu te espero no por- |tam da Penha as 8 ½ horas (MRC/JOS - 28/01/1937)

Havia ocasiões em o casal combinava de se encontrar na estação de trem Barão de Mauá, na região portuária da cidade:

- (05) Amanhã nos encontraremos de manhã em |Barão de Mauá, a hora do costume e combinaremos, |encontros. (JOS/MRC - 29/10/1936)

Por vezes, os noivos não utilizavam esse local de encontro porque o irmão de JOS, Zezinho, muitas vezes o acompanhava até a estação de trem. Essa é uma das razões de o ponto de encontro do casal ser a igreja, já que não seria um lugar que despertaria qualquer desconfiança por parte da família de JOS. No fragmento, a seguir, MRC marca um encontro na igreja da Penha:

- (06) [...] eu no Domingo de |carnaval eu vou a missa na Penha |ve se pode ir com migo se pode man- |da-me dizer que eu te espero no por- |tam da Penha as 8 ½ horas (MRC/JOS - 28/01/1937)

Além de contextualizar o casal em termos do bairro em que moravam, a atuação ocupacional de um dos remetentes, o local de trabalho de JOS, a descrição da família e os problemas vividos pelo casal, faz-se necessário destacar, na próxima seção, a temática que permeia a documentação produzida.

3. O conteúdo das missivas

As missivas trocadas por JOS e MRC, por se tratarem de textos amorosos, são repletas de versos e discursos repetidos que remetem ao gênero cartas amorosas. Dessa forma, é fácil encontrar nas cartas, sobretudo nas de JOS, trechos que mais parecem versos, embora estejam em forma de prosa, e palavras e expressões de uso literário, aproximando-se a textos poéticos. No exemplo (07) a seguir, há um trecho que foi retirado de uma carta que JOS enviou a MRC:

- (07) Para mim tu es maior que toda | a riqueza que há neste mundo, | Tu és toda a minha fortuna a minha | riqueza, e meu ser, a minha maior ventu- | ra neste mundo é amar-te e querer-te cada | vez mais. | Sinto que em ti é que esta toda a | minha existencia, por isso quero-te muito | para poder viver eternamente, sempre em teus | braços recebendo as caricias tuas, que tanto me | acalntam e me dão vida. (JOS/MRC – 02/03/1937)

Pode-se perceber no trecho (07) que JOS utiliza-se de palavras não usuais em discursos orais e de expressões que se aproximam de textos mais poéticos – “*acalntam e me dão vida*”. Expressões que denotam o sentimento que o noivo sente por MRC e o desejo de tê-la ao seu lado são frequentes nas cartas de JOS, o que reflete nos textos dele uma subjetividade lírica, como se observa nesse fragmento: “*Para mim tu es maior que toda a riqueza que há neste mundo, Tu és toda a minha fortuna [...]*”. É importante destacar que alguns desses trechos líricos que ocorrem na carta aparecem com mais frequência em estruturas formulaicas, repetindo-se em várias missivas: *tu es.... tu és...*

Através da leitura das cartas, percebe-se que há uma diferença quanto ao grau de instrução dos missivistas. Embora se possa dizer que JOS não dominava plenamente a norma padrão em suas cartas pela presença de alguns desvios recorrentes, notou-se que, em termos comparativos, ele apresentava maior contato com os modelos de escrita. MRC, apesar de apresentar mais desvios grafemáticos e uma estruturação sintática das sentenças bem simples, pode ser considerada como alfabetizada (sabia ler e escrever) e possuidora de uma cultura mediana nos termos de Barbosa (2005).

- (08) não repares a minha carta nei os meus eros, | eu não sei escrever cartas de amor como voce eu quando | lei chego a chorar, voce sabe que eu sou uma burinha. (MRC/JOS – 07/10/1936)

MRC tem consciência de que não possui tanta familiaridade com o texto escrito, como se constata em (08), pois repete sistematicamente para JOS não reparar na falta de domínio dessa modalidade.

- (09) eu não queria te dizer eu fui aumedico | no dia 20 de manha por que eu passei | mal de noite não pude dormir com | muita no meu coração e com falta | de ar o medico de me deu calmante | elle me perguntou se eu tinha me a | borecido eu dise que sim ella falou | que era por causa disso de meaborecer | que eu estava muito nervosa mas | agora vou melho com a graça de | Deus. a pesar de voçe me mandar | uma carta alegre a indanão estou | conformada eu veijo a carta | do dia 17 as minhas lagrima comesão | a cair. (MRC/JOS – 21/01/1937)

As cartas da MRC apresentam vários desvios grafemáticos, como ausência de sinais de pontuação e insegurança na escrita das palavras. Além disso, fica evidente que a noiva não domina as fronteiras vocabulares com precisão, como pode ser observado em *aumedico*, *indanão* e *a pesar*. No trecho (09), nota-se que não há planejamento textual, o que evidencia a falta de contato da MRC com textos escritos.

Já as cartas de JOS não apresentam muitos desvios grafemáticos e demonstram conhecimento acerca da ortografia vigente. Além disso, o texto de JOS, em muitos momentos, tem um cunho poético, denotando que ele, de alguma forma, domina, ou ao menos, tem contato com discursos líricos tão comuns ao gênero carta de amor, como consta em (07). Pode-se observar ainda que JOS utiliza muitos vocábulos cujas formas remetem à origem das mesmas (palavras etimologizadas).

- (10) Só quero ~~tu~~ **crêa** em mim, porque | não te esqueço se quer um um minuto [...] (JOS/MRC – 12/01/1937)
- (11) Meu amor cresce tanto | Que já parece um **trophéo** | Pois de tanto crescer, já... (JOS / MRC – 30/06/1936)
- (12) Cada vez **comprehando** melhor, o que seria o | mundo para mim sem você [...] (JOS / MRC – 25/08/1936)

As palavras etimologizadas consistem em um recurso estilístico muito utilizado por escreventes do início do século, a fim de parecerem eruditos, como afirma Barbosa (1999, p. 190). O uso desse recurso, no entanto, depende do conhecimento prévio da etimologia da palavra e isso por si só já demonstra que quem o utiliza, em termos gerais, conhece mecanismos de valoração de um texto. Assim, a utilização de palavras que remetem à origem latina ou helênica por parte de JOS mostra que o noivo tinha familiaridade com textos escritos e sabia utilizar formas que os fizessem parecer mais eruditos, como se pode observar em *crea*, *trophéo* e *compreendo*.

Tais aspectos já demonstram uma clara diferença entre os dois missivistas quanto ao grau de letramento, uma vez que o noivo parece apresentar mais familiaridade com textos escritos que MRC, como veremos a seguir.

4. A estrutura das cartas de JOS e MRC

A estruturação das cartas, tanto de JOS quanto de MRC, apresenta similaridades com o modelo epistolar como mostram os quadros 01 e 02. Percebe-se, no entanto, que há claras diferenças no que diz respeito ao modo de organização textual empregado por JOS e MRC. Abaixo há um quadro que mostra o modo de organização de uma carta da noiva.

Paulo de Frontem 10 – 9 – 1936	LOCAL / DATA
Querido Jayme Saudades Desejo que já estejas passando melhor de saude que e o meu desejo eu e a Hilda chegamos bem grasas a Deus	SAUDAÇÃO INICIAL
mas com muita chuva a qui fais muito fro e bom para que e casado a qui sotem mato tem muito sapo grilo e gafanhoto sam os bichos do lugar Jayme isto não entereça o que entereca e o nosso a mor eu tenho chorado muito con saldades tuas a qui e muito triste era bom sevoce estivese a qui com migo. Jayme manda-me dizer se tua mãe falou alguma cousa com voce au meu respito eu espero voce no dia 27 sepoder vin no dia 20 era bom por que estou com tantas saudades tuas	NÚCLEO
muitas lembranças da minha irma Imenia e dos meus sobrinha e da Hilda e desta tambem te ama muitos beijo e abraços	SAUDAÇÃO FINAL
Mariquinhas	ASSINATURA
Jayme não repare a minha carta por que eu não sei escrever quando a cabar de ler você rasga a carta vai uma rosinha por nome roso Mariquinhas do quintal da minha irma	OBSERVAÇÃO

Quadro 01. Estrutura da carta de MRC.

A carta da Maria segue basicamente toda a estrutura de carta prevista em Marcotulio (2008), pois há a datação e indicação do lugar, saudação inicial, o núcleo da carta, a saudação final – na qual está contida a despedida – e a assinatura. Embora esse modelo epistolar seja observado com frequência nas cartas dos escreventes, as missivas da noiva MRC apresentam um diferencial em relação às de JOS: tem um conteúdo de observações (*post scriptum*) bem maior. Além disso, ao final das cartas MRC costuma dizer ao noivo para que ele não repare no texto, parecendo, assim, ter consciência do pouco domínio da modalidade escrita. Isso fica evidente sobretudo nas cartas em que ela chama a si mesma de “burrinha”, dizendo ao noivo que não sabe escrever direito como ele, como pode ser observado no trecho: “Jayme não repare a minha carta por que eu | não sei escrever”.

O conteúdo das cartas de MRC é separado conforme as seções que compõem o modelo epistolar, mas acabam se mesclando pela ausência de pontuação do texto, fazendo com que, assim, a organização textual fique comprometida. Isso é facilmente observado na saudação inicial do quadro 01: “Desejo que já estejas passando melhor de saude que e | o meu desejo eu e a Hilda chegamos bem grasas a Deus [...]”. A saudação inicial e o texto apontado como núcleo têm uma continuidade entre si que faz com que seja um aspecto relevante para atestar a falta de contato de MRC com textos escritos. Dessa forma, MRC não mostra domínio quanto à pontuação e nem segurança para demarcar as seções das cartas.

Para fins de comparação, segue uma carta de JOS com as seções do modelo epistolar discriminadas:

Rio de Janeiro 25 de Agosto de 1936	LOCAL / DATA
Querida Mariquinhas Espero que este te vá encontrar em franco re- pouso de coalescência.	SAUDAÇÃO INICIAL
Só Deus e eu é quem sabemos o que tenho sofrido, as a saudade que avassala no mmentos o meu pobre coração já não tem limite. Só tu minha querida e que poderás me dar socego, so o teu amor minha flor e que me poderá trazer felicidade, tenho sentido tanto a tua auencia que chego a julgar que tú não queres mais vltar mas esse pensamento morre logo, porque vejo que tú não tens culpa. Cada vez compreendo melhor, o que seria o mundo para mim sem voce, eu agora sabendo que tú ainda me amas sinto-me tão desolado, que fará então agora sem voce nem é bom pensar meu anjo. Espero dentro em breve ver-te novamente ao meu lado, para almentar-mas ainda mais o nosso amor.	NÚCLEO
Deste que tanto te ama, mil beijos e muitas saudades. Jayme O. Saraiva	SAUDAÇÃO FINAL

Quadro 02. Estrutura da carta de JOS.

As cartas de JOS, assim como as de MRC, sempre se iniciam com o local/data e um texto inicial semelhante, no qual desejam que seu destinatário esteja passando bem de saúde. A saudação final do casal é similar, mas se percebe uma diferença quanto à assinatura. Enquanto MRC assina seu nome no diminutivo (Mariquinhas), JOS escreve o dele completo. Talvez essa diferença quanto à assinatura demonstre o papel social de cada um, pois, enquanto a noiva é simplesmente uma mulher, cujo nome é usado no diminutivo, JOS é um sujeito com nome e sobrenome demarcado em todas as cartas. É necessário ressaltar que JOS trabalhava em uma indústria do ramo têxtil e MRC vivia de serviços praticados no âmbito doméstico, então essa diferença na forma da assinatura poderia estar relacionada com a atividade social que cada um tinha e com a posição da mulher em relação ao homem comum à época.

JOS, ao contrário de MRC, separa rigidamente cada parte da carta e usa-se da pontuação, paragrafação e quebra de linha como recursos para marcar algum assunto novo que esteja sendo introduzido. Esse aspecto já mostra que o noivo tinha mais acesso a textos escritos e provavelmente um domínio maior da norma culta da época.

O noivo também escreve poucas observações, sendo essa seção por ele utilizada só para lembretes de coisas pontuais, como o horário do trem em que pretende chegar, sendo essa, por isso, sempre pequena e objetiva. Essa questão das observações presentes nas cartas de MRC, aliás, é algo que se pode tomar como diferencial em relação ao JOS, como pode ser observado na figura a seguir retirada da carta da noiva:

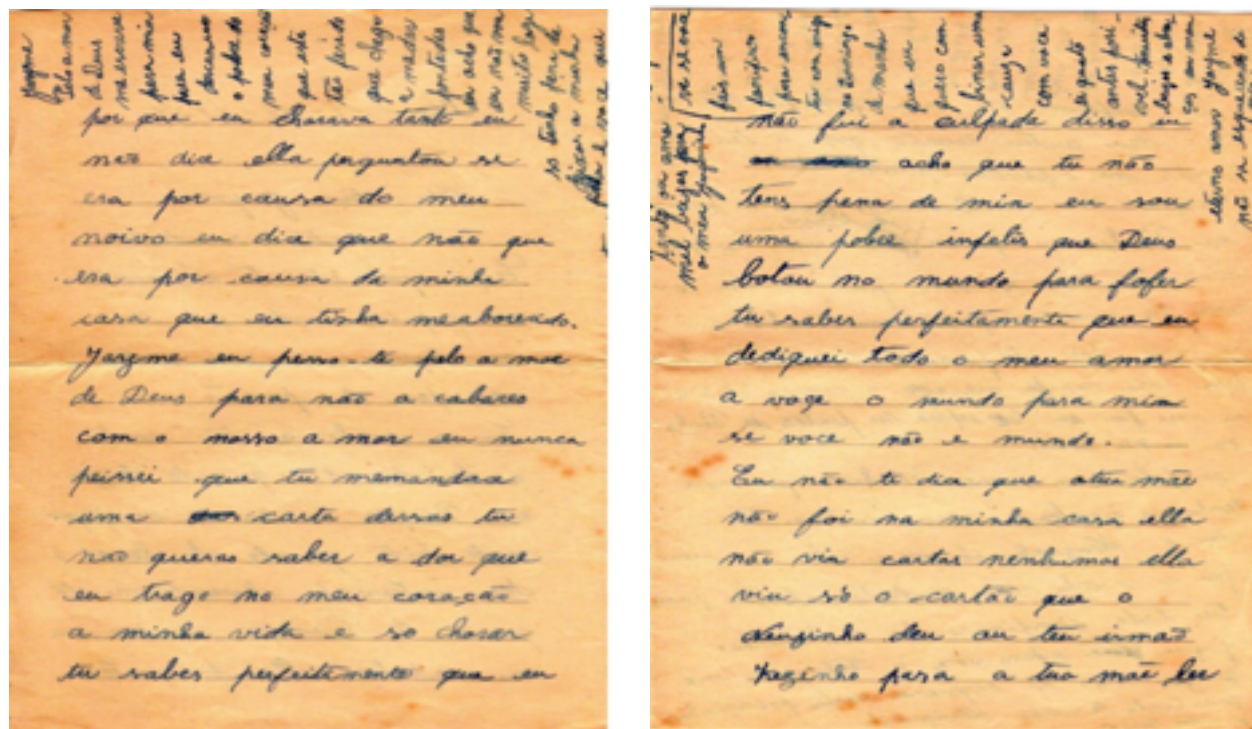


Figura 01. Carta de MRC.

- (13) [...] por que eu chorava tanto eu | não dice ella perguntou se | era por causa do meu | noivo eu dice que não que | era por causa da minha | casa que eu tinha me aborrecido. | Jayme eu pesso-te pelo a mor | de Deus para não a cabares | com o nosso a mor eu nunca | peissei que tu memandace | uma carta dessas tu | não queras saber a dor que | eu trago no meu coração | a minha vida e so chorar | tu sabes perfeitamente que eu | não fui a culpada disso eu | acho que tu não tens pena de min eu sou | uma pobre infelís que Deus | botou no mundo para fofer | tu sabes perfeitamente que eu | dediquei todo o meu amor | a voçe o mundo para mim | se voce não e mundo. | Eu não te dice que atua mãe | não foi na minha casa ella | não viu cartas nenhuma ella | viu só o cartão que o | Neuzinho deu au teu irmão | Zezinho para a tua mãe ler

Um aspecto importante para se destacar acerca dessa carta de MRC, de 1937, diz respeito à estruturação das mesmas, já que as observações que MRC faz se prolongam nas margens superiores e laterais da folha. A seguir, respectivamente, foram transcritas os trechos sobrescritos na primeira e segunda páginas apresentadas na figura 01.

- (14) Jayme | Pelo a mor | de Deus | me escreve | para min | para eu | descansar | o pobre do | meu coração | que esta | tão ferido | que chegu | a medar | pontadas | eu acho que | tanto ou ama | mil beijos para | o meu jaiminho
- (15) ve se voce | fais um | facrificio | para encon- | tra com migo | no Domingo | de manha | que eu | quero com | binar uma | couza | com voce | ei quanto | antes podi- | vel muitos | beijos e abra- | ços au meu | eterno amor jayme | não se esquecendo de | min

Percebe-se que nessa carta Maria não coloca assinatura e nem se despede conforme de costume, o que já aponta para uma quebra quanto à estrutura textual esperada para o gênero carta. Além da ausência de assinatura, percebe-se que os textos postos como observações não seriam classificados inteiramente segundo essa ideia, já que a despedida, embora de maneira rápida, aparece ao final do trecho apresentado em (15). Pode-se observar que Maria não deu fluidez ao texto mesclando as estruturas da missiva.

Essa ausência de organização textual que entra em desacordo até com a estrutura da carta aparece em algumas missivas de MRC e em nenhuma do JOS, embora ele tenha, dentre as 97 cartas, escrito 68. Esse fato já

demonstra que o noivo tinha mais conhecimento acerca da organização textual do gênero carta do que MRC. Além disso, esse é um aspecto significativo que corrobora com a visão de que ele detinha um maior grau de letramento que a noiva e, tendo, por isso, mais domínio da norma escrita.

Conclusão

Embora não tenha sido possível descobrir muitos dados acerca de JOS e MRC, através da leitura das cartas, pode-se depreender algumas informações relevantes sobre o casal de noivos. Sabe-se de alguns aspectos no que diz respeito à família de ambos e a maneira como o casal se relacionava. Vale destacar, no entanto, que talvez os aspectos mais relevantes sobre o casal tenham a ver com a diferença no grau de letramento dos dois. Enquanto MRC apresenta um domínio mediano da escrita, JOS, por outro lado, demonstra maior habilidade com essa modalidade, sugerindo que o noivo tem possivelmente um grau de letramento maior que o da noiva.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOPES, Celia Regina dos Santos (Org.). *Norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005. p. 24-43.

_____. *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Lingüísticos em Cartas de Comércio*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Érica Nascimento. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Érica Nascimento; LOPES, Célia Regina dos Santos. O perfil sociolinguístico de um casal não ilustre: uma análise grafemática através da edição de cartas particulares. *Confluência*, p. 78-104, 2012.

O amor em fragmentos: intertexto nas cartas de amor suburbano nos anos 30

Fragments of love: intertexts in the 30's working class love letters

Recebido em 13 de setembro de 2015. | Aprovado em 15 de novembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.185>

Emilio Gozze Pagotto¹

Resumo: Esse artigo explora relações intertextuais em cartas de amor escritas nos anos 30 do século XX, no Rio de Janeiro. O principal objetivo é ler essas cartas à luz da canção popular brasileira, especialmente aquela produzida no período em que as cartas foram escritas. A hipótese central é a de que tanto as cartas reproduzem o discurso amoroso das canções populares quanto na mesma medida em que as canções retratam a vida e o amor entre as classes trabalhadoras então nascentes no Brasil do século XX.

Palavras-chave: intertexto; discurso amoroso; música popular brasileira.

Abstract: This article explores intertexts in love letters wrote in Rio de Janeiro during the 30's. We will walk the reader intertwining the letters proper with the lyrics of popular Brazilian songs – especially those of the period when the letters were exchanged. Our hypothesis is that the love letters writers tend to reproduce certain aspects of the love discourse genre which are similar to those found in popular songs. That is also the picture which is to be found in Brazilian songs about the new born working classes' love and life in the 20th century in Brazil.

Keywords: intertext; love discourse; Brazilian popular music.

¹ Professor de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. gozzeem@gmail.com

não se esqueça da minha modinha sim
Mariquinhas (Carta 03-MJ-26-09-1936)

Introdução

O drama do amor sempre teve, na sociedade ocidental, a sua representação artística, seja na pintura, seja na literatura ou na música. A produção artística, por sua vez, comportou, desde sempre, uma versão que buscava a transcendência e a universalidade e outra, que se caracterizava pelo imediatismo, pela relação com o cotidiano, ainda que discutisse temas de profunda universalidade. A indústria cultural de massa levou esse imediatismo à potência máxima, sem deixar de ter tido, ao longo do século XX, momentos de rara beleza, em que o drama do amor e da paixão foram tematizados com brilho, com formas que continuam tocando os corações e mentes, apaixonados ou não. Do lado de cá, os viventes seguem amando, a mando de Deus. E a roda volta a girar, e de novo a imensidão do céu no coração que dispara na presença e sufoca na ausência do outro.

O acaso nos levou a esses Romeu e Julieta do subúrbio carioca. O achado das cartas num terreno baldio rodrigueano traz para as luzes impensadas do site na internet – visão futurista para além da imaginação dos anos trinta – o remoer do sofrimento, da saudade e o alimentar-se das pequenas delícias do beijo apaixonado e de carícias e desconversas de namorados que Manuel Bandeira retratou tão bem. Antônia... Esse acaso nos leva a invadir a intimidade de uma história cujo final não sabemos – torcemos pelo final feliz, como espectadores de uma novela de rádio, ou da fita melosa holiudiana a que Jayme foi assistir. O drama cresce a cada missiva. Não é apenas a fonte de dados de processos linguísticos ou do discurso amoroso. Há uma dor e uma alegria genuínas que nos apertam o coração. Isto fala. Verdade fala.

Essa dimensão do vivido não nos pertence. Diante dela, calamos, nos curvamos, contritos. Ela pertence aos dois e à sua dor agora imortalizada nas cartas que não pereceram, como as preces e pragas gravadas em chumbo nas paredes do templo romano.

Mas há outras dimensões que falam por meio dos amantes, que transbordam sua angústia penosamente nas cartas, letra após letra, palavra após palavra; na indecisão das formas, na oscilação das vírgulas e pontos, das frases interrompidas. É nesse lugar menor que intervém o analista míope, desgarrado do drama maior cujo tamanho é impossível captar. O analista constrói assim outras falas que falam por meio das cartas: sejam as formas de tratamento, seja a posição dos clíticos, sejam as concordâncias e regências, as formas gráficas. O discurso amoroso seja.

Aqui me ponho eu. Ao leitor desta minha leitura, explico o que quero, porque assim faz parte desse texto que te endereço, para não te perdes nos meus devaneios, para me encontrares no lugar marcado, na hora aprazada, no trem das 8 e ½. Que pretendo eu? Ver o intertexto. Um intertexto. Gostaria de examinar a formulação do discurso amoroso na contraluz da canção popular, de preferência a canção popular que circunda o período. A sardinha é minha, sei, mas o texto também é. Me explicarei mais tarde, logo em breve. Não se trata apenas de mapear meia dúzia de expressões e cruzá-las com a canção popular. É também observar como a canção popular elaborou as formas de viver e de amar, captando o cotidiano do período, elaborando o amor no meio do povo. A canção brasileira não fez isso sem nenhum modelo. Nosso romantismo literário foi, é claro, uma referência incontida. Assim como nosso romantismo também não esteve sozinho e foi lá atrás e além do oceano trazer os temas, as imagens, os dizeres. Mas não chegarei a tanto. Menos por modéstia ou falta de espaço, mais por incapacidade mesmo, que não sei tanto assim de amor e das formas de dizer o amor.

1. Uma nota sobre canção popular brasileira

A canção urbana de massa tomou a forma que conhecemos no final dos anos 20 do século XX. Dois avanços tecnológicos contribuem para a sua emergência: o gramofone - e posteriores versões eletrificadas - e o rádio, mais especificamente a radiodifusão. Aliadas ao cinema, tais inovações vão refazer o modo como se consumia música e entretenimento audiovisual. O ponto fundamental é que se criou uma separação física entre o artista e o público consumidor. O comércio de música – antes restrito ou à venda de partituras ou ao pagamento de ingressos para espetáculos (se eventos privados, nas casas mais abastadas ou remediadas, com a contratação

de músicos) – se expande para a venda de discos e para o pagamento de espetáculos radiofônicos possibilitado pela venda de tempo de propaganda.

A canção brasileira urbana de consumo conhecia no teatro musicado e nos espetáculos circenses o seu meio primordial de acontecimento. Desses meios, emergiu um conjunto de gêneros que exploravam tanto o humor na crônica social quanto o sentimentalismo de vertente romântica; ressalte-se, a propósito, que vários escritores românticos foram também compositores de modinhas e de espetáculos teatrais. A consolidação do carnaval como festa pública nacional, no começo dos anos XX, abrirá espaço para que se consolidem posteriormente gêneros musicais voltados para ele: a marchinha, o frevo e o samba de carnaval. Esses gêneros vão se firmar apenas no final dos anos 20.

É ao longo dos anos 30 que, combinando elementos que vinham do século XIX com inovações do século XX, a canção brasileira conheceu um desenvolvimento muito acelerado e o surgimento de uma série de compositores e cantores que marcarão a cultura de massa brasileira até os dias de hoje. Além da fixação do gosto musical, da construção de uma linguagem musical com várias gramáticas que seguidamente vão incorporar mudanças e novas inflexões, assistimos ao estabelecimento de uma poética que se desdobra em várias, com dois aspectos relevantes que me interessa destacar aqui: a conexão com as formas do passado, especialmente nosso romantismo literário, e a incorporação do cotidiano popular urbano, no mesmo passo em que este se constituía. Esse último aspecto caracteriza de maneira profunda a produção de arte popular de massa, em especial da música: a rapidez com que mudanças no plano do real vivido – os hábitos, os costumes, os ditos, as crenças – são absorvidas e transformadas em matéria poética, passando a integrar o universo imagético de comunidades mais amplas do que aquelas que as geraram.

2. Três temas

Começo minha visita guiada às cartas justamente pelo último aspecto destacado na seção anterior. Tentarei tanto quanto possível me ater a temas específicos, mas, como se poderá rapidamente perceber, o óbvio governa: a teia de sentidos, porque teia, nunca dá ao leitor um fio só.

2.1 - A carta

Para aqueles que dominavam o código, a correspondência escrita era forma de comunicação a que se recorria com frequência numa época em que as menores distâncias já significavam impedimentos absurdos. Mesmo hoje, quando a distância já não importa quase nada, a correspondência escrita continua a representar um papel muito interessante no modo como as pessoas se presentificam sem estarem umas diante das outras (em casos de autismo digital extremo, mesmo nesses casos, mas isso é outro assunto...). Não estranha, assim, que a canção popular tenha flertado e incorporado cartas e bilhetes, na crônica de costumes embutida mesmo no interior do discurso amoroso. A canção mais conhecida talvez seja *Mensagem*, lançada em 1946, que descreve as expectativas em torno da chegada de uma carta que, no final das contas, não é aberta – solução genial do poeta popular:

Mensagem

Aldo Cabral e Cícero Nunes

Quando o carteiro chegou
E o meu nome gritou
Com uma carta na mão
Ante surpresa tão rude
Nem sei como pude chegar ao portão

Lendo o envelope bonito
O seu sobrescrito eu reconheci
A mesma caligrafia que me disse um dia
"Estou farto de ti"

Porém não tive coragem de abrir a mensagem
Porque, na incerteza, eu meditava
Dizia: "será de alegria, será de tristeza?"
Quanta verdade tristonha
Ou mentira risonha uma carta nos traz
E assim pensando, rasguei sua carta e queimei
Para não sofrer mais

Os nossos missivistas relatam toda sorte de sentimentos e palpitações com as cartas, ora o choro quase compulsivo de Mariquinhas, já lendo a carta a caminho para casa, ora a saudade que não cabe mais nos cômodos apertados do Rio de Janeiro. Só mencionam a destruição das cartas por conta da proibição ao romance, mas sempre, claro, após a leitura.

Invariavelmente, abrem as correspondências com o mesmo tipo de fórmula:

Meu Queridinho Noivinho Jayminho
Saudades
Espero que esta te vá encontrar em perfeita saúde junto aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus
(Carta 01-MJ-22-09-1936)

Minha adorada noivinha
Estimo que esta te va encontrar em perfeito estado de saúde assim como a Hilda e todos os teus . os meus vão bem graças a Deus
(Carta 09-JM-01-10-1936)

Noel Rosa, compositor do período em que as cartas são escritas, talvez tenha sido o primeiro a se apropriar do gênero para criar efeitos humorísticos e artísticos. São duas as suas composições em formato de carta. A primeira delas, um samba que compôs e lançou em 1931, tem a forma de uma carta, escrita nas regras da arte. Vai jogando com os clichês, com ironia:

Cordiais saudações

Estimo que esse mal traçado samba
em estilo rude
na intimidade
Vá te encontrar gozando saúde
na mais completa
Felicidade
(Junto dos teus, confio em Deus) (...)

Outra composição que tematiza a carta é *Cartinha cor-de-rosa* de Braguinha, lançada em 1936. Mais graciosa que a composição do Noel, é uma marchinha que tem um grande toque de leveza, pondo em destaque a expectativa que a carta gera:

A cartinha cor-de-rosa

A cartinha que eu ontem achei
Na janela do meu bangalô
Era tua, eu logo adivinhei
Porque meu coração palpitou
Pequenina de róseo matiz
Perfumada tal qual uma flor
E me fez um instante feliz
Pensando em teu amor
Mas quando a li, a palpitar
Que tristeza, que desilusão
Eu vim a saber que infelizmente
Já não é só meu, teu coração
A cartinha que eu ontem achei

Na janela do meu bangalô
 Era tua, eu logo adivinhei
 Porque meu coração palpitou
 Pequeninina de róseo matiz
 Perfumada tal qual uma flor
 E me fez para sempre infeliz
 Pensando em teu amor

É de destacar dois pontos: o léxico e as imagens usadas e a projeção do amor na carta. O derramamento lírico de Jayme, inspirado na literatura romântica e no parnasianismo, seguramente conteria expressões como: *pequenina de róseo matiz* ou *perfumada tal qual uma flor*:

O céu chora lagrimas violáceas e a brisa , arrepiando as plantas , modula canções melan-colicas
 (Carta 13-JM-29-01-1937)

De flor falaremos mais adiante. Só carece assinalar a projeção do amor na carta como objeto físico, que na marchinha se põe em relevo: *“Era tua, logo adivinhei/Porque meu coração palpitou” “E me fez um instante feliz Pensando em teu amor”*.

Esse é um artifício (se é que se pode chamar assim) constante nas missivas que analisamos. Nossas cartas estão cheias de menção ao ato de receber, ler, manusear, beijar as cartas, um tipo de emoção que hoje, para a maioria da população urbana, talvez soe descabida:

Amanhã devo receber a tua carta conforme prometeste , e que tão ansioso espero , qual o coração que não pulsaria de alegria ao re-ceber , uma cartinha da pessoa a quem mais se ama?
 (Carta 02-JM-22-09-1936)

mas devia integrar o rol das sensações integrantes da vivência do amor.

2.2 - Ortografia e domínio da língua

Mariquinhas termina suas cartas inevitavelmente aflita porque teme que seu domínio da escrita pode comprometer o seu relacionamento; em mais de um momento menciona não ter assunto, razão pela qual suas cartas seriam mais curtas e sem graça, ao contrário das do noivo, longas e cheias de frases de efeito que ela – pobrezinha – se confessa incapaz de produzir. A diferença entre os dois, no que toca ao letramento, é confirmada pelo estudo de Silva (2012): os índices de maior distanciamento do domínio da escrita padrão são muito mais acentuados para ela do que para ele.

É sintomático que o tema da alfabetização e da ortografia apareça na música popular brasileira com uma certa frequência. O exemplo mais curioso é o baião irretocavelmente bem acabado e gracioso de Luis Gonzaga e José Dantas, de 1953 – *O ABC do Sertão*. Mas o tema às vezes é abordado de maneira bem agressiva, como é o caso de *Orora Analfabeta*, de Gordurinha e Nascimento Gomes, gravada pela primeira vez por Jorge Veiga nos anos 60:

Orora Analfabeta

Mas é que eu arranjei uma dona boa lá
 em cascadura
 Grande criatura, mas não sabe ler
 Nem tampouco escrever
 Ela é bonitona, bem feita de corpo
 E cheia da nota
 Mas escreve gato com "j"
 E escreve saudade com "c"

Ela disse outro dia que estava doente
 Sofrendo do "estrombo"
 Levei um tombo, caí durinho pra trás
 Isto assim já é demais
 Ela fala "aribu", "arioprano" e "motocicreta".

Diz que adora feijoada "compreta".
Ela é errada demais!
Vi uma letra "o" bordada na blusa
Falei "é agora"
Perguntei seu nome, ela disse "é orora"
"e sou filha do arineu"
O azar é todo meu

Ao que parece o assunto foi tematizado em música popular pela primeira vez nos anos trinta. Aparece em duas formas muito interessantes: ou a alfabetização propriamente dita (associado à ignorância da cultura formal) ou o sistema de escrita tomado como recurso poético. Marchinha famosa de Noel Rosa e Lamartine Babo *A.E.I.O.U.*, lançada em 1932, também faz troça da ignorância, mas nesse caso apresentando uma certa ambiguidade entre o retrato da mulher que se alfabetiza mas não avança muito nos estudos e o processo de alfabetização no universo infantil:

A.E.I.O.U.

Lamartine Babo e Noel Rosa

(A capella) Uma, duas, angolinhas
Finca o pé na pampulinha
Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar
A... E... I... O... U... Dabliú, dabliú
Na cartilha da Juju, Juju

A... E... I... O... U... Dabliú, dabliú
Na cartilha da Juju, Juju

A Juju já sabe ler, a Juju sabe escrever
Há dez anos na carti...lha
A Juju já sabe ler, a Juju sabe escrever
Escreve sal com cê-cedilha!
Sabe conta de somar, sabe até multiplicar
Mas, na divisão se enras...ca
Outro dia fez um feio
Pois partindo um queijo ao meio
Quis me dar somente a casca!

Sabe História Natural, sabe História [Universal
Mas não sabe Geografi...a
Pois com um cabo se atracando
Na bacia navegando, foi pra Ásia e teve [azia

Típico exemplar de composições carnavalescas do período, a marchinha não prima pela coerência interna, já que as estrofes da segunda parte (ao menos claramente na última estrofe) tematizam a mulher adulta com problemas de alfabetização, ao passo que na abertura apresenta a citação da parlenda popular, cantada a capela, à guisa de introdução, que remete ao universo infantil, leitura que se poderia se estender ao refrão como um todo.

Mariquinhas se coloca claramente numa relação assimétrica com Jayme, no que diz respeito à relação com a escrita. Ela materializa a consciência dessa assimetria em reiterados pedidos de desculpas (pelo menos em 22 das 30 cartas dela) pela ignorância do sistema de escrita formal:

(...) não repare a minha carta e rasge ou traves muitos beijinhos.

(Carta 03-MJ-26-09-1936)

(...) não repares a minha carta nei os meus eros

(Carta 06-MJ-01-10-1936r)

É como se quanto maior o capricho de Jayme no rebuscamento das cartas, mais doloridos são os pedidos de desculpas de Mariquinhas, com expansões de vários tipos:

não repares a minha carta nei os meus eros , eu não sei escrever cartas de amor como voce eu quando lei chego a chorar , voce sabe que eu sou uma burinha.

(Carta 09-MJ-07-10-1936)

Mariquinhas sabe que não domina os recursos linguísticos a ponto de extrair deles o provocar efeitos no outro que lê. Por mais apaixonado que se esteja, é preciso algum jogo linguístico em alguma medida para excitar no ser amado as torrentes do amar a partir das palavras. Por mais ridículas que sejam as cartas de amor, elas precisam ter um quê nas imagens, na escolha lexical, nos torneios da sintaxe, no tamborilar da prosódia, para elevar as emoções na reiteração do amor amado. À ausência dessa habilidade se soma outra, a ignorância ortográfica e gramatical, e Mariquinhas se curva, na humildade dos que são amados: *voce sabe que eu sou uma burinha*:

(...) a carta que voce me mandou e linda como voce eu tenho pena de eu não saber escreve , pesso-te para não reparares a minha burice , eu não tenho ideias para te escreve eu so queria estar auteulado ja que não posso tenho que me com-formar com aminha sorte(...)

(Carta 15-MJ-2-02-1937)

A habilidade de elaboração, que faz a amada chorar ao ler, é traduzida no reconhecimento de sua própria incapacidade de elaborar o amor discursivamente, o amor por escrito: *eu não tenho assunto, eu não tenho ideias*. Ou seja, Mariquinhas sabe que o não saber escrever não é apenas o domínio errático do sistema ortográfico: é também o não saber elaborar o turbilhão de sentimentos de maneira que cheguem ao ser amado como ordenação capaz de acelerar o coração, grande órgão propulsor da paixão ocidental.

A assimetria entre os dois se revela num outro aspecto quase anedótico: se Jayme é senhor da escrita plena, chegando a se expandir a poeta, Mariquinhas domina a conversação, lugar em que se expande ao amado, aparentemente sem muitas amarras:

Eu espero que as cartas desta semana não a contençação como da semana passada , eu não tenho açunto para te escreveres , voce é ocontrario de mim voce para escrever teis inint. sempre açunto mais quando estais perto de min ficas tão caladinho eu e que falo tudo com você(...)

(Carta 19-MJ-15-03-1937)

fato que é reconhecido pelo próprio Jayme, para quem o face a face é mais o lugar do amor físico do que da elaboração verbal, que para ele se manifesta na ausência, na distância, no torpor do sonho e da saudade:

Toda a minha alegria é sentir as tuas mãos nas minhas , e tu me dizeres , “ fala alguma cousa ” , mas o assunto parece fugir-me , prefiro é adorar-te , e devorar a tua beleza com meus olhos

(Carta 36-JM-19-04-1937)

Acho que não devo avançar mais, para não cair na armadilha dos estereótipos, ou, antes, o faço? Pensando o amor pela língua, o amor na língua, Jayme encarna o romântico rasgado apenas na modalidade escrita, em que se derrama em frases eivadas da sinceridade total que só os lugares comuns sabem expressar. É o romântico por escrito. Mariquinhas é uma jovem do seu tempo: filha das camadas operárias da população, teve acesso à escrita, sem a possibilidade de transpor o limite da alfabetização (o que já era muito na época de que estamos tratando), e elabora o seu amor sem o recurso à abstração do amor por escrito - uma contagem mostraria o quanto predominam nas suas cartas os substantivos concretos, mas não precisamos lhe esfregar na cara o código restrito bernsteiniano, sempre cruel e redutor-; mas assume o estereótipo da mulher ocidental: na fala se expande (quando se cala o homem), dando vazão ao que se contém na disciplina da escrita, de que se conhecem apenas os rudimentos. Aliás, quanto a esse conhecimento, chama a atenção um enunciado que se repete uma ou duas vezes, no qual, aparentemente, Mariquinhas expressa o desejo de transcender a sua condição semiletrada:

não repare a minha carta **e conta todos os eros e manda-me dizer**

(Carta 22-MJ-14-09-1936, meus grifos)

Na assimetria que a incomoda tanto – aparentemente um complicador a mais na relação atribulada pelos impedimentos que a família dele interpõe – há a esperança de superar o estágio de letramento em que se encontra, mas que já é mais avançado do que o de outrem no lugar social de onde fala:

...a Ismenia dice se soubece escrever que tinha escrito para voce dizendo que eu tinha chorado .
(Carta 04-MJ-28-09-1936)

Que primor de exemplo para aqueles que apreciam o funcionamento da heterogeneidade discursiva: Ismênia não sabe escrever, revelaria a Jayme o choro de quem escreve, não o faz, porque não sabe, mas mesmo assim diz a Jayme porque quem escreve diz que o que ela diria se soubesse dizer.

A canção popular, ao tematizar a alfabetização e a escrita, também diz o dizer de uma nação que não se diz plenamente, no mesmo procedimento de heterogeneidade discursiva, nesse caso não mostrada, como na carta de Mariquinhas: na voz que se propaga e se reproduz quando se canta a cartilha da Juju falam todas as Ismenias que foram impedidas de se apropriar da escrita.

Outra forma de exploração da escrita traz o sistema ortográfico como recurso imagético. Talvez a canção mais famosa que tenha explorado esse recurso seja *Adeus, cinco letras que choram*, de Silvino Neto, gravada por Francisco Alves em 1947:

Adeus, adeus, adeus
Cinco letras que choram
Num soluço de dor

Adeus, adeus, adeus
É como o fim de uma estrada
Cortando a encruzilhada
Ponto final de um romance de amor

Menos conhecida é A.M.E.I., na qual as palavras **amei** e **sofri** são soletradas durante o canto:

A.M.E.I.

A-M-E-I quer dizer amei (amei)
S-O-F-R-I quer dizer sofri (sofri)
Que pena o alfabeto não ter
Letras pra gente escrever
Tudo aquilo que eu senti por ti (por ti)

Eu que nunca tive professor
Para me ensinar o verbo amar
Aprendi o A-B-C do meu amor
Na cartilha azul do teu olhar

Quando eu te dei meu coração
Não podia nunca imaginar
Que existisse a palavra ingratidão
Na cartilha azul do teu olhar.

Na canção, as palavras AMEI e SOFRI aparecem soletradas, e a soletração funciona como sílabas métricas no interior da divisão rítmica do verso, quem tiver a curiosidade de ouvir o fonograma verá que o compositor procurou ser engenhoso. A marchinha, composta por Násssara e Frazão, foi lançada por Francisco Alves no carnaval de 1936, e é inevitável pensar que pode ter sido e muito provavelmente foi ouvida pelos nossos missivistas, que relatam os preparativos para o carnaval. Podem não ter ouvido, mas Jayme, atacando de poeta, numa das cartas lança mão exatamente do mesmo tipo de recurso, o que leva a pensar que era algo que circulava na cultura popular, muito provavelmente devendo sua ancestralidade à modalidade erudita do acróstico:

Eu amo a letra M .
E dela tenho paixão
Com ela se escreve
M. do meu coração

(Carta 33-JM-05-04-1937)

Mas veja que coincidência, o poeminha de Jayme nos leva diretamente a uma das joias do samba canção, que muito provavelmente ele deve ter ouvido, pois foi lançado em 1933, na voz de Silvio Caldas. É de Ary Barroso e Luis Peixoto:

Maria

Maria
O teu nome principia
Na palma da minha mão
E cabe bem direitinho
Dentro do meu coração

Maria
Maria, de olhos claros cor do dia
Como os de Nosso Senhor
Eu por vê-los tão de perto
Fiquei ceguinho de amor

Maria
No dia minha querida
Em que juntinhos na vida
Nós dois nos quisermos bem
À noite em nosso cantinho
Hei de chamar-te baixinho
Não há de ouvir mais ninguém

Maria
Maria, era um nome que eu dizia
Quando aprendi a falar
Da vizinha coitadinha
Que eu não canso de chorar

Maria
E quando eu morar contigo
Tu hás de ver que perigo
Que isso vai ser

Ai, meu Deus
Vai nascer todos os dias
Uma porção de Marias
De olhinhos da cor dos teus

Guardadas todas as proporções, a primeira estrofe recria a quadrinha de Jayme muito provavelmente uma variante de uma quadra popular. Transcrevi a letra toda porque a canção é, como outras que exploraremos mais abaixo, um retrato possível do amor que se retrata aos poucos nas cartas. Adianto já o uso de diminutivos, que retomaremos bem depois e a perspectiva do amor que se desdobra: da paixão para o casamento por toda a vida, filhos...

2.3 - O universo popular – a lírica do cotidiano

A música popular, especialmente a partir dos anos 30, incorpora o modo de vida da população mais pobre e da classe operária que se forma em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Se sobrepusermos alguns dos sambas ou marchinhas às cartas trocadas por Jayme e Mariquinhas, chegamos quase a ter a impressão de que era

deles que os poetas populares tratavam. Temos aqui, na verdade, revelada a extrema sensibilidade de tais compositores, que sabiam captar as dores, as alegrias e os roteiros da gente mais pobre da cidade do Rio e seu entorno, bem como do funcionamento social, do imaginário operante que fazia a vida dessa gente toda.

2.3.1 - A Penha

É recorrente nas cartas que invadimos para contar história a menção ao santuário da Penha, no Rio de Janeiro. Os dois assistem a missas, ou simplesmente marcam encontro no santuário, da mesma maneira que parecem recorrer à Santa para ajudar a desenrolar o amor complicado pela distância e pela oposição dos pais dele à união:

Estimo que a viagem tenha corrido bem eu vou muito triste e com muitas saudade tuas , neta vai uma santinha que e N. S. da Penha para tu guardares com tigo e não se esqueça de ir 3 vese a missa que tu prometeste , eu queria que voce foce commigo a missa na Penha no dia 25 de Ou-tubro si Deus quizer .
(Carta 07-MJ-05-10-1936)

Jayme eu no Domingo vou a missa na Penha eu queria com binar falar uma couza com voce , ve se voce pode ir tam bem (...) se voce for eu teinint. espero no portão da Penha 8 ½ as 9 ½ horas
(Carta 12-MJ-19-01-1937)

A devoção à Nossa Senhora da Penha tem uma relevância grande para a história do samba no Rio de Janeiro, como um efeito colateral da festa sacro-profana que se realizava regularmente. Era comum que na Festa da Penha, durante o mês de outubro, os artistas se reunissem para mostrar suas composições, especialmente no período anterior à disseminação do rádio, nos anos 20:

Nos anos de 1910 e 1920, antes do rádio, cantores e compositores, negros ou não, lançavam na festa da Penha suas novas canções. Aquele era o principal teste para o carnaval. Se a reação do público era boa na Penha, provavelmente também seria no resto da cidade em fevereiro, momento em que a música já poderia estar à vontade na boca do povo, depois de meses de propagação. (VIANNA, 2004, p.23)

As referências à festa e ao seu entorno foram muito constantes na música dos anos 30. É a região mais mencionada por Noel Rosa em sua obra, como nos informam Máximo e Didier (1990). A mais famosa talvez seja *Feitio de oração*:

(...)
Por isso agora Lá na Penha vou mandar
Minha morena pra cantar com satisfação
E com harmonia essa triste melodia
Que é o meu samba em feitio de oração.
(...)

Mas a meu ver, o samba de Ary Barroso *Eu vou à Penha* é o que faz a crônica que mais tem a ver com nosso casal e suas peripécias:

Eu vou à Penha

Eu vou à Penha,
Se Deus quiser,
Pedir à Santa carinhosa
Para fazer de ti, mulher,
De um coração, a rainha
Mais poderosa e orgulhosa.
Eu vou pedir, com toda a fé
E todo ardor de um namorado:
Eu sei que a Santa quer pureza,
E meus olhos vão dizer
O que sinto com certeza.

Vou à Penha
Vou pedir, vou implorar
Para a Santa me ajudar
Quando eu voltar
Virei contente
Pra te dizer, mulher formosa
Que meu amor é diferente
Desse amor de que falas
Ser o primeiro e verdadeiro
Quero provar, que estás errada
E fui à Penha só pra isso
A minha oração rezada
Vai decerto afastar
De meu bem um tal feitiço

Embora não retrate o mesmo tipo de embate amoroso, a julgar pelo final da letra, o samba faz a crônica daqueles que procuravam a Santa para resolver os mais variados problemas. Nesse caso específico, é de destacar a imagem de **rainha**, empregada para a mulher amada, imagem que aparece cinco vezes no conjunto de cartas que chegou até nós (e que se junta a **santa**, a **deusa**). No nosso caso, ela parece bem mais religiosa do que ele. As menções à Penha são todas dela, bem como é ela que envia pra ele uma imagem da santa ou que se dá conta de que ele talvez não conheça as orações católicas:

(...) ne(s)ta vai uma santinha que e N. S. da Penha para tu guardares com tigo e não se esquesa de ir 3 vese a missa que tu prometeste , eu queria que voce foce commigo a missa na Penha no dia 25 de Outubro si Deus quizer

(Carta 07-MJ-05-10-1936)

Jayme eu tenho rezado todas as noites a N. S. da Penha para a tua mãe ficar boazinha pra voce e que ella fique mais calma sobre o nosso respeito eu te pesso para voce rezares tam bem nei que seja um Padre Nosso e uma Ave-Maria se vocenão souber rezar isto manda-me dizer que eu copio para voce

(Carta 16-MJ-22-02-1937)

2.3.2 - Os trens

Eu pricisava falar muito comtigo nem que fosse num sabado voce pra / semana me esreve dizendo sim ou não se voce puder no dia 30 que e sabado eu desso no trem das 3 ½ horas que deve chegar 5.40 horas voce marca o lugar para eu esperar eu tepesso isto pello a mor de Deus . eu no Domingo vou a missa no Penho ve se pode em comtra com migo com forme te pedi na outra carta

(Carta 26-MJ-12-01-1937)

(...)voce dise para eu não te esperar na Estação mais eu quero te esperar voce manda dizer em que trem vem para eu ir , voce vem no trem das 8 horas para ires no das 7 horas para não ficares muito cansadinho

(Carta 05-MJ-29-09-1936)

O transporte ferroviário é irmão do capitalismo e da revolução industrial. No Brasil, seu desenvolvimento esteve fortemente ligado à cafeicultura, especialmente no século XIX. Até meados do século XX foi o principal meio de transporte terrestre no Brasil, seja de cargas, seja de passageiros, dando origem tanto a vilas e cidades quanto a um vasto imaginário poético, em que sobressaem encontros e desencontros.

Há um fox-trote de Noel Rosa e Jerônimo Cabral, composto em 1931, mas inédito em disco até sua primeira gravação em 1985 que trata com ironia o tema da espera na estação:

Estátua da Paciência

Noel Rosa e Jerônimo Cabral

Seu telegrama diz:

"Regressei brevemente"

Mas o seu trem fatalmente

Chegar não quis

Não entendi por que

O trem não traz pra cidade

A minha felicidade

Que é você

A quem acabar com a raça dos trens

Além dos meus parabéns

Eu darei como prêmio de consolação

O relógio e o prédio da estação

Eu sou na estação

A estátua da paciência

E acabei sendo agência

De informação

Sei os itinerários

Já decorei os horários

O nome dos maquinistas

E dos foguistas

O tema aparece retratado sem distanciamento, como parte do discurso amoroso, num outro samba gravado por Orlando Silva, em 1936:

Pela Primeira Vez

Noel Rosa

Pela primeira vez na vida

Sou obrigado a confessar que amo alguém.

Chorei quando ela deu a despedida

Ela me vendo a chorar chorou também.

Meu Deus, faça de mim o que quiser,

Mas não me faça perder

O amor desta mulher.

Na estação, na hora de partir o trem,

Ela me vendo a chorar chorou também.

Depois fiquei olhando a janela,

Até sumir numa curva o lenço dela.

Se meu amor não regressar, irei também

À estação na hora de partir o trem.

E nunca mais assisto uma partida

Pra não lembrar mais daquela despedida

O trem, as viagens, a estação são transformados em matéria poética, incorporando-se o transporte urbano no imaginário romântico. Para nossos missivistas, o trem (juntamente com as cartas) é o modo de tornar possível o estar perto, o encontro, enquanto a união sacramentada e juramentada não vem: a palavra **estação** aparece mencionada em nove cartas, a palavra **trem** em dezesseis cartas. Mas aqui e ali, vemos como as chegadas (e especialmente as partidas) transcendem a mera função urbanística do ir e vir e potencializam as emoções, como o poeta captou, produzindo clímax e anticlímax constantes:

Espera-me domingo que irei transbordante de saudades e de amor , irei no trem de 5 horas , só se eu perder é que irei no outro , tú dissés-te que me darias um beijo no rosto , mas eu quero é nos lábios , tu queiras ou não queiras , eu darei e nos lábios , lembra-te daquele da despedida ? pareço ainda senti-lo , quero outro assim .

(Carta 09-JM-01-10-1936)

2.3.3 - Os retratos

A fotografia, como se sabe, teve ampla disseminação no Brasil, já no século XIX, e contribuiu, juntamente com outras tecnologias, para a popularização da reprodução do outro em ausência deste. O barateamento do processo tornou acessível à maior parte da população urbana o que no século XIX era restrito às famílias mais abastadas. Na dimensão do cotidiano, no interior da vida privada, a fotografia vai assumir diversas funções: o registro da vida familiar, o registro dos eventos familiares e o encurtamento das distâncias no amor. A canção popular capturou bem esse papel. O caso mais famoso talvez seja o do samba *Desafinado*, de Newton Mendonça e Tom Jobim, lançado em 1958, em que a fotografia se associa ao discurso de classe média, na marca da famosa máquina fotográfica:

Fotografei você na minha Rolleiflex
Revelou-se a sua enorme ingratidão

Paulo Vanzolini, já em outro momento, escreveu um samba, gravado em 1967, todo construído sobre o papel da fotografia no relacionamento amoroso, algo que poderíamos chamar de presentificação do ser amado, que eleva a fotografia a um patamar de identidade ao ser amado:

Praça Clóvis

Paulo Vanzolini

Na praça Clóvis
Minha carteira foi batida
Tinha vinte e cinco cruzeiros
E o teu retrato
vinte e cinco
Eu, francamente, achei barato
Pra me livrarem
Do meu atraso de vida
Eu já devia ter rasgado
E não podia
Esse retrato cujo olhar
Me maltratava e perseguia
Um dia veio o lanceiro
Naquele aperto da praça
vinte e cinco
Francamente foi de graça

Essa identificação quase absoluta entre o ser amado e sua foto aparece nas cartas de que tratamos, com as hipérboles de costume:

eu passo o dia inteiro lendo as tuas cartinhas e beijado o teu retratinho

(Carta 01-MJ-22-09-1936)

Peço-te para me mandares aquele retratinho que me amostraste hontem , pode apagar o que tem escrito atrás não me incomoda , a unica cousa que me incomoda é se tú negares , por esses dias mandar-te-ei uns dos meus , porque o que tú tens , qual-que dia desaparece de tú tanto beijares , só me beijas mesmo só no retrato , quando estas comigo tens vergonha , como se eu fosse um desconhecido teu , ou então algum monstro que me fosse aproveitar de ti , não sejas tolinha .

(Carta 10-JM-05-10-1936)

Os retratos são mencionados em 13 das cartas, ou porque se trata de providenciar retratos, no mais das vezes, para uso privado dos próprios amantes, por estar incorporados à formulação do próprio discurso amoroso, como se vê acima. Há um samba do período, de Noel Rosa e Lamartine Babo, gravado por Mário Reis, em 1933, que remete diretamente a essa maneira de elaborar o discurso amoroso a partir do retrato:

Eu Queria um Retratinho de Você

Noel Rosa e Lamartine Babo

Eu quero um retratinho de você
Pois vou mandar fazer o seu clichê
E publicá-lo no meu jornal
Você é uma figura original

Retrato em um tamanho especial
Que vai deixar o mundo inteiro mal (bem mal)
Vai ser um sucesso porque
Figura só vê quem não lê
Eu quero um retratinho de você

Sou o principal redator
Do "Correio do Amor"
Escrevo os artigos de sensação
Só recebemos visitas
de moça bonita
No meu coração que é a redação

O teu olhar tão profundo
É artigo de fundo
É grande furo em qualquer diário
Teu nome é cabeçalho extraordinário
São de dez milhões as edições

A metáfora aqui se expande para o jornal, numa alegoria que inclui elementos como edições, clichê, artigos de sensação, etc. Mas é sintomático como o sucesso do retrato está vinculado à alfabetização no verso: *figura só vê quem não lê*, enunciado que podemos fazer funcionar no interior da trama amorosa de que tratamos aqui, se lembrarmos todas as pedidas de desculpas de Mariquinhas pela sua parca alfabetização.

Do mesmo período, há um outro samba, também de Noel Rosa, gravado por Araci de Almeida em 1934, que incorpora o retrato da mesma maneira:

Riso de Criança

Noel Rosa

Seu riso de criança
Que me enganou
Está num retratinho (bonitinho)
Que eu guardo e não dou
Guardei sua aliança
Pra ter a lembrança
Do meu violão, que você empenhou (...)

Curioso aqui é que a inspiração para o samba foi uma namorada do compositor, Fina, para quem ele encomendou um retrato com um fotógrafo amigo seu, como nos informam Máximo e Didier (1990, p. 183):

...Noel passa por um retratista seu amigo, na Rua da Carioca, e paga-lhe adiantado um serviço para o qual pede o maior capricho: um retrato de sua namorada. Depois diz a Fina para ir ao retratista amanhã mesmo, está tudo acertado. Mas o retratista a colhe num instante que não lhe faz justiça, o rosto bonito, porém triste, os olhos grandes mas nostálgicos. Nem parece uma moça alegre. Até dona Luísa nota que é uma Fina diferente:
- Ora, minha filha...Cadê aquele riso de criança?

O que quero destacar é a incorporação do retrato como parte da prática amorosa, fato que o cancionista popular capta e põe a funcionar no interior do discurso lírico de massa. Mas essa percepção não é exclusiva da produção popular. Jayme, em uma de suas cartas, transcreve um soneto que trata exatamente do tema:

O SEU RETRATO

Quando estou pensativo, mudo e quedo,
Sem ter quem me perturbe o desvaneio,
Sinto que, sem querer, como que a medo,
Murmúrio baixo, todo o grande anseio,

Que me vai n'alma, puro e grandioso.
E desde estão, concentro o pensamento
Sôbre êsse ser, que é todo harmonioso
Constitue meu grande sentimento...

Para que possa então lembrar-me bem,
Daquela deusa que está tão longe,
Pego entre as mãos molhadas pelo pranto

O seu retrato. E peço a Deus que faça
O dom de transformá-lo com sua graça
Naquela original que eu amo tanto!...

(Carta 65-JM-19-10-1936)

O poema pode ser dele ou não (ver seção 3.2 mais adiante). O que importa aqui é que todas as menções à fotografia do ser amado – tanto dele quanto dela – emergem plenamente como discurso amoroso. Assim, passa-se do ato de fala com referência no mundo – *Peço-te para me mandares aquele retratinho que me amostraste hontem* – para o plano da pura elaboração do mundo referencial. No tempo de hoje, a exacerbação da imagem estática ou em movimento, pode parecer estranho que pequenas fotografias assumam um papel tão relevante no modo de vivenciar a experiência amorosa. Mas é de lembrar que, antes dessa possibilidade, apenas restava a escrita, que aliás assume, como se vê nas cartas em análise, a função primordial de presentificar o ser amado que na distância, no impedimento, se recolhe. A carta e o retrato seriam assim, no período, elementos fundamentais para a concretização da presença virtual do outro. As cartas mencionam o telefone – mas seu uso ainda é muito restrito. O que estamos apontando é para o fato de que a vivência do amor tem correlatos tecnológicos interessantes que terminam por se incorporar no próprio discurso amoroso. Nas nossas cartas, isso emerge com a força das paixões reais; nas nossas canções populares, esses elementos são tematizados como matéria poética que diz do amor e de como se vive o amor em cada época.

2.3.4 - Roupas

Nem me pergunte por quê. Talvez porque há um samba de Noel Rosa que sempre me impressionou pela adequação perfeita entre melodia e letra, sei lá. Vou me explicar. Nas cartas que trocam, os noivos mencionam roupas em vários momentos. Minha atenção foi despertada porque num dado momento, o noivo apaixonado menciona um vestido que comprou:

Rio de Janeiro 5 de Abril de 1937

Minha estimada noivinha Muito estimo que esta te vá encontrar em perfeito estado de saúde, eu vou bem graças a Deus. Na minha casa nada de novo. Hoje fui pagar a prestação da apolice, e daqui a quinze dias eles me darão a apolice, **comprei um vestido para você e acho que tu não vai gostar**, mas se tu não quiseres serve para a Hilda.

(Carta 33-JM-05-04-1937)

Em outro momento, menciona um corte de tecido que teria comprado:

Minha sempre estimada noivinha Espero que esta te vá encontrar em perfeito estado de saúde, eu vou bem graças a Deus. Ontem fui no club levar as fotografias e saí logo, não demorei mais de dez minutos, era ensaio só de homens, mas eu não dancei. No sábado eu te espero no nosso ponto na rua Uruguaiana esquina com Buenos Aires, não vá cantar vitória por eu fazer isso **é só para eu te entregar a tal fazenda que comprei ontem**, sabes que eu não gosto de ir na oficina,

(Carta 34-JM-06-04-1937)

Em outro momento, os noivos conversam sobre as fantasias que usariam no carnaval de 37. Cronologicamente, o primeiro registro que temos é dela:

Espero que fajas o possível para passares comigo no carnaval manda-me dizer se você vai comprar camisa para o carnaval e se que seres que eu compre a ancora para você, eu no Domingo de carnaval eu vou a missa na Penha(...)

(Carta 14-MJ-28-01-1937)

(...) Em casa continuam todos de ressaca, **hoje vou comprar a camisa mas só a azul porque não ganhei dinheiro que chegue para as duas**, e até sábado vou ver se arranjo para o bonet, se eu não arranjar tu vais me emprestar o teu, e tu sabes seu bonet, que é mais bonito.

Hoje de manhã antes de eu sair para o trabalho o Zequinha, perguntou-me se eu queria sair igual a ele, para eu dar o meu dinheiro a mamãe, que ela comprava, mas eu disse que não, **a fantasia que ele queria sair era igual a tua**.

(Carta 14-JM-2-02-1937)

Ao que parece iriam fantasiados de marinheiro (os dois, apenas ele?), mas o registro prosaico do *dinheiro que não chega para as duas camisas*, e que pode ser *arranjado para o boné* fazem irromper, no meio de tantas venturas e desventuras amorosas, a dureza do cotidiano, nesse caso, nem levada tão a sério assim. É apenas a vida.

Mencionei um, mas há dois sambas de Noel Rosa sobre o tema. Um deles, em parceria com João da Mina, era na verdade um refrão que servia, segundo nos informam Máximo e Didier (1990), para infundáveis improvisos do compositor e mesmo da cantora Marília Batista, com quem Noel Rosa registrará o samba em disco, em 1936. O refrão era justamente desse João da Mina:

De babado

Refrão

De babado, sim

Meu amor ideal

Sem babado não.

Seu vestido de babado,

Que é de fato alta-costura,

Me fez sábado passado

Ir a pé a Cascadura.

(E voltei de cara-dura!)

Com um vestido de babado

Que eu comprei lá em Paris

Eu sambei num batizado

Não dei palpito infeliz.

(Você não viu porque não quis!)

Quando eu ando a seu lado
 Você sobe de valor,
 Seu vestido sem babado
 É você sem meu amor.
 (É assistência sem doutor!)

Brasileiro diz meu bem
 E francês diz "mon amour",
 Você diz: vale quem tem
 Muito dinheiro pra pagar meu "point-à-jo"
 (Eu ando sem "l'argent toujours!")

De novo Cascadura, de novo a impossibilidade de existir – o vestido e o amado – sem o outro: o babado e a amante. E a dureza, ou prontidão como então se dizia, que aparece tematizada na última estrofe acima, não por acaso glosada no improviso que se fez duradouro. Mas não era esse o samba que me evocaram as cartas. É um outro, do próprio Noel Rosa em parceria com Vadico, que tem por título *Cem mil réis* e foi lançado pelo próprio compositor em dueto com a mesma Marília Batista, em 1936:

Cem mil réis

Você me pediu cem mil réis,
 Pra comprar um soirée,
 E um tamborim,
 O organdi anda barato pra cachorro,
 E um gato lá no morro,
 Não é tão caro assim.

Não custa nada,
 Preencher formalidade,
 Tamborim pra batucada,
 Soirée pra sociedade,
 Sou bem sensato,
 Seu pedido atendi,
 Já tenho a pele do gato,
 Falta o metro de organdi.

Sei que você,
 Num dia faz um tamborim,
 Mas ninguém faz um soirée,
 Com meio metro de cetim,
 De soirée,
 Você num baile se destaca,
 Mas não quero mais você,
 Porque não sei vestir casaca.

Aparentemente inspirado em um episódio real (cf. MÁXIMO; DIDIER, 1990, p. 406-407), o poema tematiza o cotidiano das classes populares, ainda que de um modo inusitado: o soirée remete ao universo feminino, mas o tamborim, ao masculino. O poeta joga com os dois pedidos, glosando sobre os materiais: organdi e a pele do gato. O poeta fica regateando os cem mil réis, nem o gato no morro é tão caro, nem o organdi tão dispendioso, como assim, cem mil réis? Será algum baile de gala? É nesse instantâneo do cotidiano, não muito claro para nós na distância do tempo, que percebemos como o poeta capta a alma popular e seu cotidiano: comprar um vestido, um corte de tecido, numa época em que tais produtos não eram tão baratos como os infames tecidos chineses que puseram fim ao constrangimento da vestimenta parca entre os brasileiros pobres, comprar um vestido, um corte de tecido era algo revestido (com perdão do trocadilho) de um caráter especial. Daí merecer menções e atenções dos amantes que se correspondiam na impossibilidade da vida em comum.

3. A lírica do real – do cotidiano para o discurso

3.1 - Romeu e Julieta

A primeira lembrança musical que tive quando comecei a ler as cartas foi a opereta *A noiva do Condutor*, que Noel Rosa escreveu, no ano de 1936, em parceria com o maestro húngaro radicado no Brasil, Arnold Gluckmann. Essa obra não foi apresentada senão 40 anos depois, tem um enredo muito simples, que lembra muito a história dos nossos amantes: Helena namora Joaquim. Ele se diz advogado, mas ela descobre que é condutor de bondes. Os pais dela se põem contra a união, mas logo ficam sabendo que Joaquim é filho de um banqueiro com quem estava brigado, justamente por namorar uma tal Helena, daí ter ido conduzir bondes pela cidade. Isso é suficiente para que, no final, abençoem a união.

Vejamos os versos do samba canção que abre a opereta:

Helena, linda flor de Cascadura,
Escravo sou da tua formosura
Por ti serei poeta e trovador
Eu dou a vida pelo teu amor.

Helena, minha deusa encantadora
Tu és a minha musa inspiradora
Por ti serei mendigo e até ladrão
Eu dou a vida por teu coração

Morena, flor de sonho e de ventura
Escravo sou da tua formosura
Por ti serei poeta e trovador
Eu dou a vida pelo teu amor.

Morena, minha deusa encantadora
Tem pena desta alma sofredora
Tu és a minha única ilusão
Eu dou a vida por teu coração

(...) Juro pela falsidade das mulheres
que eu faço tudo aquilo que quiseres

Se tomada no interior do texto como um todo, percebe-se que Noel Rosa apresenta um sujeito amoroso que, no plano da narrativa, é sincero no seu amor; no plano da tessitura do texto, temos o poeta jogando com os lugares comuns do discurso amoroso como forma de caricaturar os valores morais envolvidos na relação amorosa quando inserida nas demais relações sociais (pelo menos é assim que vejo a opereta). Já no juramento da canção de abertura, pode-se perceber a forma como o discurso amoroso é ironizado. Isso implica sacanear os valores da classe média baixa, o que obra de Noel Rosa vai tematizar em vários momentos e, por isso, deverá ser retomada em outros momentos deste meu texto.

É claro que é só uma coincidência, mas o que interessa destacar é a captura do universo suburbano, das camadas médias-baixas da população, por parte de Noel Rosa e outros autores da música popular do período. Assim, o noivo Jayme sofre até a viagem para Ramos, passando por Cascadura:

Hontem viajei até Cascadura em pé , quando o trem chegou em Cascadura eu saltei e peguei um onibus Ramos , cheguei em casa mais cedo , ainda encontrei todos acordados pois eram só 10 horas e dez minutos , conversei com o papae e fui para o meu quarto .

(Carta 10-JM-05-10-1936)

o que deixa a amada condoída, ela que escreve lá de Petrópolis:

Eu fiquei muito triste de voçe viajar em pé ate Cascadura eu nunca paga-rei o sacrificio que voçe fais por min eu não mereço tudo isto do meu noivinho

(Carta 08-MJ-06-10-1936)

Como o falso condutor, Jayme recorre ao mesmo tipo de imagem, elaborando por escrito o amor e a falta da amada: é o escravo por quem faria tudo, até roubar:

(...) e a única mulher que fazme ter sonhos bonitos de amor , a ti minha flor , ponho-me em teus pes para servir-te de escravo , expondo-me aos teus mandos .

(Carta 19-JM-16-03-1937)

se não chegar o dinheiro manda pedir mais , porque irei roubar se for preciso , porque fiquei limpo , e se sobrar troco guarda-o para ti .

(Carta 02-JM-22-09-1936)

Aliás, essa passagem lembra uma outra, do samba *Gosto que me enrosco*, lançado por Mario Reis em 1929, também construída sob uma visão crítica do amor romântico. Numa das estrofes, ouve-se:

(...)
 Dizem que a mulher é a parte fraca
 Nisso é que eu não posso acreditar
 Entre beijos e abraços e carinhos
 O homem não tendo é bem capaz de roubar (...)

A visão romântica do amor, que coloca o homem na posição de quem tudo fará para o ser amado, leva, como se sabe, a uma projeção idealizada da mulher. Assim, ainda que Jayme, lá pelas tantas nas cartas, abra o jogo quanto ao amor sensual:

o que eu só queria e estar a teu lado , sentindo as tuas mãos esfregando as minhas , sentir as suas carnes roçar nas minhas , ver os seus olhos luminosos , clarear o nosso amor , ver teus labios que estão sempre a pedir beijos , porque foram feitos só para beijar (...)

(Carta 10-JM-05-10-1936)

no mais das vezes as cartas revelam a idealização do amor que se espera daqueles que se apegam desesperadamente ao próprio amor, quando a este se elevam obstáculos exteriores por vezes intransponíveis:

Minha flor que seria a vida sem o amor ? Seria um mundo monotono todos sentiriam vontade de morrer ninguém gostaria desta solidão . Mas quando nem o amor , e que a pessoa pensar em viver , para eternamente # não só ele como a pessoa a quem ama julga que este mundo é uma maravilha que esta vida é bela , e que a pessoa a quem dedica todo o seu amor , só a si pertence , e sente que só poderá viver parar ela e para mais ninguém , isto tudo minha santa é o que eu penso , acha que é a realidade , porque eu sinto assim .

(Carta 31-JM-16-03-1937)

3.2 - Santa, deusa, flor, diminutivos e outros epítetos

Do modo como o amor é concebido derivam os modos como os amados retratam um ao outro. Há, de cara, uma assimetria entre ele e ela, consequência, obviamente, da idealização do ser amado. Jayme dirige à Mariquinhas três itens lexicais muito recorrentes: **santa**, **deusa** e **flor**. Há um momento em que conseguiu reunir os três numa única frase:

Eu sinto que nesta vida já tenho tudo preparado , tenho a carreira mais ou menos bem graças a Deus , e tenho a flor de meus sonhos a deusa que mais amo e mais idolatro , a santa que inspira-me e me da forças que é voce(...)

(Carta 19-JM-16-03-1937)

Os dois primeiros, na maior parte das vezes em vocativos; o último tanto em vocativos como em usos predicativos. Só para ter ideia, no conjunto de cartas, temos: **deusa** ocorrendo 10 vezes; **santa**, 15 vezes e **flor** tendo sido usada 58 vezes. Observe que, a despeito da sensualidade que Jayme demonstra em mais de uma carta,

a palavra **mulher** só ocorre 3 vezes, duas numa mesma carta, e a palavra **homem** é usada duas vezes, pelo próprio Jayme, ao referir-se a si mesmo na relação.

O tratamento de Mariquinhas para Jayme revela um aspecto interessante do discurso amoroso. Não há nenhum item lexical imagético como **flor**, mas se destaca o tratamento de **filho** que em 8 cartas ela manifesta, mais especificamente **filhinho**:

meu filhinho manda-me dizer se a tua mãe falou au guma couza de Domi-ngo com voçe , eu te espero no Domingo na minha casa si Deus quizer .
Aceita muitos beijo e abraços desta tua noivinha que loucamente te ama
Mariquinha

(Carta 15-MJ-2-02-1937)

Eu na noite de segunda feira sonhei muito com voçe de pois eu te contarei o sonho , meu filhinho eu cadaveis me aumenta as saudades tuas

(Carta 15-MJ-2-02-1937)

Essa projeção materna, normalmente típica de discursos que caracterizam a relação amorosa mais madura, aquela que transpôs o umbral da paixão desenfreada, como que fica em descompasso com a verbosidade amorosa que Jayme apresenta em suas cartas. Me estranha, inesperado, esse arroubo materno numa fase tão Romeu e Julieta. O discurso amoroso de Mariquinhas é claramente limitado pela sua dificuldade com a língua escrita. Na maior parte do tempo, suas cartas têm preocupações práticas (horários, providências), menções aos beijos e beliscões (sim, os beliscões aparentemente integravam a lista de carícias possíveis no universo restrito das carícias públicas ou quase públicas), aos choros e à saudade. A demonstração de amor é sempre direto-ao-ponto. Veja o leitor, a título de exemplo, como a noiva tematiza a saudade, recorrendo a imagens do cotidiano, à conversa com a irmã, ao mesmo tempo em que passa da saudade para as dores no corpo pela caminhada - junto ao amado, a propósito:

Paulo de Frontim 21 - 9 - 1936

Adorado Jayme Saudade Desejo-te muitas felicidade assim como aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus **voçe me pediu para eu não chora mais não foi poçível eu não posso viver mais sem voçe eu devia matar as saudades no domingo mais fiquei com muito mais** eu chegei em casa deiteime logo mais so fui dormir as 11 horas o meu pensamento estava esperando que voçe chegaçe en sua casa para descansar eu fiquei com muito pena de voçe es tar muito cansadi-nho **eu escrevi-te esta carta as 9 horas da manha de pois do café a minha irman chegou-me a dizer-me si eu não tinha matado as saldades ontem** eu dise que não que tinha ainda au mentado muito mais **eu não esperava a quele beijo na despedida** foi pena de não tersido muitos **eu escrevi-te esta carta com muitas dores no corpo eu desconfo que foi deu andar muito no dom-ingo mais isto passa o que não passa e atriteza que trago no meu coração** . a braços da minha irman dos meus sobrinha Ism Ismenia e da Hilda e desta que loucamente te ama muitos beijo e abraços . Maria Ribeiro da Costa manda-me dizer se tua mãe falou au guma cousa com voçe do passeio Jayme se tua mãe falar com voçe au meu respeito manda-me dizer . não repare a carta quando a cabar de ler rasga

(Carta 23-MJ-21-09-1936)

Aqui e ali, muito raramente, aparecem tentativas de elaborar poeticamente os sentimentos. Na carta acima, é o caso quando a dor no corpo pela caminhada é usada como recurso de linguagem para a expressão da tristeza.

Essa simplicidade não significa menor pungência, pelo contrário, ao menos para mim a dor, a alegria, a angústia vêm como que em estado bruto, no final das contas, sem a afetação pseudoliterária. Talvez por isso emocione tanto a carta em que a noiva do escritor, aparentemente desnordeada por uma desavença expressa em uma carta que não consta do corpus, ameaça cometer suicídio:

Rio - 19 - 1° - 1937

Meu eterno Jayme

Muitas saudades

Espero que esta te vá encontrar em perfeita saúde que e o me dezeijo , eu vou cada vez pior de paixão . Eu a recebi a tua carta a do dia 17 quando cheguei em Petropolis no dia 19 eu fiquei muito triste quando ali levei o dia inteiro chorando muito que a D. Carmen mandou-me eu madeitar ella perguntome por que eu chorava tanto eu não dice ella perguntou se era por causa do meu noivo eu dice que não que era por causa da minha casa que eu tinha meaborecido Jayme Pelo a mor de Deus me escreve para min para eu descansar o pobre do meu coração que esta tão ferido que chega a medar pontadas **eu acho que eu não vou muito longe se tenho pena de deixar a minha filha e voce**. Jayme eu pesso-te pelo a mor de Deus para não a cabares com o nosso a mor eu nunca peisei que tu memandace uma das carta dessas tu não queras saber a dor que eu trago no meu coração a minha vida e so chorar tu sabes perfeitamente que eu tanto ou ama mil beijos para o meu Jayminho.

(Carta 12-MJ-19-01-1937)

Mas no que diz respeito às imagens que recobririam papéis na relação amorosa, é muito rápida, para Mariquinhas, a passagem de **amante a mãe**, num jogo enunciativo em que do outro lado ela passa de **flor a santa**. Podemos nos arriscar a dizer que, como à mulher não cabia a voz no discurso amoroso (o discurso amoroso moderno é todo ele masculino, mesmo quando feminino), e no caso dela, cabia menos porque a ela não cabia a escrita, a posição materna emerge como a possibilidade de transcendência na relação amorosa: eu que desprotegida sou posso te proteger, meu ser amado, como protejo minha filha. Ser sua transcendendo a carne é ser sua mãe². O que nos leva aos diminutivos (ou assim espero).

Os diminutivos, já ao tempo do latim, remetem à afetividade e são comuns nas conversações cotidianas. No discurso amoroso, os diminutivos cumprem a função de romper a casca linguística associada aos papéis sociais fortemente demarcados e colocar os amantes no plano infantil da intimidade quase total. É por isso que o discurso maternal de Mariquinhas me levou aos diminutivos recorrentes nas cartas que fuçamos aqui. Encontramos no texto, salvo melhor juízo, 291 usos de diminutivos (estou excluindo os nomes próprios de pessoas mencionadas nos textos e o nome da missivista, que me pareceu um item já cristalizado. Mas estão incluídos usos do nome dele no diminutivo). O diminutivo mais recorrente talvez seja **noivinho(a)**.

Vejamos como os elementos destacados das cartas se comportam na canção popular do período em que foram escritas.

A canção popular vai herdar os elementos básicos do discurso romântico do século XIX, especialmente na sua fase inicial, mas vai expandi-los, incorporando elementos da vida moderna. Assim, de um lado temos o texto lírico de completa junção do sujeito ao ser amado e, de outro, a disjunção, geralmente por infidelidade, ou seja, a mulher como fonte do amor e da desilusão amorosa (e na era Vargas, também vai ser aquela que não trabalha ou não sabe dar valor ao homem que trabalha....mas isso é outra história).

As metáforas para a mulher amada usadas por Jayme são bastante recorrentes nas canções populares. Fiz o exercício de escolher canções do período que trouxessem no título a flor, a santa e a deusa. Começamos pela **flor**. Tomemos *Rosa*, uma composição de Pixinguinha, cuja melodia é datada de 1917, mas ganhou lançamento como canção cantada em 1937, com letra de Otávio de Souza:

Rosa

Tu és, divina e graciosa
 Estátua majestosa do amor
 Por Deus esculpura
 E formada com ardor
 Da alma da mais linda flor
 De mais ativo olor
 Que na vida é preferida pelo beija-flor
 Se Deus me fora tão clemente

² Apenas de passagem, deixe-me assinalar que *Amélia*, de Ataulfo Alves e Mário Lago, se não tem como tema central a passagem de que tratamos acima, apresenta num verso exatamente a formulação que observamos nas cartas: [Amélia] *dizia: meu filho, o que se há de fazer?*

Aqui nesse ambiente de luz
Formada numa tela deslumbrante e bela
O teu coração junto ao meu lanceado
Pregado e crucificado sobre a rósea cruz
Do arfante peito seu

Tu és a forma ideal
Estátua magistral oh alma perenal
Do meu primeiro amor, sublime amor
Tu és de Deus a soberana flor
Tu és de Deus a criação
Que em todo coração sepultas o amor
O riso, a fé, a dor
Em sândalos olentes cheios de sabor
Em vozes tão dolentes como um sonho em flor
És láctea estrela
És mãe da realeza
És tudo enfim que tem de belo
Em todo o resplendor da santa natureza

Perdão, se ousou confessar-te
Eu hei de sempre amar-te
Oh flor meu peito não resiste
Oh meu Deus o quanto é triste
A incerteza de um amor
Que mais me faz penar em esperar
Em conduzir-te um dia
Ao pé do altar
Jurar, aos pés do onipotente
Em prece comovente de dor
E receber a unção de tua gratidão
Depois de remir meus desejos
Em nuvens de beijos
Hei de te envolver até meu padecer
De todo fenecer

Já vimos que a flor aparece sob fina ironia na Noiva do Condutor - *Helena, linda flor de Cascadura*. Em *Rosa*, temos o estereótipo máximo do amor romântico com a idealização da mulher amada, soberana flor, criação de Deus, láctea estrela, que nem por isso deseja ou se deseja menos: flor com perfume cujo peito arfa em sua rósea cruz, que depois de ser levada ao pé do altar, finalmente poderá remir os desejos do ser amado, por toda a vida. Já tivemos oportunidade de apontar que esse tipo de idealização sustenta quase todo o tempo o discurso amoroso das cartas, especialmente de Jayme. Vejamos como a imagem da flor se elabora. Ora vem apoiada na dimensão onírica, que domina a natureza e que dá a medida do amor e da tristeza pela ausência do ser amado:

Longe de ti , sou um pobre sonhador que vive a sonhar a historia do nosso amor ! Uma historia de fadas e condões magicos de principes lindos como a flor do linho e de rainhas maravilhosas, feitas pelas petalas das rosas e do olôr das violetas ! O nosso amor é tão belo , tão grande , que não tem fim ! Longe de ti minha flor sou um pobre sonhador que tem no coração a nos- talgia da vida ! Anoitece . Que tristeza , lá fora ! O céu chora lagrimas violaceas e a brisa , arrepiando as plantas , modula canções melan-colicas . Aqui dentro , a sombra de saudade , a sombra da noite que nem baixando , lenta-mente , sobre a terra , como sobre o meu coração a sombra da tristeza de ter-te longe de meus labios .

(Carta 13-JM-29-01-1937)

Ora a flor se desdobra em algo mais palpável, saboreável porque não dizer, porque a flor não tem apenas olor. Aqui, o beija-flor pixinguiniano é o próprio Jayme, que tem apenas uma flor preferida:

Quizera ser um beija-flor minha querida só para poder estar a beijar-te todo o momento , como eles fazem as flores , mas eu só beijaria a flor de minha vida que é voce , pois para mim não existe flor mais nenhuma a não ser voce , esta flor que adora e que tem o mel que eu procuro, o mel da felicidade e o mel do meu amor , para adocicar a nossa existencia .

(Carta 28-JM-15-02-1937)

Da rosa, vamos para **santa**, ainda nos guiando apenas pelo título. Há uma valsa, lançada por Vicente Celestino em 1929. Parece ter sido composta pelo nosso missivista:

Santa

Frazão Junior

Santa! Sublime amor dos sonhos meus
Canta! Eu quero ouvir dos lábios teus
que és minha só, minha serás [eternamente
Ai, tenha dó, de quem te ama [loucamente

Jura! Que só a mim pertencerás
Que sempre pura ficarás, ó santa, jura!
Pra te agradar eu farei tudo, sim querida
Tu és senhora, linda flor
do meu amor, da minha vida

Não tenho diamantes pra te dar
Sou pobrezinho, vivo a esmolar
o teu amor, o teu olhar, o teu carinho
teu coração, para me dar consolação

Agora ele:

A ti minha querida que dedico todo o meu amor e a minha existencia tú és a soberana do meu coração , tú és a santa que sempre há de aliviar-me com teu amor nas horas angustiosas de meu amor . a ti é que depusitei toda a minha confiança , em ti é que vi que estava preso o meu futuro , e de ti que espero toda a minha felicidade.

(Carta 11-JM-06-10-1936)

e de novo:

...cada vez acredito mais minha querida que teu amor me é sincero , um amor puro criado # somente para mim , e o mesmo correspondo-te eu , que vivo na ansia de cada vez te amar mais , e trazer-te bem presa ao meu coração , para poder cada vez mais gritar com mais fervor . " **és Minha só** e de mais ninguém , e o mesmo procurás tu fazer comi- go , mais isso pode fazer já , porque já tens pode-res para fazer

(Carta 26-JM-25-01-1937)

No caso de **deusa**, a canção mais conhecida talvez seja *A deusa da minha rua*, lançada em 1939 por Silvio Caldas, tendo sido composta em 1936, por Newton Carlos Teixeira e Jorge Vidal Faraj, segundo nos informam Severiano e Mello (1997):

A deusa da minha rua

Newton Teixeira e Jorge Faraj

A deusa da minha rua
Tem os olhos onde a lua
Costuma se embriagar
Nos seus olhos eu suponho
Que o sol, num dourado sonho
Vai claridade buscar

Minha rua é sem graça
Mas quando por ela passa
Seu vulto que me seduz
A ruazinha modesta
É uma paisagem de festa
É uma cascata de luz
(...)

Mas há uma outra deusa, composição de Freire Junior, gravada por Francisco Alves em 1931, que não transcrevo inteira:

Deusa

Freire Junior

Deusa
Visão no céu que me domina
Luz de uma estrela que ilumina
Um coração pobre de amor
Teu trovador
Chorando as mágoas ao luar
Vem aos teus pés para implorar
As tuas graças divinais
Consolação e nada mais

Deusa
Anjo do céu, meu protetor
Nas alegrias e na dor
Sagrado ser a quem venero
Nada mais quero
Se não puder esquecer
Alguém que não mais quero ver
Visão fatal, que foi meu ideal
(...)

A canção é um pouco ambígua, pois há aparentemente uma queixa de amor, que não vem ao caso aqui. Facilmente encontramos nas cartas esse tipo de formulação associado à mulher como deusa:

Só a ti é que eu dedico toda a minha vida , e os meus momentos , tú es a deusa que embala-me nos meus sonhos de ilusão , embora já estejas longe de mim pareço que sinto o teu coração batendo juntinho ao meu .

(Carta 58-JM-09-09-1936)

Mas é claro que nas cartas não poderiam faltar nem luares, nem estrelas, nem luzes:

Minha querida , da janela de meu quarto , contemplo o azul do céu , a noite é linda , a lua com seus raios prateados , parece invocar todos os corações tristes e pensativos , pedindo que confie-lhe os nossos segredos , As vezes olho uma estrela , como se me convencesse de que a olhos tam-bem . Sorrio-lhe e confio-lhe o meu segredo , - esse segredo que estas farta de saber ... E ella brilha mais , fica mais bela e de repente , apaga-se : desaparece ... Será que vou levar-te a suplica que lhe faço e será que tú comprehendes , o lingua-jar do luciluzir ?

(Carta 39-JM-20-04-1937)

mas como ele [o irmão de M.] esta perto de quem gosta não avalia , o que é a dor de se estar longe de quem se ama , ainda não conhece a dor que a pessoa sente , quando sosinho começa a meditar o firmamento olhando para todas as estrelas , mas não consegue descobrir , dentre todas as estrelas , a eleita do seu coração a estrella que lhe da vida e luz , só se sente dentro do peito o coração dela bater , mas a sua dona esta tão longe dos olhos .

(Carta 04-JM-25-09-1936)

Também não falta o trovador. Jayme se assume poeta pela primeira vez em uma tentativa bem malgradinha de poema:

Dedico a ti minha flor os versos abaixo , embora não sejam feitos por um poeta , mas foram ditados pelo meu coração .

O meu coração
Vibra de paixão
Neste sofrimento
Sentindo a dor que minha ' alma invade
Tendo na lembrança
Suave esperança
De matar minha saudade

Neste sofrimento
Espero o momento
Numa atitude tristonha
O meu coração
Vibra de emoção , pulsa de amor
Soluça , canta e sonha .

Más quando o amor é sincero
A ausencia aumenta a saudade
Por isso que ainda espero
Momentos de felicidade .

Quizera dizer-lhe baixinho
Pra ninguem mais escutar
Se voce não matar da saudade
A saudade vae me matar .

(Carta 50-JM-22-08-1936)

Adotando claramente a estrutura em versos, temos pelo menos mais quatro poemas, dos quais já mencionamos dois (*O Retrato* e *Eu amo a letra M.*). Mas o interessante é que em outra carta, aqui por número 61, nosso poeta enxerta trechos de poemas ou poemas inteiros de outros poetas, como parte de seu texto. Vejamos:

Minha querida sinto tanto a tua falta , anseio para ver-te que parece-me que tu não voltas mais , eu sei que um dia virás e espero-te ansioso , mas quando ? Uma esperança acende-me a face e o riso de um sonhar abre-me o coração , vivo espalhando a luz como quem dando o pão , feliz em fazer bem no bem se rejubila , **Ama-me assim querida sem ânsias nem clamores , sem amostras no olhar de cousa alguma , num silencio feliz num gesto em suma , furtivo às aparencias exteriores.**

O trecho destacado pertence a um soneto de José Correia da Silva Junior, que assinava Correia Junior:

Pudor

Correia Junior

Ama-me assim, sem ânsias nem clamores,
sem amostras no olhar de coisa alguma,
num silêncio feliz, num gesto, em suma,
furtivo às aparências exteriores.

Deixa que o teu amor a paz resuma
dessas noites propícias aos amores,
em que os gritos das luzes e das cores
ficam velados através da bruma.

Ama-me assim, como se as nossas vidas
duas árvores fossem diferentes,
por desiguais radículas nutridas...

E como se a alegria que abafamos
amargasse nos frutos renascentes
e entristecesse os pássaros nos ramos...

Espertinho missivista, que não contava com o escrutínio de pesquisadores do futuro e boas ferramentas de busca. O poeta em questão, confesso que não o conhecia, e encontrei o poema em um site³. Na mesma carta, em sequência ao trecho citado acima, segue o nosso missivista-poeta-editor:

Esta noite tive um sonho contigo tão lindo , que preferia ficar naquela doce ilusão até tu chegares , sonhava que havia entrado na tua casa , sem ninguém pecerber e fui encontrar-te dormindo tua alcova estava linda , **era a pálida luz da lâmpada sombria sobre um leito de flores reclinada , como a lua por noite embalsamada entre as nuvens de amor voce durmia . Era a deusa do mar , na espuma fria pela maré das aguas embaladas , era um anjo entre nuvens d ' alvorada Que em sonhos se banhava e se esquecia , era mais bela , o seio palpitando negros olhos as palpebras abrindo formas nús no leito resvalado , não te rias de mim , meu anjo lindo , por ti as noites eu velo chorando , por ti nos sonhos morrerei sorrindo** . Estes pobres bilhetes que te mando , peço-te que não mostres a nim-guem , guarda-os contigo , esconde-os sempre e quando não os quizeres mais , queima-as meu bem , nunca deixes que nelles domarando possa acaso , indiscreto , o olhar de alguém ao fundo queira saber

transcrevendo, sem o dizer, Álvares de Azevedo:

Pálida à Luz

Pálida à luz da lâmpada sombria,
Sobre o leito de flores reclinada,
Como a lua por noite embalsamada,
Entre as nuvens do amor ela dormia!

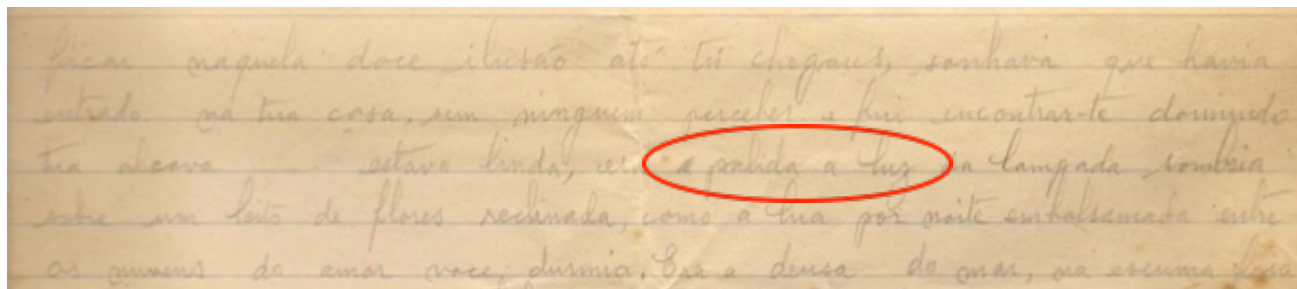
Era a virgem do mar, na espuma fria
Pela maré das águas embalada!
Era um anjo entre nuvens d'alvorada
Que em sonhos se banhava e se esquecia!

Era mais bela! o seio palpitando
Negros olhos as pálpebras abrindo
Formas nuas no leito resvalando

Não te rias de mim, meu anjo lindo!
Por ti - as noites eu velei chorando,
Por ti - nos sonhos morrerei sorrindo

Podemos dizer que de fato estamos diante de um usuário da língua escrita com grande habilidade linguística, pois introduz o poema de Álvares de Azevedo com um gancho esperto: “Esta noite tive um sonho contigo tão lindo”. Além disso – não resisto a um breve exercício de edição textual – o missivista faz uma jogada sintática: transforma o adjunto, no poema, **à luz da lâmpada sombria** em sujeito do verbo **ser**, deu seu uso. A edição de Silva (2012), citada acima, dá: *era a pálida luz da lâmpada sobria*, mas gostaria de argumentar que o missivista escreve o primeito **a** para em seguida riscá-lo. Se fez isso para manter a sintaxe adequada, nunca saberemos, mas que tratou de encaixar o poema no seu texto, para mim é fora de dúvida. Reproduzo aqui a foto da carta em questão, retirada de Silva (2012):

³ http://www.adrianavacanti.eti.br/inspiracao/mulher/poesias/amor/mpo_amor.htm



(SILVA, 2012, vol. II, p. 71)

Interessante também é que esse é o único momento no conjunto de cartas, em que ele pede que a amada não mostre as cartas para ninguém (bem, estou mesmo a fazer intrigas, acho que me contaminei pelo clima todo do enredo do romance. Me perdoe o leitor compassivo). Não consegui encontrar os outros poemas ou trechos que procurei. Imagino que haja mais enxertos como esses, mas foge à alçada deste texto, que já se estendeu demais. Fica aí a sugestão para pesquisa.

Por fim os diminutivos. Já me iam passando, tantas as reviravoltas e dores de amor. Não há muito sobre o tema em pesquisa sobre música popular brasileira. Geralmente a ocorrência dos diminutivos costuma ser atribuída à bossa nova, que teria investido em uma lírica amorosa menos “compromissada” ou “pesada” como era aquela dos períodos que a antecedem. Esse investimento corresponderia ao que poderíamos chamar de passagem de **mulher a garota**, que dominará posteriormente a música “jovem”, que nasce junto com a invenção da “juventude”. Mas as coisas não são bem assim. Na música dos anos 30, há uma vertente que explora claramente essa perspectiva menos “adulta” do amor, normalmente – vejam vocês – nas marchinhas de carnaval. Esse é um tema que merece estudos sérios, mas vão aqui alguns exemplos:

Uma andorinha não faz verão

Braguinha e Lamartine Babo, 1933

Vem moreninha
Vem tentação
Não andes assim tão sozinha
Que uma andorinha
Não faz verão.
(...)

Linda Lourinha

Braguinha, 1933

Lourinha, Lourinha
Dos olhos claros de cristal
Desta vez em vez da moreninha
Serás a rainha
do meu carnaval
(...)

Menina dos meus olhos

Lamartine Babo e Noel Rosa, 1936

Menina dos olhos castanhos,
Que reside lá na serra,
Bem juntinho de deus...
Tu és a menina dos meus olhos,
Estou cego de saudade
Pelos olhos seus.

A serra não precisa de luar,
 É iluminada pela luz do teu olhar,
 Até o próprio sol resolveu não brilhar
 Pra não perder (pra quem?) pro teu olhar!

Teus olhos abusaram do clarão
 Parecem fogos dominando a multidão
 Um rasgo de luz teu olhar produziu
 Foi o olhar (de quem?) do meu Brasil

A última composição, transcrita integralmente, traz os elementos românticos já mencionados anteriormente: olhos, luz, luar, brilho, predicando, nesse caso, uma *menina*. Mas vejam quanta diferença no modo de fazê-lo, se comparada a Rosa, transcrita mais acima. A letra de Rosa integraria o elenco das canções populares escritas “à moda antiga”, antes da geração de 30, que vai formatar a moderna canção de massa brasileira. Para finalizar essa seção, destaco uma canção que fez sucesso em 1929, na voz de Mario Reis, ele próprio fruto artístico da modernização no sistema de gravação, que passando a ser elétrico, possibilita que vozes menos potentes como a desse cantor e Noel Rosa, por exemplo, pudessem circular em disco:

Dorinha, meu amor

José Francisco de Freitas (Freitinhas)

Dorinha, meu amor
 Porque me fazes chorar?
 E sou um pecador
 E sofro só por te amar!

Não sei qual a razão
 Que eu sofro tanto assim
 Castigo sim, castigo sim
 Imploro a Deus
 Para vencer o teu amor
 O teu amor, amor

Dorinha, meu amor...

Dorinha, juro que
 Só pensarei em ti
 Somente em ti
 Somente em ti
 Só tu que podes dar
 Alívio a esta dor

Ao teu cantor, cantor

O primeiro verso é um primor de candura: o nome próprio no diminutivo e seu aposto traduzindo a plenitude do lugar do ser amado. O nome no diminutivo já é ele próprio uma redução: **Isadora > Dora > Dorinha**, o que acaba produzindo o efeito de uma etimologia paralela: **dor => dorinha**. Pode parecer viagem do analista, mas há uma dor tematizada na letra; o diminutivo no vocativo conduz inevitavelmente para uma dor que não se deve levar muito a sério, malgrado a pergunta doída: *por que me fazes chorar?* O poema, como se vê, oscila entre o ser que ama e o que chora porque ama (não fica aparente nenhuma desilusão). Por que sofre o amante, não sei qual a razão. Mas há uma chave que gostaria de realçar: “E sofro só por te amar!”

Se descartamos uma desilusão amorosa – traição, amor não correspondido – temos uma dor que vem do próprio ato de amar. Esse paradoxo – já em Camões – não aparecerá muitas vezes na canção popular dos anos 30, que em geral vai atribuir a dor à mulher que ignora ou que vilipendia o amor masculino. Mas está aí em *Dorinha*, um samba lançado para o carnaval, que a interpretação de Mário Reis conduz para uma leitura menos dramática e mais disjuntiva entre o amante e a amada, a despeito dos versos da segunda parte. Mas abrindo com **Dorinha**, só Mário Reis, ou Noel Rosa.

Esse amor, que, por existir, já é fonte de dor, aparece muito constantemente nas cartas. Em pelo menos três momentos, a expressão é exatamente esta:

Hontem não fui a praia descansei toda a tarde , a noite fui ao cinema , gostei muito da fita porque nela trabalha uma artista , que desempenhou o papel de que sofria pelo amor que tinha a um rapaz , e eu então pensava só em voce o quanto tens sofrido por minha causa somente por amar-me .

Minha flor , **mas eu sofro igual a voce somente por te amar**

Finalmente temos que nos conformar por-que Deus assim quer , e contra ele nada poderemos fazer .

(Carta 17-JM-8-03-1937)

A vida para mim longe de ti minha querida é um tomento , quero que venhas aliviar o meu pobre coração que **vive tão tristonho , só por te amar-te tanto** e tú estares tão longe de meus Embora eu saiba que tú me amas , e que perten- ces só a mim , e que está dentro do meu cora-ção , é por eu saber tudo isso que eu sofro minha adorada

(Carta 43-JM-07-10-1936)

Só tu minha flor , é que poderás avaliar a dor que trago no peito com a tua ausencia , **sofro somente por te amar** , bem comprehendes que o nosso amor é enorme , jamais podera se acomparar com os outros que pelo mundo existe

(Carta 52-JM-12-10-1936)

Mais não digo. Não sabemos se esse sofrimento teve fim, se se acomodou após ter sido levado aos pés do altar, se se consumou em nuvens de beijos e desejos remidos, se prescindiu dos retratos porque a distância desapareceu. Se, enfim, deixou de ser amor pelas palavras e se tornou amor de fato e de direito, na plenitude dos silêncios indizíveis. Sabemos apenas que dois amantes se quiseram nas idas e vindas da Penha, nos trens de subúrbio, nos encontros no centro da cidade do Rio de Janeiro e, meio sem querer, nos ensinaram sobre o amor, sobre a história, sobre a língua, sobre o discurso, tanto tempo depois de tanto tempo de amor tão profundo.

Coda

Não sei se me imiscuí demais nos assuntos alheios. Jayme e Mariquinhas que me perdoem a invasão. Tanto ainda havia por ser dito, tão pouco perto cheguei do que vislumbrei que poderia. Deixo a porta aberta para outrem. Outrem...essa palavra do passado, por que me ocorre? Há muitos pontos de leitura a serem percorridos: a presença da literatura romântica, a história do cotidiano, a formulação mesma do discurso amoroso, parcamente resvalada aqui.

Alguma coisa nos textos desses dois é que me fizeram abrir a porta da música popular brasileira. No fundo foi isso que tentei demonstrar. Talvez seja mais um trabalho sobre a música popular brasileira do período e sobre como seus poetas conseguiram, de fato, incorporar o cotidiano e a mentalidade da porção maior da população urbana que finalmente começava a existir para o ideário nacional. Em muitos momentos, era como se os poetas tivessem glosado a história dos amantes que as cartas nos revelam, e esse efeito só pode ser fruto da sensibilidade de nossos poetas populares que revelaram paixões e histórias que seguramente se multiplicavam na cidade e seus subúrbios e que o acaso levou ao registro nessas cartas que se transformaram em **corpus** e em História.

Talvez isso tudo explique por que muitas dessas canções continuem eternas. Seja lá o que isso possa querer dizer.

Referências bibliográficas

- MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa – uma biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuzana Homem de. *A canção no tempo – 85 anos de músicas brasileiras*. Vol. 1: 1901-1957. São Paulo: Editora 34, 1997.
- SILVA, Érica Nascimento. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VIANNA, Luiz Fernando. *Geografia carioca do samba*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004. Fotografias de Bruno Veiga.

Varição das vogais pretônicas em cartas de um casal não-ilustre de 1930

Variation of unstressed vowels in letters from a non illustrious couple of the 1930s

Recebido em 03 de agosto de 2015. | Aprovado em 10 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.186>

*Fabiane de Mello Vianna da Rocha*¹

Resumo: Este artigo analisa o comportamento das vogais médias pretônicas em missivas de um casal não ilustre do início do século XX. Trata-se de um estudo diacrônico, que parte dos preceitos da Sociolinguística Histórica e investiga a relação entre a variação existente na representação grafemática dessas vogais, na década de 1930, e o grau de contato dos autores com modelos de escrita. Mais especificamente, em um primeiro momento, as ocorrências são selecionadas a partir dos modelos de escrita atuais. A fim de verificar se os dados de fato refletem desvios grafemáticos ou se correspondem ao padrão que vigorava, utilizam-se, ainda, registros escritos de dois jornais de grande circulação na mesma época. Assim, constata-se ora a correspondência entre os periódicos e as missivas, ora o seu distanciamento, já que alguns casos refletem, ainda que em diferentes níveis, marcas de fala e/ou a insegurança sobre os padrões ortográficos então vigentes.

Palavras-chave: vogais médias pretônicas; missivas; estudo diacrônico; desvios grafemáticos.

Abstract: This article analyzes the behavior of the middle unstressed vowels in missives from a non illustrious couple of the early twentieth century. This is a diachronic study, that takes some of the precepts of the Historical Sociolinguistics and investigates the relationship between the variation in graphematic representation of these vowels, in the 1930s, and the degree of contact with the authors writing models. More specifically, at first, the occurrences are selected from the current written models. In order to verify that the actual data reflect graphematic deviations or match the pattern in force, it is also used written records of two major newspapers at the same time. Thus, it appears now the correspondence between the journals and letters, or its distance, as some cases reflect, albeit at different levels, speech marks and/or insecurity about the then current spelling standards.

Keywords: middle unstressed vowels; missives; diachronic study; graphematic deviations.

¹ Doutoranda em Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do CNPq. fabyufrj@gmail.com.

Introdução

Sobre o vocalismo no Português do Brasil (*doravante* PB), Camara Jr (1970) propõe uma variação fonêmica decorrente da tonicidade do segmento. Nesse sentido, o limite máximo de distinção se verifica em pares mínimos como *s/a/co*, *s/ε/co*, *s/e/co*, *s/i/co*, *s/ɔ/co*, *s/o/co* e *s/u/co*, cuja mudança de significado resulta da alternância das vogais acentuadas. Nos demais contextos, o processo de neutralização permite que alguns desses segmentos deixem de se opor e se reduzam a cinco, quatro e três fonemas em ambientes pretônico, postônico não-final e final, respectivamente.

Devido à anulação do traço de abertura entre as médias anteriores /ε, e/ e as médias posteriores /ɔ, o/, nas sílabas pretônicas, a variação das pronúncias de palavras como “*pesar*” e “*morar*” (p[ε]sar ou p[e]sar e m[ɔ]rar ou m[o]rar, respectivamente) não implica mudança de sentido: são apenas variantes de um mesmo elemento fonológico, os chamados arquifonemas /E/ e /O/. A depender do ambiente linguístico, em todos os dialetos do PB, verifica-se, ainda, a incidência do processo de alçamento ou alteamento que culmina em uma neutralização esporádica entre vogais médias e altas, conhecida como debordamento.

Diversos estudos revelam a recorrência do processo de alçamento na oralidade (cf. seção 1.2). Limitar a variação na pauta pretônica a essa modalidade pode, contudo, ser considerado um equívoco, já que análises sobre a grafia também assinalam uma tendência “a anular-se a oposição entre [e] e [i], bem como [o] e [u] em posição pretônica, realizando-se um arquifonema [i] ou [u] conforme o caso” (CAMARA JR, 1972, p. 88).

Marquilhas (1996) observa, em manuscritos do Português Clássico do século XVII, a intimidade de redatores com a escrita, contrastando as chamadas mãos hábeis e inábeis, a partir de dados linguísticos. Em sua proposta o grau de letramento dos informantes é avaliado e se consideram hábeis os indivíduos com maior domínio do registro escrito e inábeis aqueles cujo menor contato com esse registro se legitima. Em outras palavras, a inabilidade se evidencia através de aspectos como a ausência de *cursus* e de regramento ideal; o uso indiscriminado de módulo grande e de letras desenquadradas ou maiúsculas no interior de palavras; o emprego recorrente de abreviaturas; o traçado inseguro; a irregularidade da empaginação; a falta de leveza do conjunto; além da hipersegmentação. Reiterando esses critérios, Silva (2012, p. 36) ressalta que se espera, portanto, da grafia de pessoas com maior habilidade: “traços mais firmes, letras mais arredondadas e interligadas”, além de “uma cursividade homogênea.” Quanto menor a habilidade de um sujeito com a grafia, maiores também são as probabilidades de se encontrarem em seus textos marcas de fala como síncope ou alteamento das vogais médias pretônicas; variação entre <e> e <i> ou <o> e <u>; abaixamento das vogais [i] e [u]; dentre outros aspectos.

Complementando essa proposta, Barbosa (1999) analisa documentos oficiais e cartas de comércio, escritos durante o século XVIII, afirmando que essas características não são suficientes para determinar o nível de letramento dos escritores, pois, ao mesmo tempo em que se verificam alguns dos aspectos supracitados, o conteúdo dos textos reflete um nível de letramento superior. Para o autor, os critérios que nortearão um estudo que abarque a formalidade e o planejamento textuais decorrem de uma avaliação dada ao letramento em uma época. Mais precisamente, descobrir a cultura de um redator no passado implica, primeiramente, entender os valores atribuídos ao letramento em sua época e comparar as ocorrências encontradas a outros textos considerados de referência culta no período estudado.

O presente artigo almeja analisar missivas de um casal não-ilustre² do início do século XX, cujas informações sociais são pouco precisas. Como uma primeira abordagem qualitativa, parte dos preceitos da Sociolinguística Histórica e sugere que a variação existente na representação grafemática das vogais pretônicas anteriores e posteriores na década de 1930 possa indicar o grau de contato desses autores com modelos de escrita, por refletir, ainda que em diferentes níveis, marcas de fala em suas missivas e/ou a insegurança sobre os padrões ortográficos da época.

As principais abordagens de cunho fonético-fonológico no PB se pautam na Sociolinguística Variacionista e em dados de fala, sendo escassas pesquisas sobre sincronias passadas, cujos *corpora* seriam exclusivamente escritos. Ainda que se reconheça que aspectos da pronúncia são mais evidentes em amostras orais, em conformidade com Marquilhas (1996) e Barbosa (1999, 2005), postula-se que, a depender do grau de letramento

² Classificação de Silva (2012; 2013), com base na escrita e no conteúdo das missivas.

do indivíduo e do período sócio-histórico considerado, a aproximação entre as duas modalidades é perfeitamente plausível.

Dessa maneira, a próxima seção expõe outros comentários sobre o vocalismo pretônico na história da Língua Portuguesa e no PB moderno. A seção 2 enfatiza alguns problemas e contribuições da Sociolinguística Histórica, partindo, principalmente, dos postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e de Conde Silvestre (2007). Esclarecem-se na seção 3 alguns aspectos sobre a metodologia adotada, focalizando o *corpus* analisado, o perfil dos informantes e os possíveis fatores que suscitam a variação do fenômeno investigado. A seção 4 descreve as ocorrências encontradas, postulando possíveis condicionamentos para os dados de abaixamento, alçamento, apagamento e ditongação. Paralelamente, a fim de confirmar se os dados levantados na amostra de fato representam desvios aos modelos de escrita da época, confrontam-se, também, as grafias das missivas com aquelas que veiculavam em dois periódicos da década de 1930 no Rio de Janeiro. Por fim, apresentam-se, respectivamente, algumas considerações finais sobre este estudo e as referências bibliográficas que nortearam a proposta.

1. A pauta pretônica

1.1 - Na história da Língua Portuguesa

A revisão bibliográfica sobre a pauta pretônica revela um contraste entre a multiplicidade de abordagens variacionistas sobre o PB moderno (cf. seção 1.2) e a escassez de estudos diacrônicos sobre o mesmo tema. Segundo Teyssier (1980), devido à ausência de uma ortografia oficial, a alternância entre vogais médias e altas em sílabas átonas no Português Brasileiro data do século XVIII. Abordagens mais atuais comprovam, todavia, indícios da existência desse processo em sincronias mais antigas. Assim, como “a investigação fonológica diacrônica enfrenta os obstáculos da representação letra/som, da incógnita sobre o reflexo da oralidade na escrita, entre vários outros problemas” (MONARETTO, 2013, p.93), reconhece-se que o estudo desse fenômeno persiste como “um dos pontos mais importantes, mas também dos mais obscuros da história do português” (TEYSSIER, 1980, p. 68). A fim de melhor elucidá-lo, aliam-se as análises de Naro (1973), Monaretto (2013), Silva (2012; 2013) e Camara Jr (1972).

Em formas não derivadas de sílabas tônicas do latim, Naro (1973) ressalta a dificuldade de atribuir valor fonético às letras *e* e *o* em português antigo, pela ausência de evidências diretas que confirmem a realização dessas vogais como médias [e,o] ou altas [i,u]. Há, contudo, “ocorrências acidentais de registros variáveis, e as gramáticas dos séculos XVI, XVII e XVIII alertam sobre a relação estreita dessas letras.” (MONARETTO, 2013, p. 77). Mesmo em documentos anteriores ao século XIV, encontram-se vogais altas em contextos em que seriam mais propícias as grafias *e* e *o*. São recorrentes registros semelhantes a *duzi* (*doze*), *fur* (*for*), *sangui* (*sangue*) e mesmo que a influência latina seja legítima, nem todas as representações podem ser explicadas etimologicamente, o que sugere que a variação não se restringe a contextos átonos.

Para Mateus *et alii* (2003, p. 28), as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540); o dicionário de português-latim e de latim-português de Jeronimo Cardoso; e, também, a obra *Ortografia da Língua Portuguesa* de Duarte Leão (1576) abordam a pronúncia da língua portuguesa e apontam que “especificamente, em Portugal, neste período clássico, as vogais átonas *e* e *o* alternavam-se com *i* e *u*, respectivamente.” (MONARETTO, 2013, p. 81).

No século XVI, tendo em vista grafias de vogal média em palavras como *igual* e *idade*, cujas pronúncias sempre teriam sido altas, Said Ali (1964) assegura que, mesmo em momentos em que a chamada escrita fonética se destaca, nem todo registro escrito reflete a pronúncia. Paiva (1988, p. 33) acrescenta, enfim, que as edições dos textos que nos chegam hoje nem sempre conservam as formas ortográficas originais, prejudicando a qualidade dos resultados em uma análise diacrônica.

Ainda que se proponha a observar o vocalismo átono final em jornais oitocentistas do Rio Grande do Sul, Monaretto (2013, p. 89) sugere uma relação entre a presença de variantes altas na pauta pretônica, a elevação na pronúncia das vogais médias na comunidade da época e a “consciência fonológica do fenômeno do alçamento”. Segundo a autora,

são quantitativamente significativos, nos jornais analisados, os casos de elevação (...) de vogais médias pretônicas, provocados pela presença de uma vogal alta na sílaba subsequente, ilustrando (...) o processo de *harmonia vocálica*, como nas palavras *semelhante* (semelhante) ou *religião* (religião), por exemplo, ou de alçamento diante de nasais ou sibilantes, como em *impossado* (empossado) e *desgraçados* (desgraçados). Há também palavras com *u* e *i*, ilustrando a situação de *alçamento sem motivação aparente*, como, por exemplo, *moleque* (moleque) e *recheado* (recheado).

Sua amostra revela também “casos de grafias em pretônicas que poderiam ser explicados como registro etimológico.” (p. 90). Em conformidade com Barbosa (2005), são identificados como “indicativo de aferição de erudição do texto”(p. 90). Além disso, evidenciam i) “a instabilidade de realização das vogais médias átonas, que se encontra consolidada na norma escrita com *e* e com *o*, desde muito tempo”(p. 92); e ii) “neutralização entre dois sons, manifestada pela opção da escolha de um só grafema.” (p. 92)

Recentemente, Silva (2012; 2013) analisa o mesmo *corpus* utilizado neste trabalho, almejando traçar o perfil sociolinguístico do casal de noivos em destaque através da grafia e do conteúdo de suas missivas. Dentre outros fatores considerados, a autora focaliza a alternância entre as vogais <e> e <i> e <o> e <u> em sílabas átonas. Trata-se de estudos que trazem, portanto, notícias sobre o fenômeno em voga, demonstrando que sua ocorrência nas cartas pode contribuir para a construção do perfil intelectual do casal observado, já que “esse tipo de desvio grafemático reflete a oralidade, pois as variantes gráficas entram em conflito com as representações fonético-fonológicas, gerando essa flutuação na escrita.” (SILVA, 2012, p. 82).

A comparação entre os autores das missivas revela que ambos apresentam variação com dados de alteamento e abaixamento em seus textos, ainda que os casos de alternância entre vogais médias e altas sejam mais recorrentes na escrita da noiva. Nas palavras de Silva (2012, p. 83):

Dentre os vocábulos coletados nas missivas do Jayme, a exceção de *constitue* (...) todos possuem uma variação na posição pretônica. As palavras *irrevugavel*, *durmente* e *durmi* apresentam alteamento da vogal [o] para [u] e as demais, abaixamento de [i] para [e]. As cartas da Maria apresentam dois dados de palavras cujas vogais que variam são as postônicas de [e] para [i], sofrendo um alteamento (...). Nas outras palavras, a variação ocorre em posições pretônicas (ocorrendo também em *defiçel*), com abaixamento da vogal – *estante*, *peor* ([i] > [e]) e em *podece* ([u] > [o]) e alteamento em *duer*, *intrega*, *iscondido* e *recibí*.

Por fim, com base em ditados e descrições de uma gravura, escritos por estudantes de uma escola de prestígio da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, que participaram do Exame de Admissão ao Ensino Médio, Camara Jr (1972, p. 91) afirma que a neutralização esporádica ocorrida na fala entre segmentos médios e altos pretônicos explicaria “a grafia ‘*acustumado*’ em vez de *acostumado*, em redação, e mesmo em ditado.”. Semelhantemente, casos de hipercorreção são também encontrados e descritos como

provenientes da preocupação de manter uma distinção inexistente na língua coloquial, como em ‘-Depois de falar com parente *romou* para o campo’ onde nem a associação espontânea com *rumo* conseguiu firmar a forma *rumou*.(...) Análoga explicação cabe à frase ditada – ‘inúmeros troncos’, que aparece escrita como – ‘*enúmeros troncos*’, e até – ‘*em números troncos*’. (...) Encontram-se, ainda, em seu *corpus*, exemplos como ‘*insolaradas*’ em vez de *ensolaradas* e ‘*imbarcação*’ em vez de *embarcação*.” (p. 91)

Segundo o autor, uma análise semelhante, realizada em uma escola municipal e “um colégio da zona norte, deve apresentar quadros um tanto diversos, correspondentes a uma estratificação linguística muito nítida que a cidade apresenta.” (CAMARA JR, 1972, p. 87).

Em conformidade com a defesa de Monaretto (2013, p.83) de que “o valor fonético das vogais *e* e *o* e o aparecimento das variantes *i* e *u* na história do português ainda persiste como um problema, pois a relação grafia/som não é clara para se postular algumas conclusões.”, este estudo se propõe a aprofundar a análise de Silva (2012; 2013), focalizando não só a alternância entre manutenção e elevação, mas também os casos de abaixamento, apagamento e ditongação em sílabas pretônicas encontrados na amostra. Com o objetivo de avaliar se as ocorrências realmente se distanciam das normas vigentes na década de 1930, adotam-se, ainda, dois jornais que

circulavam no mesmo período como referência de norma e comparam-se os registros das missivas àqueles presentes nas notícias dos periódicos.

Partindo dos pressupostos de que: i) “as descrições sincrônicas de fala das vogais podem servir de parâmetro e orientação para investigações de evolução de formas variáveis” (MONARETTO, 2013, p.83); e ii) a aliança entre essas duas perspectivas pode contribuir “para o conhecimento da mudança em uma variedade linguística” (MONARETTO, 2013, p. 83); comenta-se, na próxima seção, o comportamento das médias pretônicas no português brasileiro moderno.

1.2 - No Português Brasileiro

Embora se trate de um tema já desenvolvido por filólogos (como Paul Teyssier, Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes) e dialectólogos (como Amadeu Amaral, Mário Marroquim, José Aparecida Teixeira), e de a variação em contexto pretônico ser um fenômeno muito antigo em nossa língua, as abordagens sobre as vogais nessa pauta acentual intensificaram-se a partir da década de 1970, por conta do desenvolvimento, no Brasil, de estudos na linha Sociolinguística Variacionista (cf. CALLOU; BRANDÃO, 2016). As primeiras pesquisas já almejavam descrever e fundamentar a latente diversidade linguística que se verifica no PB. Com a possibilidade de explicar tal diversidade a partir da aliança entre fatores estruturais e sociais, estudos fonéticos ou fonológicos como Câmara Jr. (1970, 1977), Bisol (1981, 2003), Yacovenço (1993), Callou *et al* (1986, 1991), Viegas (2001), Brandão; Cruz (2005), Hora; Santiago (2006), Oliveira (2008), dentre vários outros, já permitem esboçar um quadro geral das motivações que presidem à implementação das variantes.

Pode-se dizer que, em meio aos diversos fatores que concorrem para a variação das pretônicas, a maior frequência de uma ou de outra vogal na fala das principais áreas geográficas do Brasil parece confirmar a distinção básica entre os dialetos do Norte e do Sul do país, conforme a proposta de Nascentes (1953). Confirmam, também, tal diferenciação dados recém divulgados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil-ALIB (MOTA; CARDOSO, 2013, inédito, p. 5-6) referentes a 25 capitais de estado³:

Em termos percentuais, encontram-se, no conjunto de capitais da região Nordeste, aproximadamente, 60% para as vogais médias pretônicas abertas. Por outro lado, as capitais das regiões Norte e Centro-Oeste situam-se em uma posição intermediária, com maior frequência das médias abertas (36%, no Norte, e 27,5%, no Centro-Oeste) do que nas capitais do Sul e Sudeste (percentuais abaixo de 10%), mas com menor frequência do que nas do Nordeste. Os percentuais de vogais médias pretônicas fechadas, consideradas conjuntamente as anteriores e posteriores, são: 64%, na região Norte; 72,5%, na Centro-Oeste; 90,5 %, na Sul; 91,4 %, na Sudeste; e apenas 39,3 %, na Nordeste. (Cf. Tabela 01).

REGIÕES	VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS			
	ABERTAS		FECHADAS	
Norte	1.136	36%	2.008	64%
Nordeste	1.776	60,7%	1.149	39,3%
Sul	176	9,5%	1.683	90,5 %
Sudeste	210	8,6%	2.241	91,4%
Centro - Oeste	739	27,5%	1.953	72,5%

Tabela 01. Vogais médias pretônicas: resultados das capitais.

Com base nesses resultados, Callou e Brandão (2016) elaboraram o seguinte mapa, que permite melhor visualizar a distribuição das variantes [e o] e [ɛ ɔ] pelo território brasileiro.

³ Não foram analisados os falares de Palmas e de Brasília.

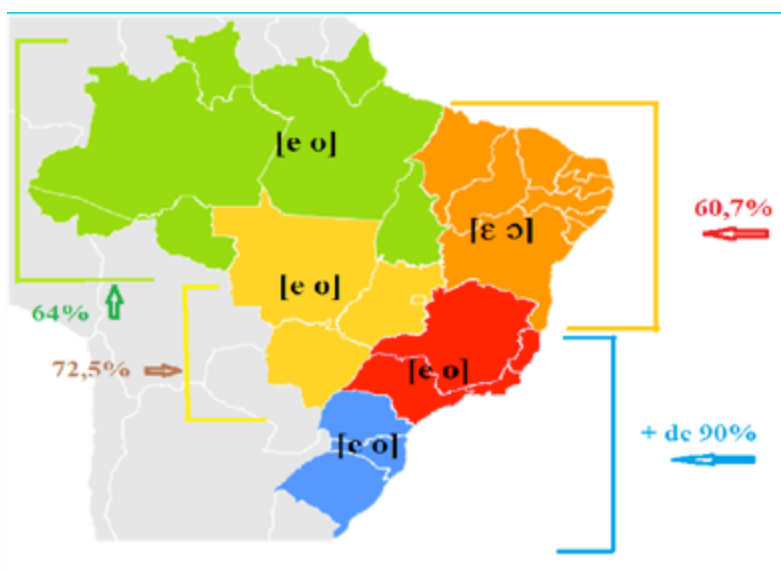


Figura 01. Médias anteriores e posteriores em conjunto na fala de 25 capitais brasileiras (CALLOU; BRANDÃO (2016) com base em MOTA; CARDOSO (2013, inédito)).

Segundo Teyssier (1980, p. 80-81), “em posição pretônica, o brasileiro conservou o antigo timbre de *e* e *o* dizendo *pegar* com [e] e *morrer* com [o]. A realização dessas pretônicas, fechada no Centro-Sul, é aberta no Norte e no Nordeste”. É notório ressaltar, no entanto, o equívoco de defender que a presença de uma vogal implica a exclusão da outra, sobretudo nas localidades que integram a Região Norte já que “mesmo os relatos mais antigos sobre as pretônicas nordestinas revelam realizações fechadas ao lado das abertas” (SILVA, 1991, p. 320).

Em entrevistas que integram o *corpus* NURC/RJ da década de 1970, Yacovenço (1993) analisa a manutenção, o alteamento e o abaixamento na fala culta carioca. Embora forneça essa perspectiva mais abrangente do comportamento das médias pretônicas, em sua amostra, prioriza a determinação dos fatores influentes para a retenção do timbre fechado no dialeto. Tal preferência se justifica na hipótese de que a regra de manutenção é “a norma-padrão da comunidade culta carioca”, podendo ser relacionada “a uma tentativa de restauração do sistema linguístico, (...) que estaria ligada a uma tentativa de os falantes cultos aproximarem sua pronúncia da grafia oficial” (YACOVENÇO, 1993, p. 172).

O confronto entre as práticas orais de homens e mulheres, residentes das zonas norte, sul e suburbana, distribuídos igualmente entre jovens, meia idade e idosos parece corroborar essa defesa. Mais precisamente, os dados revelam que

a faixa etária referente aos jovens, os informantes do sexo feminino e os residentes na zona norte são os que mais favorecem a regra de manutenção, quando contraposta à de alteamento. Por outro lado, os informantes do sexo masculino e os moradores da zona sul são os que mais inibem essa regra. (YACOVENÇO, 1993, p. 173)

Entre as 4.189 ocorrências encontradas, há o predomínio de vogais orais, sendo as anteriores mais frequentes do que as posteriores. Em virtude dos propósitos desta seção, serão enfatizados apenas esses dados, que correspondem a 78% da amostra total de Yacovenço (1993) e incluem 3.258 exemplos de manutenção e alçamento da média pretônica.

Pode-se dizer que, entre as vogais orais, verificam-se índices superiores de manutenção do timbre médio (63.8%), em detrimento das realizações de vogal alta [i u] (32.9%). Nesse último grupo, percebe-se que a regra se aproxima ou ultrapassa os 90% de aplicação em ambientes em que a vogal anterior inicial é travada por /S/ (89.2%), quando a vogal integra a forma *des-*, prefixal ou não, (87.5%) e, ainda, dos contextos em que é precedida por consoante africada (100%). Abstraídos esses dados, a variável que mais se destaca é o tipo de vogal presente na sílaba acentuada da palavra. Segundo Yacovenço (1993, p. 96), este grupo de fatores “é importante para a atualização das regras variáveis, posto que está relacionado à regra de harmonização vocálica, isto é, à influência da vogal tônica sobre a pretônica.”

No que tange a esse aspecto, o comportamento das vogais anterior e posterior contrasta quanto ao alçamento: em favor da aplicação em /E/, atuam tanto a alta homorgânica (.74) quanto a não homorgânica (.72); enquanto em /O/ decorre, principalmente, da presença de uma vogal tônica não homorgânica [i] (.71). A retenção da vogal média anterior parece resultar, todavia, de segmentos de mesmo timbre (.59) e baixos (.54), respectivamente. Na série recuada, também se destacam as vogais baixa (.66), alta homorgânica (.57) e médias (.51).

Assim, seus dados comprovam “que as vogais médias pretônicas apresentavam três realizações, cada uma delas obedecendo a uma das regras variáveis, que são a de abaixamento, a de alteamento e a de manutenção. Constatou-se que esta última era a mais frequente” (YACOVENCO, 1993; p. 172) e que

se refere a um estágio de estabilização da língua, não estando, conseqüentemente, em um processo de evolução ou regressão, posto que os jovens são os que mais usam esta regra, ao passo que o grupo dos intermediários e o dos idosos apresentam índices próximos, porém mais baixos que o dos jovens. (p. 173)

Como se esclareceu no início deste trabalho, as análises desenvolvidas partem dos preceitos da Sociolinguística Histórica. Portanto, ponderados esses aspectos, ressaltam-se, a seguir, alguns pressupostos básicos dessa vertente teórico-metodológica e esclarecimentos sobre o desenvolvimento desta pesquisa, visando a promover o devido tratamento dos *corpora*.

2. Sociolinguística Histórica

Ao longo de sua história, os seres humanos organizaram seus conhecimentos acerca da realidade, criando conceitos, técnicas e métodos em todas as disciplinas que, hoje, dizem respeito à representação do saber. Segundo Foucault (1970, p. 27-32), todas as ciências, sobretudo, as humanas, sofrem influência direta ou indireta do contexto sócio-político-econômico em que se instauram, variando de acordo com a realidade supracientífica que lhes cerca e determina.

No que tange às línguas naturais, recuperar a linguagem dentro de sua dimensão real de aplicação contribui para o desenvolvimento científico, uma vez que o ser humano só existe imerso em sua historicidade (cf. FOUCAULT, 1966, p. 228-232). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se verificam estudos mais favoráveis à análise das condições gerais de existência, para quem a história não indicaria nada além do desenvolvimento da linguagem mediante leis fixas (cf. SCHLEICHER, 1821-1868), há correntes que priorizam a influência pragmática.

Interpretando a língua como “um sistema de puros valores que nada determina para o estágio atual de seus termos” (SAUSSURE, 1915, p. 101), considera-se Saussure o precursor da separação entre esses métodos de estudo. Segundo o estudioso, a linguística sincrônica estudaria a linguagem como um complexo de simultaneidades, analisando estados de língua, independentemente de seu tempo. Por outro lado, a vertente diacrônica focalizaria a ação do tempo, entendendo que a evolução de uma língua reflete sucessões, momentos diferentes que se cruzam, ainda que essas relações não estejam claras na mente humana.

A proposta saussuriana recebeu inúmeras críticas ao longo do século XX, principalmente por que aludia à substituição de uma perspectiva histórica por uma análise estritamente descritiva; e por que a relação entre a extensão de distinções metodológicas viáveis e a definição do objeto de estudo poderiam prejudicar sua natureza e restringi-lo a uma variedade de aspectos isolados. Mais precisamente, a interpretação sincrônica da língua como um sistema coerentemente estruturado de forma homogênea em estados autônomos ao longo do tempo dificultava a compreensão da transição entre estágios linguísticos distintos, limitando-a às rupturas assistemáticas dessa homogeneidade.

Dentre outros críticos ao pensamento dicotômico de Saussure, destaca-se Coseriu, que em 1978 sugere que caracterizar sincronia e diacronia como termos dicotômicos conduz: i) a uma visão equivocada de um estado de língua com seu conjunto ou essência; ii) à extensão indiscriminada da ideia de que esta é um sistema já pronto; e iii) à separação entre língua e fala, que culmina com o predomínio, durante décadas, de estudos sobre a primeira em detrimento da segunda. Em outras palavras, separar as modalidades escrita e falada de uma língua parece encobrir a natureza evolutiva da linguagem. Se a linguagem só deve ser entendida como um contínuo processo de criação, a perspectiva histórica contribui significativamente no conhecimento de sua realidade dinâmica, pois observa os

fatos em seu desenvolvimento e integra, em uma mesma visão, esse desenvolvimento e o seu funcionamento *a posteriori*.

Sendo assim, a única maneira de confirmar a dinamicidade da língua enquanto sistema é situando a diacronia e a sincronia em um mesmo plano histórico de linguagem (cf. GIMENO, 1983, p. 188), pois

a concepção das línguas particulares como diassistemas, própria da reação do funcionalismo europeu contra os modelos teóricos baseados na homogeneidade da comunidade de fala, atende às diferenças temporais, geográficas, sociais e situacionais, manifestadas dentro de um repertório linguístico, ou ao longo de sua evolução, mediante a observação e a análise da heterogeneidade ordenada. (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 30)

Em outras palavras, a comunicação entre indivíduos com estilos específicos, condicionados por suas marcas subjetivas ou sociais (sexo, idade, faixa etária, profissão, etc), é fundamental para a existência real da linguagem, posto que a coloca em funcionamento na interação comunicativa, promove a mudança na coletividade e contribui para a permanente reconstrução que lhe é essencial (cf. COSERIU, 1978, p. 282). Se as línguas vivas mudam justamente porque não estão prontas, mas se constroem continuamente em cada atividade comunicativa, tais mudanças podem ser consideradas “respostas complexas a um grande número de aspectos do comportamento humano” (LABOV, 1972a, p. 213). Elas se originam e se desenvolvem em situações de heterogeneidade linguística e determinadas formas competem durante períodos de tempo, até que uma se sobreponha à outra (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Assim, tendo em vista o papel que as interações sociais exercem na implementação de uma mudança, a Sociolinguística se desenvolve enquanto teoria geral que detalha a transição entre estágios de língua distintos, definindo que fatores sociais estão envolvidos e quais os seus efeitos na estrutura linguística focalizada. Trata-se de um pensamento teórico-metodológico que supera ou complementa a visão intrassistêmica, interpretando a mudança como resultado da variação ou da heterogeneidade ordenada da língua e de certos fatores extralinguísticos que atuam para promovê-la ou bloqueá-la. Como uma de suas vertentes, a Sociolinguística Histórica visa, portanto, a resolver os problemas históricos e teóricos da mudança linguística, isto é, a “diluir os limites entre sincronia e diacronia” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 77), buscando enquanto metodologia, “a combinação de observações sobre o comportamento das mudanças em curso e o estudo das mudanças conhecidas, verificadas e estudadas pela história das línguas” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 77) existentes.

Desvendar estas causas é uma tarefa assaz complexa, em virtude, sobretudo, da sobrevivência de amostras coerentes com os propósitos da análise e do desvelar dos perfis sociais dos informantes e dos contextos em que os originais foram produzidos. A esse respeito, Hernández-Campoy *et alli* (2012) descrevem sete problemas metodológicos com os quais o linguista se depara ao realizar uma análise histórica quantitativa, salientando que o aparente rigor da proposta variacionista também padece destas e/ou de outras limitações. Segundo o autor, apesar de dados linguísticos do passado serem valorizados por sua sobrevivência ao tempo e ao espaço, padecem de problemas como a falta de representatividade, a validade empírica dos materiais, a invariação, a legitimidade, a origem ou autoria dos textos, a validade social e histórica e a influência do padrão ideológico. Cabe, portanto, ao pesquisador, assegurar o melhor tratamento do material que possui, porque certos aspectos de um fenômeno linguístico só são desvendados quando resgatamos sua evolução na história de um sistema de comunicação. Dessa forma, o trabalho com sincronias passadas pode fornecer informações relevantes, não só sobre a trajetória de certas mudanças, mas também, sobre o perfil de informantes, auxiliando na reconstrução e compreensão de realidades sociolinguísticas obscuras. Por isso, ainda que dados históricos verdadeiros sejam classificados como ruins em diversos aspectos, “preferimos dar ênfase a fazer o melhor uso dos dados avaliados” (NEVALAINEN; RAUMOLING BRUNBERG, 2003, p. 26).

3. Metodologia

Conforme se esclareceu nas seções anteriores, este trabalho focaliza aparentes desvios grafemáticos nas vogais médias pretônicas em cartas pessoais escritas na década de 1930, considerando os casos de alçamento, abaixamento, apagamento e ditongação em ambas as séries.

Trata-se de um estudo qualitativo que almeja verificar se: i) as ocorrências encontradas se relacionam a processos observados na fala do PB atual; e ii) de fato, se distanciavam dos modelos de escrita predominantes na

década de 1930. Para tanto, em um primeiro momento, os dados foram levantados com base nos padrões ortográficos atualmente vigentes, e buscou-se explicar, sempre que possível, sua realização, tendo em vista condicionamentos linguísticos e extralinguísticos, à semelhança de análises variacionistas sobre o tema no PB moderno (cf. seção 1.2). Posteriormente, a fim de verificar se os aparentes desvios encontrados se afastavam de fato dos modelos de escrita que circulavam na década de 1930, julgou-se conveniente investigar, também, a grafia de cada um dos itens que integram o *corpus* em jornais que circulavam no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1940, disponíveis em <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Entre os diversos periódicos que compõem o acervo, escolheram-se as notícias veiculadas em *A Batalha* e *Jornal do Brasil*, com base na maior proximidade entre as datas de divulgação das notícias e das missivas; e na ocorrência dos itens que integram as cartas do casal. Alguns dados não foram encontrados e a presença de cópias ilegíveis e de registros de palavras na busca eletrônica que não coincidem com o texto das imagens não permitiram que se realizasse o devido levantamento de cada uma das palavras que a amostra original abrange. No entanto, ainda que a análise dos periódicos possa ser considerada superficial, sugere-se que a comparação entre os registros indique o grau de contato dos missivistas com padrões ortográficos de sua época.

Dessa maneira, aliando critérios para o estudo da pauta pretônica em diferentes sincronias do PB (cf. seção 1), acredita-se que: i) à semelhança da oralidade, as ocorrências de elevação se expliquem a partir de condicionamentos linguísticos e/ou extralinguísticos; ii) os casos de abaixamento sejam motivados, principalmente, por hipercorreção; iii) o apagamento decorra do conflito entre a pouca habilidade dos autores com a escrita e a agilidade que certos momentos exigem; iv) próximos ou não da oralidade, os registros encontrados possam não ser necessariamente desvios, mas refletir a escrita da época; e v) em se tratando de um casal de missivistas, o confronto entre a escrita da noiva e do noivo comprove o maior contato deste com uma escrita padronizada.

Defende-se, enfim, que a alternância <e> ~ <i>, <o> ~ <u> na pauta pretônica decorra do sexo dos informantes, da presença ou ausência de uma vogal alta na estrutura da palavra, do contexto de hiato e, no que concerne à série anterior, da posição inicial em sílabas travadas por /S/ e /N/. Em contrapartida, provavelmente os casos de abaixamento refletem uma confusão com outras formas linguísticas do mesmo paradigma ou não, que culmina em hipercorreções. Em suma, espera-se que a equivalência ou o distanciamento das redações das missivas e dos jornais focalizados forneça informações mais precisas sobre o perfil dos missivistas em destaque e/ou confirme aquelas que se descrevem adiante.

O corpus e o perfil dos informantes

Este estudo se pauta em uma amostra composta por 96 missivas particulares escritas por um casal de noivos do Estado do Rio de Janeiro. Dessas, 29 são de autoria da noiva (MRC), a maioria delas remetidas do município de Petrópolis, e 68 redigidas pelo noivo (JOS) na cidade do Rio de Janeiro.

As poucas informações disponíveis sobre os missivistas são extraídas dos já mencionados estudos de Silva (2012; 2013) (cf. seção 1.1) que traçam o perfil desses indivíduos a partir “da análise da estrutura das cartas, do conteúdo temático, das propriedades da escrita referentes à grafia e da organização do próprio texto” (p. 80) por se tratar de um *corpus* descoberto em uma lixeira pública de um bairro situado no subúrbio do Rio de Janeiro. Segundo Silva (2013, p. 80),

a noiva MRC era mãe solteira e tinha dois irmãos e uma irmã. MRC residia em Petrópolis com sua irmã que tinha dois filhos. Os seus irmãos moravam com os pais na capital, na Rua São Francisco Xavier, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O fato de MRC ter uma filha não agradava à mãe de seu noivo JOS. Ele trabalhava em uma empresa de importação e exportação de produtos têxteis situada na Rua Buenos Aires, 160, no Centro da então capital federal. Por morar em um bairro localizado no subúrbio da cidade, JOS costumava se deslocar para o trabalho por meio de bonde e tinha como hábito ir à igreja da Penha.

Considera-se, assim, esta amostra peculiar por representar “o discurso de pessoas comuns em sua vida cotidiana” (SILVA, 2013, p. 80), e revelar uma saliente distinção entre os graus de letramento dos missivistas e o domínio formal de modelos de escrita. Como sugere o trecho transcrito abaixo, nas cartas de MRC predominam “desvios ortográficos, ausência de sinais de pontuação e forte insegurança da missivista no reconhecimento do limite vocabular das palavras” (p. 81).

trite de voçe brigar no escritório eu pesso-te para ficares mais calmo , manda-me dizer por que voçe brigou co-m Snr Mario . Eu talvez vou menbora no dia 4 de Outubro si não for vou só no dia 17 por causa do aniversário da minha irman si eu ficar a te o dia 17 eu queria que voçe vieçe ou traveis a qui por que eu não suporto tanto tempo de sau-dades tuas podes vir no dia 4 no tren das 8 horas e ires no tern das 4 horas da tarde para não ficares muito cañçadinho . Eu tive um sonho com voçe e tua mãe mais não foi muito bom foi do dia 21 para o dia 22 . Jayme manda-me dizer se a tua mãe falou au guma coisa com voçe au meu respeito . Abraços da minha irman dos meus sobrinhos e Ismenia e da Hilda beijos para voçe e da tua noi-vinha trite mil beijo e abraços (MRC/JOS – 22/09/1936)

Já na escrita de JOS, não se apresentam tantos desvios grafemáticos e há “o emprego de palavras que remetem a um discurso mais poético com uma escolha vocabular mais expressiva”(p. 81):

A ti minha querida que dedico todo o meu amor e a minha existencia tú és a soberana do meu coração , tú és a santa que sempre há de aliviar-me com teu amor nas horas angustiosas de meu amor . a ti é que depositei toda a minha confiança , em ti é que vi que estava preso o meu futuro , e de ti que espero toda a minha felicidade . (JOS/MRC – 06/10/1936)

Ressaltados esses fatores, as próximas seções comentam, enfim, os casos de elevação, abaixamento, apagamento e ditongação das vogais médias pretônicas presentes nas missivas, estabelecendo, sempre que possível, relações entre as ocorrências encontradas e outros resultados sobre o mesmo fenômeno na oralidade do PB atual (cf. seção 1.2). Traçam, também, comparações entre a escrita dos missivistas e aquela que se empregava na época, através dos registros de dois jornais que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período.

4. Análise dos Dados

Em linhas gerais, foram encontrados 62 casos de variação na pauta pretônica nas cartas consideradas, estando 27 nas missivas do noivo (JOS) e 35 nas da noiva (MRC). Se comparado aos dados de uma análise variacionista, esse número pode ser classificado como pouco ou nada representativo, mas, em se tratando de um material que sobreviveu por quase um século e foi escrito por um casal do subúrbio em seu cotidiano, considera-se a amostra relevante.

Em consonância com outras abordagens sobre o mesmo tema que postulam que, a depender da natureza da vogal, diferentes condicionamentos promovem a variação, separaram-se os dados por série para uma análise mais precisa. Embora se reconheça que o número de missivas de JOS é superior ao número de missivas de MRC (cf seção 3), a distribuição das variantes revela que, na série anterior, a alternância é mais recorrente na noiva (26 casos em contraste com 16 de JOS), enquanto na posterior, há uma pequena diferença entre eles, em favor de JOS: 11 casos contra 09 de MRC:

	Vogal Anterior					Vogal Posterior			
	Variantes				Total	Variantes			Total
	<i>	<e>	∅	<ei>		<u>	<o>	∅	
JOS	1	9	1	5	16	9	2	-	11
MRC	17	9	-	-	26	3	4	2	9
Total	18	18	1	5	42	12	6	2	20

Tabela 01. Variação das vogais pretônicas anteriores e posteriores por missivista.

Para o devido tratamento dessas ocorrências, as seções futuras descrevem os casos encontrados, bem como os resultados do confronto entre as ocorrências das missivas consideradas e registros dos periódicos *A Batalha* e *Jornal do Brasil*, divulgados na década de 1930.

4.1 - A série anterior

Reiterando o exposto na última seção, na série anterior, a alternância entre os casos de alçamento e abaixamento, com o predomínio do primeiro processo em detrimento do segundo, foi mais saliente na grafia da noiva. Por outro lado, nas missivas do noivo encontram-se não só registros de variação entre <e> ~ <i>, em que se destaca a vogal média, mas também, casos de apagamento e ditongação.

Informantes	Vogal Anterior				Total	Registros
	Variantes					
	<i>	<e>	∅	<ei>		
JOS	1	9	1	5	16	creado, creamos, creatura, igreja, enesquecível (3), enfinda, escretório, idal, passeiando, passeiar, pior (2), piorado, siquer
MRC	17	9	-	-	26	deficel, igreja, emchado, enportava, inteiro, entereca (2), intrega, iscondido, paciarnos, pasiar (2), passiares (2), (me)pediu (4), peor (3), persigindo, pidirão, pricisava, quirido, recibí (2)
Total de ocorrências	18	18	1	5	42	

Tabela 02. Casos de variação da vogal anterior por missivista.

A observação qualitativa das ocorrências indica uma relação entre os registros oral e escrito, já que, à semelhança da fala, a grafia revela que, em ambas as séries, encontram-se casos em que a elevação parece ser motivada pela presença de uma vogal alta na palavra:

Vogal contígua	Vogal Anterior		Total	Registros
	Informantes			
	Jayme	Maria		
Alta tônica	-	8	8	(me)pediu (4), persigindo, quirido, recibí (2)
Alta pretônica	-	2	2	pidirão, pricisava
Média/baixa tônica	1	6	7	intrega, paciarnos, pasiar (2), passiares (2), siquer
Média/baixa pretônica	-	1	1	iscondido

Tabela 03. Casos de alçamento da vogal anterior por tipo de vogal contígua e por missivista.

Além disso, as cartas de MRC apresentam itens cujo contexto seria favorável à elevação na oralidade (cf seção 1.2). É o caso de “paciarnos”(passearmos), “paciar”(2) (passear) e “paciares” (2) (passeares), em que o alçamento da média anterior ocorre em hiato e das formas “iscondido”(escondido) e “intrega” (entrega), em que a variante alta se apresenta em sílaba inicial travada por /S/ e /N/, respectivamente.

Há, por fim, a forma “siquer”(sequer) (1 ocorrência em JOS) que parece indicar uma confusão entre os pronomes “se” e “si”. Por se tratar de um registro do noivo, aventa-se a possibilidade de não necessariamente ser

um desvio subjetivo, mas de uma forma que circulava na época em outros textos de referência, hipótese que será melhor esclarecida ao final desta seção.

No que toca o abaixamento, foram encontradas 18 ocorrências (9 em cada um dos missivistas) de <e> em contextos em que a vogal atualmente empregada seria <i>. Todas parecem resultar de hipercorreções, porque na escrita dos dois informantes apresenta-se uma aparente confusão entre os prefixos <in> e <en> (MRC: “emchado”, “enportava”, “enteiro”, “enteressa” (2); JOS: “enesquecível” (3), “enfinda”); a palavra “igreja” escrita como “egreja” (1 ocorrência em cada autor); e casos de vogal média em lugar da alta em ambiente de hiato (MRC: 2 dados de “peor”; JOS: “creado”, “creamos”, “creatura”). Por fim, merecem destaque os itens “deficel” (difícil) e “escretório” (escritório) encontrados, respectivamente, nas missivas da noiva e de seu amado.

Em suma, encontraram-se, ainda, nas missivas do noivo casos de apagamento e ditongação como “idal”(ideal), “peior”(pior), “peiorado”(piorado), “passeiar”(passear) e “passeiando” (passeando). Acredita-se que o apagamento possa ser explicado pelo confronto entre o pouco domínio da escrita e a rapidez que lhe é inerente em certos momentos do cotidiano, enquanto a ditongação indique um momento transitório desses itens em nossa língua, como será melhor discutido, posteriormente.

Ponderados esses aspectos, o quadro adiante demonstra que as 16 ocorrências de JOS se distribuem em 13 itens, já que “enesquecível” e “peior” se repetem:

creado	creamos	creatura	egreja
enesquecível (3)	enfinda	escretório	idal
passeiando	passeiar	peior (2)	peiorado
	siquer		

Quadro 01. Itens lexicais variáveis na pretônica anterior registrados nas missivas de JOS.

Dessas 13 palavras, apenas “enfinda” e “idal” não apresentam registro variável nos jornais observados, o que indica que, embora sua grafia se distancie da norma padrão atual, não necessariamente diverge dos modelos em vigor na década de 1930.

REGISTRO	DATA DAS MISSIVAS	Oco.	REGISTROS EM JORNAIS DA ÉPOCA	
			<e>	<i>
creado (criado)	20-04-1937	1	“O Bureau de Imprensa, por s. ex. creado , é o pseudonymo elegante do proprio ministro(...)” (A Batalha – 16/01/1937)	“Precisamente nesse instante chegava um criado com duas chcaras de café.” (A Batalha – 3/04/1937)
			“Ele que tanto se elevou, que em pouco tempo tinha creado em nossas terras uma fisionomia nova e peculiar de romance, foi o interprete dos mediocres (...)” (Jornal do Brasil – 10/01/1937)	“Os parlamentares presos, que o ‘leader’ chamou de ‘infelizes’ estavam denunciados por um tribunal criado pela propria Camara.” (Jornal do Brasil – 05/01/1937)

<p>creamos (criamos)</p>	<p>12-10-1936</p>	<p>1</p>	<p>“Pelo facto de que o habito de julgar as cousas pelo estalão commum, séstro de orientar o pensamento, sem o examinar, nos tornam de facto escravos de nossos pensamentos, e já não os governamos, porque nelles creamos a cadeia onde temos encerrado o espirito.” (A Batalha – 08/09/1936)</p> <p>“De modo que não creámos encargos novos: apenas, reajustámos a situação do professorado (...)” (Jornal do Brasil – 12/11/1936)</p>	<p>“entre os espíritos que se communicam existe a mesma similitude de progresso dentro da materia tratada: visto como nada criamos por ser a criação atributo de Deus.” (A Batalha – 23/10/1937)</p> <p>“Criamos, assim, a industria da moagem, sem ter á mão de produção indigena a materia-prima nacional para abastece-la (...)” (Jornal do Brasil – 12/02/1936)</p>
<p>creatura (criatura)</p>	<p>01-10-1936</p>	<p>1</p>	<p>“A Marlene de ‘Desejo’ é uma creatura de Borzage.” (A Batalha – 2/07/1936)</p> <p>-</p>	<p>“O desprendimento das cousas terrenas, a terra o faz uma criatura espiritualizada, (...)” (A Batalha – 5/08/1936)</p> <p>“Cada brasileiro não se satisfaz em julgar-se com aptidão para guiar o mundo, quer ser, no mundo, a única criatura capaz de o guiar.” (Jornal do Brasil – 03/01/1936)</p>
<p>egreja (igreja)</p>	<p>28-09-1936</p>	<p>1</p>	<p>“A missa solenne foi celebrada a convite do chefe da Egreja Catholica no Brasil.” (A Batalha – 19/07/1936)</p> <p>“mandou construir essa Egreja que é, sem favor, uma das mais sumptuosas da cidade.” (Jornal do Brasil – 04/01/1930)</p>	<p>“Do programma organizado constará além de um officio religioso a ser celebrado na Igreja de S. Bento, uma romaria ao seu tumulo.” (A Batalha – 26/07/1936)</p> <p>“A cerimonia religiosa será às 17 horas na Igreja de São Francisco Xavier.” (Jornal do Brasil – 10/01/1936)</p>
<p>enesquecível (inesquecível)</p>	<p>15-03-1937 16-03-1937 08-03-1937</p>	<p>3</p>	<p>“Palmira Mariano de Oliveira Santiago e filhos convidam aos parentes e amigos para assistir á missa de 30º dia por alma do seu enesquecível marido(...)” (Jornal do Brasil – 19/10/1938)</p>	<p>“Sua actuação tem se destacado e as ultimas festas realizadas asseguram para a de domingo, uma noite inesquecível” (A Batalha – 14/01/1937)</p> <p>“Ann Dvorak, que deixou de ser a companhia numero 1 de Muni, desde sua inesquecível intervenção em ‘Scarface’(...)” (Jornal do Brasil – 08/01/1937)</p>

				<p>“Muitas vezes nessa carreira infinda nunca chegamos ao fim da meta (...)” (A Batalha – 31/01/1937)</p>
enfinda (infinda)	02-02-1937	1	-	<p>“Ela é um surto da vossa generosidade infinda, uma centelha da fulguração da vossa amizade pura e sincera(...)” (Jornal do Brasil – 04/02/1937)</p>
				<p>“A distribuição de todos os productos e sub-productos na Praça do Rio de Janeiro é perfeitamente controlada pelo Escretorio Central (...)” (A Batalha – 7/01/1937)</p>
escretorio (escritório)	08-03-1937	1	<p>“Precisa-se rapaz para limpeza e demais trabalhos de escretorio, apresentar-se com atestados.” (Jornal do Brasil – 05/10/1937)</p>	<p>“Oferece-se uma senhora portuguesa para arrumar por horas: apartamentos ou escretorios.” (Jornal do Brasil – 03/01/1937)</p>
				<p>“São hostias expontaneas que se offertam ao soffrimento e á morte por um ideal de expiação.” (A Batalha – 1/07/1936)</p>
idal (ideal)	22-08-1936	1	<p>“No entanto, se ela quizesse (e mesmo sem pensar na solução ideal da eletrificação) poderia dar um grande impulso á vida daquelas serras.” (Jornal do Brasil – 04/01/1936)</p>	-
				<p>“De acção vertiginosa, de trama que não dá um instante sequer de descanso.” (A Batalha – 16/01/1937)</p>
siquer (sequer)	19-04-1937	1	<p>“Logo, porém, vários outros foram aparecendo, sem a menor preocupação de harmonia, sem o cuidado sequer de que não se prejudicassem reciprocamente no tocante á visão, ao ar e á luz.” (Jornal do Brasil – 16/01/1937)</p>	<p>“O chefe do governo americano não procurou siquer esconder as preocupações (...)” (A Batalha – 19/01/1937)</p> <p>“Certo, êle não foi presidente da Republica, não exerceu cargos de ministro, não chegou, siquer, a uma cadeira do Parlamento.” (Jornal do Brasil – 10/01/1937)</p>

Tabela 04. Casos de variação na pretônica anterior registrados nas missivas de JOS e em jornais da década 1930⁴.

⁴ No acervo referente à década de 1930, não foram encontrados registros de “creatura” no *Jornal do Brasil* e “enesqueável” e “escretorio” em *A Batalha*. Além disso, nas edições disponíveis do *Jornal do Brasil* de 1930-1940 só há dados da palavra “escritório” em anúncios e da forma “egreja” em anos anteriores a 1936 e 1937.

No que concerne aos dados de ditongação encontrados nas missivas, verificou-se que a grafia de todos os itens varia nos periódicos analisados, apesar de os registros de hiato (“passear”, “passeando” e “peor”) prevalecerem.

REGISTRO	DATA DAS MISSIVAS	Oco.	REGISTROS EM JORNAIS DA ÉPOCA	
			<ei>	<e>
passeiando (passeando)	20-04-1937	1	“Deixando o microphone da estação de radio seguia para o centro da cidade passeiando a sua importância de novo christão.” (A Batalha – 15/05/1937)	“os olhos de Maria Mattos, talvez logo ao alvorecer estarão passeando (...)” (A Batalha - 23/03/1937)
			“Dadiani disse que o escoteiro ficava passeiando na ponte como costumava a fazer todas as noites (...)” (Jornal do Brasil – 20/07/1937)	“Viaja em 1845, na companhia do pai e da irmã, pela Suíça e Italia, passeando em Genebra.” (Jornal do Brasil – 28/03/1937)
passeiar (passear)	24-01-1937	1	“A seguir os visitantes setrão liberdade para descansar e passeiar .” (A Batalha – 18/05/1937)	“Quando chegava o dia dellas e o radio annunciava a sua irradiação, eu cedo, saia de casa a passear .” (A Batalha – 21/09/1937)
			“Esses cavalheiros estarão á disposição das senhoras, sem companhia, para passeiar (...)” (Jornal do Brasil – 20/01/1937)	“Um proprietario de um automovel querendo passear com um seu amigo ofereceu-lhe a direção do veiculo(...)” (Jornal do Brasil – 08/01/1937)
peior (pior)	21-09-1936 03-05-1937	2	“Não bastarão esses factos para recomendar-o á posteridade como o peior , o mais desastrado, (...) de quantos prefeitos tem tido a nossa capital?!” (A Batalha – 19/07/1936)	“Conforme declaração de seus moradores, a féra surgiu e, por alguns dias, assustou a todos; no entanto, desapareceu tornando-se peor .” (A Batalha – 8/07/1936)
			“O peior , no entanto, é que continuavam a grafar-se com ‘s’ final, com absoluta incoerencia (...)” (Jornal do Brasil – 03/01/1937)	“DETALHES DO JOGO – A peor partida ate’ agora.” (Jornal do Brasil - 17/01/1937)
peiorado (piorado)	13-09-1936	1	“As condições de vida do proletariado alagoano têm peiorado , nestes ultimos tempos.” (A Batalha – 13/09/1930)	“Na semana passada pareciam ter peorado as condições da perna direita, de Sua Santidade (...)” (A Batalha – 6/12/1936)
			“As cotações foram mantidas nos limites anteriores, sem que tivessem melhorado ou peiorado .” (Jornal do Brasil – 11/06/1935)	“A ultima revolução peorou a situação: a segunda teria peorado ainda mais.” (Jornal do Brasil – 16/05/1936)

Tabela 05. Casos de variação da pretônica anterior registrados nas missivas de JOS e em jornais da década 1930⁵.

⁵ Os únicos registros de “peiorado” encontrados nos arquivos do Jornal *A Batalha* datam de 1930 e do *Jornal do Brasil*, de 1935.

Atualmente, nesse contexto, apresentam-se hiatos na grafia e há uma tendência na língua oral a eliminar a fronteira silábica, seja pelo apagamento de um segmento, seja pela inserção de uma semivogal. Além disso, as formas “passeiando” e “passeiam” convivem com o item “passeio” em um mesmo paradigma, em ambos os *corpora*, o que pode acentuar a confusão ortográfica:

“para tua mãos não desconfiar voce dis que vai a um **passeio** com um colega” (MRC 28/09/1936)
 “A sua realização será a 16 deste mez, feriado, e os trajes de **passeio**” (A Batalha – 10/07/1936)
 “Estourou o pneu e o auto tombou sobre o **passeio**.” (Jornal do Brasil – 09/02/1937)

Dessa maneira, ainda que só tenham sido encontradas evidências de alçamento no item “pior”, os casos de ditongação parecem ilustrar a transição entre a forma de hiato e a alta na oralidade, registrada na ortografia atualmente vigente apenas em “pior” e “piorado”:

Peor ~ Peior ~ pior
 Peorado ~ peiorado ~ piorado
 Passear ~ passeiar ~ pass[i]ar
 Passeando ~ passeiando ~ pass[i]ando

Sobre esses itens e a palavra “igreja”, o *Jornal do Brasil* de 12/01/1936 traz evidências que confirmam um momento de variação e transição linguística, quando alega: “estaria no mesmo caso **pior** que eu peço licença para não subscrever: ouso gatafunhar **peior** ou **peor**. Entendo o “e” não caiu, como o de *eigreja* (*igreja*).⁶”

Apesar da legítima coincidência lexical que se apresenta entre as missivas dos noivos, as variantes encontradas são distintas na maioria dos itens recorrentes. Como se verifica no quadro adiante, os 26 dados de MRC foram extraídos de 18 itens lexicais diferentes, já que as formas “entereça” (interessa), “passiar” (passear), “passiaries” (passeares), “peor” (pior), “(me)pidiu” (pediu) e “recibi” (recebi) se repetem:

deficel	egreja	emchado	enportava
enteiro	entereça (2)	intrega	iscondido
(me)pidiu (4)	paciarnos	pasiar (2)	passiaries (2)
peor (3)	persigindo	pidirão	pricisava
	quirido		recibi (2)

Quadro 02. Itens lexicais variáveis na pretônica anterior registrados nas missivas de MRC.

Como ilustra a tabela 06, o confronto entre esses dados e os de jornais da época revelou que das 18 palavras, 5 apresentam variação grafemática. Apenas em 4 delas, entretanto, há equivalência entre os *corpora*. É o caso de “inchado” (“emchado”), “recebi” (“recibi”) e “igreja” (“egreja”), em que se verificam registros de <e> e <i> nos jornais e de “pior” (“peor”) em que os processos de abaixamento, ditongação e alçamento parecem coatuar. Diferentemente das redações de MRC, nos periódicos parecem predominar, todavia, as variantes “inchado” e “recebi”, enquanto em “pior” e “igreja”, as formas “peor” e “egreja” se destacam em ambas as amostras.

⁶ Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=71854&Pesq=ideal> (Acesso em 30 de junho de 2014).

REGISTRO	DATA DAS MISSIVAS	Oco.	REGISTROS EM JORNAIS DA ÉPOCA	
			<e>	<ei> e <i>
defiçel (difícil)	14-02-1937	1	-	<p>“Seria <i>difícil</i>, senão praticamente impossível, tolher de todo ao Legislativo, a pratica de actos propriamente administrativos(…)” (A Batalha – 06/01/1937)</p> <p>“O inimigo refugiou-se na ermida de Santa Cruz, onde se encontra em situação <i>difícil</i>(…)” (Jornal do Brasil – 21/08/1937)</p>
egreja (igreja)	29-09-1936	1	<p>“Como falou no encerramento do Congresso Parochial de Acção Social Catholica, na <i>Egreja</i> de Madureira, o Presidente da A.B.I.” (A Batalha – 08/07/1936)</p> <p>“A cerimonia de hontem que consistiu na missa solemne, mandada celebrar às 9 horas, na <i>Egreja</i> de Santo Ignácio(…)” (Jornal do Brasil – 08/01/1932)</p>	<p>“Na <i>Igreja</i> acima, estiveram presentes, o sr ministro da Guerra, o commandante de aviação, officiaes do Exercito e da Marinha, famílias e amigos dos jovens mortos.” (A Batalha – 16/07/1936)</p> <p>“Destrói a <i>Igreja</i> e provê educação.” (Jornal do Brasil – 25/02/1936)</p>
emchado (inchado)	16-02-1937	1	<p>“Shmeling ainda está com o olho <i>enchado</i>, proveniente da luta.” (A Batalha – 08/07/1931)</p>	<p>“De fígado <i>inchado</i> pelo amargoso da subtil resposta de Juiz de Fôra, o sr José Americo indaga (...): Donde vem o dinheiro?” (A Batalha – 24/08/1937)</p> <p>“Punções feitas em joelhos, cotovelos, punhos <i>inchados</i>, dolorosos, em pernas inchadas, etc, encontrou-se no respectivo liquido, a mesma porção de acido urico que se encontra no sangue circulante normal.” (Jornal do Brasil – 07/08/1937)</p>
enportava (importava)	05-10-1936	1	-	<p>“Manifestaram-se favoraveis a Frente Unica, 23 dos presentes á reunião, fazendo entretanto a resalva de que essa attitude não <i>importava</i> em apoio ao Octologo.” (A Batalha – 27/11/1936)</p> <p>“O outro, o marido que ela já havia abandonado, pouco lhe <i>importava</i>.” (Jornal do Brasil – 12/02/1936)</p>
enteiro (inteiro)	22-09-1936	1	-	<p>“Elles tiraram lá na Russia e querem tirar no mundo <i>inteiro</i>, os grandes do poder (...)” (A Batalha – 02/07/1936)</p> <p>“A busca será cobrada por <i>inteiro</i> se a parte não indicar a data precisa (...)” (Jornal do Brasil – 01/09/1936)</p>

entereca (interessa)	10-09-1936	2	-	<p>"E não é mais o poderio italiano a dominar a parte rica do territorio africano que interessa os estadistas reunidos em Genebra." (A Batalha - 02/07/1936)</p> <p>"O conhecimento dessa decisão interessa de perto a todos os estudantes do Brasil." (Jornal do Brasil - 12/12/1936)</p>
intrega (entrega)	12-01-1937	1	-	<p>"Foi o que me explicou um notavel causídico que nas horas vagas se entrega á defesa da liberal democracia." (A Batalha - 05/01/1937)</p> <p>"O Sr. Ministro da Espanha (...) comunicou ao Ministro dos Negocios Estrangeiros da Suecia, que depois da publicação feita nos jornais sobre a entrega de credenciais (...) já não estava disposto a deixar a legação." (Jornal do Brasil - 10/01/1937)</p>
iscondido (escondido)	29-09-1936	1	-	<p>"Brito foi escondido a bordo do 'Neptunia' - A policia esteve em seu encalço." (A Batalha - 10/10/1936)</p> <p>"O resto de tesouro de Queich continua escondido." (Jornal do Brasil - 09/02/1936)</p>
(me)pidiu ([me] pediu)	14-09-1936 01-10-1936 16-02-1937	4	-	<p>"O surpreendente delegado pediu um elogio para os seus auxiliares(...)" (A Batalha - 01/07/1936)</p> <p>"Se o Sr Prefeito pediu e a Camara dá e depois o S.Ex. veta, ficamos num dilemma." (Jornal do Brasil - 22/07/1936)</p>
paciamos (passearmos)	22-09-1936	1	-	<p>"Quero que venha qualquer Domingo aqui em casa, para passearmos bastante (...)" (Jornal do Brasil 10/10/1937)</p>
pasiar (passear)	05-10-1936	2	-	<p>"Varias reuniões foram realizadas e por fim, cinco felizardos, ás escondidas, se escolheram para passear na capital allemã." (A Batalha - 14/08/1936)</p> <p>"Vós podeis obrigar-os a cumprir o seu dever, que é defender a Hespanha, e não passeiar." (A Batalha - 01/09/1936)</p> <p>"Os leitores que não saem de casa e que nunca afrontaram a floresta da Tijuca gostam de passeiar pelas florestas da India." (Jornal do Brasil - 16/02/1936)</p> <p>"Toca a divertir e a passear no Rio que isto é que é vida." (Jornal do Brasil - 09/01/1936)</p>

pasiare (passeares)	07-10-1936 28-01-1937	2	-	-
peor (pior)	19-01-1937 08-03-1937	3	<p>"Mas em logar da morte encontra coisa peor: o desprezo!" (A Batalha – 31/01/1937)</p> <p>"O governador de Kentuck declarou que esta é a peor catastrophe que já sofreu o seu Estado." (Jornal do Brasil – 24/01/1937)</p>	<p>"O chronista Marine após o jogo classificou esta peleja como a peior do Sul-Americano." (A Batalha – 17/01/1937)</p> <p>"Os descontentes, porém, que não se zanguem e recorram para a fácil e acomodaticia filosofia do 'podia ser pior'" (Jornal do Brasil – 01/01/1937)</p> <p>"Não posso pôr isso em duvida, mas, se se puder provar o contrario, melhor ou peior, pouco importa." (Jornal do Brasil – 30/01/1937)</p>
persigindo (perseguindo)	16-02-1937	1	<p>"Persequindo a bola, que era impulsionada pelas aguas, não percebendo o perigo, afastou se demais desaparecendo." (A Batalha – 20/02/1937)</p> <p>"Os tanks atravessaram a cidade persequindo o inimigo(...)" (Jornal do Brasil – 29/04/1937)</p>	-
pidirão (pedirão)	28-09-1936	1	<p>"Pedirão demissão os actuaes membros da Commissão Mixta de Tabellamento?" (A Batalha – 23/07/1936)</p> <p>"Nessa mensagem os juvenilistas brasileiros pedirão o apoio da mocidade chilena (...)" (Jornal do Brasil – 07/01/1936)</p>	-
pricisava (precisava)	12-01-1937	1	<p>"A chronica carnavalesca de 'A BATALHA' não precisava fazer esta declaração." (A Batalha – 13/01/1937)</p> <p>"Quando quis ser senador, o monarca pediu-lhe que desistisse, pois precisava dele para ministro." (Jornal do Brasil – 24/02/1937)</p>	-
quirido (querido)	06-10-1936	1	<p>"Numeros especiaes pelo primeiro comico daquelle theatro, o querido actor Danillo de Oliveira." (A Batalha – 09/07/1936)</p> <p>"O violão era um companheiro querido antes de haver penetrado no palácio da governo pela mão generosa de uma presidenta boemia." (Jornal do Brasil – 20/02/1936)</p>	-

recibi (recebi)	14-09-1936	2	<p>“Procurado ha dias em meu gabinete, pelo sr Romero Zander, ali o recebi com a consideração devida ao seu mandato e ás suas altas qualidades de homem e de profissional.” (A Batalha – 15/07/1936)</p> <p>“E aquele dia 17 de abril quando recebi essa sentença terrível, parecia destinado a me torturar a alma.” (Jornal do Brasil – 02/02/1936)</p>	<p>“Esses actos governo combate vícios mereceram applausos todas as classes inclusive imprensa, destacando-se expressivos telegrammas que recibi(...)” (A Batalha – 28/12/1937)</p> <p>-</p>
---------------------------	------------	---	--	---

Tabela 06. Itens lexicais com a variação na pretônica anterior registrados nas missivas de MRC e em jornais da década 1930⁷.

Nos demais vocábulos, a grafia registrada em *A Batalha* e *Jornal do Brasil* difere da encontrada nas missivas da noiva, sugerindo que sua escrita se distancie dos padrões de referência na sincronia focalizada. Nota-se a saliente proximidade entre a oralidade do PB atual e a escrita da missivista em “intrega” (entrega), “iscondido” (escondido), “(me)pidiu” ([me] pediu), “paciarnos”, (passaremos), “persigindo” (perseguindo), “pidirão” (pedirão), “pricisava” (precisava) e “quirido” (querido). Por outro lado, a insegurança com relação ao que se estipulava como modelo ortográfico parece resultar em hipercorreções, posto que em “enportava”, “enteiro” e “entereça” grafa-se com <e> o que os jornais assinalam com <i>.

Finalmente, mesmo que a variante “pasiar” não tenha sido encontrada nos periódicos destacados, como se constatou nas missivas do noivo, os registros das formas “passeiar”, “passear”, “passaremos” indicam que a norma da época parecia oscilar entre <e> e <ei> nesses contextos, ocorrendo, provavelmente, no segundo caso, uma associação com o item “passeio”. Divergindo de ambas as formas, a grafia de MRC novamente parece-se submeter a padrões orais, já que o alçamento é considerado categórico no PB atual em hiato (cf. seção 1.2) e a redatora assinalou “pasiar”, “paciarnos” e “pasiar”.

4.2 - A série posterior

À semelhança do descrito sobre a vogal média anterior, a principal motivação para o alçamento de <o> nas missivas parece ser o processo de harmonia vocálica, pois em 8 dos 12 casos de elevação, a vogal subsequente é alta:

Vogal Contígua	Vogal Posterior		Total	Registros
	Informantes			
	Jayme	Maria		
Alta tônica	7	1	8	durmi (2), durmia, durmir (3), furtuna, chuva
Alta pretônica	-	-	-	-
Média/baixa tônica	2	2	4	durmente (2), chuveu, duer
Média/baixa pretônica	-	-	-	-

Tabela 07. Casos de alçamento da vogal posterior por tipo de vogal contígua e por missivista.

⁷ No acervo referente à década de 1930, não foram encontrados registros de “enchado” no *Jornal do Brasil* e o único caso encontrado em *A Batalha* data de 1931. Além disso, não há registros de “passaremos” nos arquivos do *Jornal A Batalha* desse mesmo período.

Além disso, em uma das missivas de MRC, se apresenta o item “duer” (doer) em que a vogal <u> se encontra em contexto de hiato, ambiente que, como foi apontado na última seção, é considerado, atualmente, categoricamente favorável à elevação na oralidade em diversos estudos variacionistas. Nas mesmas missivas, há, por fim, as formas “Chuveu (choveu) / chuvia (chovia)” (2 ocorrências) que indicam uma confusão com outras de um mesmo paradigma, sendo o item “chuva” a possível referência.

No que toca o abaixamento na série posterior, listaram-se 6 ocorrências, estando 4 presentes nas missivas da noiva (“sepoder” – se puder –, “podece/podeçe” – pudesse) e 2 nas do noivo (“logares” – lugares e “poder” - puder). À exceção do item “logares”, todos os demais dados remetem ao paradigma do verbo “poder”, considerado tradicionalmente como irregular, posto que em sua conjugação algumas formas sofrem alomorfia do radical. Os desvios grafemáticos se apresentam justamente nos contextos em que o uso da variante alta seria atualmente sugerido, indicando uma aparente hipercorreção por analogia com a forma infinitiva.

Por fim, destaca-se, ainda, o apagamento registrado em “portunidade” (oportunidade) na grafia de MRC que, assim como o exposto para JOS, parece indicar a pouca habilidade da missivista em “dominar a pena”.

Apontados esses aspectos, a análise dos itens lexicais demonstra que as 11 ocorrências de JOS se distribuem em 7 palavras, sendo 4 delas formas distintas de um mesmo paradigma:

durmente (2)	durmi (2)	durmia
durmir (3)	furtuna	logares
	poder	

Quadro 03. Casos de desvios ortográficos na pretônica posterior registrados nas missivas de JOS.

Dessas 7 palavras, apenas os registros de “furtuna” e “logares” oscilam nos jornais que circulavam na época, sendo a primeira ocorrência menos frequente e encontrada em contexto equivalente ao das missivas, apenas no *Jornal do Brasil*, já que, em *A Batalha*, “Furtuna” ocorre somente como sobrenome (Albertinho **Furtuna**). Por outro lado, “logares” parece ser recorrente na época, já que, à semelhança das missivas, essa grafia se superpõe à forma “lugares” nos jornais considerados.

REGISTRO	DATA DAS MISSIVAS	Oco.	REGISTROS EM JORNAIS DA ÉPOCA	
			<o>	<u>
durmente (dormente)	24-01-1937	2	“O dormente arrombou o electrico, fracturando a perna de um passageiro.” (A Batalha – 19/07/1936)	
	16-03-1937		“Era um caus dormente de mil princípios fecundos, que não sabiam como se manifestar (...)” (Jornal do Brasil – 28/03/1937)	-
durmi (dormi)	21-09-1936	2	“Muitas vezes me alimentei de amendoim e dormi sobre os bancos dos parques publicos.” (A Batalha – 15/09/1937)	
	13-04-1937		“Eu não dormi a noite passada.” (Jornal do Brasil – 02/02/1936)	-

durmia (dormia)	13-09-1936	1	<p>"Dormia ao relento e á caridade humana, de vez em quando lhe dava uma esmola para o seu sustento." (A Batalha – 14/08/1936)</p> <p>"Dormia pouco, orava muito e consagrava-se ao estudo com singular afinco." (Jornal do Brasil – 16/02/1936)</p>	-
durmir (dormir)	24-01-1937 23-02-1937 2-03-1937	3	<p>"Os larapios penetram em seguida no quarto de dormir do Coronel Nascimento(...)" (A Batalha – 26/03/1937)</p> <p>"Aliás, a querida sociedade não vai 'dormir sobre os louros' pois para o dia 5 de novembro já se anuncia um novo espetáculo de teatro de amadores." (Jornal do Brasil – 29/10/1937)</p>	-
furtuna (fortuna)	2-03-1937	1	<p>"Mas se deseja a furtuna máxima que é a saúde, vá á rua Jorge Rudge, 112." (A Batalha – 25/07/1937)</p> <p>"O Conde Matarazzo que morreu, ontem, deixando uma furtuna avaliada em quinhentos mil contos, é a expressão da vitória do trabalho aliado espírito de iniciativa." (Jornal do Brasil – 11/02/1937)</p>	<p>"Da 'Radio Mayrink Veiga': Albertinho Furtuna (...)" (A Batalha – 23/08/1937)</p> <p>"O Dr. Roberto Baere nascido em casa provida e honrada, elegera o trabalho como ocupação para as suas condições suficientes de furtuna." (Jornal do Brasil – 21/10/1937)</p>
logares (lugares)	01-10-1936	1	<p>"Cogita-se, na Camara Municipal de admitir, promover e crear logares na Secretaria." (A Batalha – 08/07/1936)</p> <p>"Foi aberta na Diretoria Geral de Engenharia a inscrição para o concurso de provimento dos logares de praticante de oficial segundo as condições do edital publicado na secção competente." (Jornal do Brasil – 18/01/1936)</p>	<p>"Para o homem do Estado Novo o ser da situação não justifica nem a posse exclusiva dos lugares publicos, nem a violação das leis (...)" (A Batalha – 02/08/1936)</p>
poder (puder)	6-04-1937	1	-	<p>"Pergunte o que quiser e eu responderei o que puder..." (A Batalha – 26/03/1937)</p> <p>"A' vista disso, grito com todas as minhas forças enquanto ainda puder gritar." (Jornal do Brasil – 24/01/1937)</p>

Tabela 08. Casos de variação na pretônica posterior registrados nas missivas de JOS e em jornais da década 1930.

No que se refere a "durmente", "durmi", "durmia", "durmir" e "poder", os jornais considerados apresentam uma única grafia no mesmo período em que se redigiram as missivas, sendo no paradigma do verbo "dormir" empregada a vogal média <o>, ao passo que, no futuro do subjuntivo do verbo "poder", a vogal alta <u> seria adotada como norma. Como foi ressaltado no início da seção, acredita-se que a divergência entre esses registros e os do missivista resulte de um processo de hipercorreção, motivado pelo caráter irregular dos verbos "dormir" e "poder", cujo radical se submete à alomorfia em certas formas do mesmo paradigma.

Análogos comentários podem-se apresentar a partir dos registros de MRC. Os 9 dados de aparente desvio grafemático da vogal média posterior encontrados em suas cartas se encontram em 6 itens lexicais diferentes, já que as formas “podeçe”(pudesse) e “portunidade” (oportunidade) correspondem a mais de uma ocorrência cada:

chuveu	chuvia	duer
podeçe (3)	portunidade (2)	sepoder

Quadro 04. Casos de desvios ortográficos na pretônica posterior registrados nas missivas de MRC.

Como ilustra a tabela a seguir, 3 desses itens (choveu, chovia e pudesse) ora são grafados com a vogal média ora com a alta nos periódicos, coincidindo, em uma das variantes, com os registros da missivista observada. Ressalta-se, entretanto, a proximidade entre os padrões ortográficos do início do século passado e os atuais, posto que em meio à variação, as grafias “choveu”, “chovia” e “pudesse” se destacam.

REGISTRO	DATA DAS MISSIVAS	Oco.	REGISTROS EM JORNAIS DA ÉPOCA	
			<o>	<u>
chuveu (choveu)	29-09-1936	1	“Todavia não chuveu . (...)” (A Batalha – 24/09/1936)	“Hontem chuveu toda a tarde na Gavea.” (A Batalha – 02/04/1930)
			“Em algumas localidades do interior chuveu também bastante.” (Jornal do Brasil – 04/01/1936)	“O tempo nas 24 horas decorreu nublado, salvo em algumas localidades onde chuveu .” (Jornal do Brasil – 13/11/1936)
chuvia (chovia)	11-10-1936	1	“Já não mais chovia e Ignacio convidou-o para permanecer na vizinha cidade (...)” (A Batalha – 21/07/1936)	“Fora chuvia , uma chuvinha miuda e impertinente...” (A Batalha – 02/12/1930)
duer (doer)	07-10-1936	1	“Rabisco o que sinto, dôa a quem doêr , agrade a quem agradecer.” (A Batalha – 09/12/1936)	-
			“Se a parede do intestino fosse de borracha, distendia-se sem doer .” (Jornal do Brasil – 27/02/1936)	

			<p>“Dado que fosse possível aceitar essa inverosímil, essa absurda hypothese – de que podesse eu ter ido á casa da do honrado Ministro do Tribunal de Contas (...)” (A Batalha – 14/08/1937)</p>	<p>“Afastou-se mais e foi procurar um ponto onde pudesse melhor observar o que se iria passar (...)” (A Batalha – 03/07/1936)</p>
podece (pudesse)	26-09-1936	3	<p>“Admitamos que, no Brasil, um dialeto originado da lingua portuguesa se transformasse, através dos tempos, em um idioma autonomo e que, portanto, o Brasil pudesse arrogar se o direito de repetir a denominação de língua portuguesa: dada á língua falada no seu territorio.” (Jornal do Brasil – 31/01/1936)</p>	<p>“A reforma constitucional de 1926 mudou a face das coisas, determinando que nenhum emprego publico, mesmo do Legislativo, pudesse ser criado sem colaboração do Presidente da República.” (Jornal do Brasil – 03/01/1936)</p>
portunidade (oportunidade)	23-09-1936 29-09-1936	2	<p>“E a oportunidade é uma mulher, que, por nós, passa correndo, com os cabelos soltos...” (A Batalha – 03/11/1936)</p> <p>“Amanhã, Domingo, os radio-ouvintes do Brasil, vão ter oportunidade de conhecer um dos maiores violinistas da atualidade.” (Jornal do Brasil – 12/09/1936)</p>	-
sepoder (se puder)	10-09-1936	1	-	<p>“Neste proposito aqui me tendes e nelle me encontraris á frente da secretaria do Interior, enquanto puder ser util á nobre população carioca.” (A Batalha – 15/07/1936)</p> <p>“Se o governo puder fazer baixar o preço do trigo, está o caso resolvido.” (Jornal do Brasil – 21/01/1936)</p>

Tabela 09. Casos de variação na pretônica posterior registrados nas missivas de MRC e em jornais da década 1930⁸.

Não foram encontrados registros de “duer”, “portunidade” e “sepoder” nos periódicos investigados, indicando certo distanciamento entre os *corpora*. Trata-se de casos de alçamento, apagamento e abaixamento, respectivamente. Como se comentou no início desta seção, no primeiro dado apresenta-se o chamado contexto de hiato, potencialmente favorável à elevação da vogal média pretônica na oralidade moderna. O registro dessa vogal na escrita indica, portanto, que esse processo já se apresentava no português do início do século passado e uma relação estreita entre as duas modalidades nas missivas de MRC. Por outro lado, “portunidade” e “sepoder” podem ser apontados como evidências da baixa habilidade da noiva, pois, conforme defendem Marquilhas (1996) e Barbosa (1999), a elisão de segmentos e a hipercorreção são marcas bastante recorrentes nas chamadas mãos inábeis (cf. Introdução).

⁸ O único registro de “chuveu” em *A Batalha* data de 1930. Não foram encontrados registros de “chuvia” nos arquivos do *Jornal do Brasil* da década de 1930 e o único caso registrado em *A Batalha* data de 1930.

Considerações Finais

Ainda que os *corpora* analisados possam ser considerados, em um viés variacionista, pouco significativos, a presença de dados de variação na pauta pretônica em textos escritos que sobreviveram por quase um século os torna relevantes. Os resultados da variação grafemática das vogais pretônicas nas missivas e o contraste desses registros com outros que circulavam na mídia impressa da época revelam que, mesmo em diferentes níveis, o casal apresenta variantes que se distanciam desses modelos, evidenciando, ora a interferência da fala na escrita, ora casos de hipercorreção, além do pouco domínio da grafia. A recorrência desses desvios é, contudo, mais saliente nas missivas da noiva, corroborando a defesa de Silva (2012) de que haveria um certo distanciamento entre os redatores e confirmando a hipótese inicial de que JOS teria mais contato com modelos de escrita do que MRC.

Nesse sentido, ainda que se reconheça a necessidade de ampliar as amostras, os dados observados confirmam que “o noivo detinha um nível de conhecimento relativo a textos escritos e um maior contato com modelos de escrita que sua noiva” (SILVA, 2013; 102), pois nas cartas dela a recorrência de desvios grafemáticos é superior. Cumpre frisar, contudo que, ao mesmo tempo em que os registros de variação que se apresentam na missivista se dissociam dos jornais da época, aproximam-se de ocorrências descritas na oralidade do PB moderno, indicando a incidência do fenômeno em destaque em falares da década de 1930. As cartas de MRC podem, portanto, realmente, ser consideradas “uma fonte preciosa para o conhecimento da norma popular do português brasileiro da primeira metade do século XX”. (SILVA, 2013, p. 103). Em contrapartida, a proximidade entre os registros de JOS e aqueles encontrados nos jornais considerados comprova que, em comparação com sua amada, seu grau de letramento é superior, ainda que não possa ser classificado como altamente letrado.

Dessa maneira, tendo por base a ortografia atualmente vigente, percebe-se certa discrepância entre os modelos de escrita do passado e do presente e tanto o noivo quanto a noiva apresentam desvios ortográficos no que toca a representação das vogais pretônicas anteriores e posteriores, seja em favor do alçamento, do abaixamento e até mesmo do apagamento ou da ditongação. Se os dados registrados nas cartas e nos jornais se distanciam da ortografia atualmente vigente e se aproximam em sua maioria de comportamentos verificados na oralidade do PB moderno, ao que parece na década de 1930, na padronização ortográfica, a fonética ainda era um fator determinante.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, Celia Regina dos Santos (Org.). *Norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005.
- BISOL, L. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. Neutralização das átonas. *Revista D.E.L.T.A.*, vol. 19:2, 2003.
- CALLOU, D. I.; BRANDÃO, S.F. Caracterização de áreas dialetais no Português do Brasil: análise de duas variáveis. In: SÁ JÚNIOR, Lucrecio Araújo; MARTINS, Marco Antonio. *Reflexões linguísticas: questões de historiografia, gramática e ensino na linguística brasileira*. Natal: EDUFRN, 2016. p. 81-108.
- _____. Variação e mudança no vocalismo do PB: perfil geo-sociolinguístico. *Comunicação apresentada ao 8º Congresso Internacional da ABRALIN*, 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 2013.
- _____; CRUZ, M. L. C. Um estudo contrastivo sobre as vogais médias pretônicas em falares do Amazonas e do Pará com base nos dados do ALAM e do ALISPA. In: AGUILERA, V. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2005.
- _____; LEITE, Y. As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, 1986.
- _____; LEITE, Y.; COUTINHO, L. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro. *Organon*, Porto Alegre, 1991.
- CAMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- _____. Erros Escolares como Sintomas de Tendências Linguísticas no Português do Rio de Janeiro. *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas [1972] 1975a.

- CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- COSERIU, E. *Teoría del Lenguaje y lingüística general*. Madrid: Editorial Gredos, S.A, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugalia Editora, s/d, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1970.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros. In: MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (Orgs). *O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFP, 2002.
- GIMENO, J. *El profesor como investigador en el aula: un paradigma de formación de profesores*. Educación y Sociedad, 1983.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. *et al.* The application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with a the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE-SILVESTRE. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- HORA, D. da; SANTIAGO, S. Vogais pretônicas no Norte do Brasil: o falar de Macapá. In: RAMOS, Jânia (Org.). *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.
- MARQUILHAS, R. *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. 420fl. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.
- MATEUS, M. H. M. *et alii.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed, ver. e aum., Lisboa: Caminho, 2003.
- MONARETTO, V. N. de O. Valor fonético das vogais médias postônicas em jornais oitocentistas gaúchos. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Volume 14, dezembro de 2013.
- NARO, A. J. *Estudos Diacrônicos*. Trad. Lais Campos e Katia Elisabeth Santos. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- OLIVEIRA, M. A. *Variação Fonológica: O indivíduo e a comunidade de fala*. VIII Seminário de Pesquisa do PPGLLP _UNESP-Araraquara. (Seminário), 2008.
- PAIVA, D. de F. *História da Língua Portuguesa II: século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.
- SAID ALI. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. ed. rev. e atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1915.
- SILVA, E. N. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, M. B. da. Um traço regional na fala culta de Salvador. *Organon*, Porto Alegre, 1991.
- SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- VIEGAS, M do C. *O açamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.
- YACOVENCO, L. C. *As vogais médias pretônicas no falar culto carioca*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- <http://hemerotecadigital.bn.br/> (Acesso entre os meses de junho e julho de 2014)

O grau de letramento de um casal carioca: uma análise da grafia <r>

The level of literacy of a carioca couple: an analysis of <r> spelling

Recebido em 20 de agosto de 2015. | Aprovado em 12 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.187>

Karilene da Silva Xavier¹

Resumo: Este artigo visa a analisar os desvios grafemáticos do <r> efetuados por um casal de noivos, que trocou 97 cartas de amor entre 1936 e 1937 na cidade do Rio de Janeiro. Por não terem sido pessoas ilustres, não há informação sobre eles disponível em acervo público e, com isso, todo o conhecimento extralinguístico é obtido diretamente de conteúdo dessas cartas. Dessa forma, por meio de desvios grafemáticos, tais como elisão, rotacismo, metátese, hipercorreção e até mesmo a familiaridade com as grafias <r> e <rr>, pretende-se traçar o perfil e o grau de letramento do casal. Para tanto, esta pesquisa fundamenta-se em uma análise de natureza filológica e sociolinguística histórica.

Palavras-chave: casal não-ilustre; grafia <r>; década de trinta, análise de natureza filológica; sociolinguística.

Abstract: This article aims to analyze the graphematic deviation of <r> made by an engaged couple, who exchanged 97 love letters during 1936 and 1937 in Rio de Janeiro city. They were not distinguished persons, thus there is no information about them available in public assets and, then, all the extra-linguistic knowledge is obtained directly from the content of these letters. Therefore, through graphematic deviations, such as deletion, rhotacism, metathesis, overcorrection and even the familiarity with the spellings <r> and <rr>, we propose to trace the profile and the degree of literacy of the couple. Therefore, this research is based on a philological nature and historical sociolinguistic analysis.

Keywords: non-renowned couple; spelling <r>; the thirties; philological analysis; sociolinguistics.

¹ Mestranda em Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista da FAPERJ. karilened@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, analisamos processos fonéticos e fonológicos relacionados à grafia do <r>, como elisão, rotacismo, metátese, hipercorreção, efetuados por um casal de noivos, que trocou cartas de amor entre os anos de 1936 e 1937 na cidade do Rio de Janeiro. Esses processos são favorecidos pela baixa escolaridade, ocorrendo através da transposição da língua falada para a escrita. Além disso, observamos os desvios grafemáticos que ocorrem devido à falta de familiaridade do missivista com as convenções da língua escrita. Como, em um texto escrito, o grau de monitoramento tende a ser maior que na fala, o missivista pode monitorar com mais rigidez o que quer comunicar ao remetente, assim, serão observados também os possíveis casos de hipercorreção com a grafia <r> nas cartas.

Cabe ainda comentar que, segundo Scherre (2005, p. 92), "o erro ortográfico, embora não provoque desestruturação das ideias de um texto, tem um efeito social desmedido, simplesmente porque ele é mais fácil de ser percebido e, também, de ser usado como marca social de não saber escrever". Desse modo, ao detectar tais desvios, será possível traçar o perfil e o grau de letramento dos missivistas, contribuindo com uma análise grafemática mais específica em relação à mais abrangente iniciada por Silva (2012). Os resultados da autora revelam que:

Os missivistas (...) apresentaram desvios grafemáticos. A habilidade com a escrita não se mostrou idêntica para ambos. Nas cartas de JOS [noivo], identificou-se menor número de desvios grafemáticos e, no geral, seus equívocos demonstraram a transposição da fala para a escrita. Esse aspecto deveria enquadrá-lo como uma pessoa com um grau de letramento mediano. Tais dados, contudo, não foram tão numerosos quanto os observados na produção escrita da noiva. A maioria deles consiste em desvios aceitáveis, por serem termos com grafemas distintos para o mesmo fone. MRC [noiva] apresenta, por sua vez, uma grafia mais fonética e apresenta um índice alto de desvios grafemáticos. Se for levada em conta a quantidade de cartas produzidas por cada um, as taxas de Maria seriam proporcionalmente ainda maiores. Nesse sentido, notou-se grande diferença quanto ao domínio da escrita por parte de MRC em relação ao seu noivo. (OP. CIT., p. 114)

O presente artigo prevê, então, aprofundar essa análise, observando os desvios no que se refere à grafia do <r>. Assim, o objetivo geral é colocar mais uma peça no jogo complexo que constitui a análise das representações ortográficas do rótico em texto escrito por meio dessas cartas trocadas pelo jovem casal com base em uma análise de natureza filológica e considerar a influência dos resultados traçados em uma análise sociolinguística.

Por fim, na organização deste artigo, faz-se, a princípio, a revisão de alguns trabalhos de cunho variacionista relacionados aos fenômenos aqui investigados. Na segunda seção, serão apresentados os pressupostos teóricos que serviram de base para a realização da pesquisa, nos quais há a contribuição da filologia e da sociolinguística histórica, além dos objetivos mais específicos, as hipóteses com base nos grupos de fatores aqui investigados, seguidos pela apresentação do *corpus* e informantes e das etapas da pesquisa, como a recolha, a transcrição e a codificação dos dados, os grupos de fatores utilizados. A seção três apresenta e discute os resultados, havendo uma análise de cunho variacionista que visa a determinar quais os fatores linguísticos e/ou sociais foram decisivos para o tipo de pronúncia do rótico, e, assim, comparar os resultados aqui encontrados com os de trabalhos revisados na seção 1. Na última parte, encontram-se as considerações finais, revelando as conclusões a que se chega no que diz respeito às expectativas pré-definidas e as contribuições que este artigo pretende dar ao conhecimento fonético-fonológico da língua escrita do Português do Brasil (doravante PB) com relação aos róticos.

1. Revisitando o rótico e os fenômenos investigados

Na língua falada, o rótico apresenta "um elevado grau de polimorfismo (...) no português do Brasil" (CALLOU *et alii*, 1996, p. 465). Por causa dessa diversidade de realizações, o segmento tem sido objeto de estudo de diversos trabalhos no que diz respeito à modalidade oral (CALLOU, 1987; MELO, 2009, entre outros) e, mais recentemente, há estudos que investigam como os fenômenos linguísticos relacionados ao segmento atingem à modalidade escrita (MOLLICA, 2003; COSTA, 2007, entre outros).

Embora exista um número considerável de trabalhos realizados sobre tal segmento, destaca-se a relevância desta proposta, uma vez que a maioria dos estudos toma como base *corpora* de língua falada, e os que partem da análise de textos escritos geralmente têm a redação escolar como amostra. O recuo no tempo nos impele a lançar mão de dados oriundos apenas de textos escritos. Com isso, o enfoque da descrição do comportamento do rótico em texto escrito será expandido, principalmente por ser realizada em um gênero textual que não foi muito explorado ainda: as cartas. Assim, os resultados permitirão evidenciar até que ponto os processos fonético e fonológico encontram-se introduzidos na escrita dos missivistas. Por fim, cada fenômeno será comentado com detalhe a seguir além dos casos de hipercorreção e de falta de familiaridade com os códigos da escrita.

1.1 - Elisão: apócope e síncope

A elisão é a supressão de uma ou mais letras em uma palavra. No que diz respeito ao rótico, a elisão pode ocorrer no final da palavra, havendo uma denominação mais específica de apócope (cantar > canta), ou no meio da palavra, fenômeno conhecido como síncope (problema > poblema). Ambos os processos são largamente pesquisados tanto na modalidade oral quanto na escrita e, de acordo com Callou e Serra (2012), é um fenômeno bastante antigo no Português. Ao recuar no tempo, no que diz respeito a ausência do <r> final, essas autoras relatam que, nas peças teatrais de Gil Vicente escritas no século XVI, o fenômeno era considerado um marcador social, pois era usado para caracterizar apenas a fala de escravos. Em termos labovianos (LABOV, 1994), essa estratificação pode ser considerada uma mudança de baixo para cima.

Estudos anteriores tanto com base em *corpora* orais quanto escritos revelam que a apócope do rótico é muito mais comum que a síncope. Quando a supressão do <r> em posição final é categórica, o fenômeno começa a atingir a posição de coda medial como mostram os resultados de Farias e Oliveira (2013) a partir de *corpora* do NURC² gravados por falantes cultos nascidos em João Pessoa e Bahia. Em regiões em que ainda há um percentual baixo de supressão final, o rótico em coda medial é mantido. Tal fenômeno parece se refletir na modalidade escrita, como revelam os resultados de Mollica (2003) e de Costa (2007), que serão comentados a seguir.

Ainda não há um número considerável de estudos diacrônicos no PB sobre a elisão do <r> na escrita. Esse fenômeno é investigado geralmente com base em redações escolares, nas quais é muito comum encontrar palavras em que o grafema, em posição final, não é grafado. Mollica (2003) estudou o cancelamento do rótico em coda na escrita de estudantes das séries iniciais, visando à correção desses cancelamentos influenciados pela fala. O trabalho demonstrou que a ausência do grafema em final de palavra ocorreu em uma frequência bastante superior à posição de coda medial, tal como ocorre com dados da fala (CALLOU, 1987).

Por fim, vale comentar que, em seu trabalho, Costa (2007) conclui que à medida que os alunos avançam nas séries escolares tende a diminuir a supressão do <r> em coda nos textos escritos. A autora postula que tais casos ocorrem devido a interferências de regras fonológicas variáveis transpostas da fala para a escrita. Com isso, havendo casos de elisão do <r> nas cartas do casal, o grau de letramento dos missivistas será traçado, e haverá um diálogo entre os resultados aqui obtidos e os dos trabalhos que foram brevemente revisados acima.

1.2 - Rotacismo

O rotacismo consiste na troca da líquida lateral, <l>, pela líquida vibrante, <r>. Segundo Gomes e Souza (2003), esse fenômeno ocorre desde a formação do Português até os dias de hoje. Há inúmeros exemplos de rotacismo nos grupos consonantais em posição inicial durante a passagem do Latim para o Português como "placere > prazer", "fluxu > frouxo", entre outros. No PB, o processo pode ocorrer também em ataque simples, como em "pírula > pírura", e, em posição de coda silábica, como em "calcanhar > carcanhar". Tal fato ocorre, pois <l> e <r> compartilham diversas propriedades fonéticas, diferenciando-se em apenas um traço distintivo e, assim, estando submetidas a diferentes processos fonológicos. Além disso, são as únicas consoantes possíveis na segunda posição de um ataque complexo.

Em seu trabalho, Dos Reis (2010, p. 33) afirma que "a permuta do primeiro [segmento] pelo segundo não implica diferença de significado, mas implica, no português moderno, diferenças sociais que levam à estigmatização dos falantes". Em um estudo sincrônico de cunho variacionista, essa autora conclui que os homens

² O acervo do Projeto NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta), ora disponível on-line, constitui referência nacional para estudos da variante culta da língua portuguesa.

apresentaram maior número de realização do rotacismo em ataque complexo, e as mulheres em coda silábica com base em *corpora* orais do projeto ALIMA³.

Em seu estudo, Oliveira (2008) visa a verificar quais foram, no século XIX, os fenômenos fônicos referentes às líquidas que, da fala, se transpuseram para a escrita. Quanto ao <r>, o autor aponta 183 ocorrências de rotacismo em documentos redigidos por africanos e afrodescendentes no âmbito de uma irmandade negra, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada, na cidade de Salvador, em 1832, pelo africano Manoel Vítor Serra. Maior parte do processo em questão ocorre quando o <r> se encontra em posição de coda silábica como em "aluguer" (aluguel) e "vortando" (voltando), alcançando 50% dos dados, 45% ocorrem em ataque complexo, como em "apricado" (aplicado) e "asembrea" (assembleia), e apenas 5% em ataque simples, como em "paravra" (palavra)⁴. Por fim, como o rotacismo é um processo realizado por indivíduos com baixo grau de escolaridade ou nenhum, será interessante verificar se os missivistas realizam-no em seus textos e, desse modo, definir o grau de letramento de cada um.

1.3 - Metátese

A metátese consiste na transposição de segmentos ou sílabas, havendo uma alteração na sequência linear. Esse não é um fenômeno muito estudado como os que já foram comentados acima. Hora *et alii* (2007, p. 179), afirmam em um trabalho que os "estudos sobre a metátese são muito escassos, principalmente, quando se trata de sua ocorrência no PB". Todavia, o fenômeno tem sido atestado em diversas línguas naturais.

Para os autores supracitados, a metátese é, na verdade, "um processo de reordenamento de segmentos dentro de uma mesma palavra" (*op. cit.*, p. 184). Esse é "um fenômeno antigo e persistente na Língua Portuguesa" (*op. cit.*, p. 184), pois há inúmeros exemplos da passagem do Latim para o Português como em "semper > sempre" e exemplos comuns que ocorrem nos dias atuais como "estupro > estrupo". Neste artigo, apenas serão levados em conta os casos de metátese em que o grafema <r> está envolvido.

Nesse trabalho, os autores afirmam que a "metátese parece ser frequente entre as líquidas não-laterais, que se mostra o preferido na mudança e variação" (HORA *et alii*, 2007, p. 185). Ali (1965) também afirma que no Português antigo era comum ocorrer metátese envolvendo a vibrante. Esse autor justifica tal fenômeno pelo fato de o falante buscar com o <r> a contiguidade com outras consoantes.

Embora haja uma escassez de estudos sistemáticos sobre metátese tanto na sincronia quanto na diacronia, esse fenômeno foi selecionado para também ser analisado neste artigo, pois como Hora *et alii* afirmam (2007, p. 185) "parece que o processo (...) está relacionado à escolaridade, pois sua realização ocorre preferencialmente em informantes com poucos anos de escolarização". Assim, será possível traçar o perfil e grau de escolaridade dos missivistas através da ocorrência ou ausência desse fenômeno.

1.4 - Hipercorreção

De acordo com Câmara Jr. (2002, p. 237), a hipercorreção é a "equivocação no desejo de falar bem", ou seja, o indivíduo tem certa noção da norma e preocupa-se em usá-la corretamente, porém pode aplicar regras que não são necessárias. Vale comentar que a hipercorreção não ocorre somente na língua falada mas também na escrita, principalmente naquela realizada por pessoas que estão em ascensão e que tentam adequar seu texto a um modelo de prestígio, utilizado pelas classes dominantes como Moreno (2004) afirma.

No que diz respeito ao <r>, serão averiguados os possíveis casos de hipercorreção, como o lambdacismo, que é o oposto ao rotacismo, em que indivíduo troca o <r> por <l> por considerar o rótico relacionado à pronúncia estigmatizada. Pode ocorrer na posição de segundo elemento do grupo consonântico como em "zebra > zebra" e em ataque simples como em "cabeleireiro > cabeleleiro". Além do lambdacismo, será averiguado o acréscimo do <r> ao final da palavra quando não é previsto, por exemplo, "Isso dar trabalho" em que o indivíduo considera a falta do rótico um erro e acrescenta-o a fim de não estar relacionado à imagem de uma pessoa que produz o apagamento.

³ O Projeto ALiMA - Atlas Linguístico do Maranhão - é um empreendimento científico, que visa à descrição da língua, considerada em seus diferentes níveis de observação: a pronúncia, o vocabulário, a organização da frase, a entoação, os conteúdos semânticos. Para mais detalhes, acesse esta página: <<http://www.academicosdeletras.ufma.br/projetoalima.html>>.

⁴ Os exemplos são alguns dos dados desse estudo.

Ambos os casos atuam na modalidade oral e, conseqüentemente, atingem os textos escritos, principalmente, naqueles em que o indivíduo, quando ciente da influência da sua escrita, almeja transmitir certa formalidade. Vale comentar que não foram encontrados estudos acadêmicos de cunho variacionista especificamente sobre esses dois fenômenos em questão a fim de haver uma comparação com os resultados aqui encontrados.

1.5 - A alternância entre <r> e <rr>

Quando se escreve, representa-se os sons da fala por meio de grafemas. O sistema ortográfico do Português não é tão simples, pois um determinado som pode ser representado por grafemas distintos, e um grafema pode corresponder a diferentes sons. Por isso, pode haver desvios com a grafia do <r> que são ocasionados pela mera falta de domínio de ortografia por parte dos missivistas.

No PB, segundo Câmara Jr. (1953), há dois tipos de rótico, o /r/ forte e o /r/ fraco, que se opõem somente em posição intervocálica e, nos outros contextos, tal oposição é neutralizada. O primeiro ocorre no início de palavra, como em “reto”, em contexto intervocálico, como em “carro”, em posição de coda silábica (medial e final), como em “porta” e “cantar”, respectivamente. O segundo ocorre em contexto intervocálico como em “caro” e, no segundo elemento do grupo consonântico, como em “prata”. Observa-se que o /r/ fraco é sempre representado por <r>, porém o /r/ forte pode ser representado por <r> ou por <rr>. Em contexto intervocálico, podem ocorrer as duas espécies de /r/ e vale comentar que a troca de um pelo outro pode ocasionar oposição fonológica, ou seja, mudança de significado do vocábulo (carro x caro).

Por fim, já que o /r/ forte pode ser representado por <r> ou <rr>, o missivista que não possui tanto domínio com o código escrito pode substituir uma forma pela outra. Dessa forma, será possível diferenciar aquele que possui familiaridade com a ortografia daquele que não possui e, então, confirmar que o noivo é mais letrado que a sua noiva.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

Pretende-se aliar os Estudos Filológicos com base em critérios estipulados por Marquilhas (1996) à Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH *et alii*, 2006 [1968]) em perspectiva histórica (CONDE SILVESTRE, 2007).

2.1 - A contribuição da Filologia

Como não é possível obter informações extralinguísticas sobre os missivistas, já que os redatores da carta são personagens não-ilustres, os dados externos são obtidos diretamente das cartas, ou seja, o conteúdo delas informa um pouco sobre quem eles eram, onde e com quem viviam, como se encontravam, e como era sua relação. Assim, a partir dos desvios grafemáticos acerca do rótico cometidos ou não por eles, serão traçados seus perfis, a fim de sistematizar o que o casal transpõe da fala para escrita e sua familiaridade com os moldes escritos.

Como Silva (2012) propôs em seu trabalho, serão tomados como base critérios metodológicos propostos por Marquilhas (1996), a fim de identificar, especificar e diferenciar os traços, [+letrado, -letrado] dos missivistas, já que não há informações sobre o seu grau de escolaridade. Apesar de a época em que as cartas foram trocadas não ser tão distante dos dias atuais, pode-se considerá-la como parte de uma sincronia passada, pois, durante o século XX, houve diversas mudanças sociais, econômicas e históricas, que distanciam aquele momento do atual. Com isso, não é possível transferir para o passado o contexto dos anos 2010 no que diz respeito ao grau de escolaridade - Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior - por causa da quase inexistência de escolas e universidades no Brasil no início do século passado e pelas constantes mudanças nos níveis de instrução.

Marquilhas (1996), ao analisar cartas do Português Europeu do século XVII, estabelece um parâmetro para verificar o grau de letramento dos missivistas, ou seja, a fim de evidenciar as características que permeavam os escritos de “mãos hábeis” e “mãos inábeis”, com base no termo <scripteurs maladroits> de Claire Blache-Benveniste. Essas características são as seguintes: ausência de *cursus*, uso de módulo grande, ausência de regramento ideal, traçado inseguro, tendência às letras desenquadradas, irregularidade da empaginação, elenco limitado de abreviaturas, falta de leveza ao conjunto, uso de maiúsculas no interior das palavras e hipersegmentação. Destarte, com respaldo na ortografia, a autora constrói uma descrição mais sólida sobre os

escreventes, dividindo os aspectos grafemáticos em dois grupos: aquisição da escrita e problemas na representação das estruturas fonológicas. Tais grupos dizem respeito à "conciliação entre capacidade para escrever consoantes e vogais e a incapacidade de analisar a estrutura interior da sílaba" (MARQUILHAS, 1996, p. 243).

Com a ausência de informações sobre os fatores sociais tradicionalmente usados em estudos sociolinguísticos, como faixa etária, origem e grau de escolaridade, entre outros, Silva (2012) considera necessário levar em conta alguns parâmetros estipulados por Marquilhas para medir o grau de letramento do casal e, assim, buscar evidências filológicas para traçar o perfil sociolinguístico de ambos.

Alguns desvios foram selecionados a fim de aprofundar a análise iniciada por Silva (2012) e foram ordenados conforme o grau de relevância na caracterização do perfil social dos missivistas. A autora considerou fenômenos, tais como: junção, segmentação, modernização e expansão. Neste presente artigo, consideramos a elisão, o rotacismo, a metátese, a alternância entre <r> e <rr> e a hipercorreção, este último que ocorre geralmente por indivíduos que têm alguma noção da norma. Para fins de sistematização, serão consideradas as variações na escrita que difiram da grafia atual. Todavia, haverá também uma comparação da representação do /r/ pelos grafemas <r> e <rr> dos textos dos missivistas com os jornais da época, a fim de verificar a representação do /r/ forte entre vogais em textos publicados.

No que diz respeito ao grafema <r> em documentos históricos, em seu trabalho, Marquilhas (1996, p. 146) afirma que "a ortografia irregular de formas com cadeias de consoantes que incluem /r/ constitui a característica mais recorrente das mãos inábeis", a partir dos documentos escritos no século XVII. A autora compara o <r> gráfico de mãos inábeis com o /r/ na aquisição do Português como primeira língua. Quando o segmento se encontra em posição de ataque simples, crianças no processo de aquisição não apresentam dificuldade em pronunciá-lo, porém, em ataque complexo, há alguns problemas que geram a metátese. Da mesma forma, indivíduos de mãos inábeis não apresentam dificuldades na transcrição do /r/ simples, porém o afastamento do canônico silábico CV determinava algumas irregularidades ortográficas nos inábeis. Por exemplo, a metátese nos dados considerados pela autora, "contra > contar" e "sobre > sober", a fim de desfazer o ataque complexo⁵ e constituir uma estrutura mais natural" (CCV > CVC). Em outras palavras, quando o molde silábico não é o padrão universal (CV), há desvios ortográficos. A autora, portanto, afirma que as transcrições fonográficas de metáteses e elisões são produzidas no dialeto do indivíduo de mão inábil.

Quanto ao <r> em coda final, a letra é de "difícil topografia cujo desenho ficava para o fim" (MARQUILHAS, 1996, p. 255), porém não há exemplos. Em coda medial, era comum a inserção de uma vogal, como em "formos > foremos", lembrando que, no Português Europeu, o <r>, nesse contexto silábico, atualmente, tem a pronúncia do tepe, uma realização que condiciona a inserção de uma vogal, como aponta Farias e Oliveira (2013). Ambos os desvios eram efetuados por mãos inábeis com o propósito de formar o canônico silábico. Portanto, neste artigo, não será apenas levada em consideração a elaboração de alguns critérios que identifiquem indivíduos de mãos inábeis mas também a identificação da representação silábica das mãos inábeis com relação à consoante líquida não-lateral, principalmente, por tratar de fenômenos que serão aqui analisados.

2.2 - Sociolinguística Histórica

Antes de abordar a Sociolinguística Histórica, é relevante comentar os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH *et alli* (2006 [1968])). Essa teoria visa a sistematizar o comportamento da língua em uso dentro de uma comunidade de fala sob influência de fatores linguísticos e extralinguísticos. Além disso, busca a realização real do sistema caracterizado por sua heterogeneidade inerente e, assim, objetiva uma descrição não só da configuração interna da língua mas também da sua configuração externa.

Em linhas gerais, as bases teóricas da sociolinguística almejam especificar como um estado linguístico passaria a outro, perceber se o fenômeno analisado estaria em uma variação estável ou se configuraria como um processo de mudança em curso e sistematizar os fatores linguísticos e sociais que estão envolvidos e os efeitos desse processo na estrutura linguística. O interesse desta pesquisa em utilizar tal aparato como suporte é com relação aos condicionamentos linguísticos - número de sílabas do vocábulo, classe gramatical e contexto silábico - e extralinguísticos - gênero - para a ocorrência dos fenômenos devido à transposição da fala para a escrita. Dessa

⁵ Vale comentar que há também alguns erros na estrutura com <r> em posição de coda silábica, como no dado "fazer > fazre", ocorrendo, assim, um ataque complexo.

forma, não será realizada uma investigação sobre variação linguística *stricto sensu*, visto que observamos desvios grafemáticos.

Como as cartas foram escritas quase um século atrás, uma análise sociolinguística dos dados será realizada em perspectiva histórica, pois, de acordo com Conde Silvestre (2007), a sociolinguística histórica recupera os dados linguísticos do passado a partir dos textos que sobreviveram ao acaso até os dias de hoje. Segundo esse autor, a informação sobre esses dados é fragmentária, escassa e dificilmente estabelece uma relação direta com a produção oral real de seus falantes. Em outras palavras, ao tomar como ponto de partida algo que foi escrito no passado, podem surgir algumas dificuldades com relação à análise dos dados, já que a modalidade escrita geralmente apresenta um maior monitoramento que a fala.

O autor destaca alguns dos entraves que são comuns ao analisar tais textos. Dentre eles, nesta pesquisa, serão analisados os que estão em torno dos informantes, que, resumidamente, estão relacionados à *autoria*, pois, quando lidamos com documentos antigos, não há como ter certeza se os documentos são autógrafos, porém, nas cartas do casal, há sempre as mesmas assinaturas e isso pode ser um indício de que eles mesmos escreveram-nas. Com relação à *autenticidade*, há o problema de considerar se as cartas são semelhantes ou não às formas vernaculares dos escritores já que a escrita tende a ser mais monitorada que a fala. Na amostra, o missivista demonstra certo conhecimento da norma padrão e da estrutura do gênero textual, com isso, pode ter monitorado seu texto ao escrevê-lo, distanciando-se do seu vernáculo, por outro lado, a jovem aproxima-se bastante do que poderia ser a língua falada, pois, a todo momento, transpõe para seu texto características que sinalizam interferência de regras fonológicas variáveis. Por último, no que diz respeito à *validade sócio-histórica*, esse problema surge devido à dificuldade em recuperar a posição social dos escritores, principalmente, por não terem sido pessoas ilustres. Além disso, à medida em que o estudo recua no tempo, o conceito de gênero - homem e mulher - não pode ser pautado com base nos dias atuais, pois, nessa época, segundo Biasoli-Alves (2010, p. 236), é "usual que (...) a filha seja retirada da escola e posta em casa para ajudar. Também se decide por interromper seus estudos ou trabalho para que ela se prepare ao casamento". No momento em que as cartas foram trocadas, estava começando ainda uma abertura maior para a escolarização da mulher.

Há alguns entraves relacionados às cartas como a *validade empírica*, pois, quando se lida com dados do passado, as contribuições são limitadas. Por exemplo, a amostra possui uma quantidade bastante inferior de cartas escritas pela noiva, pois foram somente essas que sobreviveram até os dias de hoje. Assim, a sociolinguística histórica pode ser entendida como "a arte de fazer o melhor uso de maus dados", ou seja, os documentos escritos que estão disponíveis são "produto[s] de uma série imprevisível de acidentes históricos", segundo Labov (1994, p. 11). Por serem de sincronias passadas, são considerados difíceis de serem controlados pelo(a) investigador(a), porém este, avaliando cuidadosamente os dados, deve retirar o máximo possível da riqueza de informações linguísticas e sociais. Assim, será verificado de que maneira esses dados, mesmo escassos, podem contribuir para a análise sociolinguística em perspectiva histórica.

2.3 - Objetivos

O objetivo deste artigo é colocar mais uma peça no jogo complexo que constitui a análise das representações ortográficas do rótico em texto escrito através de cartas trocadas por um casal. Os mais específicos são os seguintes: a) analisar, por meio dos parâmetros de natureza filológica, os desvios grafemáticos do <r> que são considerados uma transposição da língua oral à escrita, tais como o elisão, o rotacismo, a metátese, a hipercorreção e os desvios ocasionados pela falta de domínio de ortografia, como a alternância entre <r> e <rr>; b) traçar o perfil sociolinguístico dos missivistas; c) verificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que tenham desempenhado um papel relevante à luz da Teoria da Variação e Mudança; d) diferenciar os dois remetentes quanto ao grau de letramento e, portanto, complementar o trabalho de Silva (2012) com uma análise mais específica dos processos enunciados em "a"; e) verificar como se dava a representação grafemática do /r/ forte em contexto intervocálico também em jornais da mesma década disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira⁶.

⁶ <<http://hemerotecadigital.bn.br>>.

2.4 - Hipóteses

Os resultados de Silva (2012), por meio da análise filológica das cartas do casal, revelam que ele possui um grau de letramento superior ao dela. Dessa forma, as seguintes hipóteses que orientam esta pesquisa são: a) presume-se que a missivista tenha cometido desvios grafemáticos, como elisão, metátese e rotacismo em quantidade mais elevada que seu noivo; b) acredita-se que os fatores linguísticos que geralmente condicionam determinados fenômenos ocorrerem na fala também incidam na escrita; c) espera-se que ele possa ter cometido mais casos de hipercorreção já que tem certa noção da norma; d) acredita-se que ela tenha menos domínio da ortografia e alterne entre representação dos grafemas <r> e <rr> em contexto intervocálico.

2.5 - Etapas metodológicas

Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: (a) realizar a leitura diretamente das cartas disponíveis na página do Laboratório de História do PB⁷; (b) selecionar e contabilizar os dados para a análise; (c) analisá-los de acordo com sua natureza filológica; (d) analisar as formas grafemáticas, <r> e <rr>, em jornais do *Diário Carioca*; e (e) traçar o perfil sociolinguístico dos missivistas, complementando os resultados encontrados por Silva (2012).

2.5.1 - As cartas

O material a ser utilizado é constituído de 97 cartas pessoais que foram trocadas pelo casal, que morava no subúrbio do Rio de Janeiro. Tais documentos foram encontrados no lixo por um aluno da Faculdade de Letras da UFRJ. Do noivo, há um total de 68 cartas e, da noiva, 29 cartas, um número bastante inferior, provavelmente, pelo pedido que ela fazia ao noivo que rasgasse suas cartas após lê-las. Eles trocavam cartas quando a noiva viajava para casa de sua irmã em Petrópolis, trocando juras de amor e marcando encontros.

Eles não eram pessoas ilustres, dessa forma, ao contrário da maioria de documentos utilizados em estudos históricos, tal material não foi encontrado em acervo público. Foi achado ao acaso no lixo do bairro de Ramos localizado nessa cidade e, com isso, informações sobre o casal e sobre seu contexto histórico-social têm sido retiradas apenas do conteúdo desses documentos. Apesar de não haver informações concretas sobre os missivistas, a carta é considerada um produto social e cultural como afirma Marcuschi (2008), assim, pode ser um reflexo da interação comunicativa dos indivíduos.

2.5.2 - Os informantes

Silva (2012) relata que foram feitas diversas tentativas em busca de informações que identificassem os missivistas do material analisado a fim de obter o perfil social de ambos. A autora buscou informações nos endereços dos remetentes, na sede administrativa de Ramos, no mesmo bairro em que as cartas foram encontradas, no registro de Imóveis, a fim de obter conhecimento da casa dos remetentes e da empresa onde o noivo trabalhou, no Arquivo da Cúria, a fim de buscar dados históricos que pudessem relevar o perfil social dos missivistas já que eram católicos. Todavia, todas as tentativas foram frustradas. Dessa forma, todas as informações a seguir foram extraídas diretamente do conteúdo das cartas. A noiva tinha uma filha e parecia ser mãe solteira, pois não menciona o pai da menina em momento algum. Ela morava com seus pais na Zona Norte da cidade e viajava com frequência à casa da irmã em Petrópolis e, por isso, trocava constantemente cartas com seu noivo. Ele trabalhava em uma empresa no Centro da cidade e morava com a família em Ramos. Seus pais pareciam não aprovar seu contato com sua pretendente, provavelmente, por ela ter tido uma filha em um provável relacionamento anterior.

Ao ler as cartas, observa-se uma diferença quanto ao grau de letramento dos missivistas. Silva (2012, p. 49) afirma que "embora se possa dizer que o missivista não dominava plenamente a norma padrão em suas cartas pela presença de alguns desvios recorrentes, notou-se que (...) ele apresentava maior contato com os modelos de escrita". Por outro lado, a noiva "apesar de apresentar mais desvios grafemáticos e uma estruturação sintática das sentenças bem simples, pode ser considerada como alfabetizada (sabia ler e escrever)" (SILVA, 2012, p. 49). Por fim, essas informações sobre o grau de letramento do casal será discutida mais a fundo na próxima seção.

⁷ <<http://www.lettras.ufrj.br/laborhistorico>>.

3. Resultados e discussão

Por intermédio da leitura das 97 cartas, todos os desvios grafemáticos enunciados na seção 1 foram encontrados. Na tabela 01, há o tipo de desvio, o número de ocorrências realizadas e o percentual em relação ao total de 57 dados.

Desvios nas cartas		
fenômeno	oco	%
Apócope	20	35
Síncope	6	10,5
Rotacismo	1	2
Metátese	5	9
Hipercorreção	3	5
Troca de <rr> por <r>	22	38,5
Total	57	100

Tabela 01. Distribuição dos desvios com a grafia <r> nas cartas.

Observa-se que há 20 dados de apócope e 6 de síncope que totalizam um percentual de 45,5% do total dos desvios. A troca de <rr> por <r> também é bastante comum, havendo 22 dados e, com isso, há um percentual de 38,5%. Já a metátese, a hipercorreção e o rotacismo ocorreram em quantidade escassa nas cartas e juntos totalizam um percentual de 16%. Todos esses desvios serão comentados a seguir com mais detalhe.

Ao separar o total de desvios apontados na tabela 01 por missivista, a fim de haver um controle do gênero e uma análise comparativa dos missivistas, há 52 dados que foram realizados pela jovem e apenas 5 por seu noivo. A seguir, a tabela apresenta tal distribuição da quantidade de dados e o percentual.

Desvios em cartas da noiva			Desvios em cartas do noivo		
fenômeno	oco	%	fenômeno	oco	%
Apócope	19	35	Apócope	1	20
Síncope	6	11	Síncope	.	.
Rotacismo	.	.	Rotacismo	1	20
Metátese	5	9	Metátese	.	.
Hipercorreção	.	.	Hipercorreção	3	60
Troca de <r> ~ <rr>	22	45	Troca de <r> ~ <rr>	.	.
Total	52	100	Total	5	100

Tabela 02. Distribuição dos desvios com a grafia <r> por missivista.

Observa-se que ela realiza desvios em um número bastante superior a seu noivo, confirmando a hipótese (a), em que se presumia que a missivista teria cometido desvios grafemáticos, como elisão, metátese e rotacismo em quantidade mais elevada que seu noivo, levantada no início deste artigo. Nos casos de apócope, ela escreve 19 palavras sem o <r> final e, por outro lado, ele deixa de escrever o grafema apenas em uma palavra. Todos os casos de síncope, de metátese e de alternância entre as grafias <r> e <rr> em contexto intervocálico, foram realizados pela missivista. Já nas cartas escritas por ele, há um único caso de rotacismo e todos os 3 casos de hipercorreção encontrados nas cartas. Vale comentar que ela efetua 11 vezes mais desvios grafemáticos que seu noivo, apesar de haver uma quantidade inferior de cartas escritas por ela, pois provavelmente foram rasgadas como ela sempre pedia no final de seus textos. Desse modo, apesar de haver apenas 29 cartas escritas por ela, a missivista efetua a grande maioria dos desvios grafemáticos apontados aqui. Por outro lado, seu noivo, apesar de apresentar boa estruturação em suas cartas e uso de textos poéticos, não dominava completamente a norma padrão, pois comete alguns desvios. Todavia, a maior parte é de hipercorreção, 60% do total de dados.

A partir de entrevistas com idosos que viveram a juventude no início do século XX, Biasoli-Alves (2000, p. 236) afirma que “...nos anos 30, 40 e 50, (...) há uma abertura maior para a escolarização da mulher”, assim, no momento em que a noiva escreve suas cartas, ainda está em início o acesso da mulher aos estudos. A autora continua o trecho reconhecendo que “[n]o entanto, as diferenças permanecem muito grandes entre as expectativas da família em relação à vida escolar e profissional de seus filhos homens e a das meninas/moças” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 236). Pode-se fazer uma breve comparação com as informações sobre as vidas do casal que foram obtidas através da leitura das cartas. Não há indícios de que a noiva trabalhe ou estude, ela apenas fica em casa cuidando da filha, porém ele trabalha em uma empresa no centro da cidade, assim, possui um contato social maior, além de apresentar certo conhecimento da norma e de poesia. Ao continuar com as citações, a autora finaliza o parágrafo, afirmando que “[é] usual que (...) a filha seja retirada da escola e posta em casa para ajudar. Também se decide por interromper seus estudos ou trabalho para que ela se prepare para o casamento” (*op.cit.*).

Dessa forma, é possível ter indícios sobre o contexto histórico-social no qual o casal estava inserido e, assim, tentar explicar o motivo de a quantidade de desvios grafemáticos dela ser bastante superior ao de seu noivo. A seguir, todos os desvios grafemáticos distribuídos na tabela 01 serão discutidos com mais detalhe.

3.1 - Elisão: apócope e síncope

Com relação à apócope, como foi dito, a noiva efetua grande parte dos casos desse desvio, ou seja, de 29 cartas escritas por ela, em 15, há pelo menos um caso de apócope. Por outro lado, nas 68 cartas escritas pelo noivo, há apenas um caso de apócope final do grafema em questão. Esse desvio é uma mera transposição da fala para a escrita e pode-se presumir que, se o <r> não é grafado em uma quantidade razoável na escrita dela, a jovem não o realizava com frequência na fala.

É comum, nos estudos sociolinguísticos sincrônicos, verificar o condicionamento da classe morfológica do vocábulo na supressão do /r/ final. Inúmeros trabalhos com base em corpora orais (CALLOU, 1987; CALLOU *et alii*, 1996) e escritos (MOLLICA, 2003; COSTA, 2007) confirmam a hipótese de que verbos (infinitivo impessoal) incidem no apagamento do segmento em questão, pois marcas linguísticas redundantes são simplificadas, ou seja, há o cancelamento da marca morfossintática, em que o fonema /r/ é designativo de flexão modo-temporal, restando apenas a marca prosódica, o acento (CALLOU, 1987). Como há uma quantidade razoável de dados para esse processo, será possível observar a atuação desse grupo de fatores.

Nas cartas escritas pela noiva, a apócope do <r> ocorre em grande maioria em verbos, ou seja, de 19 dados, 17 ocorrem nessa classe gramatical, enquanto em não verbos, ocorre apenas 2 vezes no vocábulo “melhor”. O quadro a seguir apresenta as palavras em que ocorre tal processo a depender da classe morfológica e o número da carta em que essas palavras com desvios foram encontradas.

Apócope do <r> em cartas da noiva		
Classe morfológica		Data da carta
verbo	não verbo	
chora		12/09/1936
sabe / encontra		14/09/1936
encontra		14/09/1936
chora		21/09/1936
	melho	26/09/1936
entrega-te		28/09/1936
que		29/09/1936
	melho	12/01/1937
encontra		19/01/1937
encontra		19/01/1937
manda-me		28/01/1937
trabalha		02/02/1937
chega		16/02/1937
rasga / rasga / rasga		21/02/1937
espera / espera		15/03/1937

Quadro 01. Apócope do <r> em verbos e não-verbos nas cartas da noiva.

Com isso, os resultados apresentados no quadro 01 constata a tendência na oralidade, já apresentada em inúmeros trabalhos, de maior possibilidade de apagamento do /r/ em verbos. Isso pode indicar que a apócope do <r> em texto escrito é uma transposição da língua falada, confirmando a hipótese (b), em que se acreditava que os fatores linguísticos que geralmente condicionam determinados fenômenos ocorrerem na fala também incidam também na escrita. Abaixo, os trechos de uma carta da jovem ilustra esse processo.

- (01) ve se você fais um facrificio para **encontra** com migo no Domingo de manha. (A noiva, Carta 12, 19/01/1937).
- (02) Eu tenho sonhado todas as noites com voce eu quando recebi as tuas cartas fiquei tan contemte que chegei a **chora**. (A noiva, Carta 21, 12/09/1936).

Além da classe morfológica, trabalhos anteriores de cunho variacionista (CALLOU, 1987; CALLOU; SERRA, 2012) apontam a menor ocorrência de apagamento do <r> final em vocábulos monossílabos devido à saliência fônica, isto é, quanto maior o número de sílabas de um vocábulo, maior a probabilidade de ocorrer o apagamento. Levando isso em conta, pode-se afirmar novamente que a apócope do <r> em texto escrito é uma transposição da língua falada, pois o quadro 02 apresenta os resultados considerando a atuação do grupo de fatores (número de sílabas) na representação do /r/ em final de palavra e comprova mais uma vez a hipótese (b).

Apócope do <r> em cartas da noiva			
Número de sílabas			Data da carta
uma	duas	três	
	chora		12/09/1936
		encontra	14/09/1936
	sabe	encontra	14/09/1936
	chora		21/09/1936
	melho		26/09/1936
		entrega-te	28/09/1936
que			29/09/1936
	melho		12/01/1937
		encontra	19/01/1937
		encontra	19/01/1937
	manda-me		28/01/1937
		trabalha	02/02/1937
	chega		16/02/1936
	rasga / rasga / rasga		21/02/1937
		espera / espera	15/03/1937

Quadro 02. Apócope do <r> a depender do número de sílabas nas cartas da noiva.

Observa-se que grande parte dos casos de elisão se dá em vocábulos de duas ou mais sílabas, e há apenas uma ocorrência de apócope em vocábulo monossílabo, como ilustra o exemplo (03) abaixo.

- (03) eu fiquei muito contente (...) foste na Quinta da Boavista com Antoninho e foste ao cinema **que** dizer que passaste um Domingo bem graças a Deus. (A noiva, Carta 5, 29/09/1936).

O único caso de apócope nas cartas do noivo ocorreu no vocábulo “qualquer” como mostra o exemplo 04 a seguir. Vale comentar que a supressão do /r/ nesse pronome é tratada com cautela pelos foneticistas, pois, na história da língua, origina-se da junção do pronome “qual” com o verbo “quer”. Uma evidência morfológica para essa etimologia se dá através do plural em que o morfema -s recai após o pronome “qual” e não no final do vocábulo, “quaisquer”. Com isso, esse item diacrônico é bastante interessante, pois ocorre um alto índice de supressão do <r> final por ser terminado em verbo.

- (04) por esses dias mandar-te-ei uns dos meus, porque o que tú tens, **qualque** dia desaparece de tú tanto beijares. (O noivo, Carta 10, 05/10/1936).

Por fim, como foi citado, Costa (2007), com dados sincrônicos, afirma que, à medida que os alunos avançam no grau de escolaridade, tende a diminuir a apócope do /r/ em coda em seus textos escritos. Com isso, a partir dos resultados apresentados na tabela 02 acerca da apócope, apesar de haver uma quantidade inferior de cartas escritas pela noiva, ela efetua uma frequência bastante superior de desvios do que seu noivo, dessa forma, aparenta possuir um grau de letramento bastante limitado. Para Marquilhas (1996, p. 235), a apócope do <r> ocorre porque o grafema é de “difícil topografia”, já que “ficava para o fim” da palavra. Assim, tal processo é característico de mãos inábeis, ou seja, pode-se afirmar que ela se aproxima bastante desse tipo de escritor já que efetua grande parte dos casos desse desvio.

Quanto à síncope, não houve dados de elisão do grafema em questão em coda medial. Vale comentar que Serra e Callou (2013), ao analisar dados de *corpora* orais gravados na década de 1970, afirmam que o apagamento do <r> final está relacionando ao tipo de fronteira prosódica. Com isso, o fenômeno ocorre preferencialmente na fronteira direita do nível da palavra prosódica. Todavia, ao analisar os dados da década de noventa, tal nível não incide mais no apagamento do segmento em alguns dialetos do Brasil, pois a sílaba, que é um nível prosódico abaixo da palavra na árvore prosódica, passa a ser o que condiciona o fenômeno, já que começa a surgir um grande número de apagamento em coda medial. Isso poderia indicar que, na época em que as cartas foram escritas pelo

casal, os casos de supressão do <r> final eram relativamente poucos e, conseqüentemente, em posição de coda medial, era nulo na fala.

Desse modo, todos os seis casos de síncope nas cartas da jovem, apontados na tabela 02, ocorrem quando o <r> está na posição de segundo elemento do ataque complexo. Marquilhas (1996, p. 146) afirma que “a ortografia irregular de formas com cadeias de consoantes que incluam /r/ constituem a característica mais recorrente das mãos inábeis” e que “o /r/ em ataque complexo gera algumas irregularidades ortográficas como a elisão”, a fim de haver o padrão universal (CCV > CV). O quadro 03 exibe tais resultados das cartas escritas pela noiva, pois, nas do jovem, como foi dito, não há casos de síncope.

Síncope do <r> em cartas da noiva		
coda medial	ataque complexo	Data da carta
	encontar	22/09/1936
	encontar	26/09/1936
	registar	11/10/1936
	fofer	12/01/1937
	sofer	19/01/1937
	compar	28/01/1937

Quadro 03. Síncope do <r> a depender do contexto silábico nas cartas da noiva.

A partir dos resultados acima, confirma-se novamente que ela se aproxima mais de indivíduos de mãos inábeis que ele. A título de ilustração, abaixo seguem dois trechos escritos pela jovem noiva na captação da benevolência da carta. Segundo Silva (2012, p. 40), essa parte da carta “[t]rata-se de um trecho repetitivo em todas as cartas do missivista e serve para captar a boa vontade do destinatário para com o conteúdo da carta que vem em seguida” e geralmente há um maior monitoramento da escrita nessa parte inicial.

- (05) Espero que esta te vá **encontar** em perfeita saude junto aus teus eu e os meus vamos bem graças a Deus. (A noiva, Carta 1, 22/09/1936).
- (06) Espero que esta te va **encontar** em perfeita saude junto aus teus eu e os meus vamos bem graças a Deus. (A noiva, Carta 3, 23/09/1936).

Nessa parte da carta, a remetente costuma repetir a mesma estratégia com poucas variações, como se fossem fórmulas fixas ou decoradas. Nas cartas escritas posteriormente, ela não comete mais tal desvio na captação da benevolência, como ilustram os dois exemplos a seguir, porém a missivista continuar a efetuar a síncope no corpo de quatro cartas escritas em momentos posteriores.

- (07) Espero que esta te vá **encontrar** em perfeita saude com osteus eu e os meus vamos bem graças a Deus. (A noiva, Carta 4, 28/09/1936).
- (08) Espero que esta te va **encontrar** em perfeita saude assim como os teus eu e os meus vamos bem graças a Deus. (A noiva, Carta 7, 05/10/1936).

Por fim, como não havia uma quantidade de dados razoável, não foi possível levar em conta o peso relativo dos fatores linguísticos observados na oralidade que poderiam ter condicionado a síncope do <r> nesses vocábulos.

3.2 - Rotacismo

Com relação ao rotacismo (l > r), foi apenas encontrado um caso desse desvio nas cartas trocadas pelo casal de noivos. O vocábulo “groria” foi escrito pelo noivo em trecho de sua carta semelhante a um poema. Vale ressaltar que, apesar de o missivista apresentar um maior grau de letramento que sua noiva, é identificado este desvio grafemático, como demonstra o trecho abaixo.

- (09) Maria encerra, assim formosa e prazenteira, À inspiração feliz dos meus sonhos de **groria**. (O noivo, Carta 39, 20/04/1937).

Apesar de o exemplo (09) ser um texto de cunho poético, provavelmente, foi escrito com um grau maior de monitoramento, ele troca o <l> por <r> no vocábulo em destaque. Segundo Dos Reis (2010, p. 33), "a permuta do primeiro [segmento] pelo segundo (...) implica, no português moderno, diferenças sociais que levam à estigmatização dos falantes". A partir dos resultados de seu trabalho com dados do projeto ALIMA, a autora conclui que os homens apresentaram maior número de realização do rotacismo quando o <r> se encontra no segundo elemento do ataque complexo. Apesar de ser difícil comparar com o resultado obtido das cartas do casal, já que há apenas uma ocorrência, o caso de rotacismo ocorreu em ataque complexo e foi realizado por um homem.

3.3 - Metátese

No que diz respeito à metátese com a grafia <r>, tal desvio foi encontrado apenas nas cartas escritas pela jovem. A missivista também efetua esse processo na captação da benevolência da carta, alternando algumas vezes ao escrever o vocábulo "perfeita" (~ perfeita). Nos dois trechos 07 e 08, acima, observa-se que a noiva não efetua a metátese do <r> nessa palavra, porém nos dois trechos 10 e 11 abaixo, ela comete o desvio.

- (10) Espero que esta te vai encontra em **prefeita** saude a sim como os teus. (A noiva, Carta 22, 14/09/1936).
- (11) Espero que esta te vai encontra em **prefeita** saude assim como os teus. (A noiva, Carta 24, 15/09/1936).

No quadro, a seguir, são apresentados todos os casos desse desvio nas cartas da jovem noiva. Observa-se que a missivista realiza a metátese progressiva, que ocorre quando o <r> se desloca à direita, ou seja, o grafema que está em posição de segundo elemento de um ataque complexo passa para a de coda silábica. Além disso, ela realiza a regressiva, que ocorre quando o <r> se desloca à esquerda, ou seja, o grafema que está em posição de coda silábica passa para a de segundo elemento de um ataque complexo.

Metátese do <r> em cartas da noiva		
progressiva	regressiva	Data da carta
	prefeita	14/09/1936
	prefeita	14/09/1936
tern		23/09/1936
par		26/09/1936
	pregunta	12/02/1937

Quadro 04. Metátese com a grafia <r> nas cartas da noiva.

Como foi dito, de acordo com Marquilhas (1996, p. 146), quando o /r/ se encontra em ataque complexo, pode ocasionar a metátese (CCV > CVC). A autora apresenta uma quantidade bastante superior de metátese progressiva em relação à regressiva em seus dados. Para ela, a estrutura silábica CVC, como nos dados retirados das cartas da jovem "tern" (trem) e "par" (para > pra), é mais natural que a estrutura CCV como em "prefeita" e "pregunta". Todavia, a noiva efetua, em uma quantidade um pouco maior, a permuta do <r> da direita para a esquerda, ocasionando o molde silábico CCV. Por fim, a autora afirma que as transcrições fonográficas de metáteses são produzidas no dialeto do indivíduo de mão inábil, com isso, confirma-se mais uma vez que ela se aproxima mais de indivíduos de mãos inábeis que seu noivo.

Outro estudo é o de Hora *et alii* (2017, p. 185), já comentado na seção 1.3. Para esses autores, "parece que o processo (...) está relacionado à escolaridade, pois sua realização ocorre preferencialmente em informantes com poucos anos de escolarização". Destarte, a partir dos resultados do quadro 03, a noiva possui menor grau de letramento que ele, confirmando a hipótese (a) em que se presumia que a missivista teria cometido mais desvios grafemáticos que seu noivo e dialogando com os resultados revisados sobre elisão.

3.4 - Hipercorreção

Quanto à hipercorreção, apenas três dados foram encontrados, porém os resultados mostraram-se interessantes. Notou-se que a noiva não efetua tal fenômeno linguístico e que ele escreve o <r> ao final de palavras onde não é previsto, como mostra o quadro abaixo, comprovando a hipótese (c).

Hipercorreção em cartas do noivo		
Lambdacismo	Acréscimo do <r>	Data da carta
	quer	25/09/1936
	dar	26/09/1936
	amar	07/10/1936

Quadro 05. Hipercorreção com a grafia <r> nas cartas do noivo.

O trecho abaixo retirado de uma das cartas nas quais ocorre o acréscimo do grafema ilustra a hipercorreção.

- (12) eu juro como nesse momento pensei que o teu irmão não sabia o **quer** que era o amor. (O noivo, Carta 04, 25/09/1936).

Esses dados podem ser interpretados de duas maneiras. Ou ele teve a intenção de acrescentar o grafema ao final das palavras por modificar seu texto escrito a fim de adequá-lo a um modelo de prestígio utilizado pelas classes dominantes, isto é, o missivista considera a falta do rótico um erro e acrescenta-o, a fim de não estar relacionado à imagem de uma pessoa que produz o apagamento do <r>. Ou ele fez uma pequena confusão inconscientemente ao acrescentar o grafema ao final e, assim, esses dados não seriam um caso de hipercorreção. Nesta pesquisa, optou-se por considerar e contabilizar esses dados como hipercorreção.

Em suas cartas, o missivista não efetua o lambdacismo ($r > l$), que seria outro caso de hipercorreção relacionado ao grafema <r>. Esses resultados podem revelar que parte dos desvios realizados pelo noivo foi ocasionada conscientemente e, por outro lado, os desvios efetuados pela noiva ocorreram de forma inconsciente, ou seja, ela transpôs desvios que comete na fala ao escrever suas cartas, além de não demonstrar tanta familiaridade com a ortografia, como será comentado nos próximos parágrafos.

3.5 - Alternância entre <r> e <rr>

Com relação à representação grafemática do /r/ nas cartas, o noivo não apresenta alternância entre <r> e <rr> em suas cartas, com isso, pode-se concluir que ele possui um certo domínio de ortografia. A noiva não demonstra domínio ao representar o /r/ forte em contexto intervocálico, comprovando a hipótese (d) em que se acreditava que ela tivesse menos domínio da ortografia e alternasse entre representação dos grafemas <r> e <rr>. A missivista alterna entre as duas formas grafemáticas, ou seja, há momentos em que ela usa <rr> como nos três dados a seguir: "serra" (A noiva, 01/10/1936), "corrido" (A noiva, 05/10/1936) e "aborrecido" (A noiva, 19/01/1937). Além disso, há momentos em que ela utiliza a forma <r> quando se deveria usar <rr>, como mostra o quadro abaixo.

As grafias <r> ~ <rr> intervocálicas em cartas da noiva		
Substituição de <r> por <rr>	Substituição de <rr> por <r>	Data da carta
	coreio / corente	12/09/1936
	corente	14/09/1936
	corente / eros	14/09/1936
	coreio / eros	23/09/1936
	coreio	26/09/1936
	a borecido	28/09/1936
	coreio	29/09/1936
	eros	01/10/1936
	orível / eros	01/10/1936
	eros	05/10/1936
	burinha / eros	07/10/1936
	coreio	11/10/1936
	coreio	11/10/1936
	aranjar	12/01/1937
	burice	02/02/1937
	eros	14/02/1937
	eros	22/02/1937

Quadro 06. Alternância entre <r> e <rr> em contexto intervocálico nas cartas da noiva.

Nota-se que ela troca a forma grafemática <rr> por <r> 22 vezes, porém não há casos de troca do <r> por <rr>. Com isso, a missivista demonstra que tem certo domínio em representar grafematicamente apenas o /r/ fraco neste, pois não há nenhum desvio. Todavia, não tem familiaridade com as convenções da escrita para representar o /r/ forte entre vogais, pois, dos 25 casos de /r/ forte em suas cartas, a grande maioria é o uso de <r> quando seria esperado <rr>, ou seja, há 22 desvios e 3 acertos.

Assim, a ausência de casos de alternância entre <r> e <rr> nas cartas do noivo mostra que ele possui maior conhecimento de ortografia no que se refere ao grafema em questão. Por outro lado, ela, na maioria das vezes, substitui a grafia <rr> por <r> em contexto intervocálico em suas cartas. Ao analisar tais resultados, houve a dúvida se, naquela época, já havia uma estabilidade ortográfica, então, esses resultados foram comparados com textos publicados no mesmo período, jornais. Da época em que as cartas foram trocadas pelo casal até os dias de hoje, houve vários acordos ortográficos na língua portuguesa. De acordo com Faraco (2006, p. 19), "quanto à ortografia do Português, esta só vai encontrar relativa estabilidade no correr do século XX, quando a questão ortográfica se torna um assunto de Estado e se criam leis fixando a ortografia oficial". Com isso, a fim de obter uma possível referência ortográfica do /r/ em contexto intervocálico na década de trinta, foram consultados textos do *Diário Carioca* escritos entre 1930 e 1939. Jornais foram escolhidos, pois são textos em que ocorre um elevado grau de monitoramento linguístico além de terem sido amplamente difundidos na época e hoje são de fácil acesso.

Na página da *Hemeroteca Digital Brasileira*, é possível acessar periódicos da imprensa escritos em diferentes momentos e lugares do Brasil. O *Diário Carioca* foi selecionado para fazer tal comparação porque marcou fortemente a história da imprensa no Brasil durante a década de 1930, mesmo período em que as cartas foram trocadas pelo casal de noivos, e foi escrito na cidade do Rio de Janeiro, mesmo local onde as cartas foram trocadas.

A consulta de textos nessa página pode ser realizada por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). Para esta pesquisa, o título e o período já foram escolhidos, e a busca foi realizada por palavras. Assim, as palavras que possuem /r/ forte em contexto intervocálico nas cartas do casal foram pesquisadas a fim de comparar a representação grafemática e desvendar se o desvio pode ser uma consequência do baixo grau de letramento, já que apenas ela troca <rr> por <r> ou se não havia ainda um padrão para representar tal som no contexto entre vogais.

As palavras "correio", "aborrecido" e "erros" aparecem com certa frequência nas cartas. Com isso, foram pesquisadas nos textos escritos entre 1930 e 1939 e alguns trechos foram recortados do *Diário Carioca* a título de ilustração.

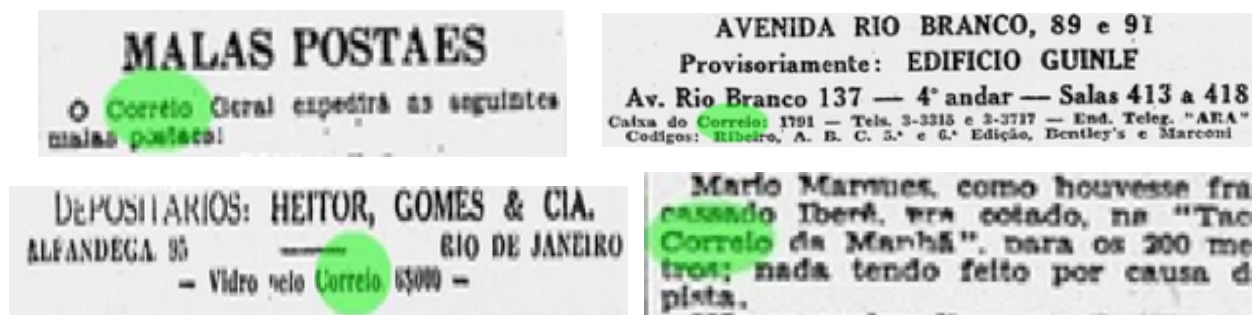


Imagem 01. Recortes com destaque na palavra “correio” de jornais do *Diário Carioca*.

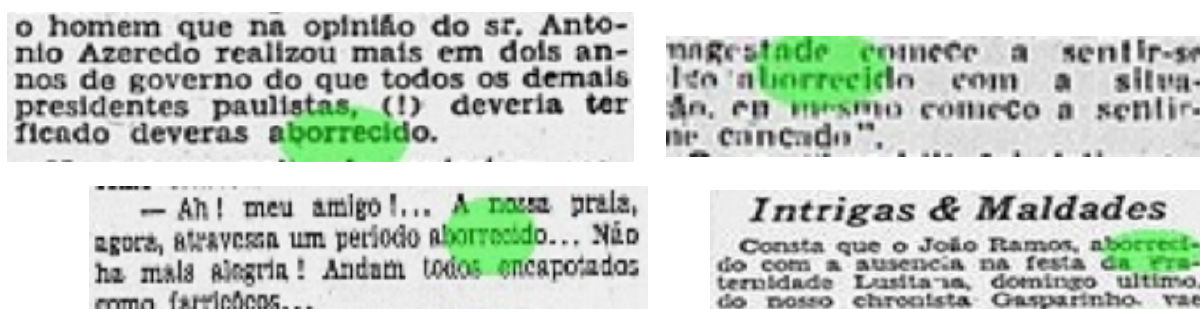


Imagem 02. Recortes com destaque na palavra “abhorrecido” de jornais do *Diário Carioca*.

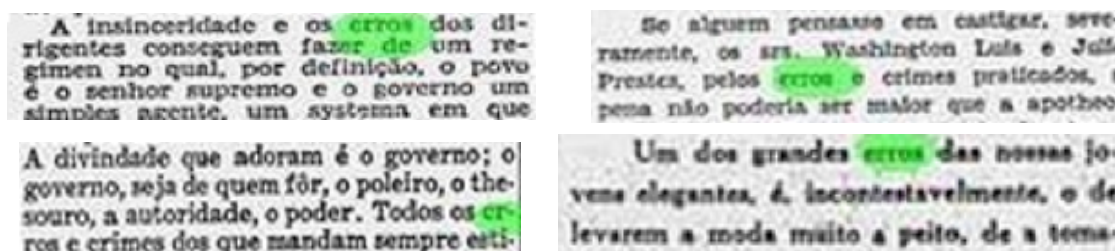


Imagem 03. Recortes com destaque na palavra “erros” de jornais do *Diário Carioca*.

Embora haja algumas diferenças ortográficas nos trechos de jornais acima, como em “thesouro”, “regimen” e “vae”, e ausência de acento gráfico em algumas palavras, como em “alfandega”, “ha” e “ultimo”, a representação grafemática do /r/ forte em contexto intervocálico parece ser a mesma de atualmente, além de ter a mesma regra de separação de sílabas como em “er-ros” (Imagem 03). Ao analisar sistematicamente os outros contextos em que o /r/ ocorre, a sua representação grafemática também parece ser a mesma dos textos atuais. Com isso, os resultados encontrados nesses e em outros trechos do *Diário Carioca* não confirmam a hipótese (e), e a alternância entre <r> e <rr> realizada pela noiva pode ser uma consequência do baixo grau de letramento que apresentava.

Após resultados dessa breve análise acerca dos desvios grafemáticos nas cartas com a grafia <r>, é possível chegar a algumas conclusões sobre o perfil sociolinguístico dos missivistas. Ela transpõe com mais frequência as marcas de oralidade para a sua escrita do que seu noivo e possui conhecimento limitado quanto à representação do /r/ forte em contexto intervocálico na escrita, já que, na maioria das vezes, substitui <rr> por <r>. Ele tinha consciência do seu peso na escrita formal da época, cometendo até hipercorreção, transpõe com baixíssima frequência as marcas de oralidade para a sua escrita e tinha certo domínio de modelos de escrita. Assim, pode-se afirmar que essas cartas são uma importante fonte para o estudo do PB escrito e, então, intuir a língua falada na década de 1930.

Considerações finais

A partir da análise de cunho filológico, a transposição (ou não) de traços da oralidade para a escrita e o domínio (ou não) das convenções da escrita podem intuir o grau de letramento dos missivistas. Os resultados confirmaram a maioria das hipóteses levantadas no início, além de terem sido bastante similares aos obtidos por Silva (2012).

No que diz respeito aos objetivos mais específicos, acredita-se ter alcançado o que se pretendia. Ambos os missivistas apresentam problemas decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis transpostas para a escrita e, assim, efetuam desvios grafemáticos em seus textos. Porém, ao compará-los, percebe-se que a frequência dos desvios é maior nas cartas dela, mesmo que haja um número bastante superior de cartas escritas por seu noivo. Aliás, a missivista tem certa consciência de que não possui domínio da escrita, pois pede com certa regularidade: “não repares a minha carta nei os meu eros” (A noiva, Carta 8, 06/10/1936). Com isso, não há como saber ao certo o grau de letramento deles, ou seja, até que nível de instrução da Educação Básica eles cursaram na escola, se realmente frequentaram-na e se concluíram.

Espera-se que este artigo tenha aprofundado o trabalho realizado por Silva (2012) no que se refere ao <r>, confirmando a diferença entre os missivistas com relação às suas habilidades com a modalidade escrita e que tenha contribuído para o conhecimento da língua portuguesa do início deste século, colocando mais uma peça nesse quebra-cabeça.

Referências bibliográficas

- ALI, Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n° 3, p. 233-239, 2000.
- CALLOU, Dinah. *Varição e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PROED, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- _____; LEITE, Yonne; MORAES, João. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (Ed.). *Gramática do Português Falado*. v. VI, Campinas: UNICAMP, 1996. p. 465-493.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- _____. *Manual de expressão oral e escrita*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- COSTA, Luciane Trennephol. Análise variacionista do rotacismo. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n° 9, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?. *Caleidoscópio*, v. 4, n° 1, p. 15-26, 2006.
- FARIAS, Aline; OLIVEIRA, Ingrid. O apagamento do rótico no Português Brasileiro e no Português Europeu: o lido e o dito. *Anais do Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala*, v. 2, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_coloquio/article/view/6158>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- HORA, Dermeval da; TELLES, Stella; MONARETTO, Valéria. Português brasileiro: uma língua de metátese? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n° 2, p. 178-196, 2007.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Internal factors. Cambridge, Blackwell, 1994.
- DOS REIS, Gizelly. Cravícula e Carcanhá: a incidência do rotacismo no falar maranhense. *Littera Online*, v. 1, p. 33-40, 2010.
- MARQUILHAS, Rita. *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife: UFPE, 2008.
- MOLLICA, Maria. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. RJ: Letras, 2003.
- MORENO, Cláudio. *O prazer das palavras*. Porto Alegre: Zero Hora, 2004.
- OLIVEIRA, Klebson. Rotacismos e outras rotas: fenômenos com as consoantes líquidas em textos do Brasil oitocentista. *Estudos linguísticos e literários*. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, n° 37-38, p. 227-270, 2008.

SERRA, Carolina; CALLOU, Dinah. A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, APL, p. 585-594, 2013.

SCHERRE, Maria. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Érica Nascimento. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. [Tradução: Marcos Bagno]. São Paulo Parábola Editoria, 2006.

Topics, Subjects and Grammatical Change: from Classical to Modern European Portuguese

*Tópicos, sujeitos e mudança gramatical:
do português clássico ao português europeu moderno*

Recebido em 29 de agosto de 2015. | Aprovado em 16 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.188>

*Silvia Regina de Oliveira Cavalcante¹
Charlotte Galves²
Maria Clara Paixão de Sousa³*

Abstract: This paper presents a diachronic account of the syntax of subjects in Portuguese by comparing three different constructions – active, canonical passives and SE-constructions – relating the change in the position of subjects to the loss of V2. In the V2 grammar, in which the pre-verbal position is associated with fronted elements, and non-fronted subjects remain in post-verbal position, we see the same patterns of word order in SE-constructions as in active and canonical passive sentences; in the (X)SVO grammar, in which the subject is associated with the preverbal position and the fronted elements occupy the left periphery of the clause, active and canonical passives show a significant increase of pre-verbal subjects, whereas SE-constructions remain alike with respect to word order. We interpret this result as evidence for analyzing the internal argument of SE-constructions as a complement rather than a subject.

Keywords: position of subject; V2; Portuguese; SE-constructions.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise diacrônica para a sintaxe dos sujeitos em português através da comparação de três construções diferentes – ativas, passivas e construções com SE – relacionando a mudança na posição dos sujeitos à perda de V2. Na gramática V2, na qual a posição pré-verbal está associada a elementos topicalizados, e sujeitos não topicalizados permanecem na posição pós-verbal, encontramos os mesmos padrões de ordem nas construções com SE, nas ativas e nas passivas; na gramática (X)SVO, na qual a posição do sujeito está associada a uma posição pré-verbal e os elementos topicalizados ocupam a periferia à esquerda da sentença, as construções ativas e passivas apresentam um aumento significativo no percentual de sujeitos pré-verbais, ao passo que as construções com SE permanecem estáveis com relação à ordem. Interpretamos esse resultado como evidência para analisar o argumento interno das construções com SE como sendo um complemento e não um sujeito.

Palavras-chave: posição do sujeito; V2; Português; construções com SE.

¹ PhD degree in Linguistics, University of Campinas. Professor at Federal University of Rio de Janeiro, Brazil. silviare@gmail.com.

² PhD degree in Portuguese, University of Paris IV (Paris-Sorbonne). Professor at University of Campinas, Brazil. charlotte.mgc@gmail.com.

³ PhD degree in Linguistics, University of Campinas. Professor at University of São Paulo, Brazil. mariaclara.ps@gmail.com.

Introduction

Portuguese provides an interesting field for comparative/historical syntax, particularly with respect to the syntax of subjects: in Modern European Portuguese (henceforth EP), the general pattern as regards the position of lexical subjects is comparable to the pattern observed in other null-subject Romance languages, with generalized SV and the possibility of VS in Romance inversion (AMBAR, 1992; COSTA, 2004); however, in Portuguese texts written up to the 18th century the immediate pre-verbal position is reserved for pragmatically prominent constituents, regardless of their syntactic status as subjects, complements, or other – in other words, there is evidence of a "V2-like" grammar, which has in common with the Germanic V2 languages the movement of the verb to a high position, in the C layer, and differs from them with respect to the obligatory movement of a phrase to the preverbal position (cf. RIBEIRO, 1995, for Old Portuguese; TORRES MORAES, 1995; GALVES, 1996; PAIXÃO DE SOUSA, 2004 and GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2015, for Classical Portuguese).

Recent work has shown that the change to EP SV syntax can be seen in texts written by the generations born in the first half of the 18th century: Galves and Paixão de Sousa (2015) attest that the proportion of post-verbal subjects fall from an average of 21% - 35% in the 16th and 17th centuries to an average of 12%-11% in the 18th and 19th centuries, while the proportion of pre-verbal subjects increases from an average of 18%-17% in the 16th and 17th centuries to an average of 41%-34% in the 18th and 19th centuries (the proportions of null subjects, while varying considerably along this four-century period – 61%-48%-47%-55% – show no significant tendency for change). The general picture, in short, is that before the 18th century, subjects tend to behave like other arguments as to their order in the clauses, being either pre or post-verbal, and after that point, they start to show a specific behavior – appearing preferably as pre-verbal. This change in the position of subjects has been taken as the reflex of the change from a V2/V-to-C grammar into an SV grammar.

One kind of construction, however, does not follow the general pattern of change attested for the subject position, as we show in this paper: the so-called "passive" SE-construction. The discussion around the grammatical nature of this construction is of special interest, since it involves the notion of "subject", more specifically the question of whether it is associated with a specific position in the sentence or with the triggering of agreement with the verb, as we try to summarize here. The diachronic data we bring, contrasting the evolution of those constructions with the evolution of general VS and SV orders in Portuguese, may add important elements to this debate.

The so-called "passive" SE-constructions are constructions with transitive verbs that have an internal argument that agrees with the verb, as shown in example⁴ (01a) below. The agent, external argument, is interpreted as generic or indefinite because of the features [+human, -definite] that SE carries. Many studies have discussed the status of SE in these constructions, both in the Government and Binding and in the Minimalist framework, and the great majority of them claim that SE is an accusative-passive clitic and the internal argument is analyzed as the subject (see references below). This kind of analysis, thus, associates "subject" with agreement patterns with the verb. In the history of Portuguese, however, another change is attested involving these constructions: the constructions that do not exhibit agreement between the internal argument and the verb have been analyzed as impersonal-SE constructions, in which the internal argument is the object, as seen in (01b). Naro (1976) claims that the appearance of the impersonal construction with SE in Portuguese is due to a reanalysis from passive SE-constructions and this change came to completion by the 16th century: the subject of this passive construction is reanalyzed as an object, and the external argument is interpreted as arbitrary because of the clitic SE. The author claims that the evidence for this reanalysis relies on agrammaticality of sentences with a PP external argument, as shown by the contrast in (02):

- (01) a. Vendem-se essas casas.
 Sell-PRS.3PL=SE these house-PL
 "these houses are being sold"
 b. Vende-se essas casas.
 Sell-PRS.3SG=SE these house-PL
 "someone sells houses"

⁴ We use the Leipzig Glossing Rules (www.eva.mpg.de/lingua/) as a convention for the formatting of glosses in the examples.

- (02) a. Como Josep se conheceu pelos irmãos. (14th century – NARO, 1976, p. 789)
 how Josep SE=know-PST.3SG by-the-PL brother-PL
 'How Josep was recognized by his brothers'
 b. *doam-se livros pela bibliotecária
 donate-PRS.3PL=SE book-PL by-the librarian
 "books are donated by the librarian"
 c. doam-se livros
 donate-PRS.3PL=SE book-PL
 "they donate books" / "books are being donated"

As we mentioned above, the puzzle with these constructions involves the notion of "subject". On the one side, it has been widely claimed that when the internal argument DP of SE-constructions triggers agreement with the transitive verb, it should be analyzed as a postposed subject associated with an empty category in subject position or a preverbal subject (see a.o. MANZINI, 1986; CINQUE, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1998; CYRINO, 2007). Therefore, the different patterns of agreement seen in the contrast in (1) would be associated with two different structures: in (1a) the DP "essas casas" is analyzed as a postverbal subject; in (1b) the DP "essas casas" is analyzed as an object. The problem with these analyses is that they rely on the assumption that these DPs are always subjects, since they agree with the verb, regardless of the behavior of subjects in Romance, specifically in Portuguese: in Romance Null Subject Languages the subject position is preferably preverbal and there is a significant rate of null subjects. The so-called subject of these SE-constructions, by contrast, is preferably postverbal. In this paper, we intend to answer the following questions concerning SE-constructions and the position of subjects in the history of Portuguese:

1. How do SE-constructions behave with respect to the position of the argument traditionally analyzed as a subject, when compared to constructions that involve non-controversial subjects and subject positions?
2. What is the evolution of these constructions regarding the attested change in subject position?

This paper presents a diachronic account of the syntax of subjects in Portuguese by comparing three different constructions (active, canonical passives and SE-constructions) relating these two phenomena – change in the position of subjects and in SE-constructions – to one single parametric change: the loss of V2/V-to-C. We will show that the change in subject position in the history of Portuguese has divergent consequences: in the old grammar, in which the preverbal position is associated with fronted elements, and non-topicalized subjects remain in post-verbal position, we see the same patterns of word order in SE-constructions as in active and canonical passive sentences; in the (X)SVO grammar, in which the subject is associated with the preverbal position and the topicalized elements occupy the left periphery of the clause, active and canonical passives show a significant increase of pre-verbal subjects, whereas SE-constructions remain alike with respect to word order.

In order to show this contrast, we bring an analysis of the evolution of XVS to SV(X) in Modern European Portuguese based on a corpus of 11 syntactically annotated texts written by Portuguese authors born between 1510 and 1836 drawn from the Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese (henceforth TBC). By contrasting active sentences, canonical passive and SE-constructions, we reveal how the behavior of the preposed internal arguments of canonical passives patterns with the behavior of the external arguments of active clauses, differently from the behavior of internal arguments of SE-constructions. This comparative study leads to the following prediction, based on the available data from active sentences: (a) if preposed constituents (either subjects or objects) are topicalized in 16th-17th century Portuguese because of their prominent informational status; (b) if, along the time, the frequency of VS falls, giving rise to generalized SV; and (c) if we assume that the change does not affect the frequency of topic prominent elements - then, word order will present frequency alterations only in true SV sentences, not in sentences with prominent topics which are not subjects.

If these constructions involve movement of the DP to the subject position, when preposed, and if the DP is a postposed subject, then we would expect that they present the same statistical behavior as the other two constructions. However, as we show, this is not what happens. The observed change, therefore, supports Raposo &

Uriagereka's (1996) proposal, by which the preposed argument goes to the specifier of an FP position, at the left periphery of the sentence, and SE goes to the subject position⁵.

Summarizing, we will present a comparative analysis of the position of arguments, often treated as subjects, in order to make the following points:

- (1) the arguments in SE-constructions are not subjects, but topics, associated with a complement position;
- (2) the arguments of active and passive constructions that trigger agreement with the verb are subjects;
- (3) the change in V2 in Portuguese had reflexes in the position of subjects, but not of complements.

The paper is organized as follows. Section 1 presents evidence that Classical Portuguese is a V2 language, of the kind outlined by Cruschina and Sitaridou's proposal for V2 in Old Romance. In section 2, we present the quantitative analysis based on data extracted from the TBC. Finally, in section 3, we analyze the frequency patterns of preverbal elements and their status in the two grammars – Classical Portuguese (henceforth CLP) and Modern European Portuguese (henceforth EP) – by scrutinizing preverbal subjects and topicalized XPs. We then relate these results to Raposo and Uriagereka's analysis of SE-constructions.

1. Classical Portuguese is a V2 language

CLP (the grammar represented in 16th and 17th century Portuguese texts) has been analyzed as a V2 grammar in several studies (cf. TORRES MORAES, 1995; GALVES, 1996; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GIBRAIL, 2010; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2015; GALVES; GIBRAIL forthcoming). In order to understand this claim – which we sustain in the present paper – a more specific approach to "V2" becomes necessary. In Germanic languages, as it has been widely discussed, V2 is considered to be a structural requirement of the Sentence; in Romance languages, however, the V2 effect should be analyzed in a different light, considering that such languages present a wider variety of non-V2 orders. Cruschina and Sitaridou (2009) claim that Romance V2 must be considered as "the reflex/result of fronting or dislocation processes". This would mean, in short, that there are two different kinds of "V2", which would differentiate Romance from Germanic languages: in Germanic V2 languages, the verb must move to C because of a structural requirement; in Romance V2 languages, the verb bears some relevant discourse feature and moves to the head of the corresponding functional projection.

The main advantage of this analysis is that, besides V2 orders, it explains patterns of V1 and V3 word orders in Romance⁶:

"The traditional V2 analyses suggest that Medieval Romance word orders involve movement of the verb to C and the additional step of fronting some other pragmatically-salient element to the left periphery under either topicalization or focalization. However, such an analysis has recently been questioned (cf. KAISER 2002, FIÉIS 2003, RINKE & SITARIDOU 2004, SITARIDOU 2006, RINKE 2006, EIDE 2006, FISCHER 2008), because Old Romance also shows structures which are not compatible with a V2 grammar, such as V3 sentences (...) Verb-movement in Old Romance does not derive from of a general structural requirement, but is instead closely related to the syntactic operations associated with the information structure of the sentence. This accounts immediately explains why V2 in many Old Romance varieties (with the possible exception of Old French) is anything but regular and systematic, other orders proving very common." (CRUSCHINA; SITARIDOU, 2009)

CLP is well described as a V2 language of the "Romance V2" type suggested by Cruschina and Sitaridou (2009). Although the V2 order is by far the most frequent one in the 16th and 17th century texts, we also find in these texts V1 and V3 sentences, like in the Old Romance varieties discussed by those authors. The examples (03), (04) and (05) below show the different word orders attested in Classical Portuguese: V1, V2 and V3.

⁵ What we name in this paper as "SE-constructions" are those constructions often analyzed as passive-SE constructions. All the other constructions that involve the clitic SE, such as inherent, ergative or reflexive/reciprocal, are being treated as subject constructions. We decided to separate them in order to show that these "passive" SE-constructions may not be treated as "passive". For more information on these constructions in Portuguese, see Duarte (2003).

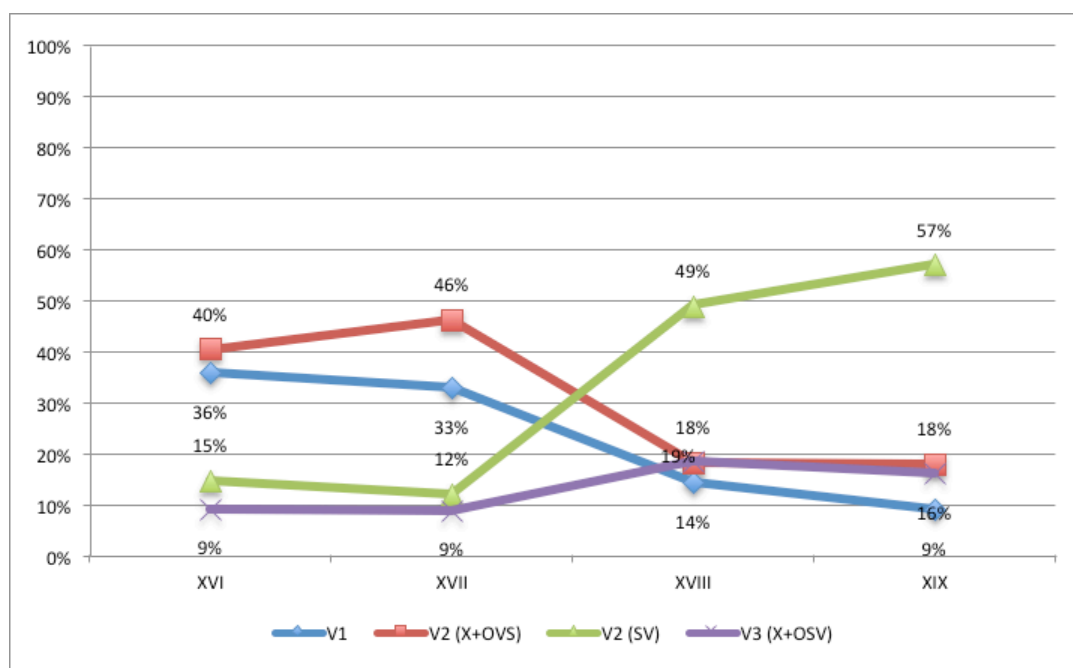
⁶ Galves and Paixão de Sousa (2015) make a similar proposal about XP movement in CLP but they provide evidence that the verb does move to C.

- (03) a. **Pelejou** a armada de Holanda com uma esquadra da armada Real de Castela (Galwegos, b. 1597)
Fight-PST.3SG the navy of Holland with the squadron of-the fleet Royal of Castile
"The Dutch fleet fought against a squadron of the Royal fleet of Castile"
- (04) a. Com a primeira vista destas suas fanfarrices **ficamos** nós algum tanto embaraçados. (Pinto, b. 1510)
With the first sight of these his aloofness become-PST.1PL we some time constrained
"with the first sight of his aloofness we became constrained"
b. e bastantes armas **lhe=davam** os livros pera se=defender, (Sousa, b. 1556)
and many-PL weapon-PL 3PL-DAT the book-PL to REFL=defend
"and the books gave him many weapons to defend himself"
c. e os novos hóspedes **consolamos**, e animamos (Pinto, b. 1510)
and the-PL new-PL guest-PL comfort-PST.1PL and cherish-PST.1PL
"and we comforted and cherished the new guests"
- (05) a. Quando Deus veio a juízo, a terra **tremeu**, (Vieira, b. 1608)
When God come-PST.3SG to reckoning, the earth shake-PST.3SG.
"When God came to reckoning, the Earth shook"

Indeed it has been claimed in Paixão de Sousa (2004), Galves, Britto and Paixão de Sousa (2005), and Galves and Paixão de Sousa (2005), that in ClP the immediate preverbal position is the landing site for topics and foci. Both subjects and complements in Classical Portuguese are fronted due to informational status. Therefore, the statistical behavior of fronted objects, fronted DPs in SE-constructions and fronted subjects are the same in ClP.

EP on the other hand, is well-known and well described as a SV grammar. In this language, fronted objects are also determined by informational status (such as contrastive topic, for instance) – subjects, however, do not depend on informational status to appear in the pre-verbal position. We claim that fronted DPs in SE-constructions should not be considered as subjects – they are, in fact, fronted constituents, following the same requirements as fronted objects (CAVALCANTE; PAIXÃO DE SOUSA, 2009).

The change from Classical to Modern European Portuguese, therefore, can be translated as a change from a V2 grammar into a SV grammar, in which the immediate pre-verbal position becomes a specific landing site for subjects. This has actually been demonstrated with historical data by the authors mentioned above, by Cavalcante, Galves and Paixão de Sousa (2010) and, more recently, Galves and Paixão de Sousa (2015), based on data extracted from the TBC. These authors show that from the 18th century on there is a sharp decrease of XVS orders and an increase in SV orders. This can be seen in Graph 01.



Graph 01. V1, V2 and V3 sentences in the history of Portuguese (CAVALCANTE; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2010).

As we can see from the lines in Graph 01, there is a sharp decrease of postposed subjects in V2 contexts with topicalized objects (red line) and V1 contexts (VS or V+null subject) and a sharp increase of pre-posed subjects in V2 contexts (SV contexts) from the 18th century on and V3 sentences with pre-posed subjects present a slight increase from the 18th century on. These results indicate that there is a correlation between the loss of V2 in the history of Portuguese and the increase of pre-verbal subjects. Galves and Gibrail (forthcoming) describe the same (and still more spectacular) decrease in transitive sentences.

In section 3, we will look at this change focusing on the difference of behavior between SE-constructions on one hand and active and passive sentences on the other. For hypothesis, we believe that if SE-constructions are related to pre-verbal subjects, they will present the same statistical behaviour of ordinary subjects.

2. Description of the data

This paper is based on data retrieved from 11 texts that belong to the Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho) written by authors born between the 16th and 19th centuries⁷. We selected and classified 12.107 tokens of the position of the argument in finite main clauses of active sentences, canonical passives and SE-constructions. It is worth mentioning that SE-constructions only involve the cases traditionally classified as instances of passive-SE; i.e., sentences in which the internal argument agrees with the transitive verb (and which have been analyzed as instances of subject postposing). In this sense, in order to show how the change in subject position does not affect SE-constructions, we make a comparison of three different word order patterns involving these three constructions: null, preposed and postposed arguments, illustrated below. In (06) we show the contrast of null arguments of active, passives and SE-constructions:

- (06) a. e *pro* **fugiram** manhosamente para onde estava a galé, com determinação de se=fazerem nela fortes" (Pinto, born 1510)
and *pro* escape-PST.3PL slyly to where rest-PST.3SG the galleon, with determination to REFL=make in-it strong.
"and they slyly escaped to where the galleon was, determined to make themselves strong in it"
- b. [O Padre António Vieira] Com o mesmo aplauso, e assombro *pro* **foi ouvido** em outras muitas ocasiões, e lugares, enquanto não chegou o tempo de dar à vela para o seu querido Maranhão. (Barros, born 1675)
[Father António Vieira] with the same acclamation, and fear *pro* was-3SG listened in many other occasions ...
- c. É acção bárbara, porém é verdadeira e *pro* **foi executada** por um monarca. (Cavaleiro, born 1702)
pro is barbarian action, although *pro* is true and *pro* was executed by a monarch
- d. por isso os votos, que se fazem com violência, sempre se fazem com lágrimas, e também por isso raras vezes *pro* **se=cumprem**; porque o coração, e a vontade não prometeram nada; (Aires, born 1705)
thus the vows, that SE=make-PRS.3PL with violence, always SE=make-PRS.3PL with tears, and also because of that rarely SE-keep-PRS.3PL, because heart and will haven't promised anything.
- e. As janelas fizeram=se para alumiar as casas, e arejá=las, *pro* não **se=fizeram** para ter senhoras penduradas. (Ortigão, born 1836)
the windows make-PST.3PL=SE to lighten the houses and air=DAT-3PL, NEG SE=make-PST.3PL to have hanging ladies.

The examples in (07) illustrate the preverbal arguments of active, passives and SE-constructions.

⁷ The texts are available at < <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho>>: Fernão Mendes Pinto (1510-1583), *Perigração*; 47,580 words; Luis de Sousa (1556-1632), *A vida de Frei Bertolameu dos Mártires* - 53,928 words; Manuel de Galhegos (1597-1666) *Gazeta* - 28,839 words; Antonio Vieira (1608-1697), *Sermons*, 53,855 words; Maria do Céu (1658-1753), *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deus a Venerável Madre Elenna da Crus*, 27,410 words; André de Barros (1675-1754), *A vida do Padre Antonio Vieira*, 52,055 words; Cavaleiro de Oliveira (1702-1783), *Cartas*; 51,234 words; Matias Aires (1705-1763), *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, 56,479 words; Marquesa de Alorna (1750-1839), *Letters*, 49,512 words; Marques de Fronteira e Alorna (1802-1881) *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, 54,588 words; Ramalho Ortigão (1836-1915), *Cartas a Emília*, 32,441 words.

- (07) a. “Uns Índios deixavam as aldeias”, (Barros, b. 1675)
Some indians left-PST.3PL the villages
- b. “Os mesmos sagrados Canones respondem à minha pergunta”. (Vieira, b. 1608)
The same sacred canons answer-PRS.3PL to my question
- c. O nosso hóspede foi muito bem **recebido**. (Marques de Alorna, b. 1802)
Our guest be-PST.3SG very well received.
- d. Um clérigo capelão, e intérprete do embaixador de Veneza, **foi preso**... (Galhegos, b. 1587)
A clergy chaplain, ambassador's of Venice interpreter, be-PST.3SG arrested
- e. “As janelas fizeram=se para alumiar as casas, e arejá-las” (Ortigão, b. 1836)
The windows make-PST.3PL=SE to lighten the houses and to air-them.
“The windows were made to lighten and air the houses”
- f. “e o mesmo se fazia dos sobejos da mesa dos hóspedes” (Sousa, b. 1557)
and the same SE made=3PS from the leftovers of the guests' table

Finally, in (08) we illustrate the postverbal position of the arguments in these three constructions⁸. It is worth mentioning that we are considering for analysis various types of VS order, be it V1, as seen in (08a) and (08b) or V2 with a preposed element other than the subject as in (08c)-(08e).

- (08) a. “**Contam** as histórias deste Reino que el-Rei Dom Afonso Anriques, primeiro e mais antigo dos que nele contamos, depois de ter ganhado aos mouros a mor parte das terras de Portugal, de que eram senhores, quando herdou o Reino, havia por afronta sua possuírem Lisboa, que só por si era outro reino;” (Sousa, born 1557)
Tell-PRS.3PL the stories of this Reign that el-Rei Dom Afonso Henriques...
- b. “**Vem** Christo a julgar todos os dias; porque no ponto em que cada um expira, logo o vem julgar, e julga, não outrem, senão o mesmo Christo”. (Vieira, born 1608)
Come-PRS.3SG Christ to judge every day ...
- c. “N'este sentido **diz** o Ecclesiastico pelas mesmas palavras do nosso texto: Generatio proeterit, generatio advenit” (Vieira, born 1608)
In this sense say-PRS.3SG the Ecclesiastes for the same words of our text...
- d. “Para justificar êste excesso, **alegam** as beatas a bondade divina, que não repara como nós nas cousas exteriores”; (Aires, born 1705)
To justify this excess, claim-PRS.3PL the nuns the divine goodness, that doesn't pay attention to the exterior things.
- e. **Foram** as vésperas celebradas com toda a solenidade possível polo bispo e cabido. (Sousa, b. 1547)
Be-PST.3PL the Vespers celebrated with all the possible solemnity by the bishop and cleric
- f. Em Grijó **foi** gravemente **ferido um velho fidalgo de setenta anos**... (Marquês de Alorna, b. 1806)
In Grijó be-PST.3SG severely wounded an old nobleman of 60 years old
- g. e na defesa delas **foram mortas** da nossa parte onze pessoas... (Pinto, b. 1510)
and in their defense BE-PST.3PL killed of our part eleven people
- h. Por estes jogos, mais que pelo curso do sol, **se=contavam e distinguiam** os anos. (Vieira, born 1608)
By these games, more than by the sun course, SE=count-PST.3PL and distinguish-PST.3PL the years.
- i. **Conhecem-se** os verdadeiros Prophetas pelos olhos, porque o vêr é o fundamento do prophetisar. (Vieira, b. 1608)
Know-PRS.3PL=SE the real prophets by their eyes, because seeing is the base of prophesying

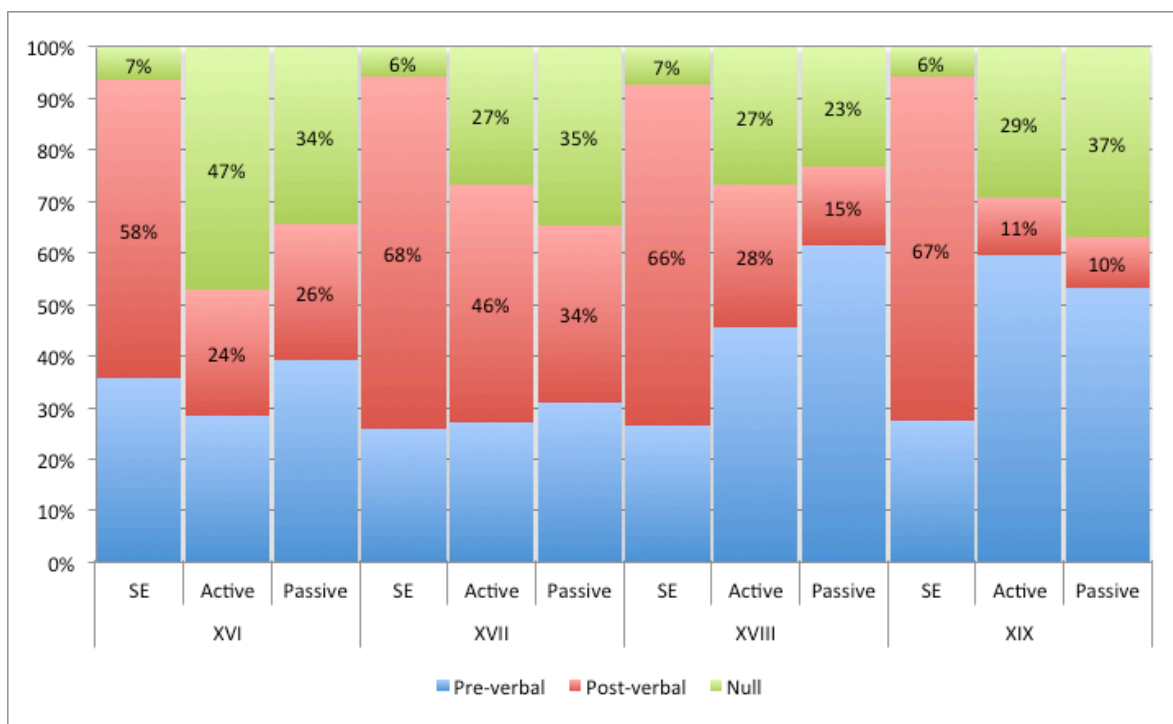
In the next section, we present the comparative evolution of null, preposed and postposed arguments in the three constructions exemplified above. We examine the evolution of null along with preposed and postposed arguments bearing in mind that both ClP and EP are null subject grammars; therefore, the rate of null subjects will supposedly remain stable. We then present the distribution of preverbal and postverbal arguments along the time in these three constructions.

⁸ In passive constructions there are two possible positions for the post-verbal subject: either after the inflected auxiliary verb, either after the past participle, as shown in examples (8e) and (8f) respectively. This aspect is much properly treated when one discusses the types of inversion (Germanic or Romanic) that these data may raise. As we are interested in aspects related to argument fronting in Classical and European Portuguese, we have decided to present both word orders as post posed subjects, as opposed to pre-verbal (or fronted) subjects.

3. The evolution of word order from Classical to European Portuguese

In this section we show the effect of the loss of V2 in Portuguese through the behavior of the position of the arguments and its relative frequency along the centuries. First and foremost, we will show the comparative behavior of null, postverbal and preverbal arguments along the centuries, then we will discuss in more detail the preverbal elements.

Let us first consider Graph 02 with the compared evolution of arguments (preverbal, postverbal or null) in SE, active and passive constructions.



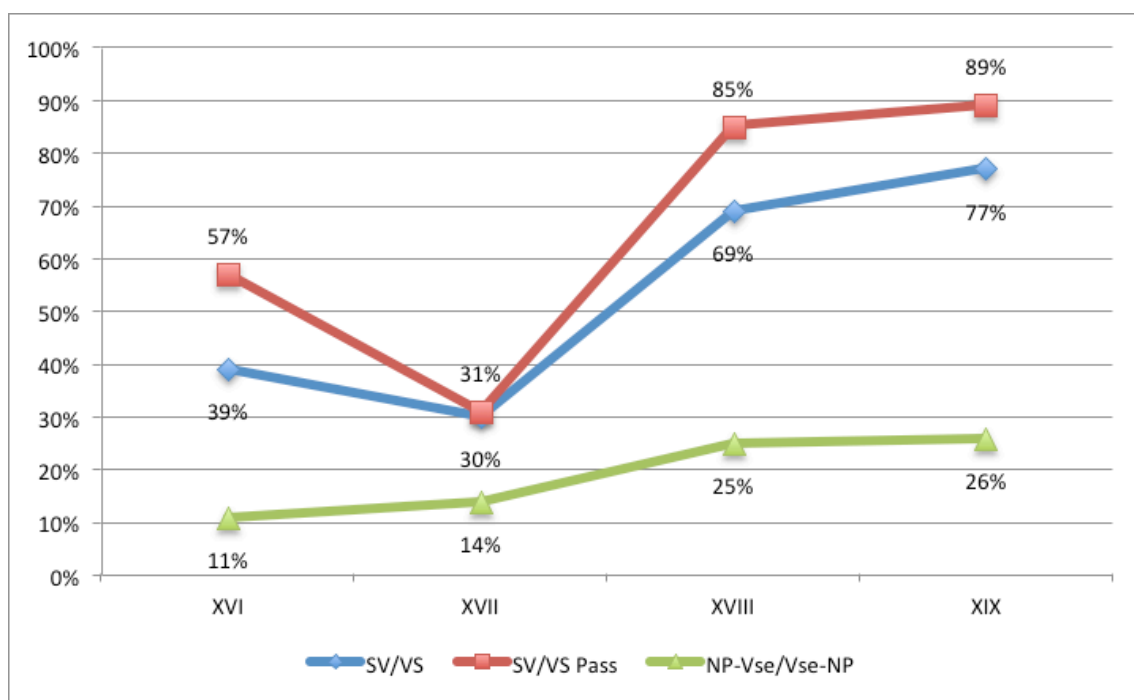
Graph 02. Compared evolution of arguments (preverbal, postverbal and null) in active, passive and SE-constructions by century.

Let us first consider null arguments: the rates of null subjects slightly vary along the time in active and passives, between 50% and 60% in active sentences and 30% and 40% in passives. The rates of null arguments in SE-constructions also vary, but they are not higher than 15% in the last period. The comparison of the rate of these null arguments in the three constructions was based on the assumption that given that both Classical and Modern European Portuguese are null subject grammars, we should not expect any change concerning the rates of null arguments. This prediction is confirmed. The comparison of the rates of null subjects with the rates of null arguments in SE-construction, however, may lead us to the first hint that the DPs in SE-constructions, even triggering agreement with the verb, may not behave as subjects.

Let us now consider the behavior of preposed arguments along the time, as shown with the blue columns. We observe that the rates of preposed arguments in active and SE-constructions are rather equivalent during the 16th and 17th centuries, with some variation concerning the rates of preposed subjects in passive constructions in the 16th century. From the 18th century on, in contrast, subjects of active and passive sentences present a substantially higher rate of pre-verbal order than the argument of SE-constructions.

This result is confirmed and reinforced when we see the evolution of postverbal arguments in the three different constructions. The rate of postverbal arguments in active and passive constructions decreases from the 18th century on. By contrast, the DPs of SE-constructions continue to be highly preferentially postposed, with rates varying between 63% and 68% from the 18th century on.

Finally, let us consider Graph 03 that shows the compared evolution of preposed (against postposed) arguments considering the average rates along the centuries in the three kinds of constructions.



Graph 03. Compared evolution of preposed arguments in active, passive and SE-constructions by century.

When we see the compared evolution of preposed against postposed arguments, the rate of preposed subjects (in active and passive constructions) is sharpened from the 18th century on, whereas the rate of preposed arguments in SE-constructions remain stable, showing only a slight increase. Graphs 02 and 03, taken together, show that active and passive clauses flash the different grammatical character of the subject in consequence of the loss of V2, while SE-constructions seem not to be affected by the change.

These rates may be explained on the lines of Raposo and Uriagereka's (1996) proposal. Differently from other approaches for SE-constructions in Romance (specially in the GB framework), Raposo and Uriagereka propose that SE goes to the subject position (Spec, T) and the preposed DP goes to a higher position, namely [Spec, F], to where topic prominent constituents move. This approach accounts for the contrast seen in (09a) and (09b), brought by the authors:

- (09) a. Os especialistas consultaram-se durante a operação
The specialists consult-PST.3PL=SE during the surgery.
"The specialists consulted one another during the surgery" AND/OR "They were consulted"
- b. Em que momento da operação os especialistas se consultaram?
In which moment of the surgery the specialists SE=consult-PST.3PL.
"In wich moment of the surgery have the specialists consulted one another?" (ONLY)

Raposo and Uriagereka (1996) claim that (09a) is ambiguous between a reciprocal and an indefinite reading, whereas (09b) has only a reciprocal reading. This contrast is explained because in (09b) the *wh*-phrase "em que momento da operação" moves to [Spec, F] and the only available position for the DP "os especialistas" is the subject position. Therefore, in Portuguese, the passive-indefinite reading is possible only when the preposed DP is in this topic position.

If we relate this analysis to the observed pattern in Graph 02, we see that the rate of topicalization (fronting) of DPs in SE-constructions remains stable along the time, because this kind of movement is due to discursive constraints, such as prominence, contrastive topic, etc. The frequency of this kind of topicalization is not expected to rise along the time. In fact, both CIP and EP grammars allow discourse driven constituent fronting. Subject preposing, on the other hand, becomes in the SV grammar, a grammatical requirement, which explains the sharp raise in subject preposing from the 18th century on.

Finally, we should state that the higher rates of argument preposing in SE-constructions appear in two specific authors: Antonio Vieira, born in 1608 and Matias Aires, born in 1702. Vieira shows a rate of 23% of preposed

DPs, while the 17th century average is 14%; Aires presents 50% of preposed DPs in these constructions, while the 18th century average is 25%. One plausible explanation for these peaks in frequency is related to the nature of the texts: both Vieira and Aires make an intense use of contrastive topics. Galves (2002) has shown that this stylistic artifice is responsible for the elevated frequency of enclisis in Vieira's Sermons, which is divergent from the rate of enclisis in Vieira's Letters (see GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Examples in (10) and (11) show this contrast:

- (10) O terceiro Advento é particular e invisível, no qual vem o mesmo Christo julgar na hora da morte a cada um de nós, e este Juízo se faz no instante em que a alma se aparta do corpo.
- (11) a. por isso as mercês de um Rei mostram a sua inclinação, e não a sua intenção: as graças deos Reis, e as de Deus, só se pagam com amor. (Aires, b. 1705)
 b. No exercício do mal achamos uma espécie de doçura, e de naturalidade, as virtudes praticam-se por ensino: o vício sabe-se, a virtude aprende-se.

These findings shed a new light onto the syntax of SE-constructions. Such constructions are not affected by the change that affected regular subjects, because they do not involve post-verbal or pre-verbal subjects at all – be it in Classical or in Modern European Portuguese. In either grammar, SE-constructions with preposed arguments should be considered as constructions with fronted complements; and, as opposed to other constructions that in fact involve subjects, SE-constructions do not present a steep elevation in frequency as the SV grammar is established in the texts.

The difference between Classical and Modern SE-constructions with preposed arguments is that in Classical Portuguese, they are fronting constructions within a V2 grammar (just like the fronted subjects and complements of other constructions), whereas in Modern European Portuguese they are topicalizations in a SV grammar, as Raposo and Uriagereka (1996) propose.

Final Remarks

Two main conclusions are drawn from this paper: first, the change in the syntax of subjects in Portuguese after the 18th century happens regardless of the status of the subjects as external or internal arguments. Second, this change does not affect non-subjects. This has important consequences for the understanding of the change from 16th-17th century Portuguese to Modern European Portuguese and for the understanding of the syntax of subjects in Modern European Portuguese. As regards the diachronic aspects, our work consolidates the analyses of Galves *et al.* (2005), Galves and Paixão de Sousa (2005; 2015) and Paixão de Sousa (2004) to the effect that the change from 16th-17th century Portuguese to Modern European Portuguese is fundamentally a change in subject position.

More specifically, the change consists in the upsurge of a grammar in which there is a preverbal position exclusive for subjects. As regards Modern European Portuguese, this impacts two much-debated issues in recent literature: first, it provides statistical support to the analyses according to which pre-verbal subjects in EP do not occupy a clause-external topic position, as argued by Pilar Barbosa in many papers (cf. a.o. BARBOSA, 2000) but rather, a clause-internal subject position (COSTA; GALVES, 2002; COSTA; DUARTE, 2003; GALVES; SANDALO, 2012). Second, it provides further evidence to the analyses according to which the internal arguments of SE-constructions do not occupy the subject position, but rather, a topic position (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996). In conclusion, our paper reveals the crucial role of the diachronic relation between topics and subjects in the grammatical change that originated Modern European Portuguese, and proposes that the dynamics of this change may elucidate important discussions on the syntax of the current language.

References

- AMBAR, M. *Para uma sintaxe da inversão Verbo-Sujeito em português*. Lisboa: Colibri, 1992.
 BARBOSA, P. Clitics: a window into the null subject properties. In: COSTA, J. (Ed.). *Portuguese Syntax – New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 31-93.

- CAVALCANTE, S. R.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Subject position and SE-constructions in the history of Portuguese. Paper Presented at Going Romance, 23, Nice/Nijmegen, December 2009.
- _____.; GALVES, C. M. C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Topics, Subjects and Grammatical Change: From Classical to Modern European Portuguese. Paper presented at Subjects in Diachrony: Grammatical Change and the Expression of Subjects. Regensburg Universität, Regensburg, November 2010.
- CINQUE, G. On si constructions and the theory of arb. *Linguistic Inquiry*, 19, p. 521-581, 1988.
- COSTA, J. *Subject positions and interfaces: the case of European Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- _____.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese. In: BEYSSADE, C.; BOK-BENNEMA, R.; DRIJKONINGEN, F.; MONACHESI, P. (Eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory 2000*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2002. p. 109-125.
- _____.; DUARTE, I. Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistics*, p. 159-176, 2003.
- CRUSCHINA, S.; SITARIDOU, I. From Modern to Old Romance: The Interaction between Information Structure and Word Order. Paper presented at DIGS 11, University of Campinas, July 22-24, 2009.
- CYRINO, S. Construções com se e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*, 6, p. 85-116, 2007.
- DOBROVIE-SORIN, C. Impersonal se Constructions in Romance and the passivization of unergatives. *Linguistic Inquiry*, 29, p. 399-437, 1998.
- GALVES, C. Clitic-Placement and Parametric Change in Portuguese. In: SALTARELLI, M. (Ed.). *Aspects of Romance Linguistics*, Selected papers from the 24th LSRL. Georgetown University Press, 1996. p. 227-240.
- _____. Syntax and Style: clitic-placement in Padre Antonio Vieira. *Santa Barbara Portuguese Studies*, 6, p. 387-403, 2002.
- _____.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the *Tycho Brahe Corpus*. *Journal of Portuguese Linguistics*, 4, p. 39-68, 2005.
- _____.; FARIA, P. *The Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. 2010. <<http://www.tycho.iel.unicamp.br>>.
- _____.; GIBRAIL, A. Subject inversion in transitive sentences from Classical to Modern European Portuguese: a corpus-based study. In: CARDOSO, A.; MARTINS, A. M. (Eds.). *Word Order Change*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- _____.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The loss of V-to-C in the history of Portuguese: subject position, clitic placement and prosody. Paper submitted to *Journal of Historical Syntax*, 2015.
- _____.; SANDALO, F. From Intonational Phrase to Syntactic Phase: the grammaticalization of enclisis in the history of Portuguese. *Lingua*, 122, 8, p. 952-974, 2012.
- GIBRAIL, A. V. B. *Contexto de formação de estruturas de tópico, foco e adjuntos prepostos no português clássico*. Ph.D. Dissertation. University of Campinas, 2010.
- MANZINI, M. R. 1986. *On italian si*. Syntax and semantics: the syntax of pronominal. Florida: Academic Press, 1986.
- NARO, A. The genesis of reflexive impersonal in Portuguese. *Language*, 52, p. 779-810, 1976.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: Sintaxe e história do português nos 1600*. Ph.D. dissertation, University of Campinas, 2004.
- RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, p. 749-810, 1996.
- RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2*. Ph.D. dissertation, University of Campinas, 1995.
- TORRES MORAES, M. A. *Do Português Clássico Ao Português Europeu Moderno, Um Estudo Diacrônico da Cliticização e do Movimento do Verbo*. Ph.D. dissertation, University of Campinas, 1995.

Carolina Salgado Lacerda Medeiros¹

Resumo: A discussão acerca da periodização do português em geral se baseia em fatores de cunho morfo-fonológicos. A periodização de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006, doravante GNPS), que se baseia em fatores sintáticos, como a posição do verbo, propõe uma divisão alternativa à tradicional, considerando que o português arcaico e clássico eram línguas V2. Contudo, não há consenso em relação à que tipo de gramática pertencia o português em tempos pretéritos. Além disso, a problemática envolve uma questão teórica importante: a periodização de GNPS é baseada na noção de gramática de Chomsky (1985) convencionalizada como Língua-I, o que apresenta uma consequência sobre o critério de datação dos documentos: uma vez que a emergência de uma nova gramática é analisada como parte do processo de aquisição, um critério de datação relevante a se seguir será não a data em que um texto foi escrito, mas a data de nascimento do autor. No entanto, as discussões acerca da posição do verbo no português arcaico raramente contemplam a questão da periodização. Assim, este artigo se propõe a revisar as principais análises sobre a sintaxe do verbo no português arcaico, relacionando essa discussão com a questão da periodização.

Palavras-chave: linguística diacrônica; sintaxe gerativa; V2; movimento do verbo; periodização.

Abstract: The discussion on the periodization of Portuguese is generally based on morphophonological factors. The periodization proposed in Galves, Namiuti and Paixão de Sousa (2006, henceforth GNPS) suggests an alternative segmentation, which is based in syntactic factors, among them, the position of verb. They argue that Portuguese had, in previous phases, a V2 syntax. Nevertheless, there are no consensus about it in the literature. Besides, the issue also involves an important theoretical question: GNPS's proposal is based on Chomsky's (1985) notion of grammar. According to this perspective, grammatical change is the result of the relation between the individual's innate capacities and language knowledge experienced by the successive speaker's generations. Linguistic change consequently takes place in the language acquisition. This notion of grammatical change presents an important consequence on the criteria to divide the language's different phases: since the emergence of a new grammar is analyzed as part of the acquisition process, a relevant criterion should be the date in which the author of the document was born and not the date in which the text was written. Consequently, GNPS's periodization has a different division than the traditional ones. However, the discussion on the verb position in Old Portuguese barely look on the periodization issue. Given these facts, this paper aims to review the most relevant analyses on Old Portuguese verb syntax, relating the discussion to the periodization issue.

Keywords: diachronic linguistics; generative syntax; V2; verb movement; periodization.

¹ Doutoranda em Linguística, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. cslmedeiros@gmail.com.

Introdução

Na história da língua portuguesa reconhecem-se diferentes fases que se sucedem diacronicamente e que se diferenciam por fatores internos (relacionados diretamente à língua encontrada nos documentos históricos) ou externos (relacionados ao contexto histórico em que os textos são produzidos). Entre os estudos tradicionais, a periodização reconhece quatro grandes períodos. O quadro abaixo, adaptado de Mattos e Silva (2006), resume as diferentes propostas de periodização para a história da língua portuguesa:

Período	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar Vazquez Cuesta	Lindley Cintra
Até o século 9 (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até 1.200	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385/1420	Português Arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Português Antigo
Até 1536/1550		Português Comum	Português Pré-Clássico	Português Médio
Até século 18	Português Moderno	Português Moderno	Português Clássico	Português Clássico
Até século 19/20			Português Moderno	Português Moderno

Quadro 01. Periodização tradicional (adaptado de MATTOS E SILVA, 2006, p. 25).

Embora as periodizações sugeridas pela tradição dos estudos históricos se apresentem variadas a depender do autor, é possível reconhecer algumas delimitações amplas, aqui resumidas em linhas gerais. A base para essa divisão é principalmente sócio-histórica, também baseada em características linguísticas, em sua maioria morfológicas e fonológicas. Com exceção do português pré-histórico ou pré-literário, o primeiro período histórico que se costuma reconhecer é o português arcaico, a língua que se registra desde os primeiros documentos até meados do século 16. Nos estudos tradicionais é, sem dúvida, no século 16 que a tradição historiográfica do português localiza o principal divisor de águas que separa a língua antiga da moderna. O período intermediário entre a língua medieval e a contemporânea é comumente chamado de português clássico e inclui textos quinhentistas tardios, textos seiscentistas e textos setecentistas. Depois desta fase intermediária, costuma-se identificar no século 19 o momento em que a língua portuguesa contemporânea se estabelece nos textos.

No quadro gerativista, os estudos pioneiros sobre a diacronia do português (cf. MARTINS, 1994; TORRES MORAES, 1995; RIBEIRO, 1995) refletem a periodização convencionada pela tradição. De modo geral, esses estudos levaram em conta três grandes fases para a língua falada na Europa: o português arcaico, o português clássico e o português europeu moderno, além de reconhecer uma quarta gramática, o português brasileiro (cf. KATO; ROBERTS, 1996; entre outros). Ressalte-se que para os estudos gerativistas, um ciclo ou período será relevante quando compreendido como uma gramática diferente da anterior.

Na perspectiva gerativista, a noção de Gramática, convencionada como Língua-I² (CHOMSKY, 1985), remete à possibilidade de se gerarem estruturas linguísticas. Essas possibilidades são limitadas pela Gramática Universal, que é uma faculdade biológica e inata do ser humano. A Língua-I é a competência mental que possibilita ao falante o uso da sua língua materna, adquirida no processo natural de aquisição da linguagem. A Língua-E³, por sua vez, diz respeito aos enunciados produzidos pela Língua-I.

A Gramática Universal pode ser descrita em termos de princípios gerais e imutáveis e parâmetros que podem ser fixados de forma diferente a depender da gramática de cada indivíduo. É isso que determina os limites de variação entre as gramáticas particulares dos falantes (CHOMSKY; LASNIK, 1993). Nesse sentido, cada gramática particular representa uma determinada parametrização dos princípios da Gramática Universal. A gramática é, portanto, uma entidade individual, ou seja, uma gramática particular internalizada na mente do

² Língua Interna (*Internal Language, I-Language*).

³ Língua Externa (*External Language, E-Language*).

falante. A gramática de cada um emerge a partir da interação entre os princípios inatos da Gramática Universal e a experiência linguística de cada indivíduo, isto é, os dados aos quais está exposto na fase de aquisição da linguagem, produzidos pela geração anterior de falantes. Nesta perspectiva, a mudança gramatical é fruto da relação entre a capacidade inata dos indivíduos e a experiência linguística vivenciada pelas sucessivas gerações de falantes. Os dados linguísticos relativos às mudanças apresentam-se normalmente como dados de variação entre formas antigas e formas inovadoras nos textos. Entretanto, note-se que quando se admite que a mudança de uma gramática para outra envolve marcação paramétrica diferente por meio da aquisição da linguagem pela criança, esta mudança é conceituada como um evento abrupto (cf., entre outros, LIGHTFOOT, 1999).

Nos estudos diacrônicos, os textos que compõem o objeto de estudo da linguística histórica são amostras da Língua-E de uma determinada época e é a partir deles que se busca desvendar a Língua-I dos seus falantes. Tomando como ponto de partida o fato de que em um determinado período os falantes de uma dada comunidade compartilham de uma mesma Língua-I, considera-se que essa Língua-I é a gramática do período em questão. Para reconhecer a gramática de um autor e de sua época a partir da Língua-E visível em seus textos, é frequente o uso da noção de *competição de gramáticas* (KROCH, 1994; 2001)⁴ uma vez que, de modo geral, os textos não expressam puramente a Língua-I adquirida pelos seus autores no processo natural de aquisição, mas aparecem misturados com elementos produzidos por uma outra gramática, mais prestigiada naquela comunidade linguística, de modo que fica visível a variação de diferentes formas em uma mesma gramática particular.

No que respeita especificamente a questão da periodização das línguas, a contribuição central do conceito de competição de gramáticas é a ideia de que o surgimento de uma nova gramática é identificado pelo aparecimento de formas inovadoras nos textos. Por certo período, estas formas novas poderão ocorrer em convivência (ou competição) com as formas antigas, porém, as formas antigas, nesses casos, representam resquícios dos padrões produzidos pela gramática antiga. Deste modo, este padrão de variação no plano do uso escrito já pode ser interpretado como resultado da emergência de uma nova gramática ou Língua-I.

A partir desse ponto de vista, deslocando o enfoque da Língua-E para a Língua-I, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006)⁵, doravante GNPS, e Galves (2007) propõem uma periodização da língua portuguesa que determina dois novos limites temporais correspondentes à emergência de novas gramáticas: a fronteira entre os séculos 14 e 15 e o início do século 18. Diferentemente do que propõe a tradição, tal estruturação da língua se baseia na emergência de novas formas, que marcam o surgimento de novas gramáticas⁶. São reconhecidos, então, três grandes períodos: o português arcaico, dos primeiros documentos até 1350, o português médio, de 1350 a 1700 e o português europeu moderno, a partir de 1700. Paralelamente, atesta-se o surgimento do português brasileiro.

Note-se que o deslocamento do enfoque da Língua-E para a Língua-I apresenta algumas questões. Inicialmente percebe-se que, ao comparar a proposta de GNPS com as diferentes propostas tradicionais, há um complicador: a primeira se utiliza apenas de fenômenos sintáticos, ao passo que os estudos tradicionais fazem uso, geralmente, de elementos morfo-fonológicos. Isso, por si só, já apresenta um problema para a comparação entre as propostas. Além disso, é de suma importância ressaltar que o conceito de mudança gramatical visto dessa forma apresenta uma consequência impactante sobre o critério de datação dos dados linguísticos a serem analisados. Uma vez que a emergência de uma nova gramática é analisada como parte do processo de aquisição da linguagem, um critério de datação relevante a se seguir será não a data em que um texto foi escrito, mas a data de nascimento do autor do texto. A consequência mais saliente dessa escolha é que, na periodização proposta, há uma tendência ao retrocesso, em termos temporais, dos períodos históricos em comparação com a divisão tradicional.

Por isso, segundo a periodização de GNPS, o português arcaico se estende até meados do século 14, recuando um século e meio, se comparado com algumas das propostas de periodização tradicional, que delimitam este período entre os séculos 13 e 16, como adotam, por exemplo, Ribeiro (1995) e Mattos e Silva (1989; 2006 e outros). No que respeita ao comportamento de elementos sintáticos, as autoras descrevem esse período como marcado pela alternância da ênclise e da próclise, com clara tendência para a ênclise, pela interpolação da negação e de outros constituintes do predicado (atestada em contextos de próclise obrigatória) e pela ordem básica VS,

⁴ Processo no qual formas antigas são gradualmente substituídas por formas inovadoras.

⁵ A proposta foi primeiro esboçada em Galves (2004).

⁶ Percebe-se que, uma vez que a mudança gramatical vista como mudança paramétrica ocorre abruptamente e depois se espalha (cf. LIGHTFOOT, 1999), os períodos gramaticais são definidos não pelo desaparecimento de formas arcaizantes, mas pelo aparecimento de inovações, já que isso é o sinal do surgimento de uma nova gramática.

apresentando, portanto, sintaxe de tipo V2. O período intermediário, denominado português médio, que vai de meados do século 14 até o século 18, é marcado pela alternância entre a ênclise e a próclise, com tendência à próclise, pelo desaparecimento da interpolação de constituintes diferentes de “não” e pelo surgimento de novos contextos para a interpolação do “não” (orações raízes neutras, que não são contextos de próclise obrigatória), pela possibilidade de uma nova ordem linear nas sentenças dependentes negativas, sem contiguidade do clítico à conjunção e pela ordenação básica VS⁷. O Português Médio pode ser pensado como o período em que as especificidades do português arcaico gradualmente desaparecem dos documentos escritos, uma gramática intermediária. Por fim, o Português Europeu Moderno, que desponta a partir do século 18, é marcado pela ênclise categórica, pela obrigatoriedade da contiguidade clítico-verbo em afirmativas e pela mudança na ordem básica da frase, passando a SV.

A grande questão em torno dessa proposta é se o português médio, que visivelmente representa uma fase de transição, é parte do português arcaico, como na análise tradicional, ou parte do período seguinte. Em análise posterior, Galves (2010) e Galves e Kroch (2015) revisitam a questão da periodização, esclarecendo que

“the main difference between our periodization and the traditional one, which also recognizes three periods, is that MP is no longer to be thought of as “late” OP and becomes instead “early” CLP because MP is now analyzed as exhibiting a competition between the grammar of OP and the new CLP grammar. In our view, the latter is probably already the grammar of the vernacular language when variation first appears in texts. We should note that, since we consider MP to be nothing but a competition in use between the grammars of OP and CLP, the latter must, for us, begin to manifest itself in texts much sooner than claimed by the tradition” (GALVES; KROCH, 2015, p. 3-4)⁸.

Assim, assumem que o português médio, ao invés de ser uma fase que marca o término do português arcaico, é o período que precede o português clássico. Deste modo, é visto como uma época que exhibe competição entre a gramática do português arcaico e a nova gramática, a do português clássico. Em suma, o português arcaico compreende o período no qual se incluem autores nascidos entre os anos 1200 e 1350; o português médio, uma fase intermediária, está localizado entre os séculos 14 e 16 e o português clássico seria, então, a fase entre os séculos 16 e 18, a partir da qual surge o português europeu moderno.

Para chegar a essa proposta de datação, Galves e Kroch (2015) fazem uso de uma série de dados empíricos, como a colocação dos clíticos (MARTINS, 1994; 2005) e a posição do verbo na frase (RIBEIRO, 1995). De fato, no âmbito da linguística diacrônica frequentemente tem-se discutido a posição dos clíticos e a posição do verbo, aspectos da gramática que sofreram mudanças significativas ao longo da história do português. Principalmente no que respeita a sintaxe do verbo, são muitas as discussões e o posicionamento dos autores varia bastante. Muitos estudos argumentam que o português arcaico e o português clássico apresentavam sintaxe de tipo V2 (cf. RIBEIRO, 1995; 2010; SALVI, 1991; 2004, para o português arcaico; GALVES, 1996; 2000; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; 2010; GIBRAIL, 2010; GALVES; GIBRAIL, 2013; ANTONELLI, 2011, para o português clássico). Por outro lado, essa análise é criticada com base no argumento de que tanto o português arcaico quanto o português clássico apresentam propriedades que não são compatíveis com a sintaxe V2, como a alta frequência de frases com ordem V1 e V3 (cf. FIÉIS, 2002; 2007; RINKE, 2009; SITARIDOU, 2012, para o português arcaico; EIDE, 2006; 2010 para o português clássico).

Com base na literatura sobre o assunto, este trabalho tem como objetivo discutir algumas das referidas análises sobre a sintaxe do verbo na diacronia do português relacionando-as à problemática da periodização. Além de fazer uma revisão das principais discussões, procurarei elucidar um problema teórico relacionado à datação: se as propostas tradicionais de periodização tratam a mudança e, por consequência, a perspectiva de datação dos textos, de forma diferente da proposta de GNPS, então é necessário verificar se os dados empíricos utilizados em uma série de textos são consistentes com a periodização utilizada. Deste modo, procurarei visitar os trabalhos de

⁷ Note-se que a ordem dos constituintes não parece ser um critério suficiente para a diferenciação entre os dois primeiros períodos.

⁸ “A principal diferença entre a nossa periodização e a tradicional, que também reconhece três períodos, é que o português médio não é mais visto como o português arcaico “tardio” e sim como um prenúncio do português clássico, devido ao fato de, agora, o português médio ser analisado como uma fase que exhibe competição entre a gramática do português arcaico e a nova gramática do português clássico. Em nossa visão, o português clássico já representa, provavelmente, a gramática da língua vernacular quando a variação começa a aparecer nos textos. Deve-se notar que, uma vez que consideramos o português médio nada mais do que a competição de usos entre as gramáticas do português arcaico e do português clássico, o último período começa a se manifestar nos textos muito antes do que atesta a tradição” [minha tradução]

Ribeiro (1995), Fiéis (2002; 2007) e Sitaridou (2012), com o objetivo de revisar as diferentes propostas, relacionando-os à problemática em questão. Devemos estar atentos não só aos dados, mas também ao aporte teórico no qual se baseia a periodização utilizada; caso contrário, podemos nos arriscar a tirar brilhantes conclusões sobre a língua de um determinado período com base em documentos de uma outra fase. Além disso, procurarei esboçar uma solução para que seja viável a pesquisa que analisa textos que se baseiam na periodização tradicional e que se utiliza da noção de gramática como Língua-I.

O artigo se organiza como segue: na primeira seção serão apresentadas características gerais das línguas V2. Na segunda seção, serão contrapostas as análises sobre a sintaxe do verbo no português arcaico. Na terceira seção, serão tecidos alguns comentários a respeito da proposta de periodização de GNPS relativamente às discussões sobre a ordem linear do português. Por fim, apresentam-se as palavras finais, ao que seguem as referências bibliográficas.

1. Aspectos da sintaxe V2: breve panorama

A literatura acerca da sintaxe do verbo nas línguas naturais em geral assume que as línguas de tipo V2 são aquelas em que o verbo flexionado ocupa a segunda posição na sentença, sendo a primeira posição ocupada por qualquer outro elemento. No quadro teórico da gramática gerativa a ordem V2 é frequentemente interpretada como o resultado do movimento do verbo finito para C^0 e do fronteamento de algum XP para [Spec, CP] (DEN BESTEN, 1983; VIKNER, 1995). Observem-se os exemplos do alemão em (01), abaixo:

- (01) a. **Klaus** kaufte einen Roman.
[Klaus]-NOMINATIVO comprou [um romance]-ACUSATIVO.
b. **Einen Roman** kaufte Klaus.
[Um romance]-ACUSATIVO comprou [Klaus]-NOMINATIVO.
c. **Gestern** kaufte Klaus einen Roman.
Ontem comprou [Klaus]-NOMINATIVO [um romance]-ACUSATIVO.

Os exemplos acima ilustram o fato de que em línguas germânicas como o alemão e o holandês o verbo das orações matriz deve ser precedido por um XP, seja qual for a sua função gramatical: em (01a), a posição à esquerda do verbo é ocupada por um sintagma nominal (NP) com função de sujeito, *Klaus*; em (01b) a primeira posição é ocupada por um sintagma determinante (DP) com função acusativa, *einen Roman*⁹; em (01c) o elemento que aparece em primeira posição é um sintagma advérbial (AdvP), *gestern*.

Como mencionado acima, a definição de V2 está geralmente relacionada a dois fenômenos sintáticos distintos: (i) o movimento do verbo finito para a C^0 e (ii) o movimento de qualquer outro constituinte para a posição de especificador dessa mesma projeção funcional [spec, CP]. Contudo, em sentenças subordinadas o verbo não se move para C, uma vez que essa posição já está preenchida, isto é, não há V2¹⁰. Porém, outras línguas, como o iídiche e o islandês, apresentam ordem V2 também em sentenças encaixadas. Na literatura, a ocorrência de V2 em sentenças não-matriz tem sido analisada ou como resultado da recursividade de CP ou como movimento de V para I⁰ (cf., para uma discussão abrangente do assunto, VIKNER, 1995)¹¹. Vikner (1995, p. 65), utilizando como ponto de partida a análise clássica de V2 como movimento de V para C, propõe a seguinte tipologia para as línguas V2:

- a. Línguas de V2 residual (*residual V2 languages*): a ordem V2 só ocorre em determinados contextos, como no inglês, que apresenta o verbo obrigatoriamente em segunda posição em contextos de interrogativas e construções com negação topicalizada;
- b. Línguas de V2 assimétrico (*asymmetric V2 languages*): línguas como o alemão e o holandês, que apresentam construções com ordem V2 em todas as sentenças matriz, porém, em sentenças

⁹ A marcação de Caso morfológico em alemão permite que os sintagmas sejam movidos para diferentes posições sem que haja prejuízo na interpretação semântica da frase. Por exemplo, a terminação de acusativo -en do artigo definido *ein* permite identificar o DP *einen Roman* como o objeto direto da sentença.

¹⁰ Com exceção de frases encaixadas introduzidas por verbos ponte, como *sagen* (dizer) ou *glauben* (acreditar).

¹¹ Na versão mais recente da teoria, I = T.

encaixadas, o verbo ocupa a posição final, uma vez que a segunda posição é ocupada por um complementizador;

- c. Línguas de V2 limitado em encaixadas (*limited embedded V2 languages*): exibem o mesmo padrão das línguas de V2 assimétrico e, adicionalmente, apresentam V2 em encaixadas com complementos sentenciais de verbos-ponte¹². São exemplos desse tipo de língua o dinamarquês, o norueguês, o sueco e o feroês¹³;
- d. Línguas V2 simétricas (*symmetric V2 languages*): apresentam ordem V2 em todas as sentenças, sejam elas matriz ou encaixadas, como o islandês, o yiddish e o francês antigo.

A distinção reproduzida acima para as línguas V2 expõe uma importante questão, que deve ser levada em consideração: é necessário estar atento quando se fala em “línguas V2” como uma unidade, uma vez que há variações de um mesmo fenômeno. Por isso, ao analisar o português, bem como qualquer outra língua como V2, deve-se observar a que tipo de V2 essa língua pertence. A seguir, vejamos algumas das análises propostas para o português arcaico.

2. Português arcaico: V2 ou não V2?

Com base em textos dos séculos 13 ao 16 (na datação tradicional)¹⁴, Ribeiro (1995) expõe as diferentes condições que licenciam as ordens V(S)/VC, SVC/XV(S) e SXV/XXV no português arcaico. Segundo seus dados, nas sentenças raízes e encaixadas, as ordens com o verbo em posição inicial (V(S) e VC) são mais frequentes do que a ordem SVC. Um complemento ou adjunto pode ocorrer em posição inicial das sentenças raízes e encaixadas e, neste caso, o sujeito, quando foneticamente realizado, segue o verbo, dando origem à ordem XV(S). Mais de um constituinte, argumento ou adjunto, pode anteceder o verbo em sentenças raízes e encaixadas, dando origem às ordens SXV, XSV e XXV.

A análise de Ribeiro (1995) propõe que o verbo finito ocupa sempre a mesma posição em todas as ordens supracitadas, sugerindo que as diferenças entre elas resultam de diferentes possibilidades de movimento de constituintes para a posição pré-verbal ou da ausência desses movimentos. Com isso, propõe que o português arcaico seja um sistema V2 nos moldes do alemão, do islandês e do francês arcaico. Contudo, como visto acima na distinção de Vikner (1995), o alemão, por um lado, e o islandês e o francês arcaico, por outro, consistem em sistemas V2 distintos. A estrutura proposta por Ribeiro para a análise da posição do verbo no português arcaico mostra que o verbo finito sempre se move a C⁰ na sintaxe explícita, posição funcional em que finaliza a checagem de seus traços. Assumindo que os traços dessas categorias funcionais são V-relacionados (com exceção de AGR-C⁰) e que estes traços são fortes, devem ser checados antes de *spell-out*. Desse modo, no trajeto para C⁰, o verbo finito deve passar por AGRO⁰, T⁰ e por AGRS⁰ para que seus traços-phi sejam checados. V⁰ não passa por AGRC⁰ porque não há traços-V a serem checados nessa posição e AGRC⁰ é o núcleo funcional que hospeda os clíticos.

Em seu *corpus*, Ribeiro (1995) atesta alta frequência de construções com verbo em posição inicial (V1), sendo estas as mais recorrentes nos documentos estudados, indicando, segundo a análise, que o movimento para [Spec, C'] é opcional no português arcaico. Quase em igual proporção, mas com menos ocorrências, estão as construções de tipo V2, distribuídas entre as ordens SV(X) e XV(S)/XVXS. Também são atestadas construções de tipo V3, em

¹² Verbos que permitem extração de seu complemento à longa distância (ambientes de ilha fraca); ver nota 9.

¹³ A tipologia de Vikner (1995) diferencia o alemão e o holandês de línguas como o dinamarquês, o sueco, o norueguês e o feroês no que respeita à possibilidade de as últimas línguas permitirem V2 em sentenças encaixadas com verbos ponte. Porém, o alemão também as permite, com o complementizador nulo:

- a. *Er sagt, Anika kommt nicht.*
Ele diz, Anika vem não.
Ele diz que Anika não vem.
- b. *Ich glaube, Anika kommt nicht.*
Eu acredito, Anika vem não.
Eu acredito que Anika não vem.

¹⁴ Ribeiro (1995), em acordo com Mattos e Silva [(1991) 2006], considera duas fases no português arcaico: a primeira, de 1200 a 1300 e a segunda, de 1300 a 1500.

bem menor proporção. O fato de haver grande número de ordem V1 e alguma ocorrência de V3 é justamente o foco das críticas à essa análise, às quais me tornarei mais adiante.

Ribeiro (1995) também discute se a configuração V2 se caracteriza como focalização ou como topicalização V2 (tematização) – isto é, se a estratégia de fronteamento de constituintes no português arcaico se identifica como um processo de focalização ou não. Conclui que a caracterização do fronteamento para [Spec, C'] como um processo de topicalização ou focalização permite a análise de que os elementos iniciais das construções V2 podem representar informação nova ou informação dada. Desse modo, os constituintes em [Spec, C'] nem sempre se equivalem a foco e, conseqüentemente, não são os elementos mais acentuados da sentença. Portanto, se [Spec, C'] é ocupado por um constituinte que não é o foco da sentença, algum outro elemento recebe o acento focal. O tópico marcado é então separado do resto da sentença, ocorrendo externo a CP, em [Spec, TOP'].

Em relação às construções com ordem V1 encontradas em seu *corpus*, Ribeiro (1995) as distingue em dois grupos: (i) narrativa V1: declarativas com ordem V1, denominadas “narrativas” ou “inversão narrativa”, que se apresentam com a ordem VS/VXS e (ii) declarativa V1: declarativas realizadas com a ordem VX sem sujeito foneticamente realizado. As declarativas V1 não são encontradas nas línguas germânicas de tipo V2, com exceção do islandês e do iídiche. No português arcaico, atesta a autora a alta frequência dessas construções, quer em sentenças raízes, quer em encaixadas. Nas línguas germânicas modernas, como o alemão, só são possíveis construções V1 em contextos de interrogativas sim/não, frases imperativas, condicionais e as V1 narrativas, isto é, em ambientes essencialmente raízes. Em geral, as propostas de licenciamento dessas construções assumem a existência de um Operador nulo em [Spec, C']; desse modo, o movimento do verbo finito para C⁰, nesses contextos, seria derivado dos mesmos mecanismos das construções V2: o verbo finito e o Operador nulo estabelecem uma relação de concordância especificador/núcleo em CP. Contudo, o trabalho de Ribeiro mostra que a narrativa V1 não se limita a ambientes de sentenças raízes, e a declarativa V1 é frequentemente atestada em sentenças raízes e encaixadas, como se observa em (02) e (03) abaixo, retirados de Ribeiro (1995, p. 168):

- (02) Declarativa V1
- a. E **começaron** a louvar a esteença de que ante escarnecian
 - b. **Quero** que mh' o digas e **desejo** mui de coraçõ a saber
 - c. Aquelas cousas que **sei** dos hom~e~es perfeitos e acabados
 - d. Necessario he que **contemos** primeiro como sse **começou** sua desavença e de que guisa se el partio do reino
- (03) Narrativa V1
- a. **dise** ele que nõ vira ...
 - b. **sei** eu que non he teu proveito
 - c. alguu erro que **faça** el rey
 - d. ata que **veo** o hortelan na hora em que soia a viir.

Baseada na análise de Vance (1988/1989 cf. RIBEIRO, 1995, p. 169) para o francês arcaico, Ribeiro considera que o V1 narrativo no português arcaico resulta do movimento de V⁰ para C⁰, uma vez que, nas construções VS, o sujeito pode ser pronominal (03a-b) ou não-pronominal (03c-d). Assume, então, que [Spec, AGRS'] é a única posição disponível para sujeitos pronominais nominativos, o que sugere que nas construções em (03) o verbo finito está em C⁰. Além disso, no islandês e no iídiche, a ordem VS ocorre livremente em sentenças raízes, com qualquer tipo de sujeito. Segundo Sigorsson (1990, p. 42 cf. RIBEIRO, 1995, p. 170), “narrative inversion clauses essentially involve double verb-raising, ‘verb-to-INFL’ (V-to-I) and ‘INFL-to-COMP’ (I-to-C), as V1 and V2 phenomena in Germanic languages generally seem to involve”¹⁵. A partir disso, Ribeiro conclui que não existem diferenças sintáticas entre as narrativas V1 do português arcaico e do islandês, uma vez que a recursividade de CP está disponível no português arcaico e é amplamente utilizada. Uma estrutura com duplo CP permite explicar por que não há restrições sintáticas quanto à inversão sujeito-verbo nas sentenças encaixadas do português arcaico.

Em relação às declarativas V1, estas não são comumente encontradas em sistemas V2. No âmbito das línguas germânicas, somente o islandês e o iídiche admitem ordem V(C). No francês arcaico, a narrativa V1 é possível, mas não a declarativa V1. Nesse aspecto, o português arcaico se distingue do islandês e do francês arcaico por permitir declarativas V1 em qualquer contexto. A partir disso, Ribeiro assume que a característica básica de um

¹⁵ “Sentenças com inversão narrativa envolvem duplo movimento do verbo, a saber, ‘verbo-para-INFL’ (V-para-I) e ‘INFL-para-COMP’ (I-para-C), como ocorrem com as ordens V1 e V2 nas línguas germânicas”. [minha tradução]

sistema V2 deve ser definida em termos da presença de traços +V em C⁰, visto que o preenchimento de [Spec, C'] é opcional. Ao assumir isso, se baseia nos seguintes fatos: (i) o português arcaico é um sistema *prodrop*, que licencia o sujeito nulo referencial ou expletivo; o português arcaico não dispõe de um sujeito pronominal expletivo, (ii) o islandês é um sistema semi-*prodrop*, que licencia apenas sujeito nulo expletivo, além de possuir um elemento expletivo semelhante ao *it* e ao *there* do inglês, (iii) o francês arcaico é um sistema *prodrop* muito peculiar, que apresenta restrições sobre as possibilidades de licenciamento do sujeito nulo, além de possuir uma forma pronominal expletiva, *il*. Assim, considera que a variação observada no licenciamento de construções V1 nesses três sistemas pode ser derivada não da propriedade V2, mas sim dos requerimentos de licenciamento do sujeito nulo. Ribeiro considera que a existência de um pronome sujeito expletivo lexical seja um indício de que o licenciamento de **pro** se submete a determinadas restrições, o que pode estar na base das restrições sobre construções V1. No entanto, Haspelmath (2004) afirma que a combinação tipológica de uma língua ser V2 e sujeito nulo não só é muito incomum, como também não é atestada. Apesar disso, as análises de Adams (1988 cf. RIBEIRO, 1995) e Roberts (1993) argumentam que o francês arcaico era uma língua V2 de sujeito nulo¹⁶.

Sobre as construções com ordem V3¹⁷, em que mais de um constituinte antecede o verbo finito, Ribeiro assume, com base em Adams (1987, cf. RIBEIRO, 1995, p. 181), que sistemas V2 também as permitem. Acrescenta, ainda, que, por esse motivo, o português arcaico consistiria em um sistema V2 não-rígido, que se diferencia de sistemas V2 rígidos, como o alemão, o holandês e o islandês. Essa distinção é definida em termos da possibilidade/impossibilidade de construções com tópico. Assim, a restrição de que o verbo finito só pode ser antecedido por um e apenas um constituinte faz referência essencialmente a constituintes tópicos. No entanto, as análises tradicionais das línguas V2 assumem que a característica básica desse tipo de sistema e a que permite contrastá-las com sistemas não-V2 é justamente o movimento do verbo finito para C⁰. Com base nisso, o português arcaico seria um sistema V2 rígido, uma vez que o verbo finito está sempre em C⁰ antes do *spell-out*.

As construções V1 indicam que o movimento de constituintes para [Spec, C'] não é obrigatório no português arcaico. Assim, em alguns contextos, há ambiguidade quanto a uma interpretação do constituinte frontalizado como TOP ou como tópico-V2, principalmente porque, uma vez que o verbo está sempre em C⁰, a ordem XVS se realiza quer o constituinte inicial esteja em [Spec, C'], quer esteja em [Spec, TOP']. Ribeiro conclui que, com exceção da focalização-V2, que envolve sempre movimento do foco para [Spec, C'], as demais construções SV(S) sem realização de um clítico, permitem duas análises: ou topicalização-V2 para [Spec, C'], ou topicalização em [Spec, TOP']. Essa ambiguidade não está presente em sistemas V2 rígidos como o alemão.

Em suma, Ribeiro conclui que dois tipos de construção distinguem o português arcaico dos sistemas V2 germânicos modernos: as construções declarativas V1 e V3. Construções com verbo na posição inicial são as mais frequente em seus dados, indicando que o movimento para [Spec, C'] é opcional no português arcaico. Por outro lado, o fronteamento de tópicos é atestado em todo o seu *corpus*. As línguas germânicas V2 limitam esses dois tipos de construção a ambientes bastante específicos. Ribeiro (1995) considera que as diferenças entre esses sistemas no licenciamento dessas construções encontram explicações na consideração de que o português arcaico é um sistema *prodrop* ao passo que as línguas germânicas modernas são *semi-prodrop*. Construções declarativas V1 e V3 parecem ser mais atestadas nos sistemas germânicos arcaicos (JANSEN, 1980; SIGUROSSON, 1990, cf. RIBEIRO, 1995, p. 271) e, paralelamente, esses sistemas licenciavam sujeitos nulos referenciais. Desse modo, Ribeiro sugere que é possível estabelecer uma relação entre esses tipos de ordem e a propriedade *prodrop*. Assim, o português arcaico seria uma língua V2 não rígida, que pode assinar Caso nominativo de duas maneiras: ou em C (no caso das ordens VS) ou em Infl (ordens SV).

Com base em um *corpus* formado por textos do século 13 ao 16¹⁸, Fiéis (2007) analisa a inversão de sujeitos na configuração (XP)VS e construções proclíticas com constituintes interpolados, trazendo evidências de que não há grandes diferenças, no que concerne o movimento do verbo, entre o português arcaico e o português europeu moderno. Para tanto, Fiéis buscou frases com verbos que ocorrem tanto em construções transitivas quanto em construções inacusativas, uma vez que é nesses contextos que se espera variação na ordem dos constituintes.

¹⁶ O francês arcaico perdeu as propriedades V2 simultaneamente à perda da possibilidade de sujeito nulo, bem como a ordem VS em interrogativas com sujeitos lexicais (FIÉIS, 2007). A análise de Ribeiro (1995) sugere que o português arcaico tenha passado por um processo semelhante.

¹⁷ As quais Ribeiro (1995) denomina V>2.

¹⁸ Com base na periodização tradicional; os textos que compõem o *corpus* são oriundos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>.

Foram analisadas tanto sentenças matriz quanto dependentes, com o objetivo de verificar se o português arcaico consiste em um sistema V2 simétrico ou assimétrico.

No que tange às sentenças matriz, foram localizadas 60 ocorrências de V1 contra 43 de V2 de um total de 103 frases. Em relação às construções inacusativas, os dados mostram que a ordem V2 ocorre majoritariamente neste contexto, o que contradiz a hipótese de que o português arcaico é uma língua V2. Os exemplos de estruturas transitivas corroboram o mesmo: nas configurações XP V S os constituintes à esquerda do verbo são adjuntos, advérbios e, em menor escala, objeto direto QU-, objeto indireto e negação. Na análise tradicional para as línguas germânicas de tipo V2, os advérbios conectivos não interferem na configuração V2. Observem-se os exemplos em (04) abaixo (FIÉIS, 2007, p. 6):

- (04) a. e de so aquelle leito jaziã muitos carvões acesos (século 13)
 b. E aqui se acabou o reyno dos Estrogodos (século 14)
 c. Prymeyramente se segue o prollago (1437/1438)
 d. e no dito campo se parte a metade (1540)

Os dados de sentenças subordinadas com os complementizadores *que/se* mais um sujeito lexical¹⁹ mostram que nesses contextos as sequências COMP V S ou V1 são preferíveis e isso se estende por quatro séculos. Em relação à função sintática dos constituintes que ocorrem entre o complementizador e o verbo, observa-se que estes são majoritariamente adjuntos frásicos e negação, como se observa nos exemplos em (05), para a ordem V1, e em (06), para V2 (FIÉIS, 2007, p. 9):

- (05) a. Hu~a cousa que fica depois que se parte a sanha (1437)
 b. espera ella com os tamgeres que se queime o marido (século 16)
- (06) a. o dano seya daquel que o comparou e a prol outros, se enalgu~a cousa mellorar a cousa uenduda (1280?)
 b. por que o entender partem os leterados em quatro ramos (1437/1438)

Desse modo, Fiéis conclui que o português arcaico também não consiste em um sistema V2 assimétrico como o iídiche e o islandês; se fosse, era de se esperar que houvesse uma maioria de ordem V2 em contextos de subordinadas com complementizadores lexicais e isso não ocorre. Ao contrário, percebe-se, assim como nas sentenças matriz, uma clara tendência para a ordem V1. Com base nisso, a análise pressupõe que o português arcaico, assim como o europeu moderno, é uma língua de sujeito nulo com ordem básica SVO; a flexão é gerada em Infl e o verbo se move para esta posição, derivando a ordem SV. Além disso, as ordens XP V S ocorrem em construções inacusativas em que o sujeito é realizado em sua posição base (interno ao VP) e os XPs iniciais são deslocados à esquerda do verbo. A questão que subjaz essa análise é a de que, segundo Fiéis, o português arcaico não é uma língua V2 nos moldes germânicos porque, por um lado, a maioria das sentenças matriz é V1 e, por outro, os exemplos com ordem V2 e inversão de sujeito ocorrem predominantemente em contextos inacusativos. Essa se mostra uma conclusão relevante dado o fato de que os sujeitos de construções inacusativas não se comportam do mesmo modo que os sujeitos de verbos acusativos, isto é, eles não se movem para Infl para checar seus traços de concordância. Ao menos no que concerne a informação estrutural, os verbos inacusativos são predicados que permitem sujeitos pós-verbais.

Também contrária à análise de Ribeiro (1995), Sitaridou (2012) faz um estudo comparativo e analisa uma série de línguas românicas, a saber, o francês arcaico, o espanhol arcaico, o português arcaico e o occitano arcaico, concluindo que nenhuma delas possui V2 nos moldes germânicos. Em relação aos dados do português arcaico, Sitaridou (2012), com base em Sitaridou e Rinke (2004) e Rinke (2007) (cf. SITARIDOU, 2012, p. 561), atesta, no âmbito das orações finitas, construções de tipo V1 (geralmente precedidas pela conjunção *e*), como exemplificado em (07), construções com o verbo em segunda posição, como exemplificado em (08), e construções com o verbo em terceira posição, como em (09):

¹⁹ Fiéis (2007) analisa esse tipo de sentença com o objetivo de comparar o português arcaico com o islandês e o iídiche, línguas que apresentam V2 assimétrico.

- (07) Rinke (2007, p. 58, cf. SITARIDOU, 2012, p. 561)
 a. e pagarẽ uossos ereos a rrêda q(ue) uos ouu(er)ades
 b. & d(e)uedes uos mĩ amar bem & fielm(en)
- (08) Rinke (2007, p. 55, cf. SITARIDOU, 2012, p. 562)
 a. O q(u)al casar rezebio o uosso frade frey Johã Ssauaschaez por jur de uos
 b. (e) por seer may's firme mãdou o Conuêto poer y seu segelo.
- (09) Rinke (2007, p. 55, cf. SITARIDOU, 2012, p. 562)
 a. o qual casal a d(i)ta dona Mayor uêegas por sua alma e en remijmêto d(e) seus pecados mandou ao d(i)to Most(eir)o.

A tabela 01, abaixo, resume a análise estatística obtida por Sitaridou (2012) para as orações matriz com verbo finito:

		V1	V2								> V3	Total V
		V/e-V	Total	PP+V	Inf+V	Pred+V	S+V	OD+V	OI+V	Adv+V	XP-YP+V	
Sujeito lexical	Pré-verbal	-	23	-	-	-	23	-	-	-	16	39
	Pós-verbal	4	11	0	0	1	-	4	0	6	1	16
Sujeito pronominal	Pré-verbal	-	28	-	-	-	28	-	-	-	28	56
	Pós-verbal	1	3	2	0	0	-	0	0	1	1	5
Sujeito nulo		26	39	8	0	0	-	11	2	18	26	91
Total		31	104	10	0	1	51	15	2	25	72	207
%		15	50.2	4.8	0	0.5	24.6	7.2	1.0	12.1	34.8	100

Tabela 01. A posição do verbo finito nas sentenças matriz em português arcaico (adaptada de SITARIDOU, 2012, p. 563).

A tabela 01 mostra que, das 207 frases matriz analisadas, o verbo finito pode aparecer em primeira, segunda e terceira posição. Quantitativamente, as orações com ordem V2 são as mais frequentes, representando 50.2% do total (104 frases). Em aproximadamente metade delas (51 frases), o verbo finito segue imediatamente o sujeito; em 39 sentenças (37.5%) os sujeitos são nulos; em apenas 13.4% dos casos há um constituinte não sujeito na primeira posição e um sujeito pronominal ou nominal pós-verbal. 34.8% dos casos são de sentenças de tipo V3, em que dois ou mais constituintes precedem o verbo finito. Em relação às sentenças V1, estas representam 15% do total, levando também em consideração frases em que a conjunção e precede o verbo.

Em relação às sentenças encaixadas, o verbo pode ocupar diferentes posições. Em (10) observa-se uma ocorrência de uma sequência V2:

- (10) Cunuçada coisa seya a tudulus q(ue) este esc(ri)to **uirẽ** q(ue) p(er)ante my Joam iohanes Juyz da Giar d(e) fez ó Abbade d(e) Cety e o cõuentu d(e) manda d(e) dous casães á Móór eanes . . .

A tabela 02, abaixo, mostra as possíveis ordens de palavras nas sentenças encaixadas do português arcaico. Como é possível observar, quase metade delas é V2, resultado semelhante ao que se obteve para as sentenças matriz. Contudo, contrastando com a análise para as sentenças matriz, nas subordinadas não foram encontradas ocorrências de sujeitos pós-verbais, com exceção do exemplo (11), abaixo, que mostra uma sentença com verbo inacusativo. Em relação às outras ordens, 33.1% são de sentenças V1, a maioria com sujeito nulo, e 18.7% são de ordem V3.

- (11) se p(er)uentura ((L034)) **uêér** intre uos e o moesteyro algua ignorãza ou queixida

		V1	V2								> V3	Total V
		C-V	Total V2	C-S-V	C-Inf-V	C-pred-V	C-PP-V	C-OD-V	C-OI-V	C-Adv-V	C-XP-YP-V	
Sujeito lexical	Pré-verbal	-	18	18	-	-	-	-	-	-	10	28
	Pós-verbal	4	1	-	0	0	0	0	0	1	0	5
Sujeito pronominal	Pré-verbal	-	37	37	-	-	-	-	-	-	13	50
	Pós-verbal	1	0	-	0	0	0	0	0	0	0	1
Sujeito nulo		41	11	-	0	1	0	4	1	5	3	55
Total		46	67	55	0	1	0	4	1	6	26	139
%		33.1	48.2	39.6	0	0.7	0	2.9	0.7	4.3	18.7	100

Tabela 02. A posição do verbo finito em sentenças encaixadas no português arcaico (adaptada de SITARIDOU, 2012, p. 565).

Após a comparação com as outras línguas românicas analisadas, Sitaridou (2012) observa que, quantitativamente, o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico podem ser agrupados e contrastados com o francês arcaico. Mais especificamente, conclui que: (i) o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico apresentam maior frequência de orações matriz V1 do que o francês arcaico e uma alta taxa de estruturas V3; (ii) o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico apresentam praticamente o mesmo percentual de estruturas V2 (50.2%, 65% e 68%, respectivamente), ao passo que o francês arcaico apresenta percentual bem maior, somando 80.6%; e (iii) pelo menos em duas áreas o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico diferem: a) em relação aos sujeitos pós-verbais (o espanhol arcaico apresenta 21.6%, o português arcaico 10.1% e o occitano arcaico 5.7%) e b) em relação ao fato de o sujeito ser o primeiro constituinte nas estruturas V2 (39.9% no espanhol arcaico, 49% no português arcaico e 73.5% no occitano arcaico).

A conclusão à que se chega é de que, em termos quantitativos, parece pouco provável que o português arcaico, o espanhol arcaico e o occitano arcaico apresentem V2 estrutural, apesar de que seja possível argumentar que o fenômeno da inversão narrativa seja responsável pela alta ocorrência de V1. Outro argumento em favor da análise V2 seria que, nos casos de V1, o verbo é precedido por um elemento vazio de algum tipo, possivelmente adverbial. Do mesmo modo, pode-se argumentar que as sentenças V3 não prejudicam a análise V2 porque V2 não é sujeito à linearização na forma fonológica, além do que são possíveis as posições periféricas à esquerda em línguas V2. Independentemente do argumento em favor da análise V2, os dados de Sitaridou e Fiéis sugerem que as línguas românicas antigas não são estritamente V2 nos moldes germânicos, uma vez que permitem V1 e V3 em sentenças declarativas e os tipos de sentenças V2 que apresentam são dos mais variados tipos.

Muitas línguas germânicas, como alguns dialetos noruegueses, permitem que ordens diferentes de V2 ocorram, mesmo em uma língua restritamente V2. Trabalhos como os de Westergaard (2006; 2008, cf. SITARIDOU, 2012) mostram que crianças na fase de aquisição aprendem facilmente qualquer tipo de construção, mesmo que ocorram em baixa frequência no *input* linguístico que recebem. Seguindo essa linha de argumentação é possível argumentar que nas línguas românicas antigas a existência de frequências significativas de V1 e V3 não atrapalharia a aquisição da gramática V2; essas ordens poderiam ser adquiridas e acomodadas em uma gramática V2 sem dificuldade. Porém, essa linha de argumentação apresenta muitas falhas para as línguas românicas. Primeiramente, porque o caso dos dialetos noruegueses envolve questões QU-, exclamativas e declarativas com certos advérbios, portanto, as ordens não-V2 dessas línguas somente são possíveis em alguns contextos e esse não é o caso das línguas românicas antigas, em que não é claro o tipo de contexto em que as estruturas não V2 ocorrem. Desse modo, como explicar que as línguas germânicas obedecem certo padrão para a ocorrência de ordens não V2 enquanto as línguas românicas não obedecem? Esse último ponto parece trazer um problema de aquisição: dada a opcionalidade e a frequência das construções não-V2, como diferenciar as línguas românicas antigas das línguas não-V2?

Além disso, Sitaridou destaca que certos tipos de sentenças que exibem ordem V2 não devem ser considerados evidência para a restrição V2, como, por exemplo, sentenças que obedecem a ordem SVO e sentenças V2 com sujeito nulo. Por outro lado, as sentenças com inversão verbo-sujeito são muito comuns em línguas não-V2, principalmente nas de sujeito nulo. Todas as línguas analisadas por Sitaridou são de sujeito nulo, portanto, a ordem VS também não é relevante para observar um gatilho ambíguo para a aquisição de V2. Dado que nenhuma dessas ordens é relevante para a análise das línguas românicas antigas como V2, seria de se esperar que a inversão tipicamente germânica, isto é, XP-V-S, seja consistente nos *corpora*; contudo, os dados do português arcaico

mostram que, de um total de 104 sentenças com ordem V2, somente 14 (6.7%) apresentam inversão germânica, porcentagem pouco consistente para a análise dessa língua como V2. De acordo com Lightfoot (1999), a criança que adquire uma língua V2 é exposta a gatilhos bem definidos, mais especificamente, uma estrutura “(...) *where a frasal category occurs in the specifier of a CP whose head is occupied by a verb*”²⁰ (LIGHTFOOT, 2006, p. 86), e, por questões de aprendizagem, deve haver um requisito obrigatório da GU para esse parâmetro. Além disso, o gatilho deve ser expressado de maneira robusta nos dados linguísticos primários (PLD, *primary linguistic data*) para que uma dada construção seja adquirida pela criança, o que não parece ser o caso dos dados do português arcaico.

Em suma, a análise de Sitaridou sugere que a escolha da ordem de palavras em línguas como o português arcaico é dependente da estrutura informacional da frase, de modo que a posição de sujeito ou de objeto é preferível para elementos discursivos e outros elementos que carregam informação nova ou foco. Com base nisso, propõe uma tipologia das línguas referentemente à ordem linear; com base nessa segmentação, o português não se encaixa na descrição de uma língua V2 nos moldes germânicos, apresentando somente V2 linear:

- (i) Línguas V2 estrutural com movimento do verbo para C⁰: aplica-se somente às estruturas QU- nas línguas românicas modernas; não é atestado nas línguas românicas antigas;
- (ii) Línguas V2 estrutural com movimento do verbo para Fin⁰: é provavelmente o caso do francês arcaico;
- (iii) Línguas V2 linear com movimento do verbo para T⁰ e um constituinte pré-verbal que pode ser tópico ou foco: é o caso do português arcaico, do occitano arcaico e do espanhol arcaico, em que as operações de frenteamento tanto para tópico quanto para foco criam um grande número de ordem linear V2.

Em relação ao período que se refere como português clássico, as discussões apontam para a mesma direção. Eide (2006) argumenta que o português dos séculos 16 ao 18, por um lado, apresenta efeitos V2, porém, por outro, carece de uma característica fundamental nas línguas V2: que o verbo apareça sempre em segunda posição, pelo menos nas frases matriz. Segundo Eide, a ordem V2 superficial encontrada nesse período é consequência de uma mudança na estrutura informacional da sentença. Galves e Gibrail (2013) argumentam, em direção contrária, que o português clássico consiste em uma língua V2. Em contraposição a Eide, as autoras trazem evidência de que a mudança na frequência e na interpretação de sujeitos pós-verbais do português clássico para o português moderno se deve a uma mudança sintática que afetou a posição do verbo. A análise pressupõe que o português clássico consiste em uma língua de movimento V-para-C que também licencia uma posição alta para os sujeitos pós-verbais. Na virada do século 18 essa propriedade é perdida e a ordem VS se torna muito menos frequente e semanticamente mais restrita, assemelhando-se mais à língua moderna.

Como visto, não há consenso em relação ao tipo de sintaxe apresentada pelo português arcaico e clássico. Uma vez que ainda não é preciso se a sintaxe destas gramáticas é V2 ou não, podemos usar esse critério como representativo para a segmentação dos períodos do português? Nesse caso, seria o português arcaico marcado por uma sintaxe SV ou VS? A seguir tecerei alguns comentários acerca dessa problemática, discutindo a questão da ordem relativamente à da periodização.

3. Periodização, ordem de palavras e o trabalho com *corpora*

A seção anterior teve como objetivo apresentar as diferentes análises para o português arcaico e, com isso, mostrar a falta de consenso que há em relação ao *status* sintático de fases pretéritas da língua, no tocante à posição do verbo. Sabe-se que, em fases anteriores, o português apresentou a possibilidade de ordens V1, V2 e V3, sendo que as ocorrências de V2 não parecem ser suficientes para definir, pelo menos o português arcaico, como uma língua que apresenta uma sintaxe nos moldes germânicos. Porém, os estudos revisados têm em comum o fato de levar em consideração o mesmo recorte temporal, baseado nas propostas tradicionais de periodização.

Tendo isso em vista, seria preciso utilizar a sintaxe do verbo como um critério que diferencia os períodos históricos do português? Se não há consenso, pode-se argumentar tanto que o português arcaico passou de uma língua V2 para uma língua não V2 quanto que o mesmo apresenta o mesmo tipo de sintaxe desde o século 13, como

²⁰ “(...) em que uma categoria frasal ocorre no especificador de CP cujo núcleo é ocupado por um verbo.” [minha tradução]

argumenta Fiéis (2007). Além disso, há um problema no que tange o tratamento dos dados: se a datação dos textos é feita de maneira distinta a variar de investigador – seja a data de nascimento do autor ou a data de escritura do documento – o resultado da pesquisa também poderá apresentar resultados diferentes para um mesmo fenômeno.

A questão da datação dos textos pode trazer muitas complicações para o trabalho empírico, uma vez que os diferentes critérios podem desencadear diferentes conclusões. Note-se, contudo, que o problema, em si, não está no critério de datação dos *documentos*, mas na datação que é elaborada pelo pesquisador. Os textos, naturalmente, são datados a partir da data em que foram produzidos, porém, a questão relevante se coloca para o pesquisador no momento de interpretar e considerar – ou desconsiderar – essa datação. Desse modo, percebe-se que a questão gira em torno do investigador no momento de analisar os dados disponíveis nos textos, isto é, se levará em consideração a data que consta no texto – a da redação do documento – ou a data de nascimento do autor. Por exemplo, o trabalho de Ribeiro (1995), que considera como arcaico o período entre os séculos 13 e 16, levando em conta a data de escritura dos textos, naturalmente trará resultados diferentes dos de um trabalho que utilize os textos da base *Tycho Brahe*²¹ (GALVES; FARIA, 2010), baseado na noção de gramática chomskyana, que considera textos do século 15 como aqueles escritos por autores que nasceram neste século e não textos redigidos neste século.

Uma consequência bastante complexa desse fato é a pesquisa que se utiliza de *corpus* com textos tradicionalmente datados utilizando, também, a periodização de GNPS; isso certamente resultaria em resultados pouco precisos, uma vez que estamos diante de tipos de datação distintos. Como exemplo, podemos voltar ao parágrafo acima. Uma análise que utilize um texto escrito no século 16 por um autor nascido no século 15 apresentaria consequências diferentes a depender da periodização utilizada: em uma perspectiva tradicional, estaríamos lidando com dados do português arcaico; na perspectiva da Gramática Gerativa e da periodização de GNPS, estaríamos diante de dados do português médio.

Há, ainda, mais um problema: o *corpus* Tycho Brahe, além de se diferenciar de outros *corpora* do português pelo fato de adotar a anotação sintática, é o único *corpus* de textos do português que se baseia na data de nascimento dos autores dos documentos. Contudo, esse *corpus* não abrange textos do português arcaico (na periodização de GNPS), contando com documentos escritos por autores nascidos a partir de 1380.

A dificuldade em localizar as informações biográficas dos autores dos textos em questão certamente prejudica as pesquisas que procuram se basear na gramática chomskyana e na periodização de GNPS, principalmente os que se propõem a trabalhar com o português arcaico e início do médio. Contudo, não é impossível depreender a idade, ainda que aproximada, do autor de um documento histórico. Ainda que não muito precisa, uma solução simples pode ser aplicada. Se levarmos em consideração as datas de alguns dos documentos da base Tycho Brahe, é possível calcular a idade que o autor do texto tinha quando este for escrito. Observe-se o quadro 02 abaixo, que mostra a média de idade dos autores de todos os textos do Tycho Brahe (em que foi possível descobrir a idade do autor):

²¹ Disponível online em <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/index.html>>.

Autor	Nascimento	Documento	Data de escritura	Idade do autor	Média de idades
Dom João III	1502	Cartas	1524	22 anos	786 / 19 = 41
		Cartas	1525	23 anos	
		Cartas	1527	25 anos	
		Cartas	1531 ²⁰	29 anos	
		Cartas	1533 ²¹	31 anos	
Luis de Sousa	1556	A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires	1619	63 anos	
José da Cunha Brochado	1651	Cartas	1696	45 anos	
		Cartas	1697	46 anos	
		Cartas	1698 ²²	47 anos	
		Cartas	1699 ²³	48 anos	
		Cartas	1700 ²⁴	49 anos	
		Cartas	1701 ²⁵	50 anos	
		Cartas	1702 ²⁶	51 anos	
Cavaleiro de Oliveira	1702	Cartas	1736 ²⁷	34 anos	
		Cartas	1737 ²⁸	35 anos	
		Cartas	1738	36 anos	
Marquês de Fronteira e D'Alorna	1802	Memórias do Marquês de Fronteira e D'Alorna	1861	59 anos	
Marcelino Mesquita	1856	O Regente (peça de teatro)	1897	41 anos	

Quadro 02. Média de idade dos autores no *Corpus Tycho Brahe*.

Como mostra o quadro acima, os autores analisados escreveram os documentos com uma idade entre 22 e 63 anos. Naturalmente, a janela entre a idade mais jovem e a mais velha é bastante larga, porém, ao somar todas as idades, foi possível alcançar uma idade média de 41 anos. Para maior segurança, seria recomendável uma margem de erro de 10 anos a mais e 10 anos a menos. Além disso, seria igualmente prudente não trabalhar com textos datados muito próximo da virada do século – esperando-se, naturalmente, que a pesquisa seja feita com textos cuja data de escritura seja sabida. Desse modo, trabalhando, por exemplo, com um documento de 1344, é possível induzir que a data de nascimento do autor em questão seja no início de 1300 ou, até, no fim dos anos 1200.

Considerações finais

Trabalhar com épocas pretéritas da língua apresenta muitas dificuldades devido à grande distância temporal que separa o pesquisador de seu objeto de estudo. Neste trabalho procurei, de maneira bem geral, tratar da discussão sobre a posição do verbo no português arcaico relacionando essa questão com a problemática da periodização. O artigo tem como objetivo mostrar as diferentes propostas de periodização para o português, bem como as diferentes propostas para a análise da ordenação de constituintes entre os séculos 13 e 16, revisando as principais argumentações sobre o fato de o português ser ou não ser uma língua V2. Paralelamente a isso, procurei esboçar uma solução para aqueles que, como eu, se dedicam aos estudos da linguística diacrônica e da noção de gramática de Chomsky, vista como Língua-I. Assim, propus que seja feito um cálculo, de modo que seja possível identificar, ainda que aproximadamente, a idade do autor do documento no qual se está trabalhando, o que proporcionaria uma pesquisa mais coerente com a proposta de periodização de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).

Referências bibliográficas

- ANTONELLI, André Luís. L. *Sintaxe da posição do verbo e mudança gramatical na história do Português Europeu*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of principles and parameters. In: VON STECHOW, J. Jacobs A., STERNEFELD, W.; VENNEMANN, T. (Eds.). *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: De Gruyter, 1993.
- _____. *Knowledge of Language, its nature, acquisition and use*. New York: Praeger, 1985.
- DEN BESTEN, Hans. On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. In: ABRAHAM, W. (Org.). *On the formal syntax of the West Germanic*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p. 47-131.
- EIDE, Kristine. Prosody, information structure and word order changes in Portuguese. In: FERRARESI; LUHR (Eds.). *Diachronic studies on information structure*. Language acquisition and change. De Gruyter, 2010. p. 143-160.
- _____. *Word order structures and unaccusative verbs in Classical and Modern Portuguese*. The reorganisation of information structure. Tese (Doutorado em Linguística). University of Oslo, 2006.
- FIÉIS, Alexandra. (XP) V S em português medieval. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri/APL, p. 175-187, 2002.
- _____. The realization of arguments in Old Portuguese and Contemporary Portuguese: clitics and postverbal subjects (poster). *4th International Conference on Language Variation in Europe (ICLaVE 2007)*, Nicosia, Chipre, 17-19 junho 2007.
- GALVES, Charlotte; GIBRAIL, Alba. *Subject inversion in transitive sentences from Classical to Modern European Portuguese: a corpus-based study*. Universidade de Campinas, 2013.
- _____. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAES, M. A.; LOPES, R. Vasconcellos; CYRINO, S. M. Lazzarini (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; RIBEIRO, S.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A. (Orgs.). *Coletânea de estudos em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- _____.; Pablo Faria. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. 2010. URL: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>>.
- _____.; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A; KEMMLER, R.; SCHAFFER-PRIEB, B. (Orgs.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.
- _____. *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística – Fase II*. Projeto de pesquisa submetido à FAPESP, 2004. <www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase2/projeto_completo.html>
- _____.; KROCH, Anthony. *Main syntactic changes from a principle-and-parameters view*, 2015 (no prelo).
- HASPELMATH, Martin. On directionality in language change with particular reference to grammaticalization. In: FISCHER, Olga; NORDE, Muriel; PERRIDON, Harry (Eds.). *Up and down the cline: The nature of grammaticalization*. (Typological Studies in Language 59) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 17-44.
- KAISER, Georg. *Verbstellung und Verbstellungswandel in den romanischen Sprachen*. Tübingen: Niemeyer, 2002.
- KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- KROCH, Antony. Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. et al. (eds.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Parasession on Variation and Linguistic Theory, 1994.
- _____. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Eds.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LIGHTFOOT, David. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden: Blackwell/Maryland lectures in language and cognition, 1999.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- _____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

- _____. Evidence for a Verb-Second Phase in Old Portuguese. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian (Eds.). *Clause Structure and Language Change*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 110-139.
- _____. Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, pp. 15-40, 2010.
- RINKE, Esther. Verb-placement in Old Portuguese. In: JACOB, Daniel; DUFTER Andreas (Eds.). *Focus and Background in Romance Languages*. Benjamins, 2009. p. 309-332.
- ROBERTS, Ian. *Verbs and diachoric syntax: a comparative history of english and french*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- SALVI, Giampaolo. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialettioccidentali della penisola iberica. *Medioevo Romano*, 15, p. 177-210, 1991.
- _____. *La formazione della struttura di frase romanza: ordine delle parole e clitici dal latino alle lingue romanze antiche*. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.
- SITARIDOU, Ioanna. A comparative study of word order in Old Romance. *Folia Linguistica*, 46 (2), p. 553-604, 2012.
- TORRES MORAES, Maria Aparecida. *Do Português Clássico Ao Português Europeu Moderno*. Um Estudo Diacrônico da Cliticização e do Movimento do Verbo. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- VIKNER, Sten. *Verb movement and expletive subjects in the Germanic languages*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

Recebido em 30 de setembro de 2015. | Aprovado em 13 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.190>

Xavier Frias Conde¹

Resumo: Na gramática tradicional, quando se fala em *concordância* nas línguas românicas ibéricas, faz-se sempre referência à que se dá entre o sujeito e o predicado (Conc S↔P), por norma quanto à pessoa (1ª, 2ª ou 3ª) e quanto ao número (singular e plural), mas pode afetar ao género quando se fala em construções passivas. Em determinadas línguas românicas (francês, italiano, sardo, catalão etc.) existe, aliás, uma dupla concordância de sujeito e objeto com o verbo (Conc S↔P↔O), como em catalão *les pomes, pro les he comprades les pomes*, onde esta segunda concordância é de género e número. Porém, existe uma terceira concordância, que é a de objeto e predicado (Conc P↔O), que partilha traços com a primeira, pois também afeta a pessoa e o número. É desta terceira que trataremos a seguir, pois só se produz em contextos muito concretos, os da voz média (impessoal e ergativa), que tem características exclusivas em ibero-românico (portugalego, espanhol e catalão), com uma estrutura sintática complexa, que requer do sintagma diatético (SDiat) para explicar a sua natureza, bem como dos sintagmas de concordância de sujeito (SConcS) e de objeto (SConcO).

Palavras-chave: concordância; concordância de sujeito; concordância de objeto; dupla concordância; ibero-românico; sintagma diatético; sintagma de concordância.

Abstract: When traditional Grammar mentions *agreement* in the Iberian-Romance languages, it just refers to the existing agreement between Subject and Predicate (Agr S↔P) regarding the person (1st, 2nd or 3rd) and the number (singular and plural), but it may also affect gender when dealing with passive constructions. Some Romance languages (French, Italian, Sardinian, Catalan) also know double agreement affecting both Subject and Object (Agr. S↔P↔O), as in Catalan *les pomes, pro les he comprades les pomes*, where the second agreement affects both gender and number. Yet there is a third type of agreement: Object Agreement (Agr. P↔O), which shares some features with the first type of agreement, since it also refers to both person and number. It is this third type of agreement we will focus on, as it occurs in very specific syntactic contexts (the so-called ergative and impersonal middle voice); it presents exclusive features in the Iberian-Romanian languages (Portugalian, Spanish and Catalan), with a complex syntactic structure requiring from the Diathesis Phrase (DiatP) and a couple of Agreement Phrases (SubjAgrP and ObjAgrP) to explain its nature.

Keywords: agreement; subject agreement; object agreement; double agreement; Iberian-Romance; diathesis phrase; agreement phrase.

¹ Doutor em Filologia Românica pela Universidade Complutense de Madrid. Atualmente trabalha como professor da área de Filologia Galego-Portuguesa na Universidade Nacional a Distância (UNED), na Espanha. Faz parte do Círculo Linguístico de Praga desde 2005. xfrias@flog.uned.es.

1. A concordância entre sujeito e predicado

Na maioria das gramáticas tradicionais, o conceito de concordância dentro do SV faz referência à concordância de pessoa e número que existe entre o sujeito (S) e o predicado (P) (não vamos entrar aqui na questão da concordância de género e número no sintagma determinante). Tal conceito indica que o sujeito concorda em pessoa e número com o verbo, cujas desinências se referem precisamente ao sujeito. Portanto, a concordância mais simples é representada assim: $\text{Conc } S \leftrightarrow P > 0, \pm S$,

- a. Pessoa: 1, 2, 3
- b. Número: +S (=singular) e -S (=plural)

Exemplos com $\text{Conc } S \leftrightarrow P > 3, -S$:

- (01) PG²: Os rapazes comerão mais tarde
- (02) ES: Los chavales comerán más tarde
- (03) CT: Els nois menjaran més tard

Também nos manuais tradicionais se faz referência à concordância de sujeito com os complementos do sujeito (predicativos), por norma adjetivos ou participios, onde, aliás, se introduz um terceiro elemento de concordância: o género, neste caso, representa uma variante mais: $\text{Conc } [S+C] \leftrightarrow P > 0, \pm M, \pm S$.

A nova variante é:

- c. Género: +M (=masculino) e -M (=feminino)

Exemplos com $\text{Conc } [S+C] \leftrightarrow P > 3, -M, +S$ (com sujeito coberto *tu* [-M]³)

- (04) PG: Hoje *pro* chegaste <chegache> cansada
- (05) ES: Hoy *pro* has llegado más cansada
- (06) CT: Avui *pro* has arribat més cansada

A inclusão do género como parte da concordância produz-se também nas construções passivas devido à capacidade que possui o participio de refletir esta categoria. Nesse caso teríamos uma estrutura diferente das duas anteriores, pois o S sim projeta género: $S \leftrightarrow P > 0, \pm M, \pm S$.

Eis um exemplo com $S \leftrightarrow P > 1, -M, +S$

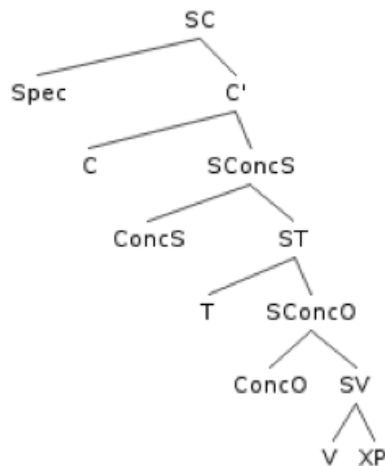
- (07) PG: *pro* fui <fum> insultada por uns desconhecidos
- (08) ES: *pro* fui insultada por unos desconocidos
- (09) CT: *pro* vaig ser insultada per uns desconeguts

² Neste artigo trabalharemos com três línguas: portugalego, espanhol e catalão. O portugalego é o diassistema que compõem o português e o galego. Quando houver diferenças ortográficas entre ambas as variantes, as galegas serão escritas entre aspas <>; quando houver diferenças mais importantes, distinguir-se-á entre galego (GL) e português (PT).

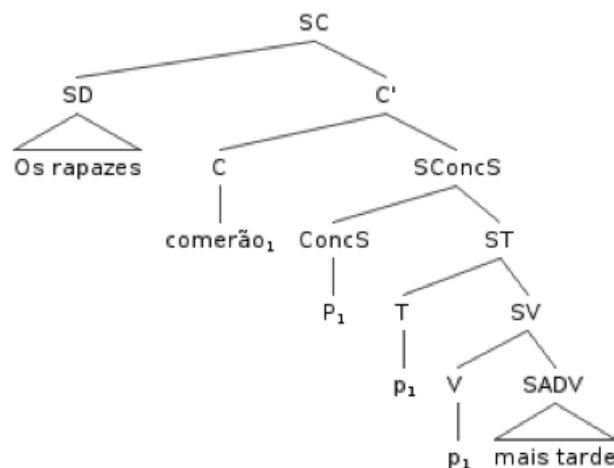
³ Para a Gramática Gerativa são casos de frases pequenas (*small clauses*).

2. Os sintagmas de Concordância

Chegado a este ponto, vamos resgatar a ideia originária de Chomsky (1995) acerca dos sintagmas de concordância (SConc), mantendo, aliás, a distinção entre Concordância de Sujeito (SConcS) e Concordância de Objeto (SConcO). Estamos cientes de que as evoluções posteriores dos estudos de Gramática Gerativa revisaram o conceito de concordância como um sintagma independente, mas aqui vamos reter a sua conceição originária porque permite explicar fácil e comodamente como funciona a concordância do predicado com os seus argumentos, tanto internos como externos. Partimos de uma conceição simplificada do período que representamos assim:



Graças a este esquema podemos representar as concordâncias dos exemplos acima muito mais claramente. Retomamos aqui o exemplo (01):



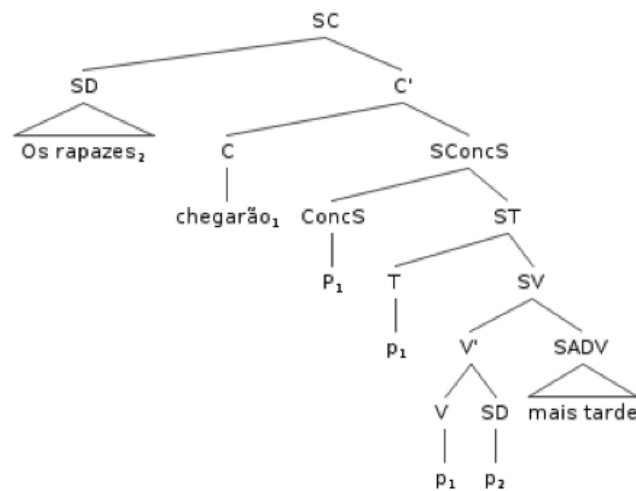
Não há diferença entre sujeito externo como o do exemplo anterior e outro interno, o de uma construção inacusativa. Para os efeitos da concordância, é indiferente de que tipo de sujeito se trate.

(10) PT: Os rapazes chegaram <chegárom> mais tarde.

(11) ES: Los chavales llegaron más tarde.

(12) CT: Els nois van arribar més tarde.

A ascensão do sujeito interno como complemento de V para a posição de especificação de C faz com que este tipo de sujeitos não apresente qualquer diferença com os outros.



3. A dupla concordância

A dupla concordância é aquela em que tanto o sujeito como o objeto concordam com o predicado. Para isso é preciso que o verbo tenha forma composta, isto é, que para além do próprio predicado (verbo) exista um auxiliar ou modal. O verbo fica com a forma do particípio, que admite desinências de género e número, enquanto o auxiliar/modal admite desinências de pessoa e número. Voltaremos mais abaixo sobre esta questão estrutural.

Na România a dupla concordância é apenas conhecida nas línguas centrais: catalão, occitano, francês, italiano e sardo. É desconhecida nas línguas românicas periféricas, isto é, portugalego, espanhol e romeno.

Embora a concordância não seja exatamente igual em todas estas línguas, ela obedece a padrões muito parecidos. Para o italiano define-se assim a concordância com o particípio (DARDANO; TRIFONE, 1995, p. 359):

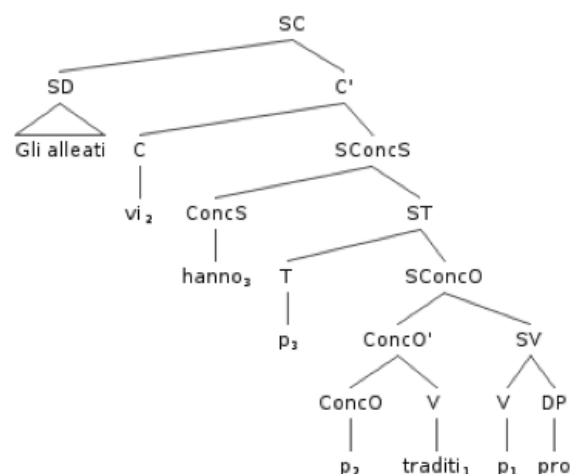
[...] se il verbo composto è preceduto da un pronome personale o da un pronome relativo, è accettabile sia il participio maschile (indipendentemente dal genere e dal numero del complemento oggetto), sia la concordanza con il complemento oggetto femminile o plurale (anche se la prima soluzione appare nell'uso la più frequente)

- Vi hanno **tradito** / Vi hanno **traditi**
- La scelta che hai **fatto** è quella giusta / La scelta che hai **fatta** è quella giusta

É óbvio que há também a concordância com o sujeito. E quanto à concordância com o particípio, nos dois exemplos acima, a concordância é com o objeto. Assim, se tomarmos o seguinte exemplo italiano:

(13) IT: Gli alleati vi hanno traditi

temos claramente uma dupla concordância, que pode ser representada assim:



O movimento de *vi* é o típico de qualquer clítico para se colocar diante do verbo conjugado.

Como dizíamos anteriormente, o catalão é a única língua ibérica que possui concordância do participio e, portanto, dupla concordância. O fenómeno é descrito assim (UB 2012⁴):

En oracions en què el verb sigui compost (he cantat, havia cantat, etc.) i en què el complement directe estigui substituït pronominalment (i, per tant, s'anteposi al verb) i sigui femení (pronoms febles la, les i en), el participi del temps compost s'ha de fer concordar (en gènere i en nombre) amb el nucli del complement directe.

- *Ja l'hem rebuda, la carta que ahir ens vau anunciar.*
- *Les haureu enllestides demà, les nostres anàlisis?*
- *N'haviem enviades tres, de convocatòries.*

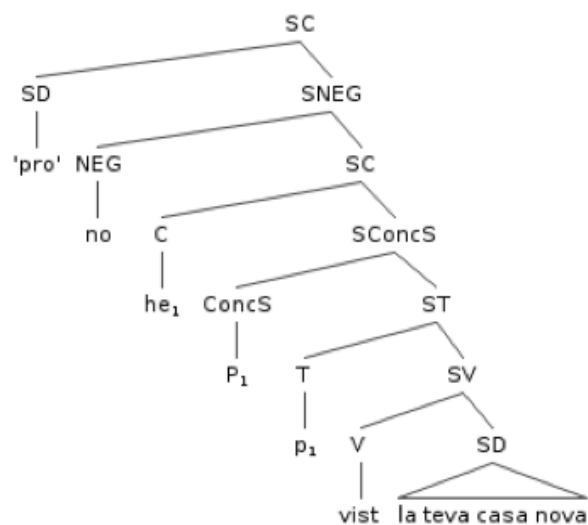
Quan el complement directe anteposat és masculí plural (pronoms febles els i en), la concordança és menys recomanable —per la dificultat de pronunciació— en les formes de participi acabades en dues consonants o més.

- *Encara no els hem vistos, els nous ordinadors de rènting.*
- *Aquest mes n'hem signat set, de convenis.*
- *Aquest mes n'hem signats set, de convenis.*

Convém, portanto, distinguir entre uma construção com concordância de objeto e sem ela. A dupla concordância ocorre quando o objeto é focalizado e aparece o clítico, portanto, o SConcO ativa-se.

Para o primeiro caso, temos o seguinte exemplo:

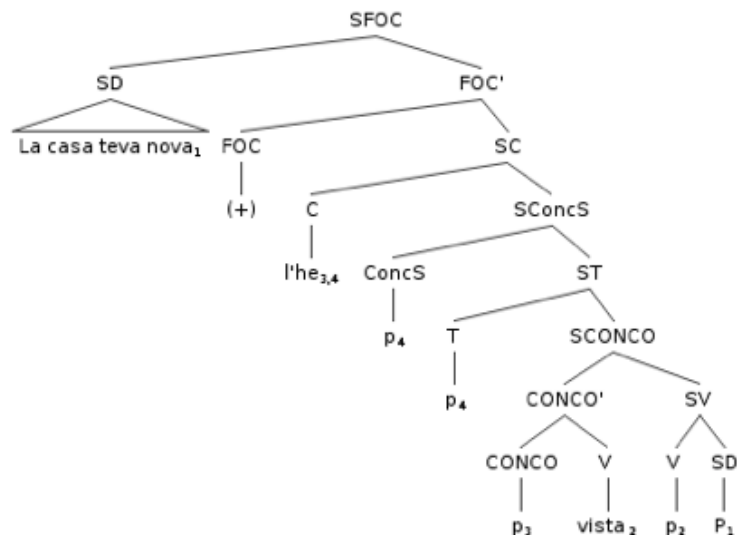
(14) No he vist la teva casa nova



E para o segundo:

(15) La teva casa nova_i, no l'he vista ~~la teva casa nova~~

⁴ Disponível em linha em *Criteris*, UB: <<http://www.ub.edu/cub/criteri.php?id=1159>> (Consultado em agosto 2015).



Do ponto de vista estrutural, a representação desta dupla concordância é assim: $\text{Conc } S \leftrightarrow P > 0, \pm M, \pm S$; $\text{Conc } O \leftrightarrow P > \pm M, \pm S$.

Para o exemplo (12) a representação da concordância é: $\text{Conc } S \leftrightarrow P > 1, +M, +S$; $\text{Conc } O \leftrightarrow P > -M, +S$.

4. A concordância de objeto

Este tipo de concordância tem sido negado explicitamente nas gramáticas tradicionais. Encontra-se apenas nas construções que chamamos médias impessoais (FRIAS CONDE, 2012), mas para a gramática tradicional se trata de variantes da voz passiva. Vamos demonstrar a seguir que não é assim e que a concordância de objeto existe, porque o caso sintático do argumento é acusativo e não nominativo, tratando-se, portanto, de um objeto e não de um sujeito.

Na gramática tradicional espanhola distingue-se entre orações passivas reflexas e orações impessoais. A RAE⁵ diz a respeito da confusão entre ambos os tipos de frases:

La confusión entre las oraciones de pasiva refleja (con el verbo en tercera persona del singular o del plural, concertando con el sujeto paciente) y las oraciones impersonales (carentes de sujeto y con el verbo inmovilizado en tercera persona del singular) únicamente puede darse con verbos transitivos, pues son los únicos que pueden generar ambos tipos de oraciones: Se buscan casas con jardín (pasiva refleja) / Se busca a los culpables (impersonal).

A realidade é que não se trata de dois tipos de orações diferentes, mas é apenas um. A RAE insiste em que a concordância com o *sujeto* existe quando não há preposição *a*, que, como é bem sabido, é um traço distintivo do espanhol para introduzir o objeto direto de pessoa em sintagmas determinantes (SSDD). Porém, quando os exemplos espanhóis são deslocados para línguas românicas sem a preposição *a* obrigatória, a concordância existe sempre, como veremos depois.

A tipologia com que nos referimos a estas orações (FRIAS CONDE, 2012) é a de construções da voz média impessoal. Já na altura expressámos que estas construções regem sempre um objeto com caso sintático acusativo. A nossa interpretação é diferente da que oferecem Raposo e Uriagereka (1996) quanto ao papel do *se*. Para eles, a concordância do objeto com o verbo é explicável desde a posição de especificador do ST, que assigna caso. No nosso estudo, *se* tem mais valores dos aqui analisados. Aliás, como vimos mostrando ao longo deste trabalho, é sempre núcleo, não especificador. Também à diferença da teoria de Raposo e Uriagereka, o *se* sim atribui caso nas

⁵ Disponível em: <<http://www.rae.es/consultas/se-venden-casas-se-buscan-actores-frente-se-busca-los-culpables>> (Consultado em agosto 2015).

construções impessoais, enquanto o anula nas ergativas (FRIAS CONDE, 2012). Contudo, existe uma coincidência de opinião no concernente à consideração do SD complemento do verbo como objeto direto em caso acusativo.

Este tipo de construções é muito raro em português, que prefere uma construção passiva, mas pode ser encontrado frequentemente em galego, espanhol e catalão. Observe-se como nos seguintes exemplos há concordância num caso mas não no seguinte em espanhol:

(16) ES: Se contrataron secretarias para la nueva sede (+Conc)

(17) ES: Se contrató a las secretarias para la nueva sede (-Conc)

Segundo a teoria da RAE, ambas construções são diferentes. Porém, vamos analisar passo a passo as duas orações anteriores. Se as duas orações fossem traduzidas para o catalão, haveria concordância nos dois casos, porque o catalão não exige *a*:

(18) CT: Es van contractar secretàries per a la nova seu (+Conc)

(19) CT: Es van contractar les secretàries per a la nova seu (+ Conc)

Exatamente o mesmo acontece em galego:

(20) GL: Contratárom-se [_{SN} secretárias] para a nova sede (+Conc)

(21) GL: Contratárom-se [_{SD} as secretárias] para a nova sede (+Conc)

A segunda questão é que se pode demonstrar que o seu caso é acusativo porque os argumentos são substituíveis. Em galego, o exemplo (20), igual que o (16) do espanhol, não admite substituição por clíticos por se tratar de SNs e não de SDs, só é possível nos exemplos (17) em espanhol e (21) em galego, aqui refeitas como (22) e (23), respetivamente:

(22) ES: Se las contrató (-ConcO)

(23) ES: Contratou-se-lhes (-ConcO)⁶

A situação é um bocadinho confusa com o verbo, porque fica em singular, mas o clítico sim é plural. De facto a falta de concordância verbal nos dois exemplos é devido a que tanto a preposição *a* no exemplo (17) como a presença dos clíticos nos exemplos (22) e (23) atuam sobre o SConcO. Em catalão também não há concordância nestes mesmos exemplos equivalentes:

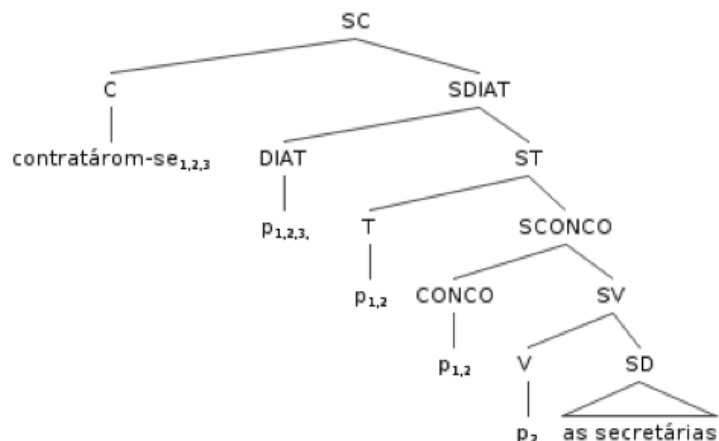
(24) CT: Se les va contractar (-ConcO)

Vejamos as duas situações aplicadas ao galego. Em primeiro lugar, com a concordância entre P e O, onde a ConcO é arrastada por V para o núcleo de C:

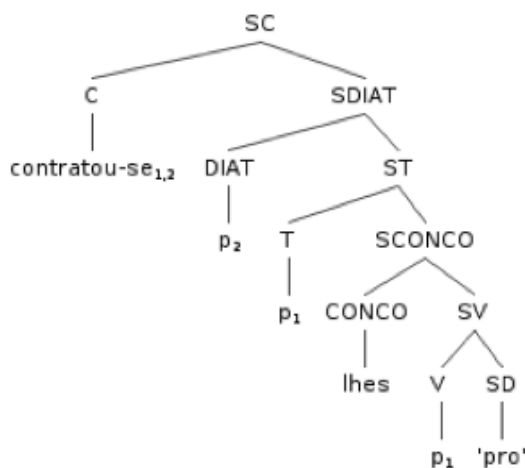
⁶ Esta forma pode ser contextualizada num diálogo como este:

A: Contratárom-se já as secretárias para a nova sede?

B: Contratou-se-lhes, claro.



No seguinte caso, a Conco fica no seu lugar como clítico aberto:



Falta-nos mencionar que em catalão (como em francês, italiano e sardo), o exemplo (13) do espanhol sim admite um clítico de substituição, específico para SNs objeto: *en/ne*

(25) CT: (De secretàries) se'n contracten per a la nova seu.

Assim visto, não há qualquer dúvida que estas construções médias impessoais apresentam concordância de objeto, porque é um objeto o seu argumento e não um sujeito. Portanto, a sua estrutura tem de ser $Conc\ O \leftrightarrow P > 0, \pm S$.

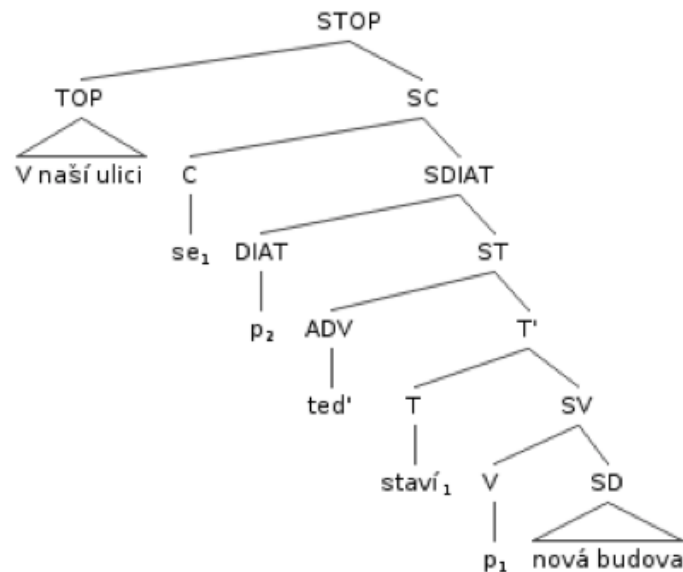
Porém, não deixa de ser paradoxal que estas construções médias impessoais sem sujeito tenham um comportamento completamente diferente noutras línguas não românicas.

Assim, o checo, uma língua eslava, conhece as construções impessoais com *se* como as línguas românicas, também com concordância entre o argumento e o predicado, como se vê nos seguintes exemplos:

(26) CZ: V *naší ulici se staví nový budova*
 Em nossa rua_{loc} se_{diat} constrói novo edifício_{nom}
 "Na nossa rua constrói-se uma casa nova"

(27) CZ: V *naší ulici se stavějí nové domy*
 Em nossa rua_{loc} se_{diat} constroem novos edifícios_{nom}
 "Na nossa rua constroem-se casas novas"

No entanto, em checo, o argumento é nominativo, não acusativo⁷, o qual se vê, aliás, porque esta língua possui casos morfológicos. Desta maneira podemos concluir que o checo não conhece o SConcO, mas se funciona aqui também como o operador do SDIAT, como nas línguas românicas. O exemplo (26) pode ser analisado assim:



A inclusão do advérbio *ted'* (=agora) demonstra que *se* ascende de SDIAT até o núcleo de C, mas V ascende apenas até T. A explicação de por que o SD complemento de V não é acusativo é a mesma que usamos para explicar por que nas construções passivas o argumento interno não tem caso acusativo (FRIAS CONDE, 2012), e é que desde que haja um SDIAT, V já não pode assignar caso ao seu complemento e, portanto, tal complemento toma o nominativo como caso por defeito. Porém, isto é assim em checo, mas não em ibero-românico, onde o SDIAT impessoal (com *se* como núcleo) não consegue evitar que V assigne caso.

Conclusões

As concordâncias verbais podem ser de vários tipos em ibero-românico (o signo + indica os elementos que concordam):

	Concordância	Estrutura da frase (simplificada)
	$S \leftrightarrow P > 0, \pm S$	[SV [SD+] [V' [V+] SD]]
Conc. S	$[S+C] \leftrightarrow P > 0, \pm M, \pm S$	[SV [SD+] [V' [V+] [AS+]]]
	$S \leftrightarrow P > 0, -M, +S$	[SDIAT [DIAT] [SV [V+] SD+]]
Conc. O	$P \leftrightarrow O > 0, \pm S$	[SDIAT [DIAT] [SV [V+] SD+]]
Dupla Conc.	$S \leftrightarrow P > 0, \pm S$ $P \leftrightarrow O > 0, \pm S$	[ST [SD+] [T' [T+] [SV [+V] +SD]]]

Fica, portanto, demonstrado que existe uma concordância de objeto em ibero-românico. O catalão é a única língua ibérica que conhece a dupla concordância, pelo qual é a única língua deste grupo que possui os três tipos de concordância.

Observe-se, aliás, que a concordância de sujeito $S \leftrightarrow P > 0, -M, +S$ e a concordância de objeto respondem a uma estrutura oracional aparentemente idêntica: [SDIAT [DIAT] [SV [V+] SD+]]. A diferença entre ambas é que no

⁷ No caso de *budova* no exemplo (23) sim se distinguem os dois casos no singular. O nominativo *budova* é *budovu* em acusativo.

primeiro caso se trata de uma construção passiva, onde o complemento de V ascende para a posição de especificador de C e se torna sujeito nominativo, enquanto no segundo caso se trata de uma construção média impessoal onde o complemento de V sim mantém o seu caso originário acusativo. A chave está no tipo de SDIAT de ambas construções: a primeira é forte e anula a atribuição de caso de V para o seu complemento; a segunda é débil e não impede a atribuição de caso de V para o seu complemento.

Não falámos de por que existe a dupla concordância do ponto de vista histórico, baste dizer que é devido à gramaticalização da estrutura de *habere + participio latino* (PÉREZ SALDAÑA, 2013, §12.3). Este processo é comum a todo o românico, mas a concordância do participio desapareceu muito cedo em português e espanhol. Cronologicamente poderia ser representada assim em catalão e espanhol (em português desenvolveu-se *ter* como auxiliar, como é sabido):

<i>habeo casa tua vista</i> (latim vulgar)			
<i>haio casa tua vista</i> (latim tardio)			
<i>hai vista tua casa</i> (protorromânico)			
<i>he visto tu casa</i>	<i>he vista casa teva</i>		
	<i>he vist(a) casa teva</i>		
<i>he visto tu casa</i>	<i>la he visto</i>	<i>he vist casa teva</i>	<i>l'he vista</i>

Bibliografia

- BAUÇÀ I SASTRE, A. La *diátesis*: Concepto, formas y usos en las lenguas románicas. *Ianua*, 7, p. 5-13, 2007. Disponível em: <<http://www.romaniaminor.net/ianua/ianua07/ianua07.pdf>>. Acesso em: agosto 2015.
- _____. Diàtesi i subjecte afectat: El cas de l'ús auxiliar de <ser> en les llengües romàniques. *Revista de Llengua y Literatura Catalana, Gallega y Vasca*. Uned, Madrid, p. 175-192, 2009. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/view.php?pid=bibliuned:LLcgv-2008-2009-14-3090>>. Acesso em: agosto 2015.
- BASTARDAS I PARERA, J. La concordança del participi dels temps compostos de verbs que governen un infinitiu. *Llengua i literatura: Revista anual de la Societat Catalana de Llengua i literatura*, nº 14, p. 97-140, 2003.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press, Massachussets, 1995.
- DARDANO, M.; TRIFONE, P. *Grammatica italiana*. Con nozioni di linguistica. Bologna: Zanichelli, 2002.
- FRÍAS-CONDE, F. X.; LÓPEZ SILVA, J. A. As construccions con *se* en galego: O problema da súa natureza e clasificación. *Da Gramática ao Dicionario, Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 49, USC, Santiago de Compostela, p. 127-142, 2001.
- _____. O comportamento sintáctico dos clíticos nas linguas románicas. *Interlingüística*, 14, Universidad de León, León, p. 383-397, 2003.
- _____. La voix moyenne dans les langues romanes. *Revista de Filología Románica*, 23, UCM, Madrid, p. 215-228, 2006.
- MENDIKOETXEA, A. Construcciones con *se*: Medias, pasivas e impersonales. In: *Gramática descriptiva de la lengua española II*. Madrid: Espasa Calpe, 2000. p. 1575-1630.
- RADFORD, A. *Syntactic Theory and the Structure of English*. A Minimalist Approach. CUP. Cambridge, 1997.
- RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite *se*. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 14, nº 4, Springer, New York, p. 749-810, 1995.
- PÉREZ SALDAÑA, M. *Del llatí al català*. València: Universitat de València, 2013.
- VV. AA. Concordança del participi. *Criteris, UB*, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/cub/criteri.php?id=1159>>. Acesso em: agosto 2015.

O século XIX e sua crise de identidade: PB ou PE? Uma questão de competição de gramáticas

*The XIX century and its identity crisis: BP or EP?
A question of grammars in competition*

Recebido em 16 de agosto de 2015. | Aprovado em 07 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.191>

*Elaine Alves Santos Melo*¹

Resumo: À luz da Teoria gerativa de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), observaremos se as construções com SE são evidências, assim como a colocação pronominal (PAGOTTO, 1993; CARNEIRO, 2005), para apontarmos que o século XIX é um período de competição de gramáticas na escrita de brasileiros. Para tanto, utilizaremos a análise de Raposo e Uriagereka (1996) para as construções com SE, segundo a qual não há SE-passivo, mas apenas SE-indefinido ou SE-genérico que funcionam como sujeito da oração. A amostra é constituída por cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios publicados em jornais cariocas durante o século XIX.

Palavras-chave: construções com SE; ordem; português brasileiro; diacronia.

Abstract: Based on Generative Theory of Principles and Parameters (CHOMSKY, 1981), we will observe whether the constructions with SE are evidence, as well as pronoun placement (PAGOTTO, 1993; CARNEIRO, 2005), to point out that the nineteenth century is a period of grammar competition. Our assumption regards the analysis of Raposo and Uriagereka (1996) for constructions with SE, according to which there is no passive SE, but only indefinite SE and generic SE, which function as the subject of the sentence. The sample consists of letters from readers and editors, as well as newspaper advertisements from Rio de Janeiro during the nineteenth century.

Keywords: SE-constructions; order; Brazilian Portuguese; diachrony.

¹ Doutora em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. elainemelo06@gmail.com.

Apresentação

As construções com SE desde muito tempo vêm sendo discutidas nos trabalhos acerca da sintaxe do Português Brasileiro (doravante PB) e do Português Europeu (doravante PE). A discussão em muitos casos tangencia os conceitos de sentenças ativas x sentenças passivas. Assim, em linhas gerais, há pesquisas que assumem que construções como (01a), em que há concordância entre o DP argumento interno e o verbo transitivo direto são passivas, enquanto que construções como (01b), em que a relação de concordância expressa em (01a) não é observada, são ativas sendo o sujeito da sentença indeterminado (DUARTE; LOPES, 2002; NUNES, 1990). Por outro lado, há também trabalhos, que via análises teóricas (NARO, 1976; RAPOSO; URIAGEREKA, 1996) ou quantitativas na diacronia (CAVALCANTE, 2006; 2011; MELO, 2012), indicam que não há mais construções com SE-passivo. Essas teriam integrado a gramática do português clássico – século XVI a XVII - e não sobreviveram às mudanças que originaram o PB e o PE. Por outro lado, PB e PE, segundo esses autores, também divergem quanto ao tipo de SE que emergiu nas respectivas gramáticas. Enquanto na primeira emerge o SE-genérico, ou seja, aquele presente em sentenças como (01b) em que não há concordância, na segunda, emerge o SE-indefinido, ou seja, aquele presente em sentenças como (01a) em que há concordância entre o DP argumento interno plural e o verbo finito.

- (01) a. Vendem-se casas
b. Vende-se casas

Assumiremos ao longo do trabalho a proposta de Raposo e Uriagereka (1996) e, portanto, não trabalharemos com uma dicotomia SE-passivo x SE-nominativo. Na verdade, o SE no nosso trabalho será sempre tratado como ativo e a discussão será feita no sentido de verificarmos até que ponto os SE-indefinido e SE-genérico estão presentes em textos escritos por brasileiros ao longo do século XIX. E sendo detectada a presença dos dois tipos de SE, se podemos trabalhar com um quadro de competição de gramáticas (KROCH, 1989).

O trabalho que apresentamos está organizado da seguinte forma: nas seções 1.1 e 1.2, são discutidos os trabalhos de Cavalcante (1999), Pagotto (1993) e Carneiro (2005) a fim de ilustrar o fenômeno de competição de gramáticas, no PB, no século XIX, nas construções com SE e na colocação pronominal. A partir da segunda seção, tratamos das “famigeradas” construções com SE (NUNES, 1990), por meio de análises teóricas, bem como quantitativas. Como nosso objetivo é mostrar que nas construções com SE também há evidências para a competição de gramáticas, tomamos além dos argumentos linguísticos a chegada da família Real portuguesa em 1808 como um argumento para explicar o porquê de no século XIX haver dois tipos de construções com SE nos textos jornalísticos cariocas.

1. Evidências da competição de gramáticas no Português do Brasil, no século XIX

1.1 - Evidências da competição de gramáticas nas construções com SE

Cavalcante (1999), em um trabalho que trata das formas de indeterminação do PB, destaca, entre outras variantes, as construções com SE. A autora trabalha com uma amostra de textos impressos em jornais cariocas no período de 1848 a 1998, contemplando, portanto, grande parte do século XIX e todo o século XX. Para tanto, Cavalcante faz uso de três gêneros textuais: artigo de opinião, crônicas e editoriais. A autora apresenta basicamente duas hipóteses para as construções com SE em textos jornalísticos. A primeira é a de que a construção com SE com concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno será a mais produtiva na amostra, visto ser esta uma pesquisa feita com dados de jornais. A segunda hipótese é a de que, ao longo do tempo, a construção que não apresenta concordância ganhará força e se fixará como a mais produtiva nos jornais cariocas.

Especialmente em relação às construções com SE, Cavalcante (1999) destaca que na variedade escrita mais próxima à norma padrão, os resultados encontrados indicam que havendo a presença do clítico SE diante do verbo finito, preferencialmente, o argumento interno concorda com este. Conforme a autora aponta, construções como “compram-se casas”, “vendem-se apartamentos” correspondem a 93% das ocorrências de sentenças com SE em textos jornalísticos. Além disso, ao longo do tempo, a autora mostra que não há um contexto de mudança que

indique a fixação de uma construção com SE em que o verbo finito não concorde com o seu argumento interno, tal qual “compra-se casas” ou “vende-se apartamentos”.

Além da alta frequência de construções com concordância, os resultados de Cavalcante (1999) mostram também que não há ao longo do tempo uma expansão da frequência de uso da construção sem concordância. Como podemos ver no gráfico 01, a variação entre a frequência de uso de construções como “aluga-se apartamentos” entre a metade do século XIX e o fim do século XX é quase nenhuma. Se em 1848, construções como “aluga-se apartamentos” correspondiam a 12% dos dados, ao final do século XX, a frequência de uso dessa construção é de 11%. Há, portanto, um contexto de variação estável e não um quadro que indique uma mudança na gramática do PB.

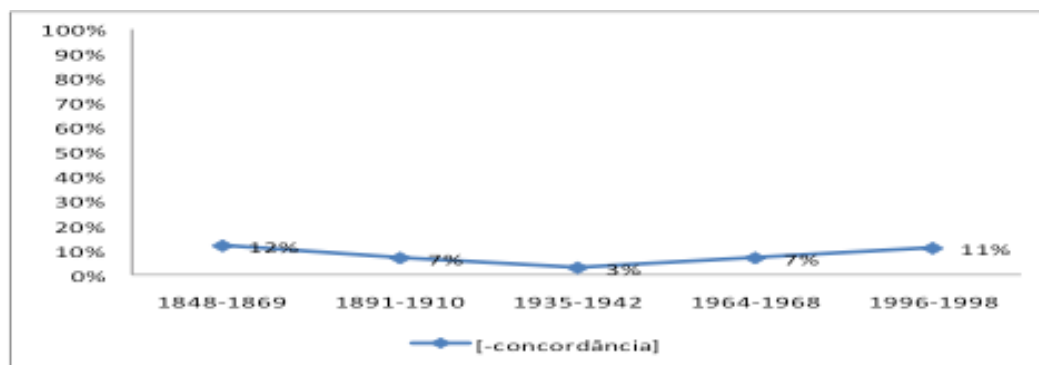


Gráfico 01. Ausência de concordância nas construções com SE em textos jornalísticos do século XIX ao XX (Retirado de CAVALCANTE, 1999, p. 60).

Por outro lado, se a frequência de uso não indica um quadro de mudança nas construções com SE, é necessário acrescentar que existem contextos sintáticos que favorecem a emergência de construções sem concordância entre o DP argumento interno e o verbo finito. Tais contextos, segundo Cavalcante (1999), são: predicadores complexos, (02a), a posição do DP argumento interno (02b) e argumento interno relativizado (02c).

- (02) a. Na discussão **tem-se** geralmente **confundido** essas duas questões, e daí resulta que o debate tem sido um tanto prolongado.” (069,O,I)
- b. “E como já **se presumia** tendências à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta de salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial.” (071,O,V)
- c. “Pode-se admitir que o ministro Fulano ou o general Sicrano sejam pessoalmente boas pessoas, que desejem um sistema representativo e essas coisas bonitas de que sempre se fala, mas (que) nunca **se faz**.” (188,O,IV)

Um fato importante para análise de Cavalcante (1999) é que, ao longo do tempo, a frequência de uso da construção que não expressa concordância não aumenta e, por conseguinte, não é expressa em novos contextos sintáticos. Nesse sentido, ainda que Cavalcante (1999) não trabalhe com o arcabouço teórico relacionado à competição de gramáticas (KROCH, 1989), podemos assumir que se há competição de gramáticas, a construção sem concordância é a que pertence à gramática do PB, visto que esta é a construção inovadora. Entretanto, é preciso ressaltar que não há a curva em S destacada por Kroch (1989) como prototípica dos fenômenos em que há competição de gramáticas. Por hipótese, se a gramática do PB apresenta o SE-genérico, ou seja, a construção sem concordância, o não crescimento da sua frequência de uso deve estar relacionado ao fato da amostra ser de texto escrito e em gêneros textuais mais formais, especialmente, quando falamos dos artigos de opinião e editoriais.

Já que os resultados de Cavalcante (1999) indiciam um contexto de variação no seu uso, embora ainda seja difícil apontar uma questão de competição de gramáticas, a partir da seção 2, discutiremos os resultados obtidos com a nossa amostra de textos jornalísticos a fim de comprovar ou não a hipótese de que nas construções com SE há evidências de competição de gramáticas.

Entretanto, a fim de exemplificarmos a competição de gramáticas, faremos uma breve apresentação de um fenômeno linguístico em que há comprovação empírica de que o PB se diferencia do PE: a colocação pronominal.

Trataremos dos resultados de Pagotto (1993) e Carneiro (2005) apresentando o comportamento dos dados ao longo dos séculos XIX e XX.

Nosso objetivo, na próxima seção, é responder a seguinte pergunta: no que concerne à colocação pronominal, por que o uso da ênclise – a construção do PE – é mais frequente do que o uso da próclise – a construção do PB?

1.2 - Evidências da competição de gramáticas na colocação pronominal

Ao observar a colocação dos clíticos, em textos do século XIX produzidos por brasileiros, Carneiro (2005) encontra uma curva ascendente para a ênclise que é típica do PE (PAIXÃO DE SOUSA, 2004). A autora afirma que esse padrão é resultado de uma forte pressão normativa, oriunda dos bancos escolares, que está pautada na gramática do PE. Para corroborar a análise, Carneiro compara os seus resultados aos de Pagotto (1993) que também trabalha com a variação próclise x ênclise². Ressaltamos que, no período, mais interessante para o propósito de nossa análise, ou seja, o século XIX, utilizamos somente os resultados referentes às produções brasileiras. Ressaltamos também que, na constituição do gráfico 02, tomaremos apenas o contexto que em Carneiro (2005) é chamado de variação I, ou seja, (i) sujeitos não focalizados - V, como em (03), sintagma adverbial - V, como em (04), e sintagma preposicional - V, como em (05).

- (03) Elle **pedio-me** que renovasse o pedido de reserva a Vossa Excelência, neste assumpto, que poderia mais comprometter a sua situação. (Carta 258)
- (04) Hoje **lhe escrevi** com toda a amizade (Carta 59)
- (05) Com efeito **telegrapei lhe**, pedindo socorro para a empreza Viacao em permanente ameaça de liquidação forçada pela falta de pagamentos dos juros dos seus debêntures. (Carta 219)

Como podemos perceber, no gráfico abaixo, em contextos de Variação I, na amostra de Carneiro, há uma forte tendência ao uso da ênclise durante o século XIX, independentemente de o falante ser culto ou semi-culto. Observando os resultados de Pagotto (1993), percebemos que até o início do século XIX, mais precisamente 1825, o uso da ênclise é muito baixo, evidenciando assim que havia uma gramática que preferencialmente era próclítica, mas, entre 1825 e 1875, a ênclise tem um aumento considerável na sua frequência de uso, variando de 11% para 45%. Ou seja, o século XIX, tanto nos dados de Pagotto quanto nos de Carneiro, é um período em que a ênclise do Português Europeu é predominante.

Nesse sentido, a expectativa para o século XX seria de que houvesse uma tendência ao contínuo crescimento da construção enclítica, entretanto, os resultados de Pagotto (1993) para a década de 1970, do século XX, indicam que a variante brasileira é a próclise, visto que há uma queda de 71%, em 1925, para 46%, em 1975. Segundo Pagotto (1993), a verdadeira gramática brasileira é a expressa no final do século XX.

² Os dados de Carneiro (2005) foram coletados em cartas de brasileiros do século XIX, nascidos no litoral da Bahia e em zonas urbanas do litoral brasileiro. A amostra de Pagotto (1993) é composta por cartas e documentos oficiais produzidos entre os séculos XVI e XX por brasileiros ou portugueses.

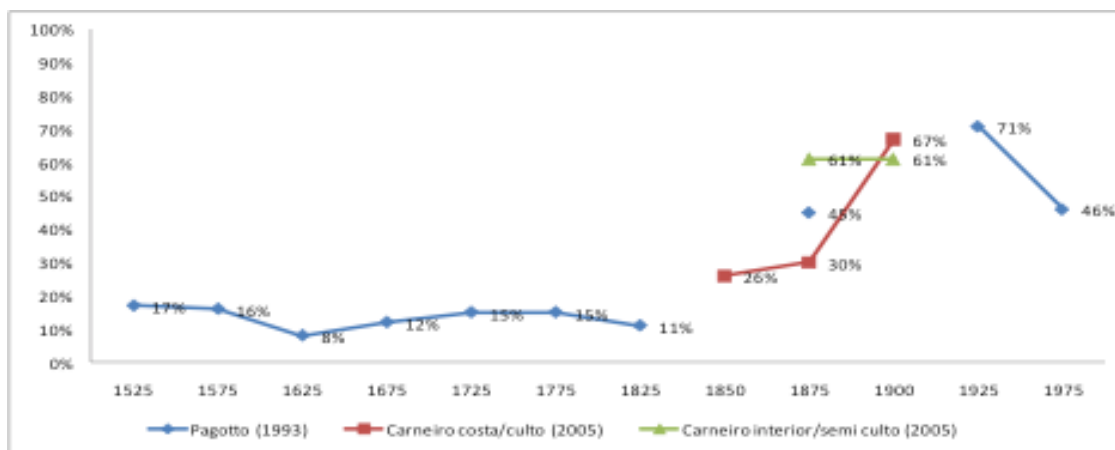


Gráfico 02. Ênclise x Data de produção dos documentos (CARNEIRO, 2005, p. 284).

Mas, então, como podemos abordar a alta frequência de ênclise durante o século XIX em dados de brasileiros? A proposta de Pagotto (1993), que também é defendida por Carneiro (2005), é a de que esse panorama é o resultado da pressão normativa exercida pelos portugueses a partir da chegada da Família Real portuguesa, em 1808, ao Brasil. Carneiro (2005) diz exatamente que: “A alta taxa de ênclise é o resultado de um empréstimo crescente, durante o século XIX, de construções produzidas por uma gramática de maior prestígio, a do português europeu moderno.” (CARNEIRO, 2005). Portanto, esses resultados não revelam a gramática nuclear do PB, mas a fixação de uma gramática periférica tomada do PE, pautada no modelo aprendido na escola, conforme advoga Kato (2005).

2. E as construções com SE?

2.1 - Mas o que a literatura diz sobre as construções com SE?

Em geral, a concordância é tratada como o diferenciador das sentenças indeterminadas e passivas de SE. É esta, por exemplo, a posição defendida por uma série de trabalhos que tomam os pressupostos da Teoria de Princípios e parâmetros (MANZINI, 1986; CINQUE, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1998; DUARTE, 2003; CYRINO, 2007). Nesses trabalhos, as construções com SE, que apresentam concordância, como (06), são tratadas como passivas sendo semelhantes às construções inacusativas em que o argumento interno recebe caso nominativo e exerce a função de sujeito, podendo ocupar a posição estrutural de sujeito [SPEC-TP] ou estar ligado a ela por meio de uma cadeia. Entretanto, sentenças como (07) em que não há concordância são classificadas como ativas em que o sujeito é indeterminado, sendo representado pelo clítico SE. Ao argumento interno, cabe a função de objeto direto.

- (06) a. **Vendem-se** casas
b. **Alugam-se** casas

- (07) a. **Vende-se** casas
b. **Aluga-se** casas

Por outro lado, há a posição de Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996), que observam outros fatores além da concordância a fim de classificar o clítico SE de sentenças transitivas diretas. Nesse caso, a visão de Raposo e Uriagereka (1996) é a de que o clítico SE, em (06), é indefinido, exercendo a função de sujeito e a sentença é ativa. Em (07), também não há sentenças passivas. Na verdade, o clítico de sentenças como (07) para Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996) é o sujeito da sentença ativa e o argumento interno é um objeto direto, assim como em (06). Vejamos mais detalhadamente as propostas de Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996).

Naro (1976) apresenta a partir do quadro gerativista-transformacional uma análise diacrônica das construções com SE no português por meio de dados coletados em textos escritos entre os séculos XVI e XX por

portugueses e brasileiros. Para o autor, ao longo do tempo, deixou de haver apenas construções com concordância, como (06), tornando-se também gramaticais sentenças com verbo transitivo direto + SE sem concordância, como (07), especialmente na gramática do Português Brasileiro. O autor dá às construções sem concordância o nome de SE-impessoal. Nas sentenças com SE-impessoal, a posição de sujeito é ocupada pelo clítico SE, que é um argumento com traços [+indefinido]. Além disso, sentenças com esse tipo de clítico não permitem a superficialização do sintagma agentivo ao contrário do comportamento observado em sentenças passivas analíticas conforme mostram os exemplos em (08a) e (08b).

- (08) a. *Os jovens foram levados* pelo pai para casa.
b. *Os jovens foram levados* para casa.

Por outro lado, Naro (1976) afirma que no século XVI, portanto, no português clássico, construções com SE em que havia a concordância entre o DP argumento interno e o verbo finito permitiam a superficialização de um argumento externo na forma de um agente da passiva. Exemplos como os expressos em (09) são o indício de que há SE-passivo no português clássico.

- (09) a. **Vendem-se** estas casas [-]Agente da passiva. (NARO, 1976, p. 780)
b. "...o mar remoto navegamos que só dos feos focasAgente da passiva **se navega**...(Lus, I, 52)" (NARO, 1976, p. 781)

No que concerne às sentenças com SE-impessoal, como (07) e (10), Naro afirma que estas seriam uma inovação da gramática do século XVI. A nova construção além de não poder ter a superficialização do sintagma agentivo e de ter um sujeito [+humano] e [+indefinido] apresenta certas restrições quanto ao tipo de verbo. Elas não ocorrem com verbos impessoais e com verbos que não podem ter um sujeito humano. Para sintetizar, segundo Naro (1976), as principais características do SE-impessoal são: [-definido], [+humano], [3ª pessoa], [+clítico], [+nominativo].

- (10) **Vende-se** casas (NARO, 1976)

Segundo Naro (1976), as sentenças com SE-impessoal emergem a partir da reanálise das construções com SE-passivo. A reanálise se dá a partir do momento em que passam a existir dois tipos de construções: o primeiro tipo, expresso em (09) e (11), é aquele em que há concordância entre o DP argumento interno e o verbo no plural ou no singular, além da presença de um agente da passiva. Por outro lado, o segundo tipo de SE é aquele presente em construções sem concordância e sem a superficialização do agente da passiva, conforme (10).

- (11) a. Como **Josep se conheceu pelos irmãos**Agente da passiva. (séc. 14, NARO, 1976, p. 789)
b. o mar remoto navegamos, que só dos feos focasAgente da passiva **se navega** (séc. 16, NARO, 1976, p. 781)

Para Naro (1976), a mudança que faz emergir a construção com SE-impessoal ocorre na passagem do século XIV para o XV. A reanálise, segundo Naro, consiste na interpretação do argumento interno de sentenças como (12) como o objeto da oração, sendo a função de sujeito exercida pelo clítico SE. Para Naro (1976), exemplos ambíguos como (13) são a motivação para o processo de reanálise do SE-passivo em SE-impessoal. Em sentenças como (13), não há a presença do sintagma agentivo, mas há concordância entre o verbo e o argumento interno. Além disso, o sujeito está à direita do verbo numa posição prototípica de objeto. É a convergência desses três fatores que permite ao argumento interno ser interpretado como objeto da oração, dando a ela um estatuto de sentença ativa com sujeito impessoal.

- (12) **Vende-se** casas

- (13) e porém **se lee** este evangelho [-]Agente da passiva na festa da trindade (NARO, 1976, p. 802)

Vista a proposta de Naro (1976), vamos observar a análise de Raposo e Uriagereka (1996). São vários os argumentos que os autores enunciam como evidências para tratar este DP como objeto, mas nos deteremos a apenas dois deles que já trazem em si o raciocínio empregado: (i) a posição pré-verbal nas sentenças infinitivas; (ii) os nomes nus.

Tratemos, primeiramente, da posição pré-verbal nas sentenças infinitivas, mas para tanto comparemos os exemplos em (14) que representam sentenças não finitas (14a-d) e finitas (14e-f). Observe que o DP “documentos” pode ser anteposto em sentenças não finitas passivas analíticas, mas jamais, como demonstra a agramaticalidade de (14d), em sentenças com SE-indefinido. Ao mesmo tempo, a sua anteposição é possível, nesse mesmo tipo de sentença, quando o verbo está sob a forma finita, tal qual (14e). Este fato, segundo os autores, indica que no PE, há duas posições à esquerda do verbo finito [SPEC-FP] e [SPEC-TP] das quais a primeira codifica informações relacionadas ao estatuto informacional dos sintagmas e a segunda é a responsável pela checagem do caso nominativo, sendo, portanto, a posição ocupada pelo sujeito. Nas sentenças não finitas, a agramaticalidade de (14d) ocorre porque só há uma posição à esquerda do verbo: [SPEC-TP] que só pode ser ocupada pelo sujeito da oração. Em (14f), observemos que a anteposição do DP também torna a sentença agramatical pelo mesmo motivo de (14d), ou seja, o fato de ser esta uma construção não finita. Observe-se finalmente que (14a) é gramatical porque o DP objeto está *in situ*.

- (14) a. Vai ser difícil os tribunais **aceitarem** os documentos.
 b. Vai ser difícil os documentos **serem aceitos**.
 c. Vai ser difícil **aceitarem-se** os documentos.
 d. *Vai ser difícil os documentos **aceitarem-se**.
 e. Vai ser difícil que *esses documentos* o tribunal (os) **possa aceitar**
 f. *Vai se difícil *esses documentos* os tribunais **aceitarem(-nos)**

Outro argumento dos autores está relacionado aos nomes nus, pois no PE, estes só podem ocorrer na posição de tópico se o seu referente for o objeto da oração. Nas sentenças abaixo, podemos observar que quando há anteposição do DP da passiva analítica, (15a), a leitura é agramatical. Entretanto, quando a anteposição ocorre numa sentença com SE-indefinido, (15b), há gramaticalidade, assim como em (15c) em que há um objeto direto. É importante ressaltar que, nesse caso, para um falante do PB, a sentença (15a) não é agramatical, pois nesta gramática, DPs nus podem ocupar a posição de sujeito.

- (15) a. **Salsichas* **são compradas** no Talho Sanzot
 b. *Salsichas*_i, **vendem-se** [-]_i no Talho Sanzot
 c. *Salsichas*_i, o Nestor **compra** [-]_i no Talho Sanzot

Esses dois testes mostram que DPs sujeitos e DPs objetos se comportam de modo distinto no PE quando consideradas as construções com topicalização. E, quando ocorre SE-indefinido, as restrições que atuam sobre a posição do DP sempre o aproximam do comportamento observado nos objetos diretos:

- o DP das construções com SE-indefinido e os objetos diretos não podem ser antepostos em sentenças não finitas o que é possível quando a relação gramatical é a de sujeito;
- em construções com nomes nus, ou seja, aquelas que não apresentam determinantes, os DPs objetos diretos e o das construções com SE-indefinido, no PE, podem ser antepostos, mas há uma restrição sobre a anteposição de DPs sujeitos nesse tipo de estrutura.

Vemos, então, que a ordem dos constituintes inviabiliza a afirmação de que sentenças como (14) e (15) são passivas. Na verdade, os DPs destacados se comportam como objetos diretos e não como sujeitos. Como dito, quando há anteposição, eles ocupam uma posição periférica [SPEC-FP] que contém os traços relacionados ao estatuto informacional do sintagma.

Em síntese, podemos dizer que defenderemos, seguindo Raposo e Uriagereka (1996) e alguns resultados quantitativos (CAVALCANTE, 2006; 2011; MELO, 2012a; 2012b), a posição de que o clítico SE diante de verbo transitivo direto, que concorda com o argumento interno, é indefinido. Por outro lado, se o clítico estiver diante de um verbo transitivo direto, que não concorda com o argumento interno, ele será tratado como genérico. Em ambos os casos, as sentenças são ativas.

2.2 - A análise dos dados: as construções com SE no século XIX revelam um quadro de competição de gramáticas?

Já tendo sido apresentadas as discussões na literatura acerca da construção com SE e da questão da competição de gramáticas no Brasil do século XIX, é preciso discutir os nossos resultados a fim de colaborar com mais uma pesquisa sobre as diferenças entre as sintaxes do PB e do PE. Na verdade, o que nos propomos a fazer é discutir a relação entre a frequência de uso do SE-indefinido *versus* a frequência de uso do SE-genérico em dados de cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios escritos por brasileiros durante o século XIX. Ao total, trabalhamos com 50 dados em que o DP argumento interno está no plural, distribuídos da seguinte forma: 34 dados de SE-indefinido e 16 dados de SE-genérico. A análise que propomos perpassa pela frequência de uso de cada uma das construções, mas também por uma análise qualitativa dos dados e a comparação dos resultados com os obtidos por Cavalcante (1999) para as construções com SE e por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) para a colocação pronominal. Passemos, então, para a análise dos resultados nas sentenças finitas com SE em que o DP está no plural. Observemos a tabela 01.

	Anteposto		Posposto		
	N	%	N	%	
Concorda	3	100%	31	70%	
Não Concorda	0	0%	16	30%	
Total	3		47		50

Tabela 01. Concordância em sentenças finitas com SE-indefinido/genérico.

A primeira observação que podemos fazer é a de que com o DP anteposto não há falta de concordância, portanto, há apenas SE-indefinido. Entretanto, quando o DP está posposto ao verbo finito, há dados que evidenciam construções sem concordância, portanto, SE-genérico. Conforme observamos na tabela 01, a frequência de construções com SE-genérico é de 30%, ou seja, a amostra de cartas de redatores, de leitores e anúncios do PHPB revela um quadro em que a construção com SE-indefinido é mais frequente do que a construção com SE-genérico, correspondendo a 70% dos dados. Se, conforme Cavalcante (2006) o SE-indefinido é um clítico da gramática do PE, há, em nossa amostra de textos escritos em jornais cariocas por brasileiros do século XIX, mais dados que refletem a gramática PE do que a gramática do PB.

De fato, os resultados expostos na tabela 01 levantam algumas questões importantes acerca das construções com SE:

- Estariam as construções com SE, na nossa amostra, evidenciando também um quadro de competição de gramáticas, tal qual o observado por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) para a colocação pronominal?
- Estamos de fato diante de duas gramáticas que estão em competição? Ou estamos diante de um contexto de pressão normativa que faz com que a frequência de uso da construção pertencente à norma culta do PE seja mais frequente?

A fim de responder a essas perguntas, façamos uma análise qualitativa dos dados. Propomos observar, primeiramente, os dados sem concordância a fim de evidenciar os traços da gramática do PB e, posteriormente, os dados com concordância. Vejamos, inicialmente, alguns exemplos de construções com SE-genérico em (16). Nos exemplos em (16), observemos que em (16a) há um caso em que a concordância é facultativa, pois há coordenação de DPs no singular e, por isso, seguindo a tradição gramatical o verbo pode ser conjugado no singular e no plural. Ao mesmo tempo, o exemplo em (16b) é de uma sentença em que o autor do anúncio produz uma hipercorreção, estabelecendo uma relação de concordância não com o sintagma “a lista”, mas com o seu adjunto adnominal “todos os senhores”.

- (16) a. **Compra-se ouro, prata e brilhantes**; na rua Sete de Setembro número 229, loja de Ourives. (Anúncios, *Jornal do Commercio*, 04 de outubro de 1881)

b. Anuncia-se a sahida do 2º. Tomo das Memorias Historicas do Rio de Janeiro por Monsenhor Pizarro para que possão os Senhores subscritores procurá-lo nos lugares , sem que fizerão as suas Assignaturas. Ficão no prelo os Tomos 3º , 4º , 5º , que sahirão com a brevidade possível; e no 6º, e 7º **se publicarão a lista de todos os Senhores**; que cooperarão para a impressão da Obra com a sua subscrição, a qual ainda continua nos lugares de costumes. (Anúncios, Gazeta do Rio de Janeiro, 1821)

De fato, o baixo número de dados com SE-genérico nos permite fazer uma análise mais detalhada dos contextos sintáticos em que essa construção ocorre. Na verdade, nas 16 sentenças com SE-genérico, encontramos 3 contextos sintáticos específicos que favorecem a falta do concordância no PB: predicadores complexos (17a-b); distância entre o verbo transitivo e o argumento interno (17c); e a posposição do DP (17a-e).

- (17) a. Mas, Sr. Redactor, eu disse que não dou credito a esta noticia; e eis aqui a rasão. Tem sido governadores das armas da corte alguns Brasileiros natos, e muitos adoptivos; e se estes, a quem **se poderia revelar algumas recordações** do lugar do seo nascimento, nunca tiverão semelhante lembrança , como hei de crêr que a tivesse o Sr.Chagas, Brasileiro nato. (Carta de leitor, O Cidadão, 29 de Março de 1838)
- b. Ourivesaria Halphen
Para evitar falsificações e usurpações de nome, **deve-se exigir os dous carimbos juntos**. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- c. Companhia Sorocabana
Paga-se no New London and Brasilian Bank Limited *os juros vencidos* hoje dos debentures 50 e os debentures sorteados. Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1881 – F.P. Mayrink, presidente. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- d. **Fornece-se comidas** para fóra, de casa de familia, com proptidão e asseio, tanto á portuguesa como á brasileira, mandando-se conduzir em casa; na rua do Rosario, número 46, sobrado. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- e. Este macaco antes de ser gente já escrevinhava suas obras a fora as de seu officio isto se sabe pela nota do 3 o N.º em que **se menciona algumas que deu á luz**. (Carta de leitor, O Papagaio, 22 de Junho de 1822)

Os contextos sintáticos que favorecem a emergência do SE-genérico e que foram destacados em (17) são os mesmos elencados por Cavalcante (1999). Em sua pesquisa, Cavalcante também mostra que o uso do clítico SE para indeterminar sofre uma queda na frequência ao longo do tempo, permitindo a emergência na gramática do PB de construções como “não usa mais saia” em detrimento de “não se usa mais saia”. Entretanto, a presença do SE, ainda que com baixa frequência, se mantêm em construções em que não há concordância, ou seja, com o SE-genérico, tal qual encontramos nos dados em (16) e (17).

A comparação dos resultados de Cavalcante (1999) aos que ora apresentamos nesse trabalho lançam a pergunta sobre como no mesmo século XIX podemos encontrar em amostras distintas uma frequência maior de SE-indefinido do que a de SE-genérico. A frequência de SE-indefinido, no século XIX, em nossa amostra, é tão alta, que chega a ser categórica quando o DP está anteposto e a ter uma frequência de 70% em contextos de DP posposto, conforme a tabela 01.

No que concerne à análise qualitativa dos 31 dados de DP posposto com concordância, ou seja, de SE-indefinido, destacamos que estes foram encontrados nos mesmos contextos em que há SE-genérico, ou seja, predicador complexo e distância entre verbo finito e argumento interno, como podemos ver nos exemplos em (18). Observemos que, em (18a), há entre o verbo finito e o DP argumento interno um adjunto. Esse contexto é semelhante ao observado em (17c) onde também há entre o verbo e o argumento interno um adjunto adverbial. Do mesmo modo, em (18b), apresentamos um dado em que há um predicador complexo, tal qual podemos observar acima em (17a-b).

- (18) a. E no entanto, Snr. Redactor, a settima impostura, digo, postura da Il. ma Camara diz o seguinte – **Far-se-hão** longe da cidade *todos os depositos de animaes destinados á alimentação*, ficando inteiramente vedado aos particulares, que conservem taes animaes em áreas ou pequenos quintaes.(Carta de Leitor, O Despertador Municipal, 8 de Março de 1850)
- b. por isso que, declarando-se logo no principio do artigo contra-Alma e divindade – se declarou contra o senso commum: combateu os dois Dogmas, que **se podem chamar os Dogmas do genero humano**.(Carta de Redator, O Cathólico, 24 de Fevereiro de 1838)

Em síntese, o que os resultados parecem apontar é que havia no século XIX contextos sintáticos em que poderia ser ou não estabelecida uma relação de concordância entre o verbo finito e o DP argumento interno em

construções com SE. Seguindo a análise de Cavalcante (1999), podemos dizer que a gramática do PB fixará a construção em que não há concordância, ou seja, o SE-genérico. A competição de gramáticas no século XIX pode ser comprovada quando observamos, além dos dados em (16-18), o dado expresso em (19) que evidencia uma sentença em que são produzidos ao mesmo tempo SE-genérico e SE-indefinido. Observe que na sentença abaixo, a concordância se faz com o DP anteposto, em uma posição de tópico, que é evidenciada pela vírgula, além disso, há dois verbos finitos coordenados: o primeiro está no plural e, portanto, concorda com o DP argumento interno na posição de tópico, por outro lado, o segundo verbo está no singular e também tem como argumento interno o DP plural alçado para a posição de tópico da sentença. Portanto, em “compram-se”, há um SE-indefinido, enquanto que, em “vende-se”, há um SE-genérico.

- (19) *Ballanças, pesos, medidas, vasilhas de tabernas, de boticas, ferros velhos, metaes, ditos novos e usados, **comprão-se [-]; e vende-se [-];** na rua do Conde D’Eu número 146, em frente ao portão do chafariz do Lagarto. (Anúncios, Diário de Notícias, 12 de julho de 1869)*

Os resultados apresentados até esse momento deixam no ar a pergunta sobre o comportamento desses tipos de SE, ao longo do tempo. Enquanto os resultados de Cavalcante (1999) apontam para a emergência do SE-genérico no PB exatamente no final do século XIX e início do século XX, os resultados desta pesquisa parecem indicar que no século XIX, em textos escritos por brasileiros, há predomínio do SE-indefinido.

Por outro lado, ainda que tenhamos apresentado o quadro acima em que há essa competição de gramáticas entre o SE-genérico e o SE-indefinido, nossos resultados, até esse momento, não permitem afirmar qual a construção que ao final do século XIX é mais frequente em cartas de leitores, redatores e anúncios escritos por brasileiros. Ou seja, ainda nos falta apresentar os resultados na diacronia. Por hipótese, seguindo Cavalcante (1999), esperamos que ao longo do tempo haja uma queda na frequência de SE-indefinido, visto que a construção que é fixada pela gramática do PB, conforme destacamos, é o SE-genérico.

Ao contrário da hipótese que estabelecemos, os resultados da tabela 02, que também estão representados no gráfico 03, indicam que as construções que apresentam o SE-indefinido passam a ser mais frequentes ao longo do século XIX. Enquanto na primeira e na segunda fase da amostra, ou seja, entre 1808-1840 e 1841-1870, há o predomínio do SE-genérico com, respectivamente, 62% e 66% dos dados, na terceira fase, ou seja, entre 1871-1900, portanto, no período mais próximo à emergência da gramática do PB, o SE-indefinido alcança a maior frequência de uso estando presente em 81% dos dados.

	1808-1840		1841-1870		1871-1900		
	N	%	N	%	N	%	
SE-genérico	5	62%	5	66%	6	19%	
SE-indefinido	3	38%	4	44%	27	81%	
Total	8		9		33		50

Tabela 02. A competição entre o SE-indefinido e o SE-genérico ao longo do tempo.

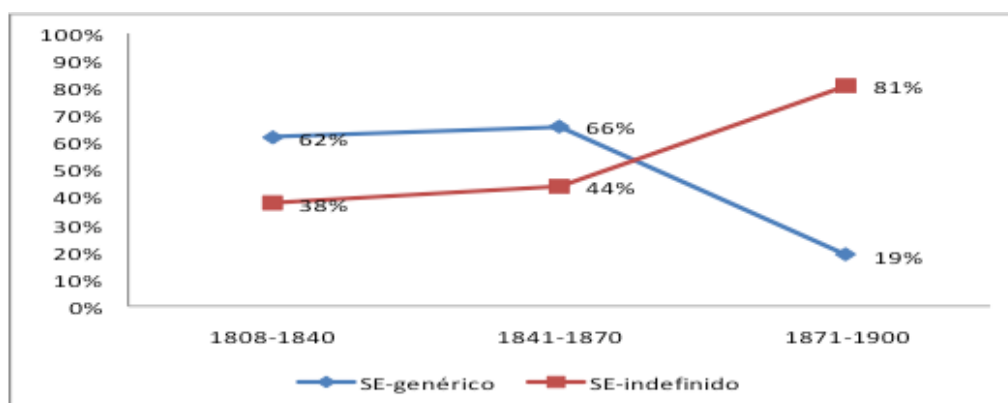


Gráfico 03. A competição entre o SE-indefinido e o SE-genérico ao longo do tempo.

Na observação da tabela 02 e do gráfico 03, três pontos precisam ser destacados: (a) o aumento da frequência de SE-indefinido; (b) a frequência inicial das duas construções e a relação desta com a chegada da família real portuguesa em 1808; (c) a comparação dos resultados acerca da competição de gramáticas entre PB e PE evidenciada a partir das construções com SE com os obtidos, por exemplo, por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) no que concerne ao sistema de colocação pronominal do PB. Vejamos o primeiro ponto.

É nítida, no gráfico, a curva ascendente do SE-indefinido que contraria a hipótese inicial, visto que, da forma como o gráfico se apresenta, a expectativa era a de que o SE-indefinido estivesse presente na gramática do PB, pois, no último período do século XIX, a frequência desse tipo de SE ultrapassa 80%. A mudança na frequência de uso do SE-indefinido parece pequena na passagem da primeira para a segunda fase, mas já representa um aumento de aproximadamente 20% quando feito o cálculo considerando a variação apenas entre os índices obtidos nas duas primeiras fases. A variação entre a segunda e a terceira fase é ainda maior de aproximadamente 85%. Então, a pergunta que fica diante dessa distribuição é como que os falantes do PB internalizam o SE-genérico e não o SE-indefinido. Vamos observar o segundo ponto para verificar se ele nos revela como esse paradoxo pode ser desfeito.

O segundo ponto que destacamos é: “a frequência inicial do SE-indefinido e do SE-genérico e a relação desta com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a gramática do Português Clássico”. Tratemos, primeiramente, do Português Clássico.

Algumas pesquisas (CAVALCANTE, 2006; MARTINS, 2009; GALVES; NAMIUTTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2005) têm defendido que, ao contrário do que inicialmente foi postulado, a gramática do PB é “filha” do Português Clássico, assim como a gramática do PE. A primeira evidência para esta constatação é a de que quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, século XVI, na periodização da Língua Portuguesa, havia a gramática do Português Clássico. Nesta gramática, o padrão de colocação pronominal é a próclise, assim como no PB atual. Em contrapartida, sabemos que no PE, há a preferência pela ênclise. Ou seja, o uso da próclise no PB parece ser um resquício da gramática do Português Clássico. No que concerne às construções com SE, segundo Cavalcante (2011), havia no Português Clássico três tipos de SE: o passivo (com baixíssima frequência), o genérico e o indefinido.

Para Cavalcante (2011), a baixa frequência de SE-passivo, nunca superando 10%, tornou inviável que os dados de *input* fossem robustos o suficiente para serem adquiridos. Entretanto, era alta a competição entre os dois outros tipos de SE. O que ocorreu, para Cavalcante (2006; 2011), foi que o PB fixou a construção com SE-genérico, enquanto que o PE, também como “filha” do Português Clássico, fixou o SE-indefinido.

A distribuição do SE-indefinido na gramática do PE e do SE-genérico na gramática do PB explica porque, no início do século XIX, o SE-genérico é majoritário nas cartas de leitores, redatores e anúncios. Nessa época, estavam no Brasil escravos, europeus, filhos de europeus que tinham internalizado a gramática trazida para terras americanas em 1500 e que já havia se diferenciado da adquirida na Europa. É a chegada da Família Real, em 1808, que altera drasticamente esse cenário.

A Família Real portuguesa trouxe consigo a criação da imprensa brasileira e uma corte repleta de portugueses que já traziam internalizada a gramática do PE. Eles eram os detentores das normas do bem falar e escrever, portanto, as crianças deveriam adquirir/aprender a língua falada por eles, assim como nos jornais deveria haver um processo de edição baseado no Português Europeu e não no Português falado no Brasil. É nesse sentido que podemos explicar o aumento aceleradíssimo da frequência de SE-indefinido, ou seja, a chegada dos portugueses trouxe o SE-indefinido para os jornais cariocas, que, ao longo do século, monitoraram o discurso para evitar a presença do SE-genérico. O monitoramento não impede, entretanto, que em algumas construções a gramática do PB seja saliente. Os dados em (14-17) revelam a competição entre as gramáticas do PB e do PE nos textos escritos.

Por fim, podemos pensar no último tópico levantado: a comparação dos resultados acerca da competição de gramáticas entre PB e PE, evidenciada a partir das construções com SE, com os obtidos por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) no que concerne ao sistema de colocação pronominal do PB.

Como visto na seção anterior, os resultados de Pagotto e Carneiro demonstram a competição entre gramáticas no Brasil do século XIX, quando considerada a colocação pronominal. Já vimos, ao longo desta seção, que também há competição entre gramáticas quando observamos as construções com SE. Mas, talvez, seja interessante compararmos as frequências obtidas entre as amostras de Pagotto (1993), Carneiro (2005) e deste trabalho. Vejamos o gráfico 04 em que apresentamos essa comparação.

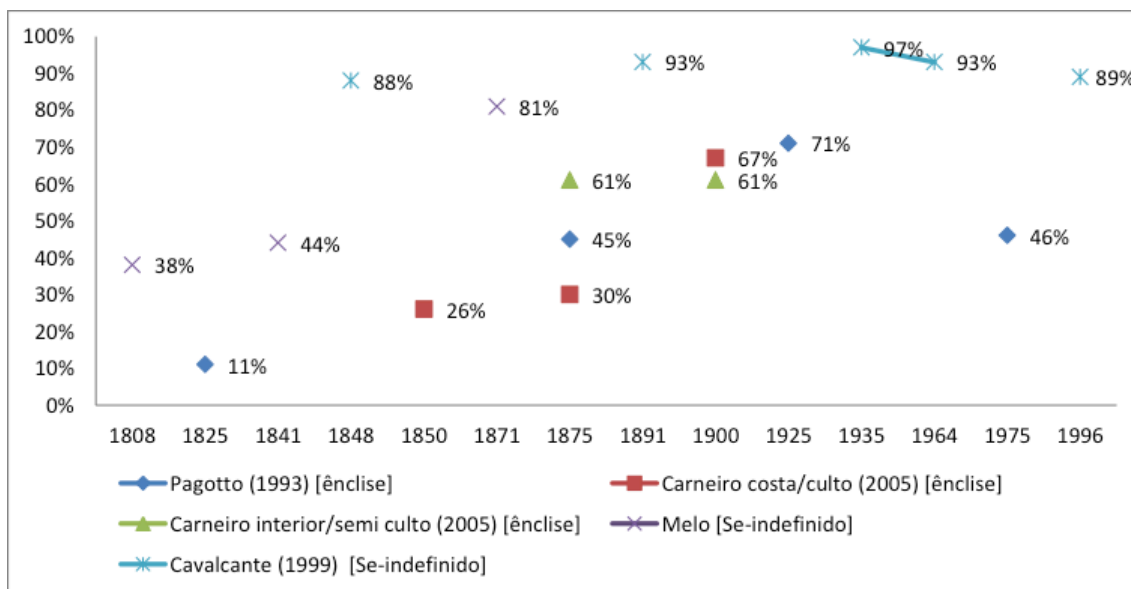


Gráfico 04. Dois fenômenos distintos: concordância nas construções com SE e ênclise na colocação pronominal ao longo dos séculos XIX e XX em textos escritos por brasileiros³.

Podemos observar no gráfico 04 que, no início do século XIX, tanto nas construções com SE quanto na colocação pronominal havia o predomínio das estruturas que, posteriormente, se fixariam como da gramática do PB. Mas com a chegada da Família Real, nos dois contextos, percebemos o aumento da frequência da estrutura codificada no PE. E é interessante observarmos que, na última metade do século XIX, ou seja, depois da constituição de uma geração pós-chegada da Família Real, as frequências de ênclise e de SE-indefinido atingem os maiores índices. Nessa época há de se destacar que a literatura produzida no Brasil tinha ares europeus, principalmente na codificação da norma escrita.

Além disso, deve-se destacar que a amostra deste trabalho e a de Pagotto (1993) são constituídas por textos impressos que podem ter sofrido um processo de edição à luz das normas prescritas pela gramática lusitana do século XIX. A amostra de cartas de Carneiro (2005), mesmo que não tenha sofrido edição, tem, no mínimo, as marcas indiretas da pressão normativa, visto que tanto cultos quanto não cultos, ao final do século XIX, produzem muito mais ênclise do que próclise.

Considerações Finais

O século XIX é, portanto, um período em que há uma grande crise de identidade que pode ser representada pela competição entre as gramáticas do PB e do PE. Quando pensamos nos fatores extralinguísticos que constituem o Brasil oitocentista, encontramos respaldo para fazer algumas afirmações linguísticas. O Brasil era, nesse período, uma colônia portuguesa e como tal seguia as normas que regulavam a escrita lusitana. Os resultados linguísticos que apresentamos neste trabalho mostram que construções sintáticas típicas da gramática do PE eram encontradas com alta frequência em textos de brasileiros escolarizados do século XIX. É evidente que os padrões de ênclise, bem como o de concordância nas construções com SE, não refletem a gramática do PB. Na verdade, eles são o produto da pressão normativa que havia no Brasil do século XIX. Tal pressão era, sem dúvida, oriunda do “desejo” de aproximação da língua da colônia à língua da metrópole, em um período em que o Brasil ainda engatinhava na tentativa de se consolidar como uma nação independente do povo colonizador.

³ Os resultados apresentados no gráfico 04 com a legenda Melo [Se-indefinido] correspondem aos mesmos índices observados no gráfico 03 deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Zenaide Novaes. *Cartas da Bahia (1809-1907)*: um estudo filológico-linguístico. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2005.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão*: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. As construções com "SE" na história do português: o "SE" passivo é passivo? In: XVI Congresso Internacional da ALFAL, 2011, Alcalá de Henares. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, v. 1. p. 1-10, 2011.
- _____. *O se com infinitivo na história do português*, do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2006.
- CINQUE, Guglielmo. On si constructions and the theory of arb. *Linguistic Inquiry*, 19, p. 521-581, 1988.
- CYRINO, Sônia. Construções com SE e promoção de argumentos no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*, v. 6, p. 85-116, 2007.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen. Impersonal si Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry*, 29, p. 399-437, 1998.
- DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 275-320.
- DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria; MATOS, Gabriela. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, M. H. M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Construções com se apassivador e indeterminador. In: ALKMIM, Tânia (Ed.). *Para a História do Português Brasileiro*: Novos Estudos, volume III, São Paulo, SP: Humanitas, 2002. p. 155-176.
- _____.; LOPES, Celia Regina dos Santos. Realizaram, realizou-se ou realizamos? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. In: *Notícias de corpora e outros estudos*, volume IV de *Para a história do Português Brasileiro*, Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS, FAPERJ, p. 155-165, 2002.
- GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO de SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHAFFER-PRIET, Barbara (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2005. p. 45-75.
- KATO, Mary. A. A contribuição chomskiana para a compreensão da aprendizagem de L2. In: *Trabalhos em Linguística aplicada*. Campinas, v. 44, n 2, p. 185-199, 2005.
- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. In: *Language Variation and Change*. Cambridge University Press, 1989.
- MANZINI, Maria Rita. *Syntax and semantics*: the syntax of pronominal clitics. Florida: Academic Press, 1986.
- MARTINS, Ana Maria. Construções com se: mudança e variação no português europeu. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Eds.). *Razões e Emoções: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. volume 2, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003. p. 163-178.
- MARTINS, Marco Antonio. Variação e mudança na sintaxe como competição de gramáticas. *Investigações (UFPE)*, v. 22, p. 65-87, 2009.
- MELO, Elaine Alves Santos Melo. *Construções com SE*: evidências da emergência da gramática do Português Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- _____. "Balanças, casas, sofás, vendem-se, compram-se na loja do seu Manuel!": tradições discursivas e a gramática de anúncios e cartas de leitores cariocas do século XIX. In: XVI Congresso Internacional da ALFAL, 2011, Alcalá de Henares. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, v. 1. p. 11-20, 2012.
- NARO, Anthony Julius. The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language*, 52:4, p. 779-810, 1976.
- PAGOTTO, Emílio. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, 1993. p. 185-206.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca*: Sintaxe e História do Português nos 1600. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2004.
- RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14, p. 749-810, 1996.
- SANKOF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. *GoldVarb*: A multivariate analysis application for Windows. University of York: Department of Language and Linguistic Science and Computer Services, 2001.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d"aquém e d"além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, 1993. p. 69-105.

Estudo diacrônico da colocação pronominal em complexos verbais na escrita do PB e do PE (séculos XIX e XX)

Diachronic study of pronoun placement in verbal complexes in BP and EP writing (XIX and XX centuries)

Recebido em 28 de setembro de 2015. | Aprovado em 13 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.192>

Carla da Silva Nunes¹

Resumo: Este artigo trata do tema da colocação do clítico “se” em complexos verbais nas amostras brasileira e europeia. Vale-se de *corpus* da modalidade escrita de editoriais, notícias e anúncios produzidos nos séculos XIX e XX. Com base na sociolinguística laboviana, desenvolve-se o tratamento estatístico dos dados provido pelo Goldvarb-X. Investigam-se, então, as trajetórias dos diferentes tipos de “se”, para se atestar as possíveis semelhanças e diferenças entre as escritas brasileira e europeia. Além disso, verifica-se se o comportamento dos dados reflete a existência de uma regra variável. Assim, analisam-se os possíveis condicionamentos linguísticos favorecedores de cl V1 V2 (*se pode fazer*), V1-cl V2 (*pode-se fazer*), V1 cl V2 (*pode se fazer*) e V1 V2-cl (*pode fazer-se*). Observa-se que a escrita, por vezes, aproxima as normas, como no contexto de início absoluto de período/oração, em se que recusa a próclise a V1 nas duas amostras, e aos complexos participiais, que não registram dados de ênclise a V2. Os padrões cultos escritos brasileiro e europeu assemelham-se, especificamente, no caso do indeterminador, nos dois séculos em questão. Por outro lado, o uso do reflexivo parece ser a questão central na diferenciação entre as duas normas estudadas. Enquanto os brasileiros parecem vincular suas escolhas aos tipos de “se”, em que o reflexivo tende a figurar adjacente a V2 (inclusive em próclise) e o indeterminador adjacente a V1, os europeus o fazem de forma mais suave e parecem relacionar suas escolhas também à forma do verbo principal e à presença de “proclisador”, especialmente com o indeterminador. A atuação do “proclisador” com o reflexivo é branda também no PE, mesmo assim, um pouco mais efetiva do que no PB. Ao final do século XX, as diferenças evidenciam-se ainda mais quando se registra o aumento da próclise a V2 no Brasil. No PE a variante não é empregada.

Palavras-chave: sociolinguística; cliticização; morfossintaxe; ordem dos pronomes; variação.

Abstract: This article deals with the issue of placement of clitic “se” in verbal complex in Brazilian and European samples. It works with writing ‘editorials’, ‘news’ and ‘announcements’ produced in the nineteenth and twentieth centuries. Based on Labovian sociolinguistics, it develops the processing of the data provided by Goldvarb -X. This work investigates, then, the trajectories of different kinds of “se”, to attest the possible similarities and differences between Brazilian and European writings. Moreover, it verifies that the behavior of the data reflects the existence of a variable rule. Thus, we analyze the possible favoring linguistic constraints of “cl V1 V2 (*se pode fazer*)”, “V1-cl V2 (*pode-se fazer*)”, “V1 cl V2 (*pode se fazer*)” and “V1 V2-cl (*pode fazer-se*)”. It is observed that the writing sometimes doesn’t differ the standards as the absolute initial context period/sentence in that refuses proclisis to V1 in both samples, and also to participial complexes, that do not register enclitic data to V2. The Brazilian and European standards written resemble specifically in the case of “se indeterminador” in both studied centuries. On the other hand, the use of “se reflexivo” seems to be the central issue in differentiating the two studied standards. While Brazilian seems to associate their choices to the types of “se”, in that “reflexivo” tends to adjacent to V2 (including

¹ Doutora em Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. carla.s.nunes@gmail.com.

in proclisis) and “indeterminador” figures adjacent to V1, European do it more smoothly and seems to relate their choices also to the form of the main verb and to the presence of “proclisador”, especially with “indeterminador”. The performance of “proclisador” with “se reflexivo” is also lenient in PE, but a little more effective than in BP. At the end of the twentieth century, the differences show up even more when it is registered a proclisis to V2 increase in Brazil. In EP the variant is not employed.

Keywords: sociolinguistics; cliticization; morphosyntax; pronoun placement; variation.

Introdução

Objeto de estudo

A ordem do clítico “se” em estruturas com complexos verbais² com base na modalidade escrita do Português do Brasil (doravante PB) e do Português Europeu (doravante PE) configura o objeto de estudo central desta pesquisa. Para a investigação, utilizaram-se textos dos gêneros editoriais, notícias e anúncios produzidos em jornais nos séculos XIX e XX. Por meio de uma abordagem diacrônica que compreende o referido período, o estudo segue a linha da Teoria da Variação Laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, doravante WLH; LABOV, 1972; 1994), ocupando-se de todas as etapas da pesquisa sociolinguística, desde a coleta de dados até a análise estatística e interpretação dos resultados. As quatro variantes que compõem a variável dependente investigada são as seguintes: próclise a V1 (*se pode respeitar*), ênclise a V1 (*pode-se respeitar*), próclise a V2 (*pode se respeitar*) e ênclise a V2 (*pode respeitar-se*). Por hipótese, a variedade europeia não registraria casos de próclise a V2, já que essa não seria – conforme testemunham os estudos anteriores sobre o tema e as próprias gramáticas descritivas portuguesas (cf. MATEUS *et alii*, 2003) – pertencente ao PE.

Dessa forma, haveria quatro variantes possíveis na amostra brasileira, enquanto, na europeia, as variantes se reduziriam a três. Em pesquisa anterior a esta, que resultou na dissertação de mestrado de Nunes (2009), considerando o comportamento de todos os clíticos em estruturas verbais complexas em amostras brasileira e europeia dos séculos XIX e XX, verificou-se, na escrita produzida no Brasil, além de casos de próclise a V2, em crescimento nos textos no decorrer do século XX, o uso das demais variantes, em frequência distinta a depender do período sob análise. Na transição entre os séculos XIX e XX, registrou-se, por exemplo, um aumento no uso da variante proclítica a V1, o que representaria, conforme proposta de Pagotto (1992), uma evidência de reprodução do padrão europeu na escrita brasileira, o qual serviu de modelo para a instituição da norma gramatical brasileira. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que o fenômeno pesquisado revela, de forma emblemática, acima de tudo, o comportamento das normas de uso brasileiras e europeias no que se concebe como padrão culto escrito.

Após a observação de diversas pesquisas a respeito da colocação pronominal na língua portuguesa em construções com complexos verbais, avaliou-se que os resultados gerais apresentados não pareciam suficientes para dar conta de toda a descrição linguística do fenômeno, especialmente no que se refere à forma pronominal “se”.

Em nível diacrônico, embora se encontrem variadas investigações da ordem dos clíticos, é preciso salientar que nem todas se dedicaram à colocação em estruturas verbais complexas e pouquíssimas realizaram uma análise empírica aprofundada sobre a trajetória percorrida por cada forma pronominal do “se”, em separado, o que acaba por não enfatizar os padrões de mudança detectados em cada tipo de clítico, especialmente nas estruturas verbais complexas.

É nesse sentido que a presente pesquisa busca verificar se os padrões de ordem dos clíticos já atestados se manifestam indistintamente também no caso do clítico “se” em suas diversas funções. Dos estudos diacrônicos ou de sincronias passadas tomados como referência (cf. seção de Revisão Bibliográfica), pode-se propor que as estruturas com “se”, consoante às funções de apassivador, indeterminador e reflexivo/inerente, podem concretizar opções diferenciadas de colocação; essas também acarretam implicações para a aproximação ou o distanciamento entre as normas escritas brasileira e europeia. Resumidamente, os resultados encontrados nas obras apresentadas a seguir revelaram que a colocação do “se” na escrita lusitana tendia a figurar primordialmente em função dos condicionamentos morfossintáticos da chamada atração pronominal; de outro lado, notou-se que a ordem do clítico em questão na escrita brasileira parecia estar relacionada também aos condicionamentos morfossintáticos, mas de forma especialmente sensível ao tipo de “se”.

Com base na perspectiva diacrônica, cumpre salientar que o questionamento central desta pesquisa, de natureza sociolinguística, se relaciona ao fato de se investigar se os textos brasileiros e europeus apresentam a mesma trajetória para cada tipo de “se” em complexos verbais, ao longo dos séculos XIX e XX. Até hoje, permanece evidente que, embora o chamado Português do Brasil e o Português Europeu concretizem na fala vernacular, a naturalmente adquirida, padrões distintos de colocação em geral, a escrita concretiza padrões muito diferentes da

² Para os limites deste trabalho, compreende-se como complexo verbal toda expressão constituída de duas ou mais formas verbais que representam uma unidade sintagmática com certa integração sintático-semântica.

fala, o que aproxima e, em algumas construções, até iguala os dados brasileiros e europeus. Desse modo, os resultados apresentados sempre estarão vinculados fundamentalmente ao comportamento da norma em cada subamostra, a dos textos brasileiros e a dos textos europeus, e não ao da gramática vernacular do PB e do PE como um todo.

Problematização

Assim, as questões da investigação variacionista sobre a colocação pronominal do “se” em complexos verbais podem ser formuladas da seguinte forma:

- a. Os textos brasileiros e europeus apresentam uma mesma trajetória para cada tipo de “se” em complexos verbais, ao longo dos séculos XIX e XX?
- b. Em que se assemelham e/ou se diferenciam as amostras quanto à colocação pronominal das construções com a forma pronominal “se”?
- c. A observação dos dados dos séculos XIX e XX do Português revela, em cada amostra, uma manutenção e/ou alteração do padrão culto escrito consoante cada tipo de “se”?
- d. Os padrões detectados nos textos escritos refletem a mudança linguística em direção ao que outros estudos, que se ocupam da variação paramétrica ou da competição de gramáticas, propõem ser o parâmetro brasileiro de colocação pronominal (PB vernacular), diferentemente do que se concebe como parâmetro europeu de colocação?

Se confirmado que os diferentes tipos de “se” apresentam histórias distintas quanto à colocação, interessa averiguar de que maneira isso se dá em cada amostra linguística do português. Se atestada, ainda, a existência da regra variável nas duas amostras, investiga-se qual(is) e de que maneira as variáveis independentes estabelecidas para esta pesquisa podem influenciar na posição do “se” em suas diferentes funções.

Hipóteses

Em relação à formulação das hipóteses gerais para a pesquisa, estudos anteriores (cf. seção 2) observaram que o século XX demonstra ser uma época importante para que se ateste, de forma mais clara, a implementação dos indícios de mudança linguística que se refletem nos padrões da escrita brasileira. Postula-se, com isso, que, nas décadas finais desse século, se tornaria evidente no Brasil um padrão diferente do europeu, ainda que sutil em alguns contextos, por se tratar da modalidade escrita.

A descrição da totalidade dos dados em termos diacrônicos, que apresentará toda a trajetória do fenômeno no período em análise, evidenciará, de um lado, uma aproximação da escrita brasileira com a europeia, especialmente em fins do século XIX (cf. PAGOTTO, 1998), e, de outro, um forte distanciamento em fins do século XX. A escrita brasileira, na transição de um século para outro, tenderia a reproduzir padrões europeus, como o uso da variante proclítica a V1 ou enclítica a V2. Por outro lado, a amostra brasileira apresentaria padrão distinto do verificado na europeia a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da década de 30, época em que o Modernismo surge no Brasil (cf. SCHEI, 2003), tendo como consequência a busca por uma identidade nacional, o que se refletiria na escrita da imprensa. Como resultado, a variante proclítica a V2, ainda discreta na escrita do Brasil no século XIX, tenderia a ser um pouco mais produtiva nos textos brasileiros, enquanto a colocação pronominal em Portugal estaria sempre relacionada a motivações estruturais bem definidas, como, por exemplo, o emprego da variante proclítica a V1 diante da presença de um “proclisador”.

Supõe-se que a diferença de padrão entre a escrita produzida no Brasil e em Portugal apresentaria comportamento particular em função do tipo de “se”. Especialmente quando se tratar do “se” reflexivo/inerente, diferentemente do que ocorre em Portugal, na variedade brasileira tenderia a se adjungir procliticamente a V2, o verbo que lhe confere papel semântico. Já o “se” indeterminador tenderia a se posicionar adjacente a V1 (especialmente quando se tratar de um modal, como no exemplo “*deve-se dormir cedo*”), de forma semelhante ao apassivador. Se as hipóteses se confirmarem, os resultados permitirão propor que a colocação do “se” indeterminador/apassivador, em vez de evidenciar alguma mudança entre a escrita brasileira e a europeia,

demonstraria um comportamento semelhante nas duas variedades e períodos investigados, de modo que a alteração dos padrões de colocação no Brasil e em Portugal (que, nesse caso, refletiriam as mudanças gramaticais gerais, de que o Brasil assumiria a próclise ao verbo principal) só seria observável efetivamente no caso do “se” reflexivo/inerente ligado tematicamente a V2.

1. Metodologia

1.1 - Descrição do corpus

O *corpus* constitui-se de dados de três diferentes gêneros textuais, publicados em jornais dos séculos XIX e XX, a saber: editoriais, notícias e anúncios. Uma parte do *corpus*, que contempla tanto textos brasileiros quanto europeus, encontra-se disponível no banco de dados do *site* do projeto Varport (www.lettras.ufrj.br/varport), enquanto a outra parte é composta, no caso de textos europeus, por dados extraídos de diversos jornais arquivados na Biblioteca Nacional de Portugal – por ocasião de uma das etapas realizadas durante o estágio-sanduíche do doutorado em Lisboa –, no *site* hemerotecadigital.cm-lisboa.pt, além de arquivos digitalizados cedidos pela redação do jornal português “Diário de notícias”, e, no caso de dados brasileiros, por jornais arquivados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e armazenados no banco de dados encontrado no link hemerotecadigital.bn.br.

O material encontra-se organizado de acordo com a segmentação de cada século dividido em 7 fases, da seguinte forma: fase 1 (1808-1840), fase 2 (1841-1870), fase 3 (1871-1890), fase 4 (1901-1924), fase 5 (1925-1949), fase 6 (1950-1974) e fase 7 (1975-2000). Toda a coleta realizada gerou o total de dados exposto a seguir:

<i>Amostra brasileira</i>	<i>Amostra europeia</i>	<i>Total</i>
803 dados	1029 dados	1832 dados

Tabela 01. Número total dos dados de clítico “se” em complexos verbais por amostra – brasileira e portuguesa.

1.2 - Etapas do trabalho

O trabalho perpassa todas as etapas concernentes à pesquisa sociolinguística, a saber: (i) a definição da variável dependente, com a consequente escolha dos contextos de complexos verbais a serem contemplados; (ii) a determinação das variáveis independentes – extralinguísticas e linguísticas; e (iii) o tratamento variacionista dos dados – da coleta de dados de “se” em complexos verbais, codificação e tratamento das ocorrências coletadas até a interpretação/análise dos resultados.

1.3 - O clítico “se”: diferentes tipos

Na língua portuguesa, o pronome “se” pode apresentar diferentes funções, a depender do contexto morfossintático em que se encontra. O presente trabalho reconhece a árdua tarefa de categorizar os diferentes tipos de “se” na língua portuguesa, por isso recorre a algumas publicações que destacam a complexidade em lidar com a delimitação desse clítico. Jairo Nunes, em 1990, já assinalava em sua dissertação a sua inquietação na classificação do apassivador e do indeterminador, a saber:

Devido a sua variada gama de funções, os clíticos anafóricos sempre têm ocupado posição de relevo no universo de estudos linguísticos, em particular no âmbito das diversas versões da gramática gerativa-transformacional. Essa posição de destaque se faz presente mesmo no curso secundário: todo estudante de segundo grau vez por outra enfrenta as agruras da “classificação das funções da palavra se”. (NUNES, 1990, p. 2).

Tendo em vista as possíveis dificuldades apontadas acerca da definição do tipo de “se” na língua portuguesa, especialmente no que tange à questão da colocação pronominal, esta subseção exibirá as características relativas à função, estrutura dos tipos de “se” estudados na pesquisa, quais sejam a indeterminadora, apassivadora além da reflexiva/inerente.

(i) “se” indeterminador

O “se” de natureza indeterminadora ou ‘clítico argumental de referência arbitrária’ (“se” nominativo, cf. MATEUS *et alii*, 2003) precisa estar associado a um verbo ou complexo verbal de predicação intransitiva para apresentar tal característica. O sujeito associado a esse clítico é interpretado como indefinido e não-específico, podendo ser parafraseado no contexto por expressões nominais como “alguém”, a saber: “Quando retornou ao poder, sufragado em pleito disputadíssimo, supôs que poderia dar remédio aos males que afligiam a população de um país que só nestes últimos vinte anos deu conta de que também na terra de santa cruz se pode morrer de inanição, como na Índia e na China, coisa que jamais passara pela cabeça dos habitantes do nosso país.” [Amostra brasileira – editorial fase 6].

Com base em Pagotto (1992), Schei (2003) e Nunes (2009), supõe-se que o indeterminador apresenta a tendência de figurar na adjacência de V1, proclítica ou encliticamente.

(ii) “se” apassivador

O “se” apassivador apresenta como principal característica acompanhar um verbo ou complexo verbal de predicação transitiva. Também designado como ‘clítico com estatuto argumental e funcional’ em Mateus *et alii* (2003), o “se” apassivador apresenta como argumento interno direto do verbo (com traços de terceira pessoa gramatical) um elemento com relação gramatical de sujeito, sendo este último o responsável por controlar/ estabelecer a concordância verbal na sentença, a saber: “Existem muitas imitações. Para evitá-las, não se devem aceitar senão **os frascos** que levam sobre o involucro exterior a assinatura de Raquin e o selo oficial (em azul) do governo francez.” [Amostra brasileira – anúncio fase 3]. Os estudos anteriores mostram que o “se” apassivador compartilha algumas características do indeterminador. Com isso, também tenderia a se ligar ao verbo (semi)auxiliar, ou em próclise ou em ênclise.

Embora se tenha realizado a codificação dos dados de “se” indeterminador e apassivador em separado (pressupondo um possível comportamento diferenciado especialmente em dados do início do século XIX e principalmente em amostras portuguesas), decidiu-se apresentar esses dados, nos resultados gerais da pesquisa, em conjunto, devido às características que se equivalem dentro do fenômeno em questão. Além disso, o “se” indeterminador não figurou com muita frequência no *corpus*, o que inviabilizaria, metodologicamente, a análise em separado. Tal apreciação em conjunto mostra-se bastante produtiva em outras obras, como as de Nunes (2009), Schei (2003), Vieira (2002), dentre outros. Schei (2003), a respeito do assunto, advoga que em sua análise realizou a distinção apenas entre dois tipos de “se”, ao que chamou de ‘indeterminador’ (conjuntamente com o apassivador) e ‘reflexivo’. A respeito disto, a autora reforça:

A gramática normativa faz diferença entre se indeterminador do sujeito, que ocorre em verbos intransitivos, e se apassivador, que ocorre com verbos transitivos, mas aqui consideramos os dois tipos como exemplos de se indeterminador (como, p. ex., Said Ali (1957:92-96) e Ikeda (1977)). (...) Os demais casos com se serão classificados como se reflexivo, tanto o se reflexivo propriamente dito, como o se de verbos pronominais. (SCHEI, 2003, p. 27).

Assume-se, a partir de então, para a análise dos resultados deste trabalho, a divisão do “se” em dois conjuntos, a indeterminadora/apassivadora (ou apenas “indeterminadora”) e a reflexiva/inerente. Assim, a presente pesquisa norteia-se na análise comparativa entre o “se” indeterminador e o “se” reflexivo/inerente.

(iii) “se” reflexivo/inerente

O “se” com função reflexiva identifica os pronomes pessoais átonos que pertencem à mesma pessoa do sujeito da oração (*ele se penteou*) ou que exprimem valor recíproco (*eles se abraçaram*). É quando o agente e o paciente correspondem a um único elemento, já que o sujeito executa uma ação reversiva sobre si mesmo, a saber: “Quem dele souber poderá dirigir-se à casa de Pasto Franceza.” [Amostra brasileira – anúncio fase 1]. Trata-se, portanto, de um clítico argumental, associado às posições de complementos verbais.

Além disso, considera-se, ainda, no mesmo conjunto de dados, o clítico “se” que é parte integrante dos verbos pronominais, como o que se observa em: “Hoje tentou suicidar-se o sr. Silva dono d’uma loja de retrozeiro, no

seu arruamento" [Amostra europeia – notícia fase 2]. Segundo Mateus *et alii* (2003, p. 843), trata-se de um 'clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintático', clíticos "que não estão associados a qualquer posição argumental ou de adjunto e em que o clítico não pode ser interpretado como uma partícula destransitivizadora".

2. Revisão Bibliográfica: trajetória da ordem dos clíticos segundo outras pesquisas diacrônicas

Para a sistematização da trajetória dos clíticos na língua portuguesa, adotou-se a seguinte divisão: (i) séculos XVI a XVIII, com base nos resultados do Português Clássico; (ii) séculos XIX e XX, com base nos resultados do PB; e (iii) séculos XIX e XX, com base nos resultados do PE.

- (i) Do período que compreende os séculos XVI ao XVIII, tomando-se por base a análise do Português Clássico, destacam-se, nesta pesquisa, os estudos de Pagotto (1992), Martins (1994), Cyrino (1996) e GBPS (2005);
- (ii) Do período que compreende os séculos XIX e XX, tomando-se por base a análise de dados do Português do Brasil, destacam-se Cyrino (1996), Lobo (2001), Nunes (2009), Cassimiro (2010), além de Carneiro (2005) e Martins (2009), que também assumem a nomenclatura referente ao período anterior como Português Clássico. Já GPBS (2005), além de não considerar os complexos verbais, trata das ocorrências dos escritores do período do Português Clássico e apenas um do século XIX (1836), razões pelas quais não se julga viável propor generalizações com base em tais resultados na sistematização do chamado Português do Brasil;
- (iii) Do período que compreende os séculos XIX e XX, tomando-se por base a análise de dados do Português Europeu, destacam-se Lobo (2001), Nunes (2009), Martins (2009) e Cassimiro (2010).

2.1 - O Português dos séculos XVI ao XVIII: O Português Clássico

A análise realizada em Pagotto (1992) revela que, para todo o período do Português Clássico, a tendência da colocação pronominal era majoritariamente a de próclise a V1 (tanto em contextos com atração como em contextos sem atração pronominal), seguida de ênclise a V2, especialmente quando não havia elementos "proclisadores". Diante de contexto com atração pronominal, na escrita do Português Clássico figuravam apenas as variantes cl V1 V2 e V1 V2-cl até a segunda metade do século XVIII, quando, a partir de então, se registram a próclise a V2 e a ênclise a V1.

Pagotto (1992) busca encontrar uma explicação para os padrões atuais de colocação pronominal do PB a partir do importante fenômeno da subida do clítico, que era bastante produtivo no Português Clássico, e investiga sua redução no período atual do PB. Ele acredita na hipótese de que as construções com infinitivo que admitiam a subida de clítico, associada a uma perda do movimento do verbo nas infinitivas (dado o enfraquecimento de AGR), tenham iniciado o processo de mudança no padrão da cliticização do português. O autor destaca, ainda, que a anteposição do clítico aos elementos de negação (a interpolação) reforça a ideia do movimento do clítico.

O autor mostra que, entre os séculos XVI e XVIII, o padrão de cliticização ao primeiro verbo não apresentava distinção entre verbos mais auxiliares e estruturas de encaixamento. Pode-se estabelecer, então, que um clítico podia subir da sentença mais baixa para uma sentença mais alta, especialmente em construções com os verbos 'querer', 'mandar', aspectuais + preposição, e da sentença mais alta para uma sentença mais baixa, especialmente com verbos modais, gerúndio e participio.

A maior preocupação de Pagotto é dar conta de como, a partir do Português Clássico, que apresentava o padrão de cliticização de colocação da próclise a V1, se originou o Português do Brasil, cujo padrão atual de colocação emprega a próclise ao verbo principal (VP). O autor busca, então, demonstrar como esta posição já estava disponível naquele período, mesmo que não ocupada pelo clítico por alguma imposição restritiva da gramática. Segundo o autor, "a próclise é generalizada porque se houvesse ênclise o estatuto desta categoria mista seria alterado" (p. 155). Pagotto observa que, ainda hoje, a posição de AGR está disponível e é para onde o verbo se move, mas ela seria incompatível com os atuais clíticos, cuja categoria não se coaduna com concordância no PB.

É importante destacar que, no estudo de Pagotto, os dados de próclise ao verbo principal não são encontrados até a segunda metade do século XVIII, enquanto, nas estruturas com verbos simples, os índices de próclise ultrapassam o índice de 80% na mesma época, o que denota que a mudança pode ter se iniciado nas estruturas de um único verbo. Resultados convergentes foram encontrados entre os séculos XIII ao XVI na pesquisa de Martins (1994), que também não registrou qualquer dado de próclise a V2 no período sob análise, em documentos não literários (notariais).

A autora observa que há uma preferência na amostra pela ligação a V1 e raras são as ocorrências de ligação a V2 (todas em ênclise). O clítico se adjunge ao verbo auxiliar sempre em próclise diante de elementos subordinativos e partículas de negação ou em ênclise a V1 categoricamente quando em início absoluto de oração, na presença de preposição ou advérbio no interior do complexo verbal, separando o clítico do infinitivo (V2).

Cyrino (1996), assim como Pagotto, observa que, na escrita de peças teatrais, o início do processo de mudança para o padrão V1 cl V2 começa a se estabelecer antes mesmo do século XIX. A autora sugere, ainda, que a ênclise a sentenças-raiz seria um padrão da gramática do Português Clássico, o que lhe permite propor que pode ter havido uma reanálise, nos grupos verbais, em que a ênclise ao primeiro verbo passa a ser entendida/"ouvida" como próclise ao segundo verbo, o que, por sua vez, pode estar relacionado aos padrões rítmicos da fala.

No que tange, especialmente, às lexias verbais simples, GBPS (2005) apontam oscilações no uso das variantes proclítica e enclítica até o início do século XVIII. Após esse período, o *corpus* revela uma tendência à colocação da ênclise, que perdura até o século XIX, quando se começava a delinear um padrão diferenciado para a variedade brasileira da língua portuguesa e outro para a europeia.

Até agora, observa-se que a próclise já não era novidade no período clássico do Português, tanto nas lexias verbais simples quanto nas complexas. Ressalte-se, contudo, que, nas estruturas com complexos verbais, os primeiros registros da variante proclítica a V2 datam do século XVIII nas pesquisas de Pagotto e Cyrino. Antes desse período, havia tendência ao emprego das variantes proclítica a V1, seguida da ênclise a V1 e a V2. No que se refere especificamente ao comportamento da forma pronominal "se", objeto de especial interesse neste trabalho, Pagotto observa a importância do tipo de "se" para o fenômeno da colocação pronominal, embora não tenha se aprofundado na questão. Dessa forma, os resultados apresentados ainda não são suficientes para generalizações acerca da ordem do "se" em complexos verbais.

2.2 - O Português dos séculos XIX e XX: O Português do Brasil

A pesquisa de Cyrino (1996) mostra que, no período entre os séculos XIX e XX, há uma queda da ênclise tanto ao verbo principal quanto ao verbo auxiliar, além da redução da próclise a V1, o que, conseqüentemente, gera o aumento da variante proclítica a V2, confirmando tendências iniciadas já no Português Clássico. Os resultados revelam que a próclise a V2 passa a ser mais frequentemente empregada na primeira metade do século XIX, enquanto no século XX a variante passa a ser categórica. Com isso, a autora generaliza que o clítico se coloca fixo ao verbo mais baixo do complexo verbal como tendência geral a partir do século XX. Em Lobo (2001), cujo *corpus* utiliza cartas particulares de brasileiros e portugueses produzidas no século XIX, também se registra a próclise a V2, embora ainda com baixos índices percentuais; a próclise ao verbo auxiliar continuava a ocorrer em metade do *corpus*, especialmente após contextos de atração.

A análise de Carneiro (2005), baseada em cartas escritas no Brasil por brasileiros e portugueses no século XIX, segundo a data da produção do material, aponta que os dados do início do século XIX permitem notar uma queda da próclise a V2 em relação ao período anterior. A preferência, na amostra, é pela colocação da próclise a V1, especialmente quando na presença de elementos ditos "atratores". Contudo, a autora enfatiza que a variante inovadora se faz presente de modo mais efetivo na amostra do "interior", que configura quase o dobro da mesma variante na amostra "cultura". Com relação aos dados de ênclise, tanto a V1 quanto a V2, é possível constatar um aumento durante o século XIX, de modo mais efetivo quando adjungido ao verbo principal.

Destaca-se, entretanto, que, em análise a partir do ano de nascimento de cada autor, o período anterior ao século XIX indica um aumento da variante proclítica a V2, que se mantém no século em questão. Além disso, os dados apontam a estabilidade da próclise a V1 (considerando-se que na maioria dos casos há a presença de elementos de atração pronominal e, excetuando-se os contextos de início absoluto de período da análise), que consta como variante preferencial na amostra apresentada por Carneiro (2005), consoante aos resultados revelados nos trabalhos dos autores supracitados.

Martins (2009) avalia que, nos séculos XIX e XX, os padrões de ordenação do clítico na escrita refletem um quadro complexo, já que, nos textos de autores nascidos no século XIX, esses padrões seguem, ao mesmo tempo, os instanciados (i) pela gramática do Português Clássico, tendo em vista os casos de interpolação, já mencionados por Pagotto; (ii) pela gramática do PB, como o uso da próclise a VP (não-finito); e, ainda, (iii) pela gramática do PE, considerando-se os registros de ênclise, em início absoluto ou após elementos não considerados “atratores”. A instabilidade dos padrões apontados gera, segundo o autor, o fenômeno da hipercorreção em grande parte dos textos do século XIX. Quanto à avaliação dos dados do século XX, não se registram casos de interpolação e ateste-se o aumento gradativo no uso da próclise a V1 (normalmente na presença de elementos “atratores”) e da próclise a V2 (verbo não-finito), o que revelaria uma estabilização nos padrões da gramática atual do PB e uma menor influência da norma europeia, quanto ao uso da ênclise.

Para o autor, os resultados confirmam a teoria proposta por GBPS (2005) e Carneiro (2005), de que os padrões de ordenação dos clíticos refletem uma competição de três gramáticas do Português: o Português Clássico, o Português do Brasil e o Português Europeu.

Em consonância aos resultados já expostos, Nunes (2009) observa, a partir da análise de dados da escrita (em editoriais, anúncios e notícias) dos séculos XIX e XX, a predominância da variante proclítica ao verbo auxiliar no decorrer de todo o século XIX, especialmente quando se dava o contexto da atração pronominal ou em estruturas com o auxiliar expresso pela voz passiva de “ser”, seguida da variante enclítica ao complexo verbal, principalmente em início absoluto de oração, contexto em que não foram registrados casos da variante proclítica a V1. No início do século XX, os índices da variante proclítica a V1 ainda são elevados, mas começam a dar lugar ao uso da variante enclítica a V2, que se estabiliza ao longo do século. Nas últimas décadas do século XX, os dados do PB revelaram maior registro da variante proclítica a V2, tendência que destoa integralmente das escolhas do PE.

Cassimiro (2010) toma por base a análise de dados coletados em contos e romances dos séculos XIX e XX, no PB e no PE. A autora apresenta que, em construções com auxiliar + gerúndio, incluindo contextos de início absoluto de oração, a variante proclítica a V2 é a preferida no PB, seguida da ênclise a V2, enquanto a variante enclítica a V1 é a opção mais frequente no PE, que não empregou a variante dita inovadora diante do gerúndio. Segundo Cassimiro, os “atratores” prototípicos não atuaram de forma rigorosa diante da estrutura auxiliar + gerúndio, com exceção dos elementos subordinativos, que condicionaram a próclise a V1 na maior parte dos dados.

Com base nos dados de auxiliar + participio, revelam-se mais semelhanças do que diferenças entre PB e PE; ambas as variedades não empregaram a ênclise ao participio e a adjacência do clítico a V1, mais fortemente em próclise e seguido da ênclise, foi uma tendência observada nos textos europeus e brasileiros. Os casos de próclise a V1 ocorreram majoritariamente condicionados por elementos “atratores”, enquanto a ênclise a V1 tendeu a figurar em contexto de início absoluto de oração nas duas amostras. Ao contrário do exposto nos demais contextos, a colocação pronominal com auxiliar + infinitivo – que configura a maior quantidade de dados da amostra – revelou preferência pela variante enclítica a V2, em ambas as variedades, incluindo os contextos de início absoluto de oração, no qual também se registrou a variante proclítica a V2 no PB, e enclítica a V1 no PE, o que esboça a diferença entre as variedades.

Com base no refinamento dos resultados a respeito especificamente do clítico “se”, pautando-se no complexo verbal formado pelo auxiliar + infinitivo (estrutura mais produtiva da amostra), a colocação pronominal no PB aponta a preferência pela ligação do “se” reflexivo/inerente em ênclise a V2, enquanto o “se” indeterminador/apassivador se encontra ligado em próclise a V1, em praticamente 60% das ocorrências nos dois casos. Ao que parece, confirma-se a ideia apresentada em Pagotto (1992) de que, no PB, o “se” reflexivo/inerente costuma estar ligado ao verbo que lhe confere papel semântico.

Em linhas gerais, cada estudo permite sintetizar que o padrão de uso no século XIX na escrita do PB era o emprego preferencial da próclise ao verbo auxiliar, considerando-se, especialmente, o contexto de atração pronominal, que atuava fortemente na escrita da época em questão, mas já havia registros da variante proclítica ao verbo principal, que começou a ser mais efetivo a partir do século XX.

2.3 - O Português dos séculos XIX e XX: O Português Europeu

O trabalho de Lobo (2001), que analisa cartas particulares produzidas por portugueses no Brasil durante o século XIX, apresenta como variantes preferenciais o uso da próclise ao verbo auxiliar em 60% do *corpus*, seguida da variante enclítica ao verbo principal. O fato mais importante destacado pela autora é que, no século XIX,

também na escrita de portugueses, havia registros da variante proclítica a V2 em três dados das 103 ocorrências analisadas no PE. Como se trata de uma escrita portuguesa produzida no Brasil, pode ter havido uma influência brasileira nas cartas desses europeus, tendo em vista que esta não seria uma norma genuinamente europeia.

Contemplando-se dados dos séculos XIX e XX, Nunes (2009) observa, a partir da escrita, as mesmas tendências apontadas por Lobo quanto à preferência pela próclise ao complexo verbal, normalmente condicionada à atração das partículas de negação ou outros elementos tipicamente “atratores”, seguida da ênclise a V2. Destaca-se, contudo, que essa predominância apresenta queda a partir do início do século XX, dando espaço ao aumento da variante enclítica a V2. Quanto à variante enclítica a V1, registra-se um suave aumento no século XX. A variante proclítica a V2 apresenta apenas um registro no século XIX e dois registros no século XX, em dados de início absoluto de oração. Excetuando-se tais contextos iniciais, registrou-se apenas um dado da próclise a V2 no século XIX e 4 desses dados no século XX, número reduzido se comparado aos resultados do PB. Ressalta-se que, em ambos os séculos, a variante V1 (X) cl V2 apresenta um elemento interveniente, formada pelos modais “ter” e “haver” como auxiliar, em construções com “de/que”, que funcionam como “atrator”. Dessa forma, o tipo de ocorrência no *corpus* europeu pode explicar a não inserção do hífen, que não se assemelha ao que ocorre no *corpus* brasileiro, em que se dá, de fato, a variante V1 cl V2, mesmo sem interferência de qualquer elemento interveniente.

Destaca-se, quanto ao tipo de “se”, que o indeterminador/apassivador favorece a ligação ao auxiliar nos dois séculos em questão no PE. O uso do “se” reflexivo/inerente se divide no século XIX entre as variantes pré e pós-CV, enquanto no século XX tende a se colocar prioritariamente enclítico a V2. Nunes aponta, por meio de sua análise, que o “se” reflexivo/inerente é o que mais favorece a variante pós-CV e o que mais desfavorece a variante proclítica, quando comparado aos demais clíticos. Cassimiro (2010) permite observar semelhanças entre os dados literários do PB e do PE, especialmente na preferência por determinada variante, tomando-se por base o tipo de “se”. Por exemplo, assim como na análise apresentada para o PB, os dados do PE apontam que o reflexivo/inerente é utilizado preferencialmente em ênclise a V2; por outro lado, o indeterminador/apassivador se encontra majoritariamente em próclise a V1 nos séculos XIX e XX. A diferença mais significativa entre as duas variedades é que no PB a variante proclítica a V2 é registrada em 19% das ocorrências de “se” reflexivo/inerente e 14% de “se” indeterminador/apassivador, em contextos morfossintáticos diversos, enquanto no PE esta variante é pouquíssimo utilizada, em torno de 5% dos dados de “se” reflexivo/inerente, representados por dois dados – com elemento interveniente ao complexo verbal do tipo “de/que” – e nenhum registro com o indeterminador/apassivador.

Em linhas gerais, os estudos demonstraram que a escrita é uma modalidade que aproxima as normas brasileira e europeia, principalmente no século XIX, época em que a norma brasileira se pautava em uma espécie de padrão europeu que lhe servia de modelo. No decorrer do século XX, as diferenças começam a se manifestar um pouco mais, especialmente quando o PB se mostra inovador quanto ao uso da variante proclítica a V2, que se manifesta em diferentes contextos não só em dados literários, mas também em dados jornalísticos, ainda que com menor produtividade. O PE não demonstra a mesma tendência, já que os dados estão condicionados ao contexto morfossintático, como quando se emprega a próclise a V1, atrelada a elementos “atratores”, ou na posição anterior a V2, influenciada por algum elemento interveniente ao complexo verbal (cf. NUNES, 2009).

3. Análise contrastiva entre os padrões de colocação do “se” em complexos verbais nas escritas brasileira e europeia

A presente seção visa a comparar os padrões de colocação do “se” nas estruturas com complexos verbais na escrita do PB e do PE, viabilizados a partir dos dados coletados e tratados metodologicamente. Em seguida, expõe-se a análise dos principais resultados da pesquisa. Para análise dos resultados, optou-se por apresentar os dados pela variante proclítica ao complexo verbal, tendo em vista que a variável dependente pode ser ternária, no PE, e até quaternária no PB.

Comparação entre os padrões de colocação do “se” em complexos verbais nas escritas brasileira e europeia

Apresenta-se, aqui, uma síntese comparativa entre a escrita no Brasil e em Portugal, a respeito da ordem do “se” em complexos verbais. De antemão, destaca-se a existência de uma regra variável refletida no comportamento dos dados, em que se verifica o registro de quatro variantes para o Brasil (cl V1V2, V1-cl V2, V1 cl V2 e V1V2-cl) e de três para Portugal (cl V1V2, V1-cl V2 e V1V2-cl), ainda que com frequências diferentes.

Cabe observar que a modalidade escrita da língua portuguesa apresenta mais aspectos de aproximação do que de afastamento entre as normas brasileira e europeia no que tange à ordem do “se” em construções com complexos verbais na amostra. Primeiramente, os resultados da pesquisa evidenciaram que, em início absoluto de período/oração, não se registra a próclise a V1. Emprega-se como estratégia, no referido contexto, a ênclise a V1, um pouco mais produzida na amostra brasileira, e a ênclise a V1 e a V2 distribuídas em equilíbrio na europeia. Outra semelhança encontrada por meio da observação dos dados diz respeito à não utilização da ênclise a construções com o particípio. Registraram-se, assim, altíssimos índices de próclise a V1 com os dois tipos de “se” no referido contexto.

Na particularização da análise por tipo de “se”, observam-se semelhanças e diferenças entre as duas variedades, a saber: (i) o indeterminador tende a se adjungir a V1, enquanto o reflexivo tende a se adjungir a V2 nas duas amostras; (ii) apesar de as duas amostras se apresentarem sensíveis ao tipo de “se” na escolha da ordem pronominal em complexos verbais, o efeito “proclisador” – que não se aproxima do categórico em qualquer das amostras – ocorre em quantidade de ocorrências um pouco maior nos dados europeus, especialmente no século XX. No caso das duas amostras, comparado ao indeterminador, o reflexivo apresenta-se menos sensível aos contextos de atração, priorizando a adjacência a V2. A diferença mais nítida entre PB e PE, nesse contexto, é que o PB registra, nas últimas fases do século XX, um aumento da próclise a V2, enquanto o PE, além de não empregar tal variante e priorizar a ênclise a V2 com ou sem a presença de “proclisadores”, registra maior número de ocorrências de “se” reflexivo anteposto a V1 do que na amostra brasileira.

Vale ressaltar, então, a respeito dos contrastes entre as duas variedades, que o principal aspecto diferenciador reside no fato de a variante proclítica a V2 não ser registrada na amostra europeia, o que confirma não ser esta uma variante natural em textos portugueses, assim como não o é na fala, conforme demonstram os estudos de Vieira (2011). O clítico apenas se posiciona à esquerda de V2 quando o complexo é composto por uma preposição/conector entre as duas formas verbais, elemento que funciona, então, como uma espécie de “proclisador”. Já com relação aos dados da amostra brasileira, a próclise a V2 figura não apenas nos contextos com preposição/conector integrante ao complexo verbal. Tal resultado fica ainda mais evidente nas últimas fases do século XX, em que a escrita brasileira, ao que tudo indica, passa a assumir esse padrão proclítico, natural na fala vernacular (CORRÊA, 2012).

Confirmando as hipóteses, os resultados dos dados de indeterminador também nos contextos de verbo não inicial não permitem postular quaisquer distinções entre as normas da escrita brasileira e europeia, conforme sistematizado nos próximos gráficos da subseção. Tal clítico tende a figurar adjacente a V1, mas raramente em ênclise. No PB, tal variante costuma ser registrada em uma construção particular do “se” inserido no complexo verbal do tipo “modal” + infinitivo. O ambiente, portanto, em que a ênclise a V1 sobrevive na escrita brasileira parece funcionar como uma espécie de fórmula (“assim pode-se fazer...”).

Por outro lado, a partir dos resultados obtidos para o “se” reflexivo, evidenciam-se as diferenças entre as amostras analisadas. Nos dados brasileiros, consoante a tendência geral desse clítico a se ligar a V2, o reflexivo figura em próclise nas últimas fases do século XX, principalmente na fase 7 (1975-2000), único período em que o índice de próclise a V2 supera o da ênclise a V2. Já a amostra europeia – que não realiza qualquer ocorrência da variante inovadora brasileira – apresenta altos índices de ênclise a V2, que concorre com a próclise a V1, esta revela um pouco mais de atuação do “proclisador” se comparada aos resultados da amostra brasileira, principalmente no século XX, mesmo assim, não tão efetiva quanto com o indeterminador.

A análise em função da época da publicação, bem como de alguns contextos linguísticos, mostrou-se bastante produtiva para o debate do tema, principalmente a respeito das diferenças gramaticais entre PB e PE. Estas e outras particularizações serão sistematizadas conforme a especificação de cada contexto investigado nas próximas subseções. Dessa forma, julga-se importante apresentar a síntese dos resultados conforme a distribuição dos dados de “se” indeterminador/apassivador e de “se” reflexivo/inerente, buscando-se comparar como se deu particularmente a distribuição da próclise a V1 na escrita brasileira e na europeia, conforme as fases analisadas, pelos contextos linguísticos que demonstraram influências na ordem do “se”, a saber: início absoluto de período/oração, contexto sem “proclisador”, contexto com “proclisador”.

Optou-se por não apresentar aqui os resultados da colocação pronominal em estruturas com V2 no gerúndio ou no particípio, devido à baixa produtividade na amostra em comparação aos dados de infinitivo.

Comparação entre a distribuição do “se” com VP no infinitivo nas amostras brasileira e europeia

a) A ordem do “se” indeterminador/apassivador com VP no infinitivo nas duas amostras

A função do “se” demonstrou importante papel na pesquisa, tendo em vista que, a partir da análise em separado do indeterminador e do reflexivo, foi possível realizar com segurança o tratamento contrastivo das duas amostras. As investigações com base em produções do início do século XIX até fins do século XX indicam que é a partir da análise do uso do “se” indeterminador, especialmente, que as semelhanças entre as escritas brasileira e europeia se evidenciam, diferentemente das tendências observadas sobre o reflexivo, conforme já havia sugerido Schei (2003). Pode-se dizer que a próclise do indeterminador a V1 figura nos textos jornalísticos brasileiros até a última década do século XX com a frequência semelhante à do início do século XIX. Além disso, a frequência do uso da próclise aproxima-se muito da registrada na variedade europeia, principalmente diante da presença do elemento “proclisador”, conforme se observa nos gráficos abaixo.

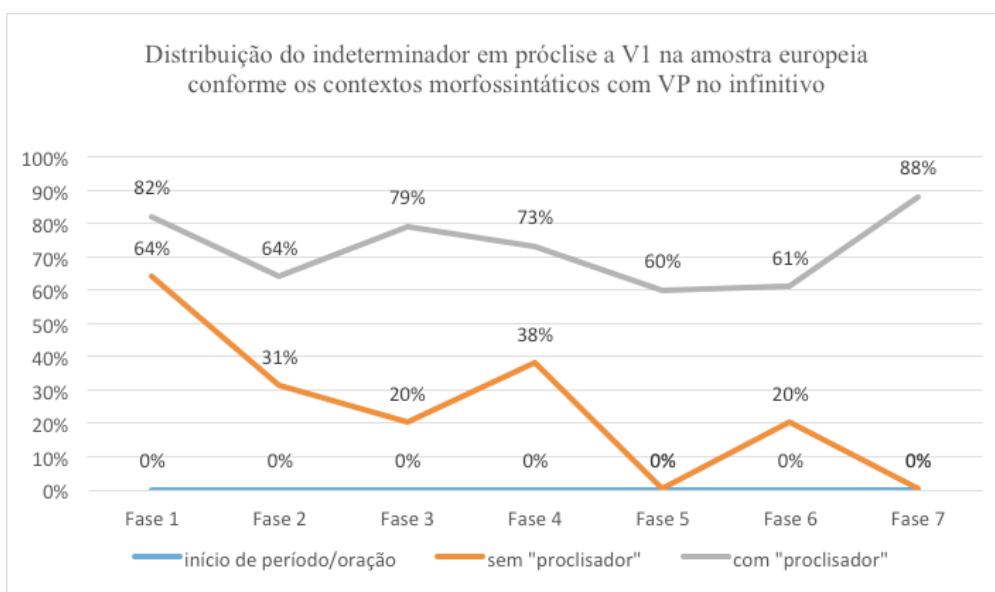


Gráfico 01. Distribuição do “se” indeterminador em próclise a V1 na amostra europeia conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

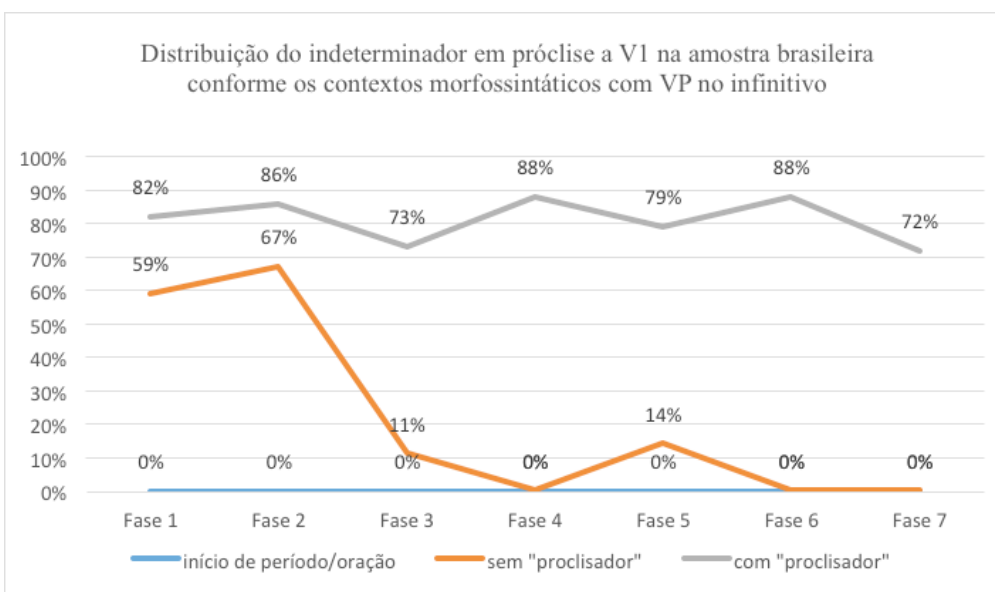


Gráfico 02. Distribuição do “se” indeterminador em próclise a V1 na amostra brasileira conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

Primeiramente, registra-se a ausência de dados em próclise a V1 em posição inicial de período/oração nas duas amostras analisadas. Em segundo lugar, identificam-se altos índices de próclise a V1 diante de contextos com “proclisadores” tanto na escrita brasileira quanto na europeia, mas ressalte-se que, em nenhuma fase, a frequência da próclise foi categórica. Observa-se, ainda, especialmente a partir das primeiras fases do século XX – época em que a norma escrita brasileira tende a seguir o padrão europeu como modelo –, que os índices da variante cl V1 V2, mesmo sem o elemento “proclisador”, se mostraram bastante elevados. O resultado parece demonstrar uma preocupação excessiva no registro do protótipo europeu, o que acaba por gerar índices de próclise do “se” indeterminador a V1 mais altos do que os verificados na amostra de Portugal.

Nos textos europeus, ao longo da fase 1 (1808-1840), registra-se, também, um alto índice de próclise a V1 mesmo diante de um contexto, aparentemente, sem elemento “proclisador”, o que chama atenção por não haver necessariamente um item linguístico para licenciar a próclise, além de o verbo principal estar no infinitivo, o que costuma favorecer a ênclise a V2. Ao que tudo indica, o início do século XIX pode, ainda, conter certo resquício do padrão gramatical do século anterior que, conforme apontado por Pagotto (1992) a respeito dos usos praticados pelos portugueses recém-chegados ao Brasil, era preferencialmente proclítico em contextos com ou sem “atratores”. Seguem alguns exemplos da amostra que ilustram essa tendência: “*Os Planos do regulamento interno se podem procurar no mesmo Colégio*” [Amostra europeia – anúncio fase 1] e “*As assignaturas se podem fazer no Escritorio dos Redactores, rua nova do Almada*” [Amostra europeia – anúncio fase 1]. Ambos os exemplos, extraídos de anúncios, ilustram um caso bastante comum da próclise a V1, no início do século XIX, diante de um ‘argumento interno anteposto’, que pareceu funcionar, na amostra coletada, como “proclisador”. Dessa forma, a análise aponta que, talvez, o melhor seria ter amalgamado o ‘argumento interno anteposto’ junto aos elementos “proclisadores” e não tê-lo considerado como um simples SN sujeito, que, de fato, não demonstrou qualquer efeito proclisador na pesquisa.

De maneira geral, as tendências verificadas nas amostras brasileira e europeia quanto ao uso do indeterminador com o infinitivo como V2 são bastante semelhantes, com exceção da fase 4, período que compreende o espaço de tempo entre 1901-1924. A próclise do indeterminador a V1 em contextos supostamente sem elementos “proclisadores”, nesse período, não é registrada no Brasil; já em Portugal chega a 38%. Destaca-se a importância do período em questão, no sentido de propiciar a concretização do efeito proclisador na escrita brasileira, supostamente modelar na europeia. Ao fim de tal período, a Semana de Arte Moderna no Brasil, momento da história em que o país tentava romper com os modelos importados de Portugal, não foi suficiente para alterar o padrão adotado para o “se” indeterminador na escrita brasileira, que efetivamente apresenta comportamento particular na escrita e em nada revela qualquer alteração gramatical brasileira³, até mesmo no que tange ao emprego da próclise a V2, que raramente figurou com o indeterminador na amostra.

Observem-se os dados de reflexivo dos gráficos abaixo, em que se ressaltam as principais diferenças entre as escritas do Brasil e de Portugal, quanto ao fenômeno da ordem.

b) A ordem do “se” reflexivo/inerente com VP no infinitivo nas duas amostras

Saliente-se que as duas amostras sob análise se mostraram sensíveis quanto ao tipo de “se” para o fenômeno da ordem pronominal em complexos verbais, mas de forma um pouco mais discreta na escrita europeia. Cabe observar que, de maneira geral, a próclise a V1 não se relaciona, em primeiro plano, aos contextos de “atração”, mas ao tipo de “se”, de forma mais evidente na escrita brasileira do século XX, conforme se verifica nos gráficos a seguir.

³ Sem dúvida, observa-se a preferência vernacular brasileira por outras estratégias de indeterminação, não encontradas amplamente nos textos jornalísticos. Tais estratégias não serão apresentadas ou discutidas neste artigo por não constituírem objeto de estudo da pesquisa.

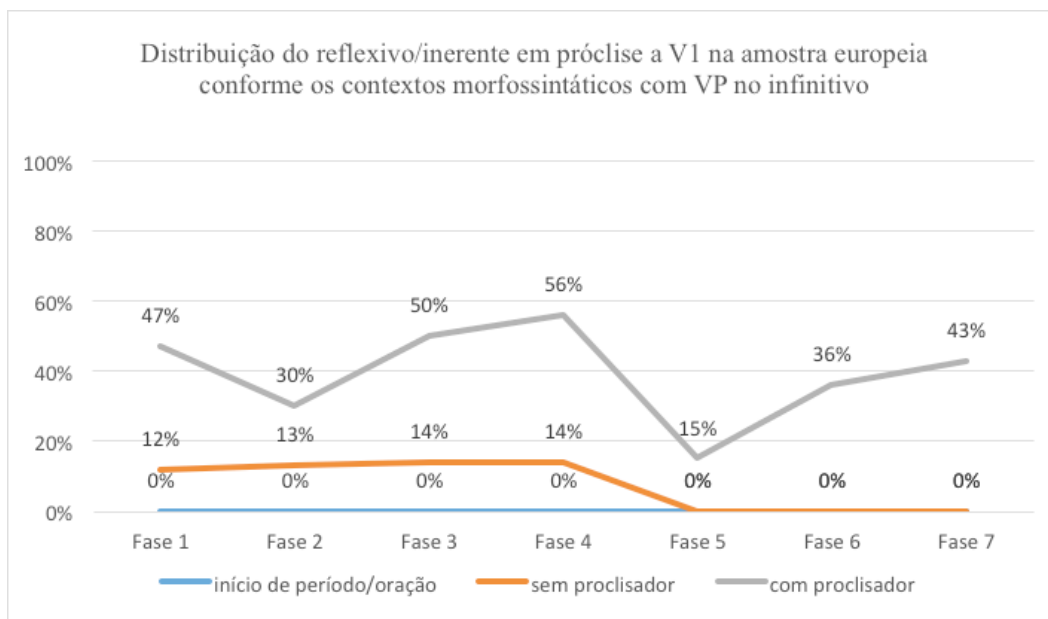


Gráfico 03. Distribuição do “se” reflexivo/inerente em próclise a V1 na amostra europeia conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

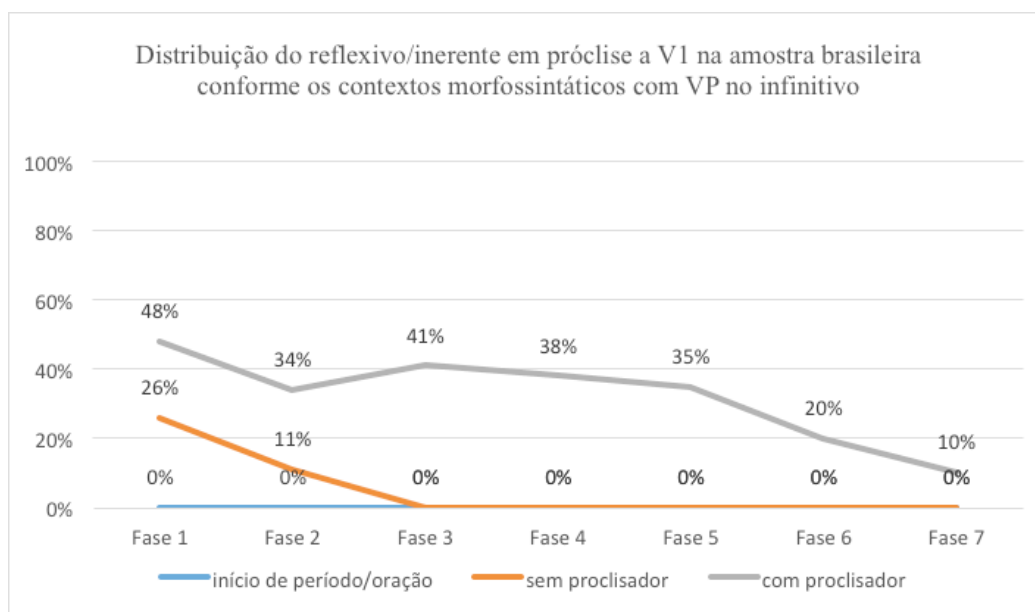


Gráfico 04. Distribuição do “se” reflexivo em próclise a V1 na amostra brasileira conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

A distribuição do “se” reflexivo evidencia a diferença na história das normas brasileira e europeia, especialmente acentuada no século XX, a partir do período modernista no Brasil.

No início do século XIX, o maior número de dados de próclise do reflexivo a V1 em contextos de verbo não inicial, independentemente da presença de “proclisador”, constitui, ao que tudo indica, a tendência da escrita do período, que registraria possivelmente os usos preferenciais do século anterior. Do século XIX em diante, é preciso observar o que acontece em cada amostra.

É interessante notar que a linha do reflexivo em próclise a V1 na presença de “proclisador”, no gráfico da amostra brasileira, se apresenta em queda, gradualmente, ao longo das fases analisadas, especialmente da fase 4 (1901-1924) em diante – período em que o brasileiro parece começar a admitir uma norma mais particular, sem a preocupação de seguir os modelos europeus – até chegar ao índice de 10% de próclise a V1 na última fase do século XX. Importa lembrar que, ao passo que a referida variante decrescia, a próclise a V2 ganhava espaço na amostra

brasileira, o que ilustra que brasileiros e portugueses traçaram caminhos diferentes, particularmente ao longo de todo o século XX, no que se refere à colocação do reflexivo, o que se ratifica na contrastante marca de 43% de próclise a V1 diante de “proclisador” na amostra europeia da fase 7 (1975-2000) *versus* 10% de próclise a V1, no mesmo contexto descrito, na amostra brasileira. Fica refletido, aqui, o que se costuma considerar a diferença gramatical entre o PB e o PE vernaculares contemporaneamente: os dados de reflexivo em próclise a V1 – pouco naturais para falantes brasileiros – são raros inclusive na escrita do fim do século XX.

No que tange ao contexto sem “proclisador”, os dados coletados nos textos brasileiros e portugueses praticamente não registram a próclise a V1. Os textos europeus empregam a variante em poucos dados até a fase 4 (1901-1924). A amostra brasileira a partir da segunda fase (1841-1870) não registra dados da variante sem que haja “proclisador”. Esse resultado na realidade pode revelar, a depender do período em questão, motivações diferentes. Na passagem do século XIX ao XX, a recusa da variante pode estar relacionada ao propósito de seguir o suposto protótipo europeu, de fazer a próclise apenas em contextos com “proclisador”, mesmo quando se tratasse de um clítico reflexivo. Após a fase 4, a recusa da variante cl V1 V2 em contextos sem “proclisador” e seu decréscimo em contextos com “proclisador”, em conjunto, estariam relacionados à entrada da próclise a V2 na escrita brasileira. Saliente-se, pois, que a variante mencionada foi quase exclusivamente registrada com o reflexivo.

Conclusão

Após o levantamento cuidadoso de diversas obras relacionadas à colocação pronominal, ponderou-se que elas apresentam perspectivas que não dão conta, suficientemente, da história da ordem do “se”, tendo em vista que a maioria não se detém, especificamente, nos contrastes do indeterminador/apassivador e do reflexivo/inerente em termos diacrônicos. Além disso, os trabalhos consultados dificilmente analisam comparativamente as normas brasileira e europeia a partir da colocação do “se” em estruturas verbais complexas. Embora de forma pouco detalhada e sem propor análises históricas independentes por tipo de “se”, muitas vezes pelo fato de esse propósito não configurar o foco da pesquisa, alguns trabalhos, entretanto, observaram que a colocação do “se” denotava padrão diferente do observado para os demais clíticos – como Pagotto (1992), Vieira (2002), Schei (2003), e Nunes (2009). Sendo assim, desenvolveu-se o presente estudo, cujos resultados ora se destacam, na tentativa de preencher as lacunas sobre o assunto e, assim, contribuir para o conhecimento da história do Português.

A questão central da investigação estabeleceu-se a partir da necessidade de verificar se as variedades brasileira e europeia da língua portuguesa apresentam trajetórias diferentes, ao longo dos séculos XIX e XX, quanto ao emprego do “se” em complexos verbais. Limitados à observação de dados em editoriais, notícias e anúncios, que são fortes representantes do padrão culto escrito, os resultados obtidos permitiram, em primeiro plano, postular as normas praticadas nas amostras brasileira e europeia, as quais em alguma medida (mas nem sempre) puderam sugerir as mudanças gramaticais por que passaram o Português do Brasil e o Português de Portugal. Em outras palavras, embora os fatos a que se teve acesso fossem objetivamente “fatos de norma”, em alguns casos eles revelaram as particularidades apontadas, especialmente em estudos que se ocupam da variação paramétrica, como pertencentes a uma gramática e não a outra.

Estabeleceram-se as diferenças e semelhanças entre as amostras brasileira e europeia, em função das distintas naturezas do “se”, que se mostraram bastante reveladoras para o tratamento diacrônico da ordem do clítico nas estruturas verbais complexas.

De fato, as variedades brasileira e europeia apresentam duas histórias distintas quanto à colocação do pronome em complexos verbais para cada tipo de “se”. Enquanto com o reflexivo os textos brasileiros demonstram o que outros estudos assinalam como uma mudança particular, não se verifica o mesmo com o indeterminador. Os resultados confirmam que a variedade brasileira, especificamente, passou da próclise a V1 (no chamado Português Clássico – cf. GBPS, 2005; MARTINS, 2009) para um sistema com atenção vacilante à presença do elemento “proclisador”, especialmente a partir do final do século XIX, época em que se instituiu uma norma inspirada no modelo europeu, até chegar à preferência pela próclise a V2. Fica evidente que a tendência descrita ocorre primordialmente com o reflexivo, embora a escrita jornalística só demonstre assumir discretamente esse padrão brasileiro a partir do modernismo. Na última fase do século XX (1975-2000), essa variante substitui a preferência que havia pela ênclise a V2 – enquanto a ênclise a V1 chega a desaparecer na amostra e a próclise a V1 apresenta um forte declínio.

Por outro lado, tanto nos textos brasileiros quanto nos europeus, o indeterminador permanece adjacente a V1 em grande parte dos dados, até o final do século XX, o que sugere que as trajetórias dos dados brasileiros e europeus para o fenômeno da ordem em complexos verbais se assemelham ao longo do período analisado. A maior parte dos registros nas duas amostras é da ligação do clítico ao verbo (semi)auxiliar, principalmente em próclise. Essa tendência parece tão forte na primeira fase do século XIX, como um provável resquício do Português Clássico do século XVIII, que as ocorrências figuram até mesmo sem a presença de um “proclisador” prototípico, em ambas as amostras. Além disso, os resultados indicaram, na amostra brasileira, que o indeterminador ainda sobrevive em contextos bastante específicos como nas construções com “modais” + infinitivo, especialmente enclítico, tal como uma fórmula (*deve-se dizer*), quando em início absoluto de período/oração. Este último caso ilustra que a modalidade escrita, em especial a jornalística, apresenta algumas estruturas particulares que retratam a manutenção de um padrão normativo, que tomaria por base um suposto modelo europeu presente em descrições tradicionais e ainda em muitos compêndios didáticos. Esse resultado mostra-se muito afastado do que se verifica na norma vernacular brasileira (cf. CORRÊA, 2012), cujas tendências se apresentam, ainda que discretas, na fase 7 (1975-2000) da amostra coletada neste trabalho.

As semelhanças já apontadas entre as duas amostras (especialmente quanto ao comportamento do “se” indeterminador) podem ser sistematizadas da seguinte forma:

<i>Semelhanças entre as amostras brasileira e europeia</i>
Em contexto de início absoluto de período/oração, não houve registros de próclise a V1.
A próclise a V1 é a variante preferencial com o indeterminador, enquanto a ênclise a V2 é a variante preferencial com o reflexivo.
O “se” indeterminador parece mais sensível à atuação do elemento “proclisador” do que o “se” reflexivo.
Os padrões brasileiro e europeu detectados a partir do quantitativo geral dos dados são muito parecidos, com registros da alternância entre as variantes próclise a V1 e ênclise a V2.

Quadro 01. Sistematização das principais semelhanças entre as amostras brasileira e europeia segundo o fenômeno da colocação pronominal em estruturas verbais complexas.

No comportamento geral das amostras, o “proclisador” exerce maior atração sobre o indeterminador, que tende a figurar em próclise a V1. O efeito proclisador é mais brando com o reflexivo (que apresenta a ligação a V2 como tendência) nas duas amostras, deixando quase de existir na escrita brasileira do fim do século XX, ao contrário da escrita europeia, que registra a próclise a V1 em expressivo número de dados.

As alterações no padrão de colocação, especificamente do “se” reflexivo, diferentemente do “se” indeterminador, constituem indícios de uma mudança que se opera na própria norma brasileira, que, ao que parece, de um modelo inspirado na norma europeia passa, ainda que discretamente a partir do Modernismo, a concretizar o que diversos estudos indicam ser a opção gramatical (paramétrica) brasileira de colocação. Em toda a amostra, o reflexivo tende a se colocar adjacente a V2, preferencialmente em ênclise no século XIX, em que a proposta de se basear em um modelo europeu ainda era muito forte. Por outro lado, ao longo do século XX, essa preferência diminui gradativamente e cede lugar à variante proclítica a V2, tida como inovação brasileira.

Assim, os resultados relativos ao clítico reflexivo vão ao encontro do que apontou Martins (2009) a respeito das principais diferenças entre PB e PE. Ao longo do século XX, parece haver, aos poucos, a construção de dois padrões distintos entre Brasil e Portugal, que parecem se consolidar no final do período (1975-2000). Ressalta-se que a próclise a V2 é considerada uma inovação pelo fato de não ser naturalmente registrada nem na amostra europeia nem em outras línguas românicas. Como o presente estudo demonstrou, o único ambiente linguístico, na variedade europeia, em que se encontra V1 (x) cl V2 refere-se ao complexo verbal formado por uma preposição/conector interveniente, que exerce função de “proclisador” interno à construção. Nos textos brasileiros, isso não é uma condição para figurar a próclise a V2, que se encontra até mesmo “solta” entre as duas formas do complexo verbal (ex.: *Um diretor da empresa, que não quis se identificar para a reportagem, declarou que o seguro indenizaria as famílias das vítimas, | bem como as despesas de hospi- | talização.* [Amostra brasileira – anúncio fase 7]).

Se, de um lado, é interessante notar que, no fim do século XX, o padrão de colocação pronominal em complexos verbais da fala brasileira – que admite a próclise sobretudo dos reflexivos a V2 e não se submete a efeito de partículas proclisadoras – pode ser observado na escrita jornalística, o padrão culto escrito apresenta, de outro lado, dados que não revelam as transformações ocorridas na fala. A partir da análise da amostra, nota-se que a modalidade escrita é completamente diferente da oral, no que tange à norma vernacular brasileira. O início absoluto de oração/período constitui claro contexto da distinção fala X escrita: nenhum dado, nem mesmo na última fase do século XX, apresenta próclise a V1 e há ampla preferência pela ênclise a V1 ou a V2. O indeterminador, além de ainda ser registrado nos textos jornalísticos escritos no Português do Brasil até os dias atuais, mantém praticamente os mesmos padrões de colocação pronominal registrados no Português Europeu, o que demonstra que a modalidade escrita não revela as diferenças entre as duas variedades, quanto a esse clítico. Contudo, é na fala que se manifestam integralmente tais distinções entre PB e PE. Conforme apontam os resultados de Corrêa (2012), a preferência pela próclise a V2 na fala carioca fica muito próxima a índices categóricos, independentemente dos contextos morfossintáticos, ao ponto de a própria autora questionar a existência de uma regra variável do fenômeno em questão nessa modalidade. É importante ressaltar que a pequena alternância de formas se deu exclusivamente com os poucos dados de “se” indeterminador, pouco produtivo na modalidade oral brasileira, em construções do tipo “não se pode fazer”.

Sabe-se que outro ponto de afastamento entre PB e PE reside nos resultados a respeito das lexias verbais simples, que apresentam uma realidade completamente distinta da observada nos complexos verbais. As motivações linguísticas que influenciam a colocação pronominal em estruturas verbais complexas são bastante diversas das referentes à ordem dos clíticos em lexias verbas simples e, por isso, não devem ser tratadas como parte de um mesmo fenômeno linguístico com características iguais. Nesse ponto, aliás, saliente-se a pouca atenção, ou, praticamente, a omissão do tratamento da gramática tradicional sobre o fenômeno da ordem dos clíticos nos complexos verbais. Um exemplo do caso é o fato de os compêndios gramaticais aludirem genericamente aos mesmos fatores de “atração” pronominal para os contextos de lexias verbais simples e de lexias verbais complexas. Na verdade, este artigo aponta que, nem mesmo na escrita europeia, o efeito proclisador sequer se aproxima do categórico nos complexos verbais com quaisquer dos tipos de “se” em contextos de atração – principalmente com o reflexivo, o que demonstra um padrão bastante diferente do que deve ser descrito para as lexias verbais simples. Assim sendo, a generalização usualmente feita de que a escrita brasileira se pauta no modelo europeu inspirador da descrição tradicional não se aplica verdadeiramente ao caso dos complexos verbais, em que efetivamente ocorre nos dados escritos europeus uma situação de variação entre a próclise ou ênclise a V1 e a ênclise a V2, mesmo na presença de elementos proclisadores.

A análise de Martins (2009) corrobora a ideia de que há duas realidades diferentes entre a colocação pronominal nas lexias verbais simples e nas complexas. O estudo revelou que o Português do Brasil, com base em textos de peças teatrais, demonstrou forte padrão de próclise, nas lexias verbais simples, por exemplo, que aumenta gradativamente com o passar das décadas até o século XX, enquanto os índices do PE atingem níveis quase categóricos de ênclise, especialmente quando não há presença de elemento “proclisador”. Ressalte-se que, a partir das análises apresentadas na presente pesquisa, os elementos preponderantes para a colocação pronominal nas estruturas verbais complexas são relativos ao tipo de verbo principal e ao tipo de “se”, nas duas variedades, enquanto nas lexias verbais simples, conforme diversas pesquisas já mencionadas apresentaram, a motivação para a ocorrência da próclise e da ênclise se dá pela presença/ausência e a natureza do elemento “proclisador”, em particular na escrita do Português Europeu.

O presente estudo demonstra que a escrita, consoante o que se idealiza como padrão culto, tende a ser niveladora das normas brasileira e europeia, especialmente na passagem do século XIX ao XX, de modo que não manifesta óbvias diferenças entre elas, mesmo no que se refere à ordem do “se” reflexivo, o que tende a paulatinamente se alterar ao longo do século XX. Como se apresentou, em contexto de início de período/oração, não se observam parâmetros diferentes de colocação entre as duas variedades, nem mesmo na última fase do século XX. Contudo, encontraram-se divergências reveladoras quanto ao uso do reflexivo no PB e no PE, que constituem, possivelmente, reflexos da evolução de gramáticas distintas quanto à ordem dos clíticos argumentais.

No início do século XIX, registrava-se maior número de dados de próclise a V1 nas duas amostras, como um possível vestígio de uma gramática antiga do Português Clássico. Passa-se a registrar a próclise a V2 somente nos dados da amostra brasileira, já no século XIX, consolidando-se no final do XX – mais fortemente no caso das construções complexas com o gerúndio. Essa alteração gramatical do PB é ratificada pelo fato de não haver qualquer caso de efetiva próclise a V2 nos dados da amostra europeia.

Quanto ao possível efeito das partículas consideradas proclisadoras, os resultados revelam que essa variável não atua categoricamente, nem em índices próximos ao categórico no caso de complexos verbais, em qualquer das duas amostras. Enquanto o indeterminador parece mais sensível à atuação desse grupo de fatores, com mais registros de próclise a V1 nas duas amostras, em todas as fases estudadas, o “proclisador” não é suficiente para exercer a atração do reflexivo, o que é ainda mais nítido nos dados brasileiros. Quanto ao PE, o efeito proclisador parece aumentar diante do reflexivo, ainda que discretamente, ao longo do século XX.

Por fim, de todo o exposto, espera-se que se tenha contribuído efetivamente para a ampliação do conhecimento da história da língua portuguesa, nas variedades brasileira e europeia, tomando por base especificamente a colocação pronominal do “se” em complexos verbais. Fica para a agenda de futuras investigações aplicar a proposta deste trabalho considerando dados de diferentes gêneros textuais, contemplando não só a escrita, mas também a fala em *corpora* sociolinguisticamente controlados, seja em perspectiva sincrônica, seja em perspectiva diacrônica. Assim, será possível confirmar e ampliar os propósitos investigativos, especialmente no que se refere aos interesses declaradamente sociolinguísticos.

Referências Bibliográficas

- CASSIMIRO, D. O. S. *Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do português literário: um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge / Mass: MIT Press, 1995.
- CORREIA, C. M. M. L. *Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface sintaxe-fonologia*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.163-184.
- GALVES, C. M. C.; BRITTO, H. S.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Clitic Placement in 17th and 18th European Portuguese Texts: First Results from the Tycho Brahe Corpus*. p. 1-28, 1990.
- _____.; _____.; _____. The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, p. 39-67, 2005.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.
- LOBO, Tânia *Para uma sociolinguística histórica do Português do Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MATEUS, M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- NUNES, Carla da Silva. *Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- _____. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 2, p. 49-68, 1998.
- SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- VIEIRA, M. F. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu

How polite is you ('you')? The pronoun of address you in European Portuguese

Recebido em 05 de setembro de 2015. | Aprovado em 11 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.193>

Ana Rita Bruno Guilherme¹
V́ctor Lara Bermejo²

Resumo: O pronome *você* na variedade europeia do português tem um comportamento discursivo muito complexo. Este facto faz com que os diferentes autores que se dedicaram a analisar os usos deste pronome não concordem com o seu valor real e atual. Embora o Português Brasileiro tenha especializado *você* como pronome familiar, substituindo em ocasiões *tu*, o caso europeu apresenta contextos de uso de *você* aparentemente contraditórios: tratamento informal, tratamento formal e, até um determinado ponto, tratamento pejorativo. Este trabalho pretende refletir sobre o uso de *você* em Português Europeu, sobre uma perspetiva diacrónica e à luz da pragmática da cortesia. Para tal, extraímos dados de três diversos *corpora* que revelam o uso real de *você* ao longo do século XX, já que é a partir do XIX que *você* se especializa, em princípio, para a informalidade. Os resultados mostram um uso pouco expressivo deste pronome de tratamento e uma certa polivalência do mesmo, como efeito da paulatina marginalização que tem experimentado desde há mais de cem anos.

Palavras-chave: formas de tratamento; português europeu; cortesia; *você*; diacronia.

Abstract: The pronoun *você* in European Portuguese has a very complex discursive behaviour. This fact has made different authors that analyzed the usage of this pronoun to disagree on its real and current value. Although the Brazilian Portuguese has specialized *você* as an informal pronoun, occasionally replacing *tu*, the European case presents contexts of usage of *você* that are apparently contradictory: informal address, formal address and to a certain extent pejorative address. This work aims to reflect on the usage of this pronoun in European Portuguese, from a diachronic perspective and in the light of the politeness principles. In order to do that we have obtained data from three different *corpora* that replicate the real usage of *você* throughout the 20th century, since it is from the 19th century that *você*, in principle, starts specializing as an informal pronoun. The results show an inexpressive usage of this politeness form and a certain polyvalence of it, as the effect of a gradual marginalisation that it has experienced for over one hundred years.

Keywords: forms of address; European Portuguese; politeness; *você*; diachrony.

¹ Doutoranda em Linguística, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. anabrugui@gmail.com.

² Doutor em Linguística, Universidade Autónoma de Madrid, Espanha. Professor da Universität Bern, Suíça. viktoresc@hotmail.com.

Introdução

O sistema de formas de tratamento em Português Europeu é reconhecidamente complexo (CINTRA, 1986; GOUVEIA, 2005; FARIA, 2009; e.o.). Tal complexidade é ainda mais notória quando se pretende ensinar a língua, quer a falantes nativos quer a estrangeiros (DUARTE, 2010, p. 133). Diversos manuais de Português para Estrangeiros observam que o uso explícito do pronome *você* expressa cortesia, já outros indicam que expressões nominais como *o senhor* se adequam a situações comunicativas de maior formalidade mas sem tecerem nenhum comentário ou recomendação em relação ao uso de *você*, e outros ainda aconselham a não se utilizar expressamente este pronome em contextos mais formais. Além das descrições e comentários sobre o uso explícito de *você*, parece existir um sentimento generalizado entre os falantes de português de que o uso deste pronome não veicula necessariamente um valor de cortesia. Por outras palavras, a aceitabilidade do uso de *você* pelos falantes está longe de ser incontestável.

É, neste sentido, propósito deste trabalho avançar com possíveis respostas à pergunta que intitula o mesmo – quão cortês é você? Tais respostas serão contextualizadas à luz da teoria da cortesia e também através da análise de dados históricos, apoiada por uma resenha sobre o desenvolvimento de *você* como pronome de tratamento em Português Europeu. Pretendemos que este trabalho conduza a um melhor entendimento sobre o uso de *você* em Português Europeu como forma de tratamento, e tal entendimento passará por tentar perceber mais claramente o uso efetivo deste pronome na variedade europeia do português e porque é que este pronome é, em parte, avaliado como pouco cortês (e mesmo, até certo ponto, descortês?).

Este artigo está estruturado em seis partes. Na primeira parte, apresentamos um breve percurso histórico de *você*; na segunda parte, através do que é descrito na literatura e nos manuais de português como língua estrangeira, centramo-nos nos valores pragmáticos de *você* em Português Europeu contemporâneo; na terceira secção delinearemos o quadro teórico que enquadra este trabalho; o quarto ponto respeita à metodologia adotada e à descrição dos *corpora* com os quais trabalhamos; na quinta parte, analisamos os dados extraídos desses *corpora* e, finalmente, no sexto ponto propomos uma análise qualitativa apoiada na teoria pragmática e da cortesia.

1. Uma breve história de *você*

A divisão do Império Romano em dois (oriental e ocidental) conduziu ao sistema de formas de tratamento que as línguas românicas herdaram do latim (CHÂTELAIN, 1880). Assim, o português herdou o sistema de formas de tratamento do latim tardio – *tu* e *uos* (FARACO, 1996). O pronome *tu* era usado em contextos comunicativos mais informais e *vós* era utilizado, para um interlocutor singular³, como forma de cortesia, e era igualmente usado para vários interlocutores, como tratamento familiar, e sem nenhum traço de cortesia (CINTRA, 1986; FARACO, 1996). Todavia, a partir do século XIV, e com maior relevância no século XVI, o português sofre profundas mudanças no paradigma de formas de tratamento (BECHARA, 1991; FARACO, 1996). A emergência da burguesia, que gradualmente assume o poder antes detido pela aristocracia, o crescimento de cidades como Lisboa e o fluxo de riqueza resultante de conquistas além-mar (entre outros motivos) provocaram alterações nas estruturas sociais (FARACO, 1996). A corte enriqueceu e tornou-se mais socialmente estratificada e vincada, e por isso mesmo mais rígida. Tais mudanças sociais alavancaram a emergência de novas formas de tratamento (FARACO, 1996). É neste contexto que surgem expressões nominais como *Vossa Mercê*, a forma original por detrás de *você*.

Vós era a forma preferida para endereçar o rei (LOPES, 2003; MENON, 2006), no entanto, tornou-se insuficientemente diferenciadora. Subsequentemente, o rei passa a ser dirigido por *Vossa Mercê* mas muito rapidamente (século XV) esta expressão espalha-se a outras classes sociais. No século XVI, *Vossa Mercê* começa a perder o seu valor reverencial e inicia o seu processo de gramaticalização (FARACO, 1996). Durante os séculos XVIII e XIX *você* está muito generalizado na sociedade e o processo de gramaticalização completa-se.

Uma das consequências das várias mudanças no sistema de tratamento em português é a perda de *vós* como pronome de tratamento, tornando-se mesmo pouco polido, a partir do século XVIII, de acordo com Cintra (1986, p. 29). *Vós* desaparece do paradigma formal de tratamento na variedade padrão, mas preserva-se em certas

³ O uso de *vós* - i.e. 2ª pessoa do plural – para um interlocutor singular relaciona-se com a divisão do império romano em dois. Embora cada império (e até certo ponto cada imperador) fosse independente *de facto*, quando se endereçava ao imperador utilizava-se o pronome plural *vos* como símbolo de pluralidade, ou seja, de poder (cf. BROWN; GILMAN, 1960).

áreas do norte do país como pronome familiar (CINTRA, 1986). O pronome *tu* manteve o seu lugar no sistema de intimidade e o pronome *você*, como mencionado, ainda que seja considerado como uma forma mais do eixo da formalidade, a literatura (e os dados) parecem apontar para uma indeterminação no que respeita aos verdadeiros valores veiculados por este pronome.

2. Você em Português Europeu contemporâneo

Como referimos, o português europeu desenvolveu novas formas no sistema de tratamento, muito diferentes daquelas existentes há vários séculos atrás. *Vós* fora substituído pelo pronome plural *vocês*, tornando-se a forma não marcada para a segunda pessoa do plural (2pl) (cf. quadro 01).

	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
formalidade	Vossa mercê – Você [Você] – Vós	Vossas mercês – Vocês – Vós
informalidade	Tu	Vossas mercês – Vocês – Vós

Quadro 01. Sistema de segunda pessoa (variedade padrão até ao século XVIII).

Todavia, o uso explícito de *você* é, atualmente, avaliado como desajustado a situações mais polidas e, como tal, poderá ser apreciado negativamente (CINTRA, 1972; MENON, 2006; FARIA, 2009). Este novo valor de *você* emergiu por volta do século XIX, quando *você* e *tu* passaram a ter praticamente o mesmo valor, passando ambos a ser utilizados para contextos informais ou semi-informais. A inexistência de formas de tratamento que não fossem de certo modo ambíguas, como o *você*, para situações de maior polidez e para um interlocutor individual fez com que emergissem novas estruturas de cortesia. Estas formas, na sua maioria estruturas nominais, existem até ao momento e são amplamente utilizadas, sendo formas como *o senhor/a senhora* as mais comuns (cf. quadro 02).

	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
formalidade	O senhor / A senhora	Os senhores / As senhoras Vocês
não íntimo	Você	Vocês
informalidade	Tu	Vocês

Quadro 02. Sistema de tratamento em Português (atualmente), adaptado de Cintra (1986)⁴.

Como é possível observar a partir do quadro 02, Cintra (1986) divide o sistema atual de tratamento em três níveis, de acordo com a relação social dos participantes. O pronome *você* encontra-se num lugar intermédio, num patamar complexo e único, já que pode ser utilizado, segundo aquele autor, para situações de tratamento entre iguais mas sem intimidade, e, quando usado entre participantes com diferentes posições sociais, ajusta-se de superior para inferior hierárquico, todavia não o oposto. Cunha e Cintra (1992) reiteram esta posição em relação aos usos de *você*. A utilização deste pronome também se verifica em contextos cujo parâmetro não é de superioridade social mas o oposto, isto é, de inferior para superior. Um desses contextos verifica-se, de acordo com Faria (2009, p. 46), de filhos para pais, por exemplo. Aliás, é um cenário comum em zonas mais interiores do país (zonas do sul) e é neste contexto que se atestam precisamente formas mais antigas deste pronome – *vossemecê*-, e que testemunham um estágio intermédio da redução fonológica associado ao processo de gramaticalização ocorrido.

⁴ A expressão de tratamento *o senhor/a senhora* é apenas umas das múltiplas formas (a mais comum) de que o português dispõe para contextos de maior formalidade. Outras formas estão relacionadas com o título profissional – *senhor Doutor* ou *senhor Engenheiro*, *Professor* – ou, por exemplo, com relações familiares – *o pai*, *a avó*. Para as formas nominais que fazem parte do sistema de cortesia em português cf. Cintra (1986).

Todavia, a utilização deste pronome neste contexto específico – de inferior para superior – é frequentemente reputada como pejorativa (FARIA, 2009, p. 47). Aliás, e seguindo ainda Faria (2009, p. 47) e também Carreira (2003), o pronome é evitado por muitos falantes precisamente pelo caráter indelicado que veicula, optando-se por usos verbais de sujeito nulo (3ª pessoa verbal: 3sg).

De acordo com Vázquez Cuesta e Luz (1971), o uso de *você* era já evitado nos séculos XVII e XVIII e, segundo uma investigação realizada por estas autoras, o pronome era utilizado principalmente como forma de tratamento familiar entre amigos, mesmo na alta burguesia, sem ainda nenhuma conotação pejorativa. Esta utilização do pronome por determinados grupos sociais (elevados) como forma de tratamento íntimo mantém-se ainda hoje (CINTRA, 1986; FARIA, 2009). Tal situação é similar ao *vous* francês: «*vous* had bourgeois connotations: in upper class families, children might use *vous* to address their parents who might use *vous* too» (*vous* tinha conotações burguesas: nas famílias de classe elevada, os filhos usavam *vous* para se dirigirem aos pais, quem usavam também *vous*) (CLYNE *et al*, 2009, p. 4).

Faria (2009, p. 44) observa que *você* aparenta ser uma «forma neutra quando utilizada pela publicidade e pelos meios de comunicação social, que se querem dirigir ao público em geral, indiferenciado (...)». É a esta neutralidade que aparenta referir-se Cintra (1986) quando o coloca num patamar intermédio no sistema português de tratamento (FARIA, 2009). Esta neutralidade conferida ao pronome, para situações comunicativas em que os intervenientes não partilham de grande intimidade, é também reiterada por outros autores (cf. VÁZQUEZ CUESTA; LUZ, 1971; TEYSSIER, 1989). No entanto, este valor neutro parece, de acordo com Faria (2009, p. 48), relacionar-se acima de tudo com a possibilidade de omissão do pronome *você* (ou do sujeito) e na exclusiva utilização da forma verbal de 3sg. Assim, usos de formas verbais de 3sg poderão ser entendidos como formas não marcadas de cortesia ao passo que «a forma marcada será a forma *tu* e segunda pessoa *pro-drop*» (FARIA, 2009, p. 50).

Outros aspeto que aparenta ser consensual é a ideia de que são as formas nominais (*o senhor, a senhora*) que melhor se ajustam a situações mais corteses (VÁZQUEZ CUESTA; LUZ, 1971; CINTRA, 1986; FARIA, 2009; e.o.).

Você no ensino de Português para estrangeiros

Como observámos na secção anterior, os critérios que definem quando se deve utilizar (e se se deve de facto utilizar) *você*, como forma de tratamento, são muito imprecisos. Não obstante, os manuais de Português para estrangeiros⁵ não são consensuais no que respeita à descrição dos usos deste pronome em português. Assim, a maioria de tais manuais indica que *você* é o pronome adequado a situações comunicativas mais formais; outros⁶ observam que grupos nominais como *o senhor* são mais respeitosos mas não clarificam quanto aos usos de *você*; e, outros ainda⁷ sublinham que existe uma diferença entre *você* e *o senhor*. De acordo com estes últimos manuais, *você* é um pronome cujo uso é bastante complexo e, como tal, deverá ser evitado. Aconselham a utilização de estruturas como *o senhor/a senhora*. Esta disparidade de descrições presente nos diversos manuais sublinha precisamente o caráter complexo de *você*, e tal complexidade torna-se ainda mais evidente quando se precisa de ensinar os usos deste pronome a falantes de outras línguas (DUARTE, 2010).

Em suma, hoje em dia, *você* apresenta-se como um pronome de tratamento algo heterogéneo quanto aos valores que veicula. Isto porque, e seguindo nisto Faria (2009), os parâmetros que definem a seleção desta forma de tratamento estão pouco fixados entre os falantes: assim, é um pronome frequente entre participantes com relações de poder muito assimétricas – quem detém o poder poderá interpelar o outro, que está numa posição inferior em tal relação, recorrendo a este pronome mas ao contrário não será 'aceitável', aliás poderá ser avaliado como ofensivo; também é uma forma de tratamento íntimo de determinados grupos sociais (elevados), mas que não iguala nem substitui o tratamento por *tu* (FARIA, 2009); e, finalmente, é um pronome frequentemente utilizado entre iguais mas que mantém uma relação de deferência. Nestes contextos, esta forma de tratamento aparenta ser neutra. Todavia, este valor neutro do pronome parece não ser assim tão claramente entendido e julgado por muitos falantes. Isto é, tal neutralidade é até certo ponto questionável por muitos, na medida em que, no momento da seleção da forma de tratamento, é comum optarem-se por outras estratégias, nomeadamente, formas verbais de 3sg (sujeito nulo) ou grupos nominais.

⁵ Os manuais de PLE mais utilizados são *Vamos lá começar, Português sem fronteiras, Comunicar em português, Entre nós, Gramática Ativa, Gramática aplicada, Português XXI e Português para todos*.

⁶ (c.f. *Português sem fronteiras, Português para todos*).

⁷ Apenas dois, de entre os manuais consultados (cf. *Vamos lá começar, Português para todos*).

Não perdendo de vista o objetivo deste trabalho – o de descrever os usos de *você* em Português Europeu, e o de lançar algumas possíveis respostas sobre as motivações que tornam este pronome pouco homogêneo quanto aos seus valores de cortesia – iremos analisar alguns dados históricos, no sentido de perceber mais claramente o uso de *você* ao longo do tempo. Tendo em mente que a forma gramaticalizada *você* apenas emerge no século XIX e passa, a partir desse momento, a ser mais difundida, fará mais sentido analisarem-se dados recolhidos a partir desse momento, com particular foco a dados respeitantes ao início do século XX.

3. A teoria da cortesia: formas de tratamento e o seu percurso histórico

O estudo das formas de tratamento constitui apenas um dos muitos fenómenos pragmáticos de que se ocupa a Teoria da Cortesia, sendo que esta se insere numa disciplina maior, a Pragmática Linguística. Os percursores de uma teoria do tratamento e de uma nomenclatura que tem permanecido até ao presente são Brown e Gilman (1960), que propuseram a distinção entre formas T (próprias da informalidade, da intimidade, da solidariedade) e V (próprias da distância e do poder). Para estes autores, as formas de tratamento são o espelho das interações sociais que se caracterizam por relações de poder e solidariedade. As iniciais T e V têm a sua origem no império romano precisamente por o pronome de solidariedade ser *tu* e o de poder ser *vos*, particularmente dirigido ao imperador, símbolo maior de poder. Muitos outros reconhecidos linguistas que trabalham nesta área, como Brown e Levinson (1987), Scollon e Scollon (2011) ou Jucker e Taavinstainen (2003), concordam com os parâmetros de poder e solidariedade, ainda que para aqueles os usos de uma forma ou uma estratégia dependerá, acima de tudo, de questões de preservação da face dos indivíduos que participem no ato comunicativo. Já para Watts (2003), as formas de tratamento e a cortesia são produto da ideologia de uma sociedade e refletem o que é politicamente correto num dado momento histórico e cultural. Watts (2003) exemplifica a sua perspetiva sobre cortesia, recorrendo à Grã-Bretanha do século XVIII.

“standard English became almost synonymous with polite English or the English of polite society [...] The concept of politeness was appropriated as the basis of a hegemonic discourse in which the ability to control a specific language variety was interpreted as providing access to high social status from which power could be exercised. Determining who was a member of ‘polite society’, however, was in the hands of those who had already gained access.” (WATTS, 2003, p. 39-40).

A cortesia na Inglaterra definia-se assim por um *je ne sais quoi*, em que os membros desta ‘polite society’ pertenciam a um grupo privilegiado, detentor do poder político, financeiro e moral do Estado (WATTS, 2003). Portanto, a cortesia relacionava-se com a perceção por parte da elite, ou seja, a detentora do poder, de como tinham de ser tratados entre eles e pelo resto das classes sociais.

Se revirmos o desenvolvimento de muitas formas de tratamento das sociedades ocidentais, que escolhem um pronome ou um sintagma nominal específico ou uma concordância em concreto para marcarem formalidade ou informalidade, observamos que a manutenção, decadência ou auge de uma forma se relaciona com essa ideologia comum a uma sociedade. Na Península Ibérica, sob o mandato de Felipe II, vigorava um sistema muito limitado de formas de tratamento numa sociedade extremamente hierarquizada que tinha perdido esses contrastes pela universalização da forma V(ós). O mesmo se verificou na Alemanha do século XVIII, quando *Eure Gnaden (Sie)* substituiu *ihr*, que se usava também para a informalidade (HICKEY, 2003; HOWE, 1996). Atualmente, no entanto, como constatam Paulston (1984) para a Suécia, Kocher (1967) para a ex-Jugoslávia, Benigni e Bates (1977) para Itália ou De Jonge e Nieuwenhuijsen (2012) para Espanha, o uso das formas T têm experimentado um auge vertiginoso como a melhor maneira de espelhar os valores de democracia (de comunismo para o caso da antiga Jugoslávia) e diluir ao máximo as diferenças sociais. Provavelmente poder-se-á considerar um tipo de direção da mudança pragmática que envolve as formas de tratamento, ou seja, quando uma determinada forma (quer T, quer V) passa a ser amplamente difundida pelos falantes sucede uma de duas situações: a forma propagada perde o seu valor original e adquire outro ou perde-o sem conseguir fixar-se num determinado valor, acabando por desaparecer ou tornando-se marginalizada. Para Siewierska (2004), por exemplo, há três estratégias fundamentais para marcar a *deixis* social: a terceira pessoa, a pluralidade e as formas abstratas. Head (1978) afirma que, se uma língua emprega a categoria número para a cortesia, o número não singular é o usado para um maior grau de cortesia. Além disso, se uma língua utiliza a categoria de pessoa, a terceira é a escolhida para marcar maior respeito. Se ambas estratégias se juntam, existe uma hierarquia que marca de menor a maior a distância entre os

interlocutores: 2sg > 2pl > 3sg > 3pl. A 3sg é mais formal do que a 2pl, enquanto a 3pl é a estratégia mais cortês de todas e a 2sg, a mais informal.

4. *Corpora* utilizados: ALPI, Cordial-Sin e Fly (Forgotten letters, years 1900-1974)

A linguística histórica tem, cada vez mais, beneficiado dos múltiplos avanços tecnológicos e por isso pode, atualmente, auxiliar a sua investigação recorrendo a bases de dados digitais de ampla escala. A história de *você* pode-se traçar ao longo do século XX até agora graças a várias fontes diacrónicas, retiradas de diferentes bases de dados digitais. Neste sentido, pretendemos delinear um pouco dessa história a partir de três *corpora* nos quais baseamos a nossa análise.

Atlas linguístico da Península Ibérica (ALPI)

O *Atlas linguístico da Península Ibérica (ALPI)* (cf. HEAP, 2003) foi a primeira ferramenta dialetal concebida no século passado para o espanhol, português e catalão. A metodologia deste projeto, levado a cabo entre as décadas de 1920s e 1950s, consistia na repetição, por parte dos informantes, de orações e palavras pré-estabelecidas, de acordo com as suas particularidades vernáculas. O perfil dos informantes correspondia a idosos, de meios rurais e sem escolaridade. O propósito era o de recolher qualquer fenómeno fonológico, lexical ou morfossintático das línguas da Península Ibérica (SANCHÍS GUARNIER, 1962).

Cordial-Sin

O problema do ALPI relacionava-se com a carência de espontaneidade, além do facto de ter apenas recolhido uma resposta por município. A fim de compensar as falhas que alguns questionários têm, a sociolinguística concebeu a entrevista semidirigida, para que o informante pudesse produzir uma grande quantidade de ocorrências linguísticas sem nenhum condicionamento. No caso do português europeu, contamos com o *corpus* CORDIAL-SIN⁸. Este *corpus* é constituído por extratos de discurso espontâneo e semidirigido gravado em duzentas localidades de Portugal e que foram retirados de outro projetos, nomeadamente, do ALEPG, ALLP, ALEAç e do BA. O *corpus* tem, portanto, uma representatividade geográfica relevante.

FLY – Forgotten Letters – Years 1900-1974

Por último, optámos por recolher e analisar dados de um outro *corpus* - de cartas particulares - e, nesta medida, muito diferente dos anteriores. Pretendemos, com a inclusão deste *corpus*, complementar os dados recolhidos nos dois *corpora* dialetais (o *Alpi* e o *Cordial-sin*), uma vez que estas cartas, distantes da entrevista, foram elaboradas em contextos mais informais. Relembre-se que um dos contextos possíveis para o uso de *você* é entre iguais mas com alguma deferência ou de inferior para superior, como por exemplo, de um pai para um filho (FARIA, 2009). Assim, uma análise a tais fontes também nos permite explorar um outro tipo de situação comunicativa, potencial para a emergência de *você*.

As cartas privadas foram escritas entre 1900 e 1974 e fazem parte de um arquivo de 2000 cartas, compilado pelo projeto *Fly*⁹ (*Forgotten Letters, 1900-1974*), elaborado por um grupo de investigadores do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Estes documentos foram escritos em contextos muito específicos, nomeadamente, de guerra, prisão, exílio e de emigração. Os autores e remetentes pertencem a âmbitos geográficos e sociais muito díspares. As cartas privadas, como é reconhecido, ainda que obedeçam a uma tradição discursiva, são documentos sob o ponto de vista linguístico muito relevantes devido à sua natureza tendencialmente mais espontânea. Esta particularidade faz com que estes documentos estejam mais próximos do registro oral (KOCH; OESTERREICHER, 1990). Além deste aspeto, as cartas são, como observam Jucker e Taavitsainen (2003, p. 09) 'uma forma de interação indireta entre um escritor e um interlocutor', logo constituem um ambiente propício para a emergência de segundas pessoas discursivas. Outra característica que nos parece relevante para uma análise linguística é a de que a correspondência privada isenta os autores de um certo protocolo e permite-lhes escrever com maior liberdade, abrindo o caminho a alguma variação (JUCKER; TAAVITSAINEN, 2003).

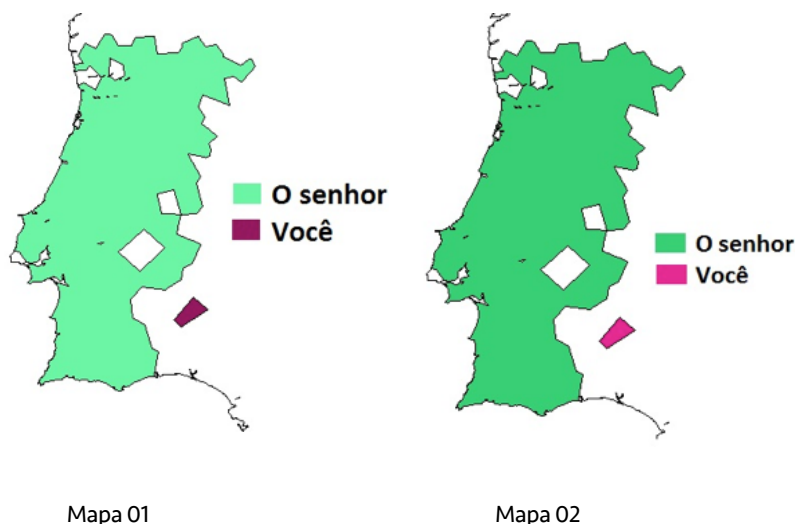
⁸ Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/225-description-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>>.

⁹ Disponível em: <<http://cards-fly.clul.ul.pt/>>.

5. Você em corpora diacrônicos – descrição geral dos resultados

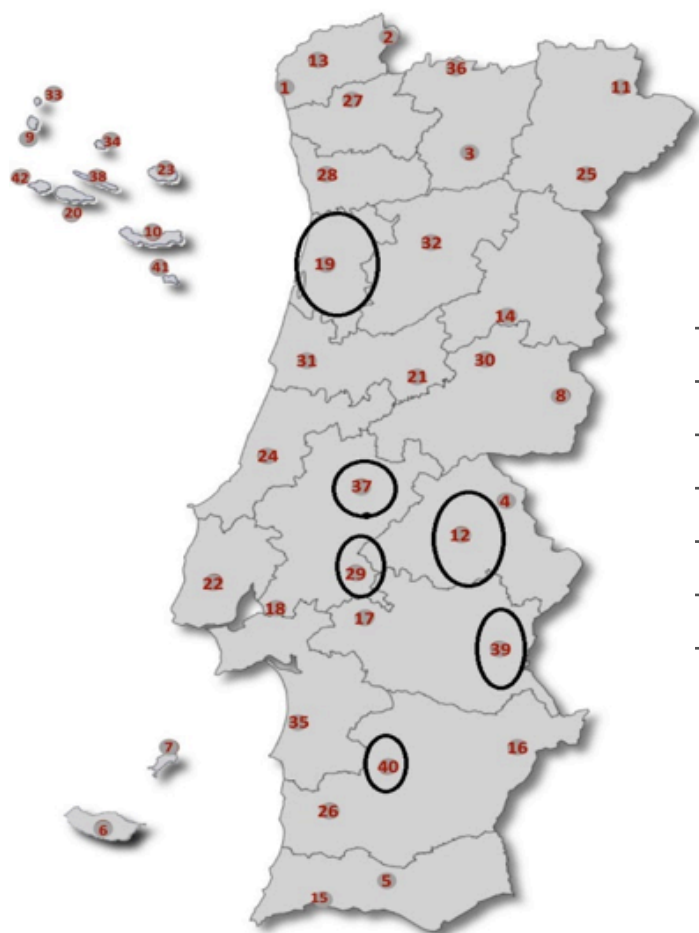
5.1 - Você nas entrevistas dialetais: ALPI e Cordial-Sin

O questionário do ALPI pré-estabelecia duas orações com referência a uma 2sg pessoa formal discursiva. Estas orações são *Póngase usted el sombrero* ('Ponha você / o senhor o chapéu') (mapa 01) e *Deme usted un pañuelo* ('Dê-me você / o senhor um lençol') (mapa 02). No caso das diferentes orações pré-estabelecidas que faziam referência a uma 2sg informal, estas não forneciam ocorrências de pronome, já que todos os informantes escolheram um sujeito nulo, mas todas as flexões verbais para contextos informais foram construídas em 2sg, ou seja, com referência *tu*.



Ambos os mapas ilustram perfeitamente a extensão do sintagma nominal *o senhor* como forma de tratamento genérico, em detrimento de *você*, que apenas foi testemunhado em Barrancos, uma vila fronteiriça caracterizada pela mistura de traços portugueses e espanhóis. Esta zona preferiu manter *você* como a forma de tratamento cortês.

No que concerne ao Cordial-sin, foram retirados todos os exemplos de *você* e das formas arcaicas *vossemecê* / *vomecê*, ou seja, formas não completamente gramaticalizadas do sintagma nominal *Vossa Mercê*. Apenas encontramos 214 ocorrências de *você* e 37 de *vossemecê* / *vomecê*, em todo o território português. Em algumas áreas, o número de exemplos não ultrapassa a unidade (por exemplo, em Guarda ou Vila Real); noutras, apenas encontramos 2 (Funchal, Angra do Heroísmo) e na zona de Lisboa só surgiram 7 ocorrências deste pronome. O mapa 03 assinala os locais com mais de 10 ocorrências - os pontos com o maior número de ocorrências estão marcados por círculos. O número exato de exemplos apresenta-se na tabela 01.



19 - Covo (Aveiro)	56 ocorrências
37 - Montalvo (Santarém)	26 ocorrências
29 - Santa Justa (Santarém)	11 ocorrências
12 - Cabeço de Vide (Portalegre)	57 ocorrências
39 - Carrapatelo (Évora)	10 ocorrências
40 - Aljustrel (Beja)	17 ocorrências

Tabela 01. Localidades e número de ocorrências de você explícito.

Mapa 03. Ocorrências de você e vomecê >10.

À primeira vista, podem-se fazer duas observações de acordo com os resultados gerais. Primeiro, metade dos locais com um número de ocorrências de *você* superior a 10 encontra-se nas áreas meridionais – Portalegre (57), Évora (10) e Beja (17), o que é esperável dado que é nas áreas do sul que se verifica uma maior expressividade deste pronome – particularmente em contextos de alguma familiaridade mas de inferior para superior (de um filho para um pai, de um neto para um avô, etc.), ou seja, em relações familiares de alguma deferência. Não obstante, o número total de ocorrências de *você* (e de *vomecê*) nesta região é, ainda assim, baixo. Em contrapartida, um lugar na região centro-norte - Covo, Aveiro - sobressai pelo número elevado de ocorrências que apresenta (57). Além destas áreas, dois outros locais no centro do país (zona de Santarém) aparentam ser ligeiramente mais produtivos a respeito da utilização deste pronome, mas o número de ocorrências não é de todo representativo do verdadeiro uso deste pronome nesta zona.

No entanto, numa análise mais detalhada dos resultados, estes revelam outros aspetos mais importantes sobre o emprego de *você* como forma de tratamento e reforçam a hipótese de que o uso explícito deste pronome não é substancial no português europeu: os dados parecem colocar em evidência que a estratégia mais comum de tratamento formal ou semiformal não passa pela opção de *você*. Como o Cordial-Sin é um *corpus* constituído por uma série de extratos de discurso espontâneo e semidirigido, tornou-se necessário compreender em que situações comunicativas usaram os informantes *você*, ou seja, se o usaram para interagir com os entrevistadores. O entrevistador não é uma figura com quem os informantes partilhem uma relação de proximidade, o que facilita estratégias de distância ou de deferência numa situação comunicativa entre entrevistador e entrevistado. Para esta análise, utilizámos apenas os locais que possuem um número de exemplos superior a 20. Seleccionámos, então, as três regiões com um maior número de ocorrências, uma no Centro-Norte e duas na região Centro: Covo (Aveiro), Cabeço de Vide (Portalegre) e Montalvo (Santarém).

Nestes lugares, a maioria de ocorrências do emprego de *você* encontra-se em contextos de discurso relatado, como o exemplificado em (01), e não no contexto de entrevista.

(01) Nós chegamos lá, disse: "Ó patrão, **você** o que é que tem?" (Covo, Aveiro)

Na situação de entrevista, como indicam os resultados, a forma *você* não é a preferida para interpelar o entrevistador. Observe-se a tabela 02 que ilustra os resultados obtidos do uso de *você* para a figura do entrevistador:

Município	Você resultados gerais	Vomecê resultados gerais	Você para o entrevistador	Vomecê para o entrevistador
Covo (Aveiro)	56	0	12 (de 56)	0
Cabeço de Vide (Portalegre)	44	13	5 (de 44)	1 (de 12)
Montalvo (Santarém)	26	0	3 (de 26)	0

Tabela 02. Ocorrências de *você* e *vomecê* para interagir com o entrevistador.

Uma vez recolhidas e descritas as ocorrências do uso explícito de *você* – nas localidades selecionadas –, e tendo observado que o uso expresso de *você* não é muito produtivo num contexto de maior deferência (entre entrevistado e entrevistador), tornou-se relevante perceber que estratégia de cortesia é mais preponderante: se o emprego de formas nominais como *o senhor* ou *a senhora* ou formas de sujeito nulo com a 3sg. Na tabela 03 figuram os resultados encontrados nas entrevistas do Cordial-sin:

Localidade	Formas nominais	Formas verbais de sujeito nulo – 3sg
Covo (Aveiro)	27	164
Cabeço de Vide (Portalegre)	4	30
Montalvo (Santarém)	21	103

Tabela 03. Emprego de formas nominais e de sujeito nulo para interpelar o entrevistador.

Como exhibe a tabela 03, o uso de formas de sujeito nulo, exemplificado em (02), é a estratégia mais produtiva de interação com o entrevistador. A forma nominal mais frequente é *o (a) senhor(a)* (03) mas em Montalvo (Santarém) também encontramos exemplos de *a menina* (04).

(02) **Diga-me.** Aonde? Eu digo-lhe aonde! (Covo, Aveiro)

(03) Posso saber mais do que a do ca si nalgumas coisas, mas há outras em que **o senhor** sabe mais do que eu. (Cabeço de Vide, Portalegre)

(04) Não sei se **a menina** sabe? (Montalvo, Santarém)

5.2 - *Você* em cartas particulares: *Fly - forgotten letters (years-1900-1974)*

Para este trabalho, apenas considerámos uma carta por autor (tornando o conjunto mais homogêneo) e excluímos todas as cartas escritas por emigrantes portugueses no Brasil que tenham estado aí a viver há muito tempo, já que, como é sabido, os usos de *você* em Português Brasileiro são muito diferentes dos usos da variedade

européia. Um autor ou autora que esteja há muito tempo no Brasil poderá ter, naturalmente, muita influência de uma variedade sobre a outra.

Assim, encontramos apenas 20 exemplos de uso explícito de *você* em 13 documentos. Esta baixa proporção no *corpus* sublinha, novamente, que o emprego deste pronome não é muito produtivo em português europeu. De entre os documentos analisados, 11 foram escritos entre amigos; 1 entre primos e 1 entre irmãos. Todas as cartas foram escritas por homens, exeto uma. Observe-se o quadro 03 que resume estes resultados:

Cartas entre amigos		Género dos autores		Cartas entre familiares		Género dos autores		Total
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Total	Homens		
11	10	1	2	2			13	

Quadro 03. Relação social entre os participantes.

Além disso, a média de ocorrências de *você* por carta é de 1 como, por exemplo, em (05); apenas dois autores usaram três vezes este pronome, enquanto outro o empregou cinco vezes.

- (05) Agradeço os três documentos sobre a LUAR e penso, como **você**, que ela está arrumada (carta no exílio, entre amigos, Argel, 1973).

Este número tão baixo de ocorrências poderá ser explicado pela natureza do *corpus* – todos os documentos são familiares, ou seja, foram escritos por amigos e membros de família, o que poderá potenciar um uso maior do tratamento íntimo, isto é, de *tu*. Não obstante, este projeto recolheu cartas entre 1900 a 1974, e coligiu 2000 documentos, o que é um número elevado. Mais, foram escritas por pessoas de todas as classes sociais que ostentam distintas posições hierárquicas dentro da família, como pai ou filho. Portanto, considerando o amplo período cronológico, além das vastas diferenças sociais dos participantes e do número total de documentos do *corpus*, seria esperado encontrar uma maior produtividade desta forma de tratamento. Mais uma vez, nesta amostra, a estratégia preferida é a de sujeito nulo de 3sg verbal (06), tendo sido encontradas 56 ocorrências:

- (06) Já **viu** com certeza a fotografia (carta da guerra colonial, entre amigos, do Porto para a Angola, 1970).

A importância social das formas de tratamento

Ainda que uma reflexão mais social sobre as formas de tratamento não seja o foco deste trabalho, pareceu-nos importante mencionar um aspeto relevante com que nos deparámos ao analisar os documentos do *corpus* epistolográfico. Num dos documentos selecionados, a autora questiona sobre se deveria haver uma alteração na maneira como trata o seu amigo, isto é, se passaria de *você* para *tu*. Por outras palavras, se passaria de um tratamento mais diferencial para um tratamento mais íntimo. Não obstante, em todo o documento a autora não utiliza explicitamente *você* mas ativa sempre a forma de sujeito nulo de 3sg – a forma com que a autora se dirige ao seu destinatário. Todavia, a ideia de uma possível transferência para um tratamento mais íntimo, um tratamento por *tu*, deixa-a muito desconfortável:

- (07) 'Quanto ao pedido que me fez realmente tenho levado tempo a pensar e só hoje resolvi dizer-lhe que penso a esse respeito: acha realmente que nos devemos tratar por **tu**? eu não sei bem o que o [N] pensa sobre o tratamento por **tu** entre os jovens, eu por mim julgo que poderíamos continuar conforme estamos (...) pode pensar que estou a ser horrível e mesquinha, mas para mim isto representa imenso, (...)' (carta na guerra colonial, de uma amiga para um amigo do Porto para a Angola, 1970).

Este pequeno excerto é muito importante. Por um lado, representa a perspetiva que uma jovem mulher da sociedade portuguesa dos anos 70 tem sobre o tratamento por *tu*. Visão essa que é, na sociedade atual, praticamente inexistente, uma vez que em contextos de amizade, como é o caso do exemplo (07), o uso do tratamento solidário está totalmente difundido. Por outro lado, acentua a inquestionável relevância social e

cultural que as formas de tratamento possuem para os falantes, ainda que exista uma diferença entre o uso destes itens, que poderá não ser totalmente consciente, e o juízo de valor sobre esses itens. E, são precisamente estas mudanças sociais, as mudanças na avaliação das formas de tratamento e nos usos destas, que alavancam mudanças no sistema tratamento, quer a um nível extralinguístico quer a um nível linguístico.

Em síntese, nos três diferentes *corpora* verificou-se que o uso expresso de *você* – quer em situações de uma maior formalidade, como as entrevistas, quer em situações de menor formalidade, como as cartas privadas – não é muito produtivo. São, acima de tudo, as estratégias de usos de 3sg de sujeito nulo as mais frequentes, confirmando o que fora descrito na literatura.

6. Quão cortês é você?: análise dos dados à luz da(s) perspectiva(s) da cortesia linguística

Como notámos na secção 3, quando uma determinada forma se expande socialmente – e com isso rompendo provavelmente um certo *je ne sais quois* a que alude Watts (2003) – ela pode mudar de valor (tornando-se estigmatizada ou não) ou desaparecer.

O caso do português é paradigmático: o emprego de *vós* (forma V) a todos os espectros sociais, e não apenas à realeza ou nobreza, assim como o seu emprego como forma T no plural, provocou a emergência de novas formas que distinguem perfeitamente as distintas esferas sociais. Como já anteriormente o descrevemos, expressões como *Vossa Mercê* – a forma original por detrás de *você*, também sofreu o mesmo processo de difusão social: era, originalmente, uma forma de tratamento ao rei (MENON, 2006), que gradualmente se foi generalizando à nobreza e ao clero e, com o tempo, também já circulava na alta burguesia. Por último, universalizou-se e tornou-se na forma não marcada de cortesia. A forma de plural também percorreu o mesmo caminho. O aparecimento de *Vossa Mercê* (e posterior gramaticalização) eliminou o pronome *vós* na variedade padrão. Esta extrema generalização de *você(s)* provocou pela sua vez novas formas V (*o senhor*) que substituísem o valor original de *você*. Este pronome começou a caracterizar-se por ter mais valores T do que V, pelo que *você* chegou a possuir os mesmos usos que *tu* no século XIX. Isto significou que *você* se especializou como forma T que competia com o sempre estável *tu*. A luta entre as duas formas parece ter sido ganha por *tu* no campo da familiaridade, já que *você*, como é descrito na literatura e o observámos aqui, quando utilizado entre iguais é pautado por uma certa deferência; simultaneamente, *você* aparenta ter uma certa dificuldade em especializar-se no tratamento formal. Os dados que analisámos apontam precisamente para o que tem sido avançado na literatura. Assim, de acordo com os dados considerados, *você* aparenta não ser muito produtivo no português europeu e apenas aparece de forma residual em zonas meridionais e, aparentemente, em falantes mais idosos. Esta situação parece contrariar o que afirma Faria (2009, p. 44) - «empiricamente se verifique a proliferação do uso da forma *você*, os critérios que orientam esse mesmo uso por parte dos falantes parecem ainda pouco claros e bastante díspares». Importa, então, sublinhar vários pontos: primeiro, notamos que tal proliferação é «empiricamente» avaliada, ou seja, ainda que de facto os falantes usem *você* como forma de tratamento não é possível determinar qual a sua difusão real na língua, na sociedade portuguesa contemporânea; segundo, a observação de Faria (2009) respeita já ao século XXI e os dados que analisámos situam-se entre o início do século XX e um pouco mais de metade desse século, mais precisamente 1974. Desde então e até à data da monografia de Faria (2009) é muito provável que os usos de *você* tenham aumentado; no entanto, a mesma autora, como já o referimos, sublinha que os critérios que marcam a seleção de *você* são muito instáveis e, acima de tudo, a preferência dos falantes é a de recorrer a outras estratégias. Tal é, novamente, corroborado pelos nossos dados. Se considerarmos os *corpora* estudados, observamos que o FLY (o *corpus* que tem os documentos mais recentes) já fornece poucas ocorrências de *você*. Enquanto o ALPI não dá exemplos de *você* (exceto em Barrancos) nem como forma T nem V, ainda que este atlas linguístico apenas mostre uma resposta por cada frase pré-estabelecida. Por último, no CORDIAL-SIN os (poucos) usos de *você* circunscrevem-se a zonas meridionais, aparentemente como uma forma neutra entre V e T num sistema triádico, que parece atestar-se só em informantes mais velhos e de localidades rurais.

Em termos gerais, podemos observar que os dados aqui apresentados parecem sublinhar o carácter instável deste pronome, quer em relação ao seu uso quer em relação à sua aceitação social e suportam o que é dito na literatura a propósito (FARIA, 2009). E, mais uma vez, sustentam o que é dito por diversos autores – que existem outras estratégias (nominais e verbais) mais adequadas ao tratamento (quer formal ou semiformal). Posto isto, regressemos à pergunta que originou este trabalho, ou seja, pretendemos saber se o pronome *você* é cortês. Cremos que tudo aponta para uma resposta negativa. Mas acima de tudo pretendemos perceber porque é que na sua história (tal como em outras histórias de outras formas de tratamento) este pronome deixou de ser cortês.

Note-se que *você* não parece ajustar-se a nenhuma semântica do tratamento, pois não aparenta conseguir ocupar o lugar deixado pelo desaparecimento de *vós* no paradigma da cortesia nem consegue rivalizar com o afetuoso *tu* (FARIA, 2009). Isto é, *você* aparenta ser um pronome marginalizado no sistema de tratamento em português. Tal não sucedeu, por exemplo com o *você* no Português Brasileiro que tem inequivocamente um lugar no paradigma da solidariedade, da familiaridade (LOPES; CALCAVANTE, 2011; RUMEU, 2012). Como já fora observado, a perda de valor reverencial por parte de um pronome é um comum nas línguas naturais, mas por que tal acontece? A resposta poderá ser encontrada interdisciplinarmente, mas esta não é imediata. No âmbito da linguística, nomeadamente da teoria da cortesia e das formas de tratamento de Brown e Gilman (1960), como já referimos, as formas de tratamento espelham as relações de poder e solidariedade, neste sentido é comum que sejam os pronomes plurais, por veicularem um valor de pluralidade e consequentemente de poder, a preencher a semântica da formalidade (*vós*, *ye*, *sie*, etc). Ainda que a teoria binária de Brown e Gilman (1960) seja indiscutivelmente relevante para os estudos que se debruçam sobre esta matéria, e as formas T e V constituam bússolas para orientar o falante para cada situação, tem sido criticada no sentido de que tal dicotomia entre T e V é algo redutora (cf. FARIA, 2009; COOK, 2014, entre outros). Tal simplificação é notória na muita variação que existe nas formas de tratamento (cf. JUCKER; TAAVINSTAINEN, 2003), e que muitas vezes não consegue dar conta de determinadas especificidades de certas formas de tratamento, como sucede com *você*.

Também Head (1978), entre outros, sustenta a conceção de que são as formas pronominais plurais de terceira pessoa as melhores para o tratamento cortês. Ora, *você* é claramente um pronome singular, logo não seria, à partida, o melhor candidato para contextos mais cerimoniais. Se tivermos em conta a perspectiva de Brown e Levinson (1987), o uso de determinadas formas de tratamento está intimamente relacionado com a preservação da face e por isso serão, novamente, os itens plurais que melhor cumprem a função de respeito, dado que não são marcados, não individualizam o interlocutor. Mas, embora *você* cumpra, em princípio, uma das regras que Siewierska (2004) observa para a *deixis* social – a de que é um pronome abstrato derivado de uma forma nominal que melhor cumpre o tratamento cortês – a existência no paradigma de tratamento de um outro sintagma nominal (*o senhor*) a marcar maior distância relega o pronome *você* para outro nível de formalidade: as formas nominais podem também aludir a uma terceira pessoa, enquanto *você* está especializado para a segunda pessoa e já não conota a distância que a forma nominal original tinha. *Você* é mais individualizador do que *o senhor* e outras formas análogas. Portanto, o emprego de *você* poderá constituir-se como um ato ameaçador da face. Se se tiver em conta a teoria de cortesia veiculada por Watts (2003), do que é determinado por uma dada sociedade num dado momento histórico, poderemos interrogar-nos se o uso de *você* deixou de ser politicamente correto.

Considerações finais

Em síntese, com este trabalho pretendemos descrever e analisar o uso do pronome *você* em português europeu, e tentar compreender se este pronome se ajusta, de facto, ao tratamento cortês ou não, uma vez que, empiricamente, se verifique na sociedade portuguesa alguma dificuldade na aceitação deste item de tratamento. Recorremos a dados do início do século XX até 1974, e que foram extraídos de dois *corpora* de entrevistas dialetais e um *corpus* epistolográfico. Verificámos que o uso deste pronome não demonstra ser muito produtivo em português europeu, o que parece revelar alguma inadequação deste pronome em situações comunicativas mais formais e de maior deferência. Procedemos a uma análise recorrendo à teoria da cortesia linguística, tendo em conta diferentes abordagens, como o sistema binário de Brown e Gilman (1960) ou na teoria da preservação da face de Brown e Levinson (1987).

A multiplicidade de respostas possíveis, que possa dar conta da perda de valor original de formalidade veiculado por *Vossa Mercê*, acentua o carácter complexo deste pronome, e em termos gerais, de todo o sistema de tratamento. Principalmente o sistema português. Acima de tudo, notamos o que Held (2005, p. 151) observou a propósito destes itens linguísticos e dos valores que veiculam: 'several questions have not been solved but rather brought to a head'. São itens complexos não apenas porque são estruturas, por veicularem relações sociais, muito permeáveis à mudança social e consequentemente à mudança pragmática (GOUVEIA, 2005). E, são, enquanto estruturas linguísticas, permeáveis à própria mudança linguística. Tal é notório no processo de gramaticalização que sofreu *você* ou até em determinados fenómenos de concordância, e outros casos de variação. Acima de tudo é importante dar continuidade a este trabalho e consultar *corpora* mais recentes, como *emails* ou *chats*. Será também relevante perceber o que é que a variação, por exemplo de género, (cf. JUCKER; TAAVINSTAINEN, 2003), nos diz sobre o uso de *você*. Será também relevante aprofundar o conceito de neutralidade associado a este

pronome, levantado por Faria (2009), e confrontá-lo com outras noções semântico-pragmáticas, relacionadas com a utilização de *você*, como, por exemplo, a noção de polissemia.

Referências bibliográficas

- BECHARA, E. As fases escritas da língua portuguesa. In: Actes du XVIII^e congrès international de linguistique et de philologie romanes, vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. p. 68-76.
- BENIGNI, L.; BATES, E. Interazione sociale e linguaggio: analisi pragmatica dei pronomi allocutivi italiani. In: S. e R. (eds.). *Aspetti sociolinguistici dell'Italia contemporanea*. Roma: Bulzoni, 1977. p. 141-165.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T.A. (Ed.). *Style in language*. Cambridge: MIT, 1960. p. 253-276.
- CARREIRA, M. H. A. Les formes allocutives en portugais européen: évolution, valeurs et fonctionnements discursifs. *Franco-British Studies*, v. 33-34, p. 35-45, 2003.
- CHARTIER, R. La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle ? *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n^o 31, p. 13-24, 2003.
- CHÂTELAIN, É. Du pluriel de respect en latin. *Revue de Philologie*, v. 4, p. 129 – 139, 1880.
- CINTRA, L. F. L. *Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972 / 1986.
- CLYNE, M.; NORRBY, C.; WARREN, J. *Language and Human Relations, styles of Address in Contemporary Language*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- COIMBRA, I.; COIMBRA, O. M. *Português sem fronteiras 1*. Lisboa: Lidel, 2013.
- COIMBRA, O. M. *Gramática ativa 1*. Lisboa: Lidel, 2011.
- CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe / The Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects*. Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/212-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>>.
- COOK, M. Beyond T and V – Theoretical reflections on the analysis of forms of address. *American Journal of Linguistics*, v. 3, n^o 1, p. 17-26, 2014.
- CUNHA, C.; CINTRA, L.F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá de Costa, 1992.
- DE JONGE, B.; NIEUWENHUIJSEN, D. Forms of address. In: HUALDE, J.I.; OLARREA, A.; O'ROURKE, E. (Eds.). *The handbook of Hispanic linguistics*. Malden: Blackwell, 2012. p. 247 – 262.
- DIAS, A. C. *Entre nós, método de português para hispanofalantes, níveis A1 / A2*. Lisboa: Lidel, 2011.
- DUARTE, I. M. Formas de tratamento: item gramatical no ensino de Português Língua Materna. In: BRITO, A. M. (Ed.). *Gramática: História, Teoria, Aplicações*. Porto: Fundação da Universidade do Porto, 2010. p. 133-147.
- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, n^o 13, pp. 51-82, 1996.
- FARIA, R. F. N. *O Fenómeno da Delicadeza Linguística em Português e em Inglês*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências Sociais Humanas, UCP, 2009.
- FERREIRA MONTERO, H. J.; PEREIRA ZAGALO, F. J. *Português para todos 1*. Lisboa: Luso-Espanhola de Edições, 2003.
- Fly – Forgotten Letters (Years 1900-1974)*. Disponível em: <<http://cards-fly.clul.ul.pt/>>.
- GOUVEIA, C. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In: DUARTE, I. M.; OLIVEIRA, F. (Eds.). *O fascínio da linguagem*. Porto: FLUP, 2005. p. 91-100.
- HEAD, B. Respect degrees in pronominal reference. In: GREENBERG, J. H. (Ed.). *Universals of human language*. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 151 – 211.
- HEAP, D. *Atlas lingüístico de la Península Ibérica (ALPI)*. Disponível em: <<http://www.westernlinguistics.ca/alpi/>>.
- HELD, G. Politeness in Linguistic Research. In: WATTS, R.; IDE, S.; EHLICH, K. (Eds.). *Politeness in Language*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 71-108.
- HICKEY, R. The German address system: binary and scalar at once. In: TAAVITSAINEN, I.; JUCKER, A.H. (Eds.). *Diachronic perspectives on address term systems, Pragmatics and beyond*, new series, vol. 107. Amsterdão: John Benjamins, 2003. p. 401-425.
- HOWE, S. *The personal pronouns in the Germanic languages: a study of personal pronoun morphology and change in the Germanic languages from the first records to the present day*. Berlin: Walter De Gruyter, 1996.
- JUCKER, A. H.; TAAVITSAINEN, I. *Diachronic perspectives on address term systems*, vol. 107. Amsterdão / Filadelfia: John Benjamins, 2003.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Max Niemeyer, 1990.

- KOCHER, M. Second person pronouns in Serbo-Croatian. *Language*, v. 43, nº 3, p. 725–741, 1967.
- LEMOS, H. *Comunicar em português*. Lisboa / Porto: Lidel, 2000.
- LOPES, C.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Linguística*, v. 25, p. 30-65, 2011.
- MENON, O. P. S. A história de você. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. A.; MURAKAWA, C. A. A. (Orgs.). *Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas*. Araraquara (São Paulo): Cult. Acadêmica, 2006. p. 99-160.
- OLIVEIRA, C.; COELHO, M. L. *Gramática aplicada do português como língua estrangeira*, nível inicial, elementar A1, A2, B1. Lisboa: Texto Editores, 2007.
- PAULSTON, C. B. Pronouns of address in Swedish: social class semantics and a changing system. In: BAUGH, J.; SHERZER, J. (Eds.). *Language in use: Readings in sociolinguistics*. New Jersey: Prentice Hall, 1984. p. 268–291.
- ROSA, L. M. *Vamos lá começar*, nível elementar. Lisboa: Lidel, 2006.
- RUMEU, M. A inserção do você no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexos de uma mudança lingüística socialmente encaixada. *Linguística*, v. 28, p. 147-190, 2012.
- SANCHÍS GUARNER, M. et al. El Atlas lingüístico de la Península Ibérica (ALPI). Trabajos, problemas y métodos. In: *Actas del IX Congreso Internacional de Lingüística Románica*, Universidade de Lisboa (31 de março – 4 de abril de 1959), Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1962. p. 113 – 120.
- SCOLLON, R.; SCOLLON, S. *Intercultural Communication, A Discourse Approach*. Malden: Blackwell, 1995 / 2001.
- SIEWIERSKA, A. *Person*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- TAVARES, A. *Português XXI, nível 1*. Lisboa / Porto: Lidel, 2011.
- TEYSSIER, P. *Manual de Língua Portuguesa (Portugal – Brasil)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.
- VÁZQUEZ CUESTA, P.; LUZ, M. A. M. *Gramática portuguesa*. Madrid: Gredos, 1971.
- WATTS, R. J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Recebido em 01 de julho de 2015. | Aprovado em 11 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.194>

Érica Santos Soares de Freitas¹

Resumo: Apresentaremos, neste artigo, a metodologia de pesquisa empregada para estudos diacrônicos sobre sufixos, de acordo com métodos criados no Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP), grupo de pesquisa criado em 2004, e do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP), núcleo de pesquisa criado em 2013, liderados pelo Dr. Mário Eduardo Viaro e sediados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi feita analisando o sufixo *-mentum* latino e seus derivados nas línguas castelhana (*-mento/-miento*), francesa (*-ment*), italiana (*-mento*), romena (*-mânt/-ment*) e portuguesa (*-mento/-menta*). Apresentamos a formação dos *corpora* utilizados e, ao final, o resultado das análises feitas.

Palavras-chave: diacronia; morfologia diacrônica; sufixação; sufixo *-mento*.

Abstract: We present, in this article, the research methodology used for diachronic studies suffixes, according to methods created in the Historical Morphology Group Portuguese (GMHP), a research group created in 2004, and the Center for Research Support in Etymology and History Portuguese Language (NEHiLP), research center created in 2013, led by Dr. Mario Eduardo Viaro and based in the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences (FFLCH), University of São Paulo (USP). The research was done by analyzing the Latin suffix *-mentum* and its derivatives in Spanish (*-mento / -miento*), French (*-ment*), Italian (*-mento*), Romanian (*-mânt / -ment*) and Portuguese (*-mento / -menta*). We present the formation of *corpora* used and, at the end, the result of the analysis made.

Keywords: diachrony; diachronic morphology; suffixation; *-mento* suffix.

¹ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa e Pós-doutoranda (Processo Fapesp 2014/12543-1), Universidade de São Paulo, Brasil. ericafreitas@usp.br.

Introdução

Nosso trabalho é direcionado ao estudo morfológico diacrônico, entretanto como dependemos dos estudos de outras ciências, como a Filologia, a Ecdótica, a Crítica Textual, a Lexicologia e a Lexicografia, e a Semântica, não podemos nos limitar à análise morfológica pura.

Utilizamos, nesse trabalho, o termo 'palavra' com o significado geral de 'palavra lexical', isto é, portadora de significado lexical e categorizável numa das classes maiores da gramática (substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio), com o intuito de observarmos sua formação e significado, assim como seu uso contextual (ou, talvez, a falta dele).

Embora haja diversos estudos sobre sufixos, sabemos que grande parte se limitou, no geral, em relacionar os significados individuais assumidos ao longo do seu desenvolvimento. Com muito menos intensidade debruçou-se sobre sua genealogia, suas origens e muitas das suas características, não apenas as semântico-funcionais. Sem dúvida, permanecerá um problema extremamente difícil e, na maior parte, insolúvel encontrar os motivos pelo quais uma língua modificou, por exemplo, o significado de um sufixo, expandindo ou limitando seus elementos semânticos ou lhe banindo completamente o primeiro sentido atribuído. Pode-se, no entanto, ordenar suas modificações, de acordo com a sua sucessão temporal, a fim de apresentar, desse modo, alguns indícios para o processo de determinada língua.

No âmbito das pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) e do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP), ambos liderados pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, nosso estudo debruça-se nos aspectos diacrônicos, semânticos e etimológicos do sufixo latino *-mentum*, de sua formação a partir do sufixo *-men*, e dos derivados pelos seus equivalentes nas línguas românicas, as quais compartilham o latim em sua gênese, norteando-se pelo conceito de que, conforme Viaro (2006c), o significado da base é diferente do significado do sufixo e da aceção da palavra formada pela derivação por meio deste.

A língua é parte essencial da cognição humana. A Semântica observa a relação entre língua e pensamento, e de que maneira essas conexões se realizam para a construção da significação. É fato que estudar um grupo de derivados caracterizado por um dado instrumento de derivação pode ter dois lados: o elemento de derivação considerado para formar palavras e a relação semântica existente entre a designação do nome² e o ser³ nomeado; a relação semântica da própria derivação, de outra ordem, porque exclui a relação direta: as palavras devem ser instrumentos de designação e operam de acordo com uma terminologia.

Além disso, para uma língua funcionar, este elemento derivativo forma palavras carregadas de significado; contudo, se o estudo semântico desse elemento cria uma unidade da classe, devemos observá-las, portanto, de acordo com a caracterização das palavras semanticamente comuns, tomando como objeto específico a própria semântica do elemento de derivação e verificando como esse item modifica a noção expressa pela base sobre a qual ele se encaixa.

Há, portanto, nas palavras derivadas uma relação interna entre o conteúdo semântico do elemento de derivação, da base e da palavra formada. Dubois indica que uma unidade só recebe significação da existência por meio de outros termos da língua, que a delimitam e a contradizem (DUBOIS, 2001 [1973], p. 453). Concorda, portanto, com Saussure (1995), indicando seu exemplo da palavra *enseignement*, a qual possui uma relação paradigmática com outras palavras, seja por meio do radical, do sufixo *-ment* (*-mento*), do significado ou, inclusive, da rima (fonética):

² Cabe aqui informar que se utilizou a nomenclatura de 'nome' para o grupo de palavras que se opõe ao 'verbo' pelo valor estático de seus semantemas. O nome indica as 'coisas', quer se trate de objetos concretos ou de noções abstratas, de seres reais ou de espécies. O verbo indica os 'processos', quer se trate de ações, de estados ou de passagem de um estado a outro. (MEILLET, 1948).

³ 'Ser' foi utilizado em um sentido amplo, incluindo objetos abstratos e concretos.

Ainsi le mot enseignement fera surgir inconsciemment devant l'esprit une foule d'autres mots (enseigner, reseigner, etc. ou bien armement, changement etc., ou bien éducation, apprentissage); par un côté ou un autre, tous ont quelque chose de commun entre eux⁴. SAUSSURE, 1995 [1916], p. 171.

No "Curso de Língua Geral", atribuído a Saussure, a relação mental que o falante cria pode gerar outros grupos, além daqueles que têm uma base comum (raiz ou radical), produzindo outras relações, por exemplo por meio de um sufixo:

Ainsi dans enseignement, enseigner, enseignons, etc., il y a un élément commun à tous les termes, le radical; mais le mot enseignement peut se trouver impliqué dans un série basée sur un autre élément comum, le suffixe (cf. enseignement, armement, changement, etc). (...) Donc il y a tantôt communauté double du sens et de la forme, tantôt communauté de forme ou de sens seulement⁵. SAUSSURE, 1995 [1916], pp. 173-4.

Desta forma, criaremos uma metodologia de pesquisa, a fim de observarmos como o sufixo *-mentum* latino se comporta no latim e nas demais línguas latinas escolhidas para serem analisadas não só em relação à morfologia, mas principalmente à semântica, ou seja, os sentidos que ele produz nas palavras a que se associa.

Em muitas línguas, há diversos sufixos que admitem vários sentidos, mais de uma interpretação. Isso posto, nosso trabalho insere-se numa investigação ampla⁶, a fim de analisarmos a formação do sufixo *-mentum* latino e, desta, aprofundarmos os estudos dos substantivos derivados nos sufixos latinos *-men* e *-mentum*.

Portanto, um dos objetivos desta pesquisa foi investigar a origem do sufixo *-mentum* latino, cujo escopo comprova a hipótese de sua formação advir de dois sufixos: *-men* e **-to*. O tema de nosso projeto é uma continuação da pesquisa apresentada em Freitas (2008), na qual apresentamos uma análise minuciosa do sufixo *-mento* na língua portuguesa, sob os aspectos semânticos e estruturais, apenas utilizando as palavras previamente datadas; e Freitas (2014), em que observamos os mesmos aspectos no latim, castelhano, francês, italiano e romeno, contrastando os resultados com aqueles obtidos no português. Além disso, datamos todas as palavras analisadas nos *corpora* das respectivas línguas, obtendo um resultado muito mais preciso.

Outro objetivo obtido por meio da aplicação desta metodologia foi comprovar a hipótese de que há uma alteração fonológica na base dos verbos de 2ª conjugação nas línguas castelhana, italiana e portuguesa, fenômeno que não ocorre na língua francesa, tampouco na romena (pois tem a origem da maioria das palavras neste sufixo, no francês). Com isso, provamos ser a língua francesa diferente das demais línguas românicas também neste aspecto, além de outros apontados em Freitas (2014).

Apontamos, ainda, que as formas advindas do sufixo latino *-mentum* nas línguas românicas derivam de um aspecto de 'ação de X'. Para isso, faz parte da pesquisa a análise semântica das palavras dos *corpora* de todas as línguas propostas neste estudo, a fim de comprovarmos essa proposição.

A pesquisa conta com o estudo, de modo exaustivo e diacrônico, da formação de palavras em *-mento*, no português. Identificamos o sufixo *-mento* nas palavras encontradas não somente na língua portuguesa, mas também nas demais línguas analisadas neste trabalho, para então observar seus significados e comprovarmos a hipótese de todas serem originadas de uma base verbal, formadas por meio do modelo "base verbal + sufixo *-mento*", com sentido de substantivo, apontando-lhe as paráfrases encontradas.

Tal premissa é baseada no aspecto transitivo (TRS) advindo do latim e que dominou a formação de palavras por meio do sufixo *-mentum* latino em todas as línguas românicas. Assim, embora essa acepção não fosse a principal na língua latina, foi por meio dela que o sufixo *-mentum* chegou às línguas românicas, tornando-se a mais produtiva.

⁴ "Assim, da palavra enseignement surgirão inconscientemente à frente do espírito uma porção de outras palavras (enseigner, reseigner, etc. ou armement, changement etc., ou éducation, apprentissage); de qualquer modo, todas têm algo em comum." (Tradução e grifos nossos)

⁵ "Por exemplo, em enseignement, enseigner, enseignons, etc., há um elemento comum a todos os termos, o radical; mas a palavra enseignement pode estar envolvida em uma série baseada em outro elemento comum, o sufixo (cf. enseignement, armement, changement, etc). (...) Deste modo, há tanto um conjunto de significado e de forma em comum quanto um conjunto de forma e direção iguais." (Tradução e grifos nossos)

⁶ Há estudos esparsos profundos sobre morfologia portuguesa sob o aspecto diacrônico. Em relação a sufixos, então, há poucos trabalhos que abordem esse assunto especificamente, a maioria originários do GMHP e os de Rio-Torto (1993; 1998), por exemplo.

Em Freitas (2008), como informado, pesquisamos somente as palavras com informação de data, cerca de 40% do *corpus* total de palavras em *-mento*, no Português. Já em Freitas (2014), datamos as palavras em *-mento* portuguesas sem indicação da época de sua criação, para em seguida efetuarmos as análises quantitativa, semânticas e de datação, comprovando a partir dos dados a hipótese de que esse sufixo é produtivo e que há muitas lacunas a respeito do assunto nos séculos XIX e XX. Para isso, inserimos a datação das palavras que não contêm tal indicação, corrigimos outras informadas em Houaiss (2001), retrodatando-as, e incluímos outros verbetes em nosso *corpus*, encontrados em outras obras lexicográficas de língua portuguesa utilizadas neste trabalho.

A pesquisa iniciou-se com os estudos desenvolvidos pelo GMHP, cujo objeto de trabalho é, dentre outros, desenvolver uma metodologia que reflita e compreenda a formação de palavras, aliando o método sincrônico, por meio da análise das regras de formação de palavras (RFPs), ao estudo diacrônico e etimológico.

Neste trabalho, não analisamos todas as classes de palavras integradas a essa relação; curvamo-nos sobre o significado do sufixo *-mentum* no latim, a fim de apontarmos a história da língua, a morfologia das palavras, precisas datações e informações etimológicas consistentes na língua portuguesa, devido aos dicionários existentes nesta língua, apesar de bons, não apresentarem com rigor a evolução das palavras, muitas vezes indicando como informação etimológica sua estrutura morfológica⁷. Posteriormente, debruçamo-nos sobre a origem e formação desse sufixo latino, baseando-nos nas hipóteses apresentadas.

Embora indiquemos sua produtividade, seus paradigmas e seus significados por meio da diacronia, há ainda a preocupação de observarmos os sufixos indicados em outras línguas românicas, devido às condições históricas de cada uma. Para isso, a pesquisa foi feita em algumas destas línguas, a saber: português, francês, castelhano, italiano e romeno, como indicado.

A intenção foi, pois, investigarmos o surgimento desse tipo de formação, registrando sua datação e seus significados, a partir de dados obtidos em obras lexicográficas e em sites de referência, como o “Google Books”^{8,9}, poderosa ferramenta de busca, em cujo conteúdo podemos buscar por muitas obras antigas, algumas disponíveis para visualização parcial, muitas com visualização completa, o “Corpus do Português” (CDP)¹⁰, o “Corpus del Español” (CDE)¹¹, dentre outros.

Também indicamos a data de quase todas as palavras obtidas dos *corpora* (com pouquíssimas exceções de palavras não datadas nas línguas francesa e italiana, diferentemente das línguas castelhana, romena e portuguesa, para as quais foi necessária uma pesquisa intensa), a fim de analisarmos as estruturas morfológicas dos verbetes obtidos, por exemplo dos derivados portugueses em *-mento*, visto que uma parte dessa análise foi feita em Freitas (2008) somente em relação às palavras sufixadas em *-mento* datadas em Houaiss (2001).

Possivelmente, a formação por sufixação em *-mento* em palavras portuguesas indicada nos dicionários desta língua tenha ocorrido ainda no latim vulgar, devido a diversos cognatos destas palavras ocorrerem em várias outras línguas românicas, como *apartamento*, existente nas românicas derivada a partir de uma base *apart-*: cast. *apartamento*, cat. *apartament*, fr. *appartement*, it. *appartamento*, rom. *apartament*, tendo havido empréstimo até para línguas não românicas, mas que fazem parte das línguas indoeuropeias, como o inglês *apartment*, o holandês *appartement*, o búlgaro *апартамент*, o polonês *apartament*, o albanês *apartament*; e também para línguas não-indoeuropeias, como o basco *apartamentu*, o maltês *apartament*, o crioulo haitiano *apatman*, o indonésio *apartemen*, o malaio *apartmen*, o tagalo *apartment*, o telugo *apartment*. Muitas provavelmente são anglicismos, já

⁷ Em Houaiss (2001), por exemplo, a informação existente no campo “etimologia” do verbete *discernimento* é: *discernir* + *-mento*; *ver -cern-*; *f.hist.* 1770 *descernimento*, 1836 *discernimento*, como se a palavra tivesse sido criada no próprio português por meio da junção do radical do verbo *discernir* ao sufixo *-mento*. Porém, a palavra já existia há quase quinhentos anos no italiano (*discernimento*, 1300), dois séculos antes no francês (*discernement*, 1532), no castelhano (*dicernimiento*, s.XV) e, inclusive, no inglês via francês (*discernment*, 1586). É de se estranhar que tenha sido criada no Português tardiamente; com certeza foi emprestada de uma das línguas indicadas.

⁸ Google Books é um serviço da empresa estadunidense Google que procura textos completos de livros que a Google escaneia, converte-o utilizando o reconhecimento óptico de caracteres, e armazena em seu banco de dados digital. Quando é introduzida uma palavra-chave no sistema de busca, até três resultados do índice do *Google Books* são disponibilizados sobre os resultados da pesquisa no serviço *Google Web Search* (google.com). Clicando em um resultado, o *Google Books* abre uma interface na qual o usuário pode visualizar páginas do livro. O banco de dados do *Google Books* continua a crescer, permitindo que obras de domínio público e outros materiais sem direitos autorais serem carregados em formato PDF. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Books>.

⁹ A título de curiosidade, conseguimos encontrar no *Google Books* palavras em diversas épocas, retroagindo até o século XV.

¹⁰ Disponível em: <www.corpusdoportugues.org> Acesso em 20 jun. 2015.

¹¹ Disponível em: <www.corpusdoespanol.org> Acesso em 20 jun. 2015.

que o inglês é uma língua de ampla penetração, porém vemos o quanto uma palavra pode viajar pelo mundo e indicar, em todas essas línguas apontadas, a mesma acepção atualmente: 'habitação, aposento, tipo de imóvel'.

No século XX, os estudos sincrônicos, principalmente aqueles fundamentados no estruturalismo e no gerativismo, foram férteis em detrimento dos diacrônicos e históricos (FREITAS; AREÁN-GARCÍA, 2010). Para Rio-Torto (1998), somente por meio da diacronia podemos analisar determinados aspectos da formação de palavras, por exemplo: a) na identificação do estatuto e dos tipos de constituintes lexicais; b) na clarificação do caráter compósito das palavras; c) no estabelecimento de tipologias de palavras de estrutura complexa; d) na reconstituição da evolução formal e semântica das palavras; e) na explicação de algumas das reestruturações dos sistemas afixais; f) na determinação dos paradigmas genolexicais. Além disso, a contribuição das informações históricas pode ser produtiva para análise dos processos e dos produtos derivacionais, porque "somente por meio do conhecimento da origem e da história de uma palavra é possível caracterizar adequadamente o estatuto morfolexical dos seus constituintes" (RIO-TORTO, 1998, p. 140).

Viaro (2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2011) conclui ser necessária uma atitude de complementariedade entre a diacronia e a sincronia. Partindo de uma base verbal, conforme as RFPs, podemos formar o seu infinitivo com o sufixo *-ar*, e daquela, o nome de um processo ou uma ação, com o sufixo *-ção*, ou seja, X]ar X]ação. Portanto, uma possível e não contestável aplicação da regra é: separar separação. No entanto, ao aplicamos a mesma regra, teríamos que colação é proveniente de colar, o que é contestado historicamente, pois colação provém do latim *collatio*, e o verbo colar foi criado posteriormente, a partir de colação (VIARO, 2011, p. 120).

Este é um exemplo que mostra o quanto as línguas podem alterar-se num mesmo tempo, ou seja, podem apresentar variações ocorridas devido a alguns fatores específicos. Logo, não podemos impor o certo e errado quando se trata de desenvolvimento de uma língua; este estudo histórico, como qualquer outro estudo científico, por meio da indução, permite a elaboração de material essencial para a descrição e explicação diacrônica, principalmente etimológica, de sufixos da língua portuguesa.

Parece coisa extremamente fácil distinguir palavras derivadas de palavras primitivas quando se trata de exemplos (...) que não requerem especial cultivo da inteligência (...) São entretanto numerosos os casos em que transparece menos lúcida a relação entre o termo derivado e o derivante, sendo necessário algum estudo para se perceber a filiação. Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o pensamento geral do vulgo e o facto encarado à luz da pesquisa científica (SAID ALI, 1964 [1930], p. 3).

Portanto, estudamos os vários aspectos das formações derivacionais com o sufixo latino *-mentum*, a fim de comprovarmos os aspectos semânticos relevantes do sufixo no latim e nas línguas derivadas deste, no caso, as românicas. Nossa pesquisa é feita por meio da indução, e não dedução, ou seja, através de dados empíricos que comprovem nossas hipóteses, a partir da comparação linguística, da etimologia e da datação, bem como das mudanças que, porventura, ocorreram no âmbito linguístico.

Apresentaremos a pesquisa em seções, a saber: pesquisa, contexto histórico, método histórico-comparativo, formação dos *corpora*, análise quantitativa, datação, análise semântica, sufixos concorrentes e considerações finais.

1. Pesquisa

Assim como no latim, o sufixo *-mento* da língua portuguesa possui um concorrente de pouca representação, *-me*, cujo predecessor latino *-men* é um dos formadores daquele; contudo, em todas as línguas latinas, das quais o português não é exceção, esse par de sufixos somente possuía aspectos em comum no latim: ao passar para as românicas, eles tomaram caminhos diferentes, e *-men*, muito pouco produtivo, perdeu força e parou de produzir novas formas.

A primeira hipótese levantada e confirmada foi a de o sufixo latino *-mentum* ser formado por meio da união de dois sufixos: *-men* e **-to*, este último incorporando ao novo sufixo um aspecto agentivo, observado não somente nas derivadas latinas, mas também nas línguas românicas analisadas.

Em seguida, observamos as derivações nominais, nas quais incluímos a passagem de *-men* > *-mentum*, por verificarmos que este modelo não ocorre nas românicas: as palavras derivadas neste sufixo são quase todas deverbais.

Constatamos, ainda, haver quatro aspectos semânticos nos sufixos latinos observados: TRS, RES, INS e QNT. Diferentemente das línguas latinas, o aspecto RES nas palavras latinas observadas não se originam na acepção TRS, mas ocorre o inverso – é a acepção RES, com mais exemplos indicados, que origina a acepção TRS no latim, visto que aquela trouxe consigo o aspecto de ‘resultado da ação de X’ desde o Indoeuropeu.

Assim, a acepção TRS foi transposta para todas as línguas deste estudo, com exceção do romeno, que efetuou empréstimo dessa acepção pelo francês, assim como o de ‘lugar’ (LCA), aspecto não encontrado em nossos *corpora* latinos nos sufixos *-men* e *-mentum*.

Verificamos outro ponto importante na passagem das acepções semânticas do latim às românicas: o aspecto instrumental entrou nessas línguas exclusivamente por empréstimo – as palavras formadas nas próprias línguas somente repetiram o modelo latino. Contudo, o aspecto quantitativo, ainda que fosse ínfimo no latim, é representativo no português e no castelhano, não só por meio de empréstimos, mas também por produzirem palavras na língua por meio do sufixo *-menta*, flexão / declinação de plural no latim.

Dentre as línguas românicas, observamos um funcionamento morfológico muito semelhante entre o português, o castelhano e o italiano: todas essas línguas possuem a (ir)regularidade de trocar a vogal temática na derivação de verbos de 2ª conjugação. Além disso, diversas palavras foram formadas por meio de formas arcaicas dos verbos que constituem suas bases (port. e cast. *entretenimento* *entreter*, de *ter* < *tener*; it. *traiamento* *trarre*, de *traere*). No francês, há outros aspectos distintivos: a inserção do infixo *-iss-* nas derivações de verbos do 2º grupo.

Examinamos em todas as línguas os empréstimos de quase as mesmas palavras latinas em *-emento*, *-omento* e *-umento*. Nossa hipótese é a de que essas palavras entraram em determinada língua e desta, ocorreu um outro empréstimo para as demais, em diferentes momentos. Um bom exemplo para incluirmos nessa reflexão é por meio da palavra *implement*, forma inglesa para a palavra *implementum*, que surgiu no português em 1731 por empréstimo da língua inglesa e, no francês, também via inglês, somente no século XX. Afirmamos, portanto, que somente pelo modelo indutivo, com *corpora* confiáveis, é possível fazer uma análise etimológica das palavras. Se não fosse assim, jamais imaginaríamos uma palavra latina entrando no português por meio do inglês no século XVIII, e dois séculos depois entrando no francês, língua de prestígio na época em que surgiu a palavra na língua portuguesa, com movimento contrário no caso observado, visto que o *corpus* obtido de palavras em *-ment* na língua inglesa, não mostrado neste trabalho, apresenta muitas palavras francesas¹².

Ainda sobre empréstimos, verificamos que no romeno 99% das palavras em *-ment* se originam no francês, e mesmo com o sufixo *-mânt*, em que há produções próprias romenas, há alguns casos de empréstimos e, inclusive, decalques. Em relação ao sufixo *-mento* nesta língua, todas as palavras por ele derivadas são emprestadas.

Sobre a datação das palavras dos *corpora* românicos, o início é no francês, com as palavras mais antigas formadas no século IX, seguido pelo português, com duas palavras indicadas nos séculos X e XI. Acreditamos que o registro nas demais seja tardio, e que um romance, próximo do que se tornariam as línguas, em cada região, já era falado nessas épocas.

Ao verificarmos os significados de cada sufixo em cada língua, tivemos confirmadas algumas hipóteses levantadas: a) TRS é predominantemente o aspecto com mais exemplos, em todas as línguas; b) a acepção RES resulta da TRS, diferentemente do latim, e traz em si um aspecto agentivo, não só herdado da derivação latina, mas também por contemplar sentimentos, sensações e fatos; c) LCA foi criado nas românicas e é exclusivo dessas línguas; d) QNT foi herdado, em parte, diretamente do latim, por meio do plural de *-mentum*, *-menta*¹³; e) INS, apesar de intenso no latim, foi passado para as românicas por empréstimo, surgindo depois um sufixo *-menta* com

¹² Montamos uma lista para analisarmos as palavras inglesas em *-ment*, mas devido à direção tomada neste estudo, do latim às românicas, reservamos esse *corpus* inglês, que contém mais de 3.000 exemplos, a maioria decalcada do francês, para um próximo estudo, juntamente com o do provençal.

¹³ Acepção que nas obras de referências não possui o aspecto de ‘ação’, porém na nossa análise as palavras apresentam um aspecto resultante de ‘vários objetos fazendo uma ação de X’, e por extensão de sentido tornam-se um coletivo, em cujo sema há um traço de ‘ação’.

significado de 'coletivo'. Observamos, ainda, a perda de produtividade de algumas acepções, como a LCA no italiano. Todas essas comprovações foram apresentadas na grande árvore genealógica desenvolvida.

Houve, ainda, necessidade de criarmos duas classes semânticas para as palavras francesas em *-ment*: CRI e BRU. Observamos que, em francês, esses dois significados são mais produtivos que QNT, LCA e INS, portanto os analisamos e concluímos que estão presentes em diversas épocas da língua, sendo produção própria francesa, e que um dia podem ser produtivos em outras línguas, por analogia ao francês.

Em relação à cognação, havíamos desenvolvido pesquisa intensa em Freitas (2008), por isso não foi refeita para o português (FREITAS, 2014), mas nas outras línguas românicas sim: por um lado, castelhano e italiano comprovam a concorrência histórica do sufixo *-mento* com o sufixo *-ção* (e demais formas). No romeno, não há tal sufixo; quem toma seu lugar são as arcaicas formas de infinitivo, derivadas semanticamente para substantivo: *-are*, *-ere*, *-ire*, *-âre*; encontramos, ainda, outros sufixos produtivos em todas as línguas, como *-tură* (port. *-ura* / *-dura* / *-tura*), *-nță* (port. *-ncia* / *-nça*), *-tate* (port. *-dade*).

No francês, novamente verificamos um fenômeno diferente: a cognação esperada em *-(t)ion* é baixa, visto que o sufixo que mais possui cognatos com *-ment* é *-age*, com formação idêntica, regular, inclusive para as bases com inserção do interfixo *-iss-*, apresentando novamente a língua francesa com papel divergente das demais línguas românicas.

Para encerrarmos, provamos que não há estudos históricos e etimológicos significativos sobre a língua portuguesa nos séculos XIX e XX. Com pesquisa desenvolvida para datarmos cerca de 60% do *corpus* em *-mento*, elevamos para 70% das formações portuguesas com esse sufixo indicadas nestes séculos, alterando completamente nossa análise semântica e de datação. Confirmamos, portanto, que o sufixo *-mento* português é produtivo e está em atividade desde os tempos mais remotos até os dias atuais, contrariando parte da bibliografia sobre o assunto, que afirma ser um sufixo arcaico e sem produtividade hoje em dia. Deste modo, embora alguns estudiosos indiquem que o sufixo latino *-mentum* perdeu produtividade nas línguas românicas nos últimos séculos, principalmente no português, esta pesquisa, ao contrário, evidencia que ele continua formando novas palavras nas línguas modernas, principalmente no português, e até assumindo novas vertentes semânticas, como é o caso das acepções francesas CRI e BRU.

2. Contexto histórico

Para contextualizarmos as línguas da pesquisa, fizemos um breve percurso histórico da língua latina às românicas, desde sua origem e formação da língua, até esclarecimento das fases do latim utilizadas em Freitas (2014).

Apontamos, ainda, a importância do latim vulgar para a análise dos termos das línguas românicas, além da divisão proposta por alguns autores, com as quais concordamos e verificamos nos dados obtidos em nossa pesquisa, principalmente em relação ao Francês.

2.1 - România

Etimologicamente, o termo 'românico' deriva de 'romano', gentílico de 'Roma', cujos habitantes eram chamados de '*Romani*' em oposição aos habitantes da região do Lácio, '*Latini*' e, posteriormente, a outros povos do Império Romano. Essa população, inicialmente pequena e dispersa em vários povoados, agrupou-se entre os séculos IV e VI a.C. por motivos religiosos; a partir do século III a.C, impôs-se sobre os demais povos, aumentando a distinção entre 'latino' e 'romano'.

Linguisticamente, todos os que falavam latim no Império Romano eram chamados 'romanos'; por conseguinte, surgiu a denominação '*Romania*', que designava o conjunto de territórios onde se falava latim, e depois, as línguas românicas. Após a queda do império romano, os termos '*Romanus*' e '*Romania*' restringiram-se ao campo linguístico e cultural. O adjetivo '*Romani*' designava os que falavam uma língua derivada do latim; o advérbio '*Romanice*' ganhou significado de 'língua vulgar' (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 33). Para Bassetto (2010 [2005]), o significado cultural da expressão *Romana Lingua* mostra a existência de novas línguas distintas do latim, como registra o texto "Juramentos de Estrasburgo"; há, ainda, o termo '*romanicu*', que remete à idéia cultural e linguística românica, e '*romance*', que passou a designar as variedades linguísticas do latim.

No português, por exemplo, de *'romancium'*, do latim medieval, originou-se *'romanzo'*. Na Idade Média, esse termo passou a designar as obras literárias escritas nas línguas românicas, muitas ao alcance do povo, os quais não tinham acesso às escritas em latim, visto serem restritas aos mais cultos. O termo teve um alargamento semântico no final do século XVI, passando a designar não somente a língua utilizada, mas também o próprio texto escrito: o movimento romântico firmou-se como estilo, originando novos campos semânticos ao redor de *'romano'*.

A denominação *'România'* foi utilizada em regiões do antigo Império Romano; é o caso da Romênia, em que nome do país se derivou diretamente desse conceito. Há ainda algumas alterações metonímicas do termo, como *'român'* com o sentido de pastor e escravo, e muitos derivados, restringindo seus exemplos ao Português: *romagem*, *romanceiro*, *romanesco* etc. Deste modo, é clara a influência exercida por Roma, não só como capital política, mas também religiosa, indicando ser esse o mundo com o qual a Filologia Românica se relaciona (KREFELD, 2004).

2.2 - Fases do latim

Conforme Väänänen (1971 [1967]), embora propor uma classificação cronológica do latim seja algo arbitrário, o autor o faz por meio de textos datados, relacionando-os aos acontecimentos do Império Romano. Será por meio dessa classificação, unida às de Perrot (1961) e de Roediger (1904), portanto, que a pesquisa nortear-se-á para, posteriormente, datar e classificar qual o latim das palavras analisadas:

- a. **arcaico**: desde as origens até final do século II a.C.
- b. **pré-clássico**: final do século II a.C até a metade do século I a.C.
- c. **clássico** (idade de ouro): metade do século I a.C. até o ano 14 d.C (morte de Augusto).
- d. **pós-clássico** (idade de prata): 14 d.C. a 200 d.C¹⁴.
- e. **tardio** (baixo latim): 200 d.C. ate a chegada das línguas românicas (Juramento de Estrasburgo – 842 d.C.).

2.3 - Latim vulgar

É mister consideramos o latim vulgar para compreendermos a origem das línguas românicas. Para isso, abordamos o contexto em que essa variedade do latim se desenvolveu e os fatores que propiciaram esse desenvolvimento. Língua itálica, pertencente à família indoeuropeia, do subgrupo Centum, originada em Roma, localizada na região do Lácio e falada pelos camponeses e pastores. "*Lengua de Roma tanto como el Francês lo es de París, el latín es, sin embargo, el resultado de una fusión de elementos rústicos y extranjeros con el fondo indígena y urbano*"¹⁵ (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 34).

Embora fosse a língua dos dominadores, a latinização não teve a mesma intensidade em todas as localidades; no Oriente, foi superficial; na Britânia e nos *Agri Decumates* não ocorreu assimilação total, ainda que haja muitas marcas latinas por toda parte; na Hispânia e na Sardenha demorou cerca de dois séculos para uma romanização efetiva. Mesmo assim, o latim influenciou e foi influenciado por todas as línguas autóctones, principalmente no léxico do latim vulgar. O aumento da riqueza devido às conquistas da população romana e o desenvolvimento da cultura refletiram-se na língua, diversificando-a em distintas normas linguísticas, geralmente bem documentadas.

Em suas primeiras conquistas, os romanos devastavam as cidades atacadas e levavam seus habitantes para Roma, cuja população, mesmo com o abandono desse costume pelos romanos, aumentou bastante. A distância entre a classe baixa (plebe) e a alta (patrícios, militares, dirigentes) aumentou, refletindo o hiato na língua. Acentuou por volta do século IV, devido ao crescente refinamento cultural das classes altas. A partir de então, identificam-se duas normas linguísticas: o *sermo urbanus*, linguagem do estrato social mais culto, e o *sermo plebeius*, linguagem da massa popular sem acesso à cultura, de onde emerge o latim vulgar e da qual se podem distinguir o *sermo rusticus* (dos camponeses pastores), o *castrensis* (militar) e o *peregrinus* (dos estrangeiros).

¹⁴ Esta fase foi dividida em dois períodos na análise das palavras latinas: época de Trajano (14 d.C. a 117 d.C) e o século dos Antoninos (117 d.C. a 192 d.C).

¹⁵ "Língua de Roma tanto quanto o francês o é de Paris, o latim é, no entanto, o resultado de uma fusão de elementos rústico e estrangeiros com fundo indígena e urbano." (Tradução nossa).

2.4 - Línguas românicas

Conforme Vidos (2001 [1956]) e Malkiel (1993), Schuchardt concluiu que não era possível chegar a uma classificação científica para distinguir as línguas românicas, dado não haver critérios adequados. Embora haja diferenças significativas para serem nomeadas irmãs, elas possuem a mesma natureza, mesma origem, e não há estabelecimento de classes no sentido próprio do termo. Alguns autores, como Diez (1973 [1874]), Ernout (1953, [1926]), Maurer Jr. (1951), Meillet (1948), Meyer-Lübke (1926), dentre outros, também propuseram diversas classificações, tanto para línguas quanto para dialetos, mostrando quão relativo é o assunto, ainda que seja baseado em critérios linguísticos.

Com tantas hipóteses, de acordo com Krefeld (2004), Amado Alonso, em sua obra “Estudos Linguísticos” (1951), propôs a România Contínua, em que buscou novos critérios: partindo do caráter ibérico ou gálico do catalão, chegou à conclusão de que as línguas de ambos os lados dos Pirineus apresentam um parentesco especial na fonética, na gramática e no léxico, ou seja, o catalão, o aragonês, o gascão e o provençal. Também chegou a dois critérios: grau de latinização inicial e grau de fidelidade posterior à tradição latina; no segundo, leva em conta a época da latinização, a distância em relação a Roma, nível cultural do povo conquistado, resistência oposta à penetração da cultura latina, variação do esforço do colonizador romano, entre outros.

Alonso apontou também um valor relativo na divisão de România Oriental e Ocidental; isola o romeno e o dalmático, que constituem o ramo oriental a partir do século IV, e inclui o italiano nas línguas ocidentais. Também separa o francês a partir do século VI, por ter sofrido influência dos francos, germanos sem romanização anterior, fazendo que esta se afaste do provençal, catalão, castelhano (KREFELD, 2004; BASSETTO, 2010; MEIER, 1973).

Todos estes aspectos são observáveis nos *corpora* obtidos e nas análises feitas nas línguas escolhidas para este trabalho: observamos uma separação, por exemplo, do francês, em relação à demais línguas pesquisadas, pois há um mecanismo diferente não somente na construção das palavras, mas também na relação semântica entre elas; o romeno é uma língua que obtém as palavras derivadas em *-mânt/-ment* de outras línguas (primordialmente do francês) e sua produção própria ocorre por meio do alomorfe *-mânt*, de forma não tão intensa. O italiano, ao lado do português e do castelhano, possui muitas derivações em comum, além de ocorrer uma alteração na vogal temática de verbos de 2ª conjugação de forma idêntica às aquelas.

3. Método histórico-comparativo

A linguagem é uma herança social e sua história estende-se por séculos, por isso acreditamos que um estudo detalhado de seu funcionamento feito sob um olhar diacrônico vai ao encontro do que pesquisamos. Para este trabalho, valemo-nos do método histórico-comparativo, visto que por meio dele podemos determinar o *terminus a quo* (base latina) para chegarmos ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do latim). Assim, estabelecemos uma relação harmoniosa entre sincronia e diacronia, empregada na romanística, por conhecermos a origem das línguas (mais complexa, por exemplo, na germanística ou eslavística), tornando o campo românico um laboratório vasto para pesquisas regidas pelos princípios da indução.

A Filologia Românica tem como objeto as línguas e dialetos românicos, ou seja, aqueles que se originaram do latim. Se uma palavra existe em várias línguas românicas, é possível indicar com precisão sua forma no latim vulgar: “**excappare*” (forma suposta do latim vulgar, ainda não encontrada em uma fonte escrita que a comprove) > *escapar* (português, castelhano, catalão e provençal), *échapper* (francês), *scappare* (italiano) e *scăpa* (romeno). Caso algum fenômeno seja apresentado particularmente em uma ou outra língua, não é possível generalizá-lo, somente afirmar que talvez seja um caso isolado, ainda que possa ter sua origem no latim.

Deste modo, utilizamos o método histórico-comparativo, em razão de o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* utilizados como *corpus* deste trabalho serem bem conhecidos e documentados. Esse método é aplicável a grupos de línguas genealogicamente comuns, como as românicas. Por meio desse método, a partir da comparação das línguas românicas francês, castelhano, italiano, romeno e português, será possível verificar entre elas empréstimos, justificando sua correspondência, pois “*es indiscutable que el método comparativo, con todas las restricciones que se imponen a su respecto, enriquece y precisa nuestros conocimientos del latín popular*” (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 48). A fim de encontrar suas formas originárias, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões, seus dados foram colhidos e comparados entre si.

Portanto, esta pesquisa é norteada pelo comparativismo, ou seja, a técnica de pesquisa na gramática histórica por meio da comparação das palavras e estruturas gramaticais de línguas que possuem uma origem comum, com o objetivo de se estabelecerem a origem, o étimo, a datação e as derivações ocorridas das palavras latinas derivadas em *-men* e *-mentum* em algumas línguas românicas e no latim.

Este trabalho é suporte para se compreender a origem do sufixo *-mentum* latino; observar como as palavras latinas terminadas em *-mentum* se comportam nas línguas românicas; como o sufixo *-mentum* latino formou, dentro de cada língua observada, outras novas derivações semânticas, para verificarmos as dinâmicas ocorridas nessas línguas aparentadas, a partir da datação e da semântica das palavras românicas, a fim de estabelecermos uma grande árvore genealógica e indicarmos uma provável constelação sufixal¹⁶ do sufixo *-men* latino.

4. Formação dos *corpora*

Para esta pesquisa, foi necessária uma bibliografia composta por: trabalhos de história da língua latina, das línguas românicas em geral; etimologia; dicionários, inclusive os históricos, com possíveis datações e etimologia das palavras formadas com o sufixo nas várias línguas em que ele ocorre; gramáticas históricas; trabalhos específicos de morfologia sincrônica e diacrônica, bem como de semântica.

O estudo das línguas apontadas neste trabalho foi baseado em *corpora* obtidos a partir de vocabulários e dicionários etimológicos, e de língua geral das românicas, em outros sítios de pesquisa, como o “*Corpus* do Português”, “*Corpus* del Español”; adicionalmente, levantamos uma bibliografia publicada até o presente sobre etimologia, morfologia derivacional, relação semântica entre sufixos, a fim de complementarmos o *corpus* para o trabalho.

Para montagem inicial dos *corpora*, seguimos a metodologia especificamente desenvolvida pelo GMHP:

(...) para a compreensão do fenômeno da polissemia afixal. Suspende-se, em nossas análises, momentaneamente, o conceito saussuriano de *langue*, à medida que se investigam diversos sistemas à procura de soluções específicas. Esses sistemas podem, portanto, pertencer à mesma língua (atraindo assim problemas de Dialetologia e Sociolinguística), de línguas afins (valendo-se da Filologia ou Linguística Românica) ou de outras línguas envolvidas (quer na difusão do étimo, quer no empréstimo da palavra ou dos morfemas gramaticais, valendo-se da História Geral). Não trabalhando com o Português como *langue*, mas como resultado pancrônico de heranças lexicais, avalia-se, porém, em diversas sincronias, a gênese dos elementos estudados, bem como os sistemas de relações, as heranças e as analogias que explicam a polissemia atual dos formantes em cada momento. Dessa forma, é possível fazer uma revisão bastante considerável nos métodos diacrônicos (principalmente no que toca à reconstrução e seus graus de certeza), suas ferramentas e, com base na Historiografia, o momento adequado de sua implementação. Com isso, o estudo diacrônico promove indiretamente uma reflexão sobre o método sincrônico, à medida que se questiona, em nosso método, sobretudo, a capacidade do falante nativo de fornecer impressões acertadas acerca de sua língua materna que condigam com a formação da estrutura estudada, bem como do sistema sincrônico atual. Para isso, prescinde-se completamente de regras dedutivas de formação de palavra – quer as tradicionais, quer as RFP – ou quaisquer outras suposições tácitas, como a de que palavras derivadas provenham das simples, cf. caso *colação* e *colar* grau, em que a primeira é mais antiga que a segunda: nesse caso 'simples' e 'derivado' é meramente terminológico e não tem referencialidade. Também a competência do falante para decidir questões de gramaticalidade é substituída, sem perda de objetividade, pela interpretação do evento, com base em dados, uma vez que, abandonando a *langue*, não seria possível que nenhum falante consiga ver o todo e, dessa forma decidir sobre questões de gramaticalidade ou composicionabilidade. (VIARO, 2006b).

Traçamos um mapeamento geral do significado semântico das palavras derivadas por esses sufixos no latim, datando esses significados, com o objetivo de montarmos uma árvore genealógica de ambos e provarmos que há uma constelação sufixal, cujos elementos se derivam do sufixo latino *-mentum*; esses significados foram

¹⁶ Usa-se o termo lexicalizado ‘constelação sufixal’ conforme Aréan-García (2012).

comprovados em *corpora*, conforme indicação no *corpus* de cada língua analisada, para autenticarmos seu comportamento semântico, bem como as relações paradigmáticas e composicionais nas palavras formadas por esses sufixos nas línguas românicas, com o objetivo de propor uma classificação semântica, diacrônica e contrastiva.

Examinamos os dados obtidos nas línguas românicas, sob um olhar diacrônico; a partir disso, elaboramos uma lista, com o objetivo de verificarmos, rigorosamente, a utilização das palavras. Ao final, o estudo resultou em um *corpus* preciso da formação derivacional de palavras terminadas nesses sufixos, observando seus valores semânticos nas línguas latina, portuguesa, castelhana, francesa, italiana e romena.

Em cada língua, recolhemos as palavras terminadas em: cast. *-mento / -miento / -menta / -mienta*; fr. *-ment*; it. *-mento*; rom. *-mânt / -ment*; port. *-mento / -menta*. Em seguida, após pesquisa, indicamos a data de sua criação, o étimo, “forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer” (VIARO, 2011, p. 99), a língua de origem e a primeira acepção semântica da palavra, dados primeiramente recolhidos na microestrutura das obras lexicográficas utilizadas para compor o *corpus* em cada uma das línguas e, em seguida, informações obtidas em outras fontes, apontadas durante a descrição de composição de cada *corpus* de análise.

Durante o desenvolvimento das listagens, identificamos se as palavras são, de fato, derivadas no sufixo tema desta pesquisa; excluímos possíveis terminações coincidentes, por exemplo: *ciumento*: de *ciúmes* + *-ento*. Também deixamos fora de nosso *corpus* de análise as palavras compostas, devido ao nosso objetivo ser analisar o significado do sufixo latino *-mentum* e de seu desenvolvimento nas românicas; em uma palavra formada por composição, não há derivação, por exemplo: *biodesenvolvimento*: *bio-* + *desenvolvimento*. Importante informar que, pelo mesmo motivo, não consideramos palavras prefixadas, desde que indicada a formação no dicionário, como *desabastecimento*: *des-* + *abastecimento*.

Após a elaboração de *corpora*, análise das palavras e comparação entre as línguas, formamos uma pequena árvore genealógica para cada lista de palavras desenvolvida, por língua analisada, para compararmos as classificações e as árvores das várias línguas observadas e apontarmos cada ligação com a classificação e árvore genealógica latina. Ao final, apresentamos os dados comparativos obtidos e as justificativas que defendam as hipóteses elaboradas.

5. Análise quantitativa

Em todas as línguas, exceto no latim, por indicarmos de modo exaustivo todos os étimos e respectivas origens das palavras analisadas naquela língua, após apresentarmos como formamos o *corpus* de análise e apontarmos algumas características de cada língua em especial, indicamos a quantidade de palavras encontradas em cada terminação do sufixo estudado com as vogais temáticas ‘a’, ‘e’, ‘i’, outras possibilidades de vogais, como ‘o’ e ‘u’ e outras terminações, como consoantes antes do sufixo. Com isso, nossa hipótese foi comprovar a proporção de palavras oriundas das formas latinas, por exemplo, as com bases terminadas em consoantes (também latinas), como *segmento*, ou ainda palavras com base terminada em uma falsa vogal temática latina em ‘e’ (*elemento*), encontradas em todas as línguas pesquisadas, provando serem palavras panromânicas, ou seja, palavras que o latim deixou como herança em todas as línguas latinas.

Paralelamente, apontamos para cada item alguns exemplos de formações e a porcentagem de palavras encontradas em relação ao *corpus* como um todo.

6. Datação

Com o objetivo de observarmos a produtividade do sufixo *-mento* em cada língua analisada neste trabalho, nosso *corpus* é composto exclusivamente por verbetes datados. Na formação de *corpus* de cada língua, explicamos como compusemos essas datas, já que muitas palavras estavam sem indicação da época de sua formação, principalmente as do português e do castelhano.

Na listagem de cada língua, todas conservam suas datas de origem e, ao lado, o século de sua formação; por meio desses dados, montamos tabelas e gráficos que auxiliaram nas análises feitas a partir de todas as palavras e também somente daquelas formadas nas próprias línguas (sem os empréstimos).

7. Análise semântica

As gramáticas portuguesas informam, geralmente, que os afixos, principalmente os sufixos, são elementos semanticamente mais vazios do que, por exemplo, os radicais. Não há como concordar com a afirmação de Rocha Lima [1985 (1972)] de os sufixos serem vazios de significação, como informa em sua "Gramática normativa da língua portuguesa":

Ao contrário dos prefixos, que [...] guardam certo sentido, com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva, os sufixos, vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical. (LIMA, 1985 [1972], p. 180-181).

Somente seria possível essa consideração se os sufixos fossem observados isoladamente, contudo não faz sentido fazermos um estudo dos sufixos por si só, e sim ligados a uma base, por serem responsáveis por uma alteração semântica nesta que habitualmente se depreende por meio de paráfrases, por exemplo: *X-mento* 'ação de X' – desenvolvimento ('ação de desenvolver').

Segundo Sandmann (1989), semanticamente os sufixos equivalem a uma paráfrase feita a partir de um processo específico de derivação, ou seja, igualam-se a lexemas; portanto, é mister que se apontem as regras de formação de palavras (RFPs) destes.

Margarida Basílio indica que as entradas lexicais em uma língua podem afetar a produtividade das RFPs:

(...) as várias restrições (morfológicas, sintático-semânticas, léxico-semânticas) que determinam a seleção de um determinado sufixo em detrimento de outro(s) têm consequências, quer ao nível da produtividade, quer ao nível da polissemia. (BASÍLIO, 1980, p. 15).

De acordo com Freitas (2008), no Português há diversas formações duplas entre *-mento* e outros sufixos, como apontadas na seção de sufixos concorrentes, e não necessariamente há um bloqueio entre essas formas¹⁷. A pesquisadora aponta, ainda, outras formações duplas entre línguas, como cancelamento e cancellation, no Português e no Inglês respectivamente, indicando que essas formações paralelas são um "conceito sincrônico; assim, nada impede que haja, em outras épocas, formas desses exemplos em *-mento* e em *-s/ção*, respectivamente no Inglês e Português" (p. 82).

Basílio (1987, p. 5-10) ainda ressalta que "as palavras são elementos de que dispomos permanentemente para formar enunciados" e que, muitas vezes, "temos uma palavra de uma classe ou categoria lexical, como "verbo", e precisamos usá-la como "substantivo". Nesse caso, formamos uma palavra nova para poder utilizar o significado de uma palavra já existente num contexto que requer uma classe gramatical diferente".

Oliveira (2007) aponta que os sufixos do tipo *-mento* "denotam mudança de estado causada internamente (...) e têm como resultado uma forma derivada que denota mudança de estado". Contudo, observamos outros aspectos semânticos nas palavras derivadas em *-mento*: no total, quatro classes de ação e uma relacional.

Em seus artigos sobre morfologia, Rio-Torto (1998) mostra que, para analisarmos algum aspecto morfológico, devemos também utilizar todos os outros campos linguísticos. Segundo ela,

(...) a componente de base contém as estruturas básicas indispensáveis à produção de novos produtos lexicais. Essas estruturas são as bases e os afixos. (...) bases e operadores afixais devem estar descritos quanto à sua estrutura fonológico-silábica e quanto à sua estrutura morfológica, sintática, categorial e semântica. (...) a estrutura semântica de uma palavra comporta diversos níveis e tipos de significação. (RIO-TORTO, 1998, p. 75).

¹⁷ Monitoramento, monitoração e monitoragem (fetal) são formas utilizadas por um determinado plano de saúde, aleatoriamente, para um mesmo procedimento ambulatorial.

No caso do sufixo estudado, o sufixo *-mentum* latino e os originados deste nas línguas românicas, a base é, de fato, um elemento semanticamente mais pleno de significação do que o sufixo, mas não é necessariamente verdade para todos os sufixos, por exemplo: pedreiro, poleiro, chiqueiro, palavras cujo sufixo *-eiro*, conforme Viaro (2004), possui mais significado que sua base, opacificada pelo tempo; do mesmo modo ocorre essa alteração em substantivos portugueses, derivados do latim, terminados em *-mentum*: fermento (de fermentum), lamento (de lamentum).

Ainda que alguns discordem, os sufixos podem apresentar mais de um significado, assim como as unidades lexicais. No latim, o significado de *-mentum* era, em geral, de 'instrumento que X', 'ação ou resultado de X'; entretanto, ao analisarmos as palavras dos *corpora*, observamos outros significados incorporados às palavras derivadas dos sufixos nas línguas pesquisadas, uma verdadeira polissemia.

Verificamos que as palavras em *-mentum* latinas e das línguas românicas possuem significado concreto e abstrato; ambas as formas derivam de uma raiz ou radical verbal, ou de um substantivo – raras são as formas que derivam, vez ou outra, de um adjetivo, por exemplo. Além disso, observamos que há na maioria sentido de 'ação' ou 'processo', em outras, significado de 'resultado de uma ação'; posteriormente, tornam-se concretas.

Para analisarmos todas essas palavras sob o ponto de vista semântico, observamos na microestrutura¹⁸ das obras lexicográficas pesquisadas qual a indicação de seu primeiro significado, para, posteriormente, classificarmos uma a uma e analisarmos suas paráfrases. Deste modo, possíveis derivações semânticas que a palavra tenha sofrido em cada língua não estão apontadas neste trabalho.

Indicamos em alguns verbetes, aparentemente não analisáveis sincronicamente, seu primeiro significado, de sua língua de origem, a fim de não falsearmos os dados, mesmo que o sentido não seja o mais usual atualmente. Entretanto, somente as palavras formadas na língua analisada estão inseridas na análise semântica; palavras que entraram na língua por empréstimos, portanto, foram descartadas dessa análise. Como nosso objetivo é investigar a semântica da produtividade do sufixo em cada uma das línguas analisadas, palavras com formação em outra língua não entram nesta análise, visto que o significado considerado seria o da língua de origem e não da analisada. Por exemplo, a base opaca de fermento (port.) < fermentum (lat.) foi analisada e considerada em Freitas (2008), mas não há como considerarmos a palavra fermento na análise das palavras portuguesas, pois seu significado foi produzido no latim. Portanto, os empréstimos foram descartados nas seções respectivas à análise semântica, devido a entrarem numa falsa porcentagem de produção na semântica analisada.

A classe MOV, (<movimento), incorporada em Freitas (2008), não foi utilizada. Analisamos todos os aspectos e as palavras sufixadas em *-mento* (port.) e seus referentes e concluímos que, nas línguas românicas, não há palavras em nosso estudo que possuam o comportamento de envolverem apenas o deslocamento de um ser ou, ainda, que tenham a referência apenas de seu próprio deslocamento, embora o sufixo estudado esteja apontado nessa classe: 'o fato de X', 'ação de X', 'processo de X' (*-da*, *-mento*, *-s/ção*, *-agem*) (VIARO, 2009, p. 158).

Seguem as categorias semânticas (paráfrases) encontradas e utilizadas para análise semântica dos *corpora*, conforme algumas classes de ação constantes em Viaro (2009):

Classes de ação

- a. LCA (<local da ação) para a paráfrase 'local onde se X' (*-ório*, *-or*, *-nte*, *-aria*, *-mento*, *-ouro*);
- b. INS (<instrumento) para 'instrumento (com) que (se) x', 'instrumento (com) que (se) V o X' (*-eiro*, *-ouro*, *-ório*);
- c. TRS (<transitivo) para *nomina actionis* em que há apenas um agente e um paciente: 'o fato de X', 'ação de X', 'processo de X' (*-mento*, *-s/ção*, *-agem*) ou 'transformar C em X', 'ação de transformar C em X', '(ação de) V X em', '(ação de) V C em X', '(ação de) causar X' (*-ar*, *-izar*, *a-...-ar*, *es-...-ar*, *a-...-mento*, *em-...-s/ção*, *-ficar*, *-ecer*, *-ear*); idem para golpes, tanto 'golpe praticado com X', 'golpe praticado em X' (*-ada*);

¹⁸ Neste trabalho, utilizamos os termos lexicográficos *macroestrutura*: as entradas, os verbetes de um dicionário, e *microestrutura*: o conteúdo de cada verbe; conforme Barbosa (1994), a *macroestrutura* é a organização vertical dos artigos ou entradas, por ordem alfabética, etimológica, de assuntos, de campos léxicos e semânticos (...) a *microestrutura* do artigo, entrada ou verbe é constituída por um conjunto de "informações" ordenadas que se seguem à entrada.

d. RES (<resultado) para *nomina actionis* em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: 'o fato de X', 'ação de X', 'processo de X', 'estado decorrente de X' (-ada, -mento, -s/ção, -agem, -ança), mas também: 'alimento preparado com X' (-ada) e 'substância extraída de X' (-ina).

Quadro 01. Classes semânticas relacionadas à 'ação' (Fonte: VIARO, 2009).

Também há, além das categorias semânticas apresentadas, uma outra, que mesmo não estando apontada na Classe de Ação, mas na Relacional, incorpora um dos aspectos encontrados em todas as línguas analisadas: o de coletivo. Desconsiderada ao final da pesquisa na língua latina, ela está incorporada aos dados das demais línguas.

Classe relacional

e. QNT (<quantidade) para os coletivos e outros *nomina quantitatis* 'conjunto de X', 'quantidade de X' (-agem, -ada, -ame, -edo, -io, -aria, -ugem).

Quadro 02. Classe semântica relacionada à 'quantidade' (Fonte: VIARO, 2009).

Apesar de o aspecto QNT estar indicado na classe relacional, nossa hipótese é a de que as palavras em -mento que indiquem coletivo ou quantidade tenham traços transitivos e agentivos, talvez por serem deverbais e se constituírem sempre por meio de algo ou alguém que faça a ação originária.

Além dessas análises, apresentamos duas propostas novas no francês, resultantes da observação do *corpus* nesta língua: CRI, 'grito de Y', em que Y é um bicho, e BRU, 'barulho de Y', em que Y é um substantivo concreto ou abstrato. As palavras inseridas nessas acepções são em número maior que as indicadas, por exemplo, em INS, QNT e LOC, portanto não poderíamos descartá-las. Foi necessária uma pesquisa e análise mais aprofundada, a fim de confirmarmos a hipótese de serem acepções diferentes das demais apresentadas neste trabalho para, ao final, apresentarmos a derivação em -ment no francês com funcionamento diferente das demais línguas românicas.

8. Sufixos concorrentes

Uma língua não é imutável. Do mesmo modo como ocorrem alterações contínuas em outras partes (radicais, desinências), os sufixos são submetidos a influências variadas, não somente ortográficas: seus significados originais dissolvem-se e podem surgir, ocasionalmente, novos significados que repelem completamente os originais. Mesmo assim, essa circulação entre os limites é somente possível nos sufixos cujos significados possuem a mesma relação familiar, como em diversas palavras cognatas em -mento e -ção, no português (monitoramento / monitoração).

Analisamos as palavras formadas pelo sufixo -mento nas suas variações nas línguas analisadas e os cognatos encontrados nas obras lexicográficas utilizadas para a recolha dos verbetes em cada língua pesquisada, a fim de observarmos as palavras formadas por alguns sufixos concorrentes, ou seja, por sufixos com mesmo sentido, significado, função, isto é, palavras cujos sufixos apresentem "distintividade fonológica e identidade funcional e semântica" (CAETANO, 2008, p. 1).

No português, não desenvolvemos tal análise neste trabalho, devido à intensa pesquisa feita sobre esse assunto feita em Freitas (2008). Acreditamos que se a refizéssemos, somente repetiríamos os dados obtidos na pesquisa anterior, não havendo informações novas e/ou inéditas a respeito.

Se observarmos "do ponto de vista do sistema, concorrentes são dois sufixos com a mesma função. Isso ocorre, portanto, com os núcleos semânticos de um dado sufixo e não com o sufixo em sua integralidade" (VIARO, 2007, p. 17). Limitamo-nos às microestruturas das obras pesquisadas para podermos comparar as palavras como concorrentes e imaginar haver um conjunto de traços, ou seja, de semas em comum (POTTIER, 1978, p. 29), isto é, palavras que sejam sinônimas. Se fôssemos buscar todas as palavras cognatas na macroestrutura das obras lexicográficas, com certeza o resultado seria muito maior que o obtido, porém muitas, apesar de possuírem mesma base com sufixos diferentes, não teriam significados parecidos e, portanto, não seriam palavras

concorrentes, ou seja, palavras que, no nosso entendimento, tenham sido criadas com a mesma finalidade, mesmo objetivo de uso.

Indicamos os séculos das formações do sufixo *-mento* paralelamente à formação cognata encontrada em cada língua. Encontramos muitos sufixos concorrentes, os quais estão indicados nas respectivas línguas, conforme a quantidade encontrada. Ao final, apresentamos uma comparação entre essas concorrências, pois verificamos que a língua francesa apresenta cognação diferente das demais línguas analisadas neste trabalho.

Considerações finais

As línguas podem se alterar num mesmo tempo, ou seja, podem apresentar variações ocorridas devido a alguns fatores específicos, por exemplo pelo estrato social, etário, geográfico etc. Portanto, não podemos impor o certo e errado quando uma análise observa o desenvolvimento de uma língua; este estudo histórico, como qualquer outro estudo científico, aponta para essa questão e se torna material importante para a descrição e explicação diacrônica, principalmente etimológica, dos sufixos pesquisados nas línguas românicas e, principalmente, de suas origens, para então observar os existentes na língua portuguesa.

A execução do projeto foi facilitada pela nossa familiaridade com o tema, principalmente pelo desenvolvimento da pesquisa feita em Freitas (2008; 2014); além disso, nossa formação filológica e românica auxiliou a pesquisa, principalmente bibliográfica.

Estudamos, pois, os vários aspectos das formações derivacionais do sufixo latino *-mentum*, a fim de verificarmos os aspectos semânticos relevantes deste em todas as línguas que dele se originaram. A partir da comparação linguística, da etimologia e da datação, bem como das mudanças que, por ventura, ocorreram no âmbito linguístico, fizemos uma classificação semântica das palavras formadas com esses sufixos naquela língua e, em seguida, um estudo de suas relações com as formações derivadas nas românicas, sobretudo no âmbito semântico, dando continuidade ao trabalho de mestrado que forneceu as características semânticas do sufixo *-mento* no português e uma metodologia de pesquisa para tal finalidade.

Após a obtenção das informações sobre a origem do sufixo latino *-mentum* e de suas derivações às românicas, percebemos quão necessários são os estudos linguísticos que se voltem para a diacronia; mais ainda aqueles cujo objetivo seja incorporar vários fatores, inclusive com relação à proximidade dos falares de regiões que compartilham um passado linguístico comum. Pesquisas diacrônicas que foquem os aspectos semânticos comparativos entre as línguas românicas, como o estudo do sufixo *-mentum* em contraste com seus derivados nas línguas aparentadas, serão sempre colaborativas para que haja uma melhor compreensão do desenvolvimento de línguas irmãs.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, M. A. Dicionário de língua, vocabulários técnico-científicos, glossários: estatuto semântico-sintático das unidades-padrão. In: *Anais do XLI Seminário do GEL*. Ribeirão Preto: GEL, 1994. p. 289-294.
- BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BASSETO, B. F. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [2005].
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. 6 tomos, 3. ed. Madrid: Gredos, 1954.
- CORPUS DEL ESPAÑOL. Disponível em: <www.corpusdelespanol.org>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CORPUS DO PORTUGUÊS. Disponível em <www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- DIEZ, F. *Grammaire des langues romanes*. 3. ed. Geneve: Slatkine, 1973 [1874].
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2001 [1973].
- ERNOU, A. *Morphologie Historique du Latin*. 3. ed. Paris: C. Klincksieck, 1953 [1926].
- FREITAS, E. S. S. *Em busca do mento perdido*. Análise semântico diacrônica do sufixo *-mento*, no português. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.
- FREITAS, E. S. S.; AREÁN-GARCÍA, N. Morfologia histórica do português. *Revista Philologus*, ano 16, nº 47, p. 109-118, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/47/07.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- GOOGLE BOOKS. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

- GRUPO DE MORFOLOGIA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS (GMHP). Disponível em: <www.usp.br/gmhp>. Acesso em: 20 jun 2015.
- GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão beta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível apenas para assinantes em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, CD-Rom.
- KREFELD, T. Le roumain et la Romania continua. In: ICHIM, O.; OLARIU, F. T. (Org.). *Spațiul lingvistic și literar românesc din perspectiva integrării europene*, Mănuță Dan/Iași, 2004. p. 62-72. Disponível em: <http://www.romanistik.uni-muenchen.de/downloads/links_personen/kr_efeld/krefeld-ld-iasi.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 26. ed., 1985 [1972].
- MALKIEL, Y. *Etymology*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- MAURER Jr., T. H. *Unidade da România Ocidental*. São Paulo: USP, 1951.
- MEIER, H. *Ensaio de Filologia Românica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique generale*. Paris: Champion, 1948.
- MEYER-LÜBKE, W. *Introducción a la lingüística románica*. Madrid: Casa Edit. Hernando, 1926.
- NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA EM ETIMOLOGIA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (NEHILP). Disponível em: <www.usp.br/nehilp>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- OLIVEIRA, S. M. Os sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento*. *Estudos linguísticos XXXVI*. Araraquara. Janeiro-Abril, p. 87-96, 2007.
- PERROT, J. *Les dérivés latins em -men et -mentum*. Paris: C. Klincksieck, 1961.
- POTTIER, B. *Linguística geral: teoria e descrição*. Trad. Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença / Universidade Santa Úrsula, 1978.
- RIO-TORTO, G. M. *Formação de palavras em português*. Aspectos da construção de avaliativos. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.
- _____. *Morfologia Derivacional: Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.
- ROEDIGER, M. *Die Bedeutung des Suffixes "ment"*. Weimar: R. Wagner, 1904.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1931].
- SANDMANN, A. J. *Competência lexical*. Curitiba: UFPR, 1988.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Édition critique par Tullio de Mauro. Paris: Saint-Germain, 1995 [1916].
- VÄÄNÄNEM, V. *Introducción al latín vulgar*. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1971 [1967].
- VIARO, M. E. *Por trás das palavras*. Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.
- _____. Para um estudo de semântica sincrônica dos sufixos derivacionais em português do século XIII. In: *Estudos linguísticos*, Taubaté: Unitau, 2006a, com. 95, CD-Rom. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/Via21.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- _____. *Pressupostos*. In: GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português. FFLCH-USP, 2006b. Disponível em : <www.usp.br/gmhp/pres.html>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- _____. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos Linguísticos*. São Paulo. v. 35, p. 1443-1452, 2006c.
- _____. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et alii (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, Série Trilhas linguísticas n. 12. p. 45-84.
- _____. Proposta de um método de análise para derivações sufixais. *Domínios de Linguagem*. Revista Eletrônica de Linguística. Ano 3, n. 2, p. 140-165, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/dl6/DL%206%20-%2010.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- _____. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VIDOS, B. E. *Manual de Linguística Românica*. Vol I – História e metodologia. Trad. J. P. Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do tradutor, 2001 [1956].

Célia Regina dos Santos Lopes¹

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir os conceitos básicos do fenômeno da gramaticalização, aplicando-os a fenômenos de mudança na história do português. A proposta de cunho didático baseia-se na versão mais clássica do paradigma da gramaticalização abordando, principalmente, a perda e adoção de propriedades morfossintáticas nos processos de recategorização. Além dos exemplos recorrentemente utilizados na discussão do fenômeno de gramaticalização (*amare habeo* > *amarej*; nome *mente* > sufixo adverbial), outros fenômenos relevantes para a história do português são abordados: a pronominalização de nominais (*gente* > *a gente*, *Vossa Mercê* > *você*) e a formação de juntivos/conjunções/conectores a partir de advérbios. A análise dos casos escolhidos comprova que a gramaticalização não é um processo que possa extinguir, mesmo nos estágios cronologicamente mais avançados. As descrições apresentadas evidenciam que, nos processos de gramaticalização, há sempre permanências ou resquícios de etapas anteriores. A identificação de propriedades formais e semânticas que persistem nos itens/construções gramaticalizadas ajuda a compreender algumas aparentes idiosincrasias comuns a categorias gramaticais oriundas de processos de gramaticalização.

Palavras-chave: gramaticalização; história do português; pronominalização; advérbios; conjunções.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the basic concepts of the grammaticalization phenomenon, applying them to some change processes in the history of Portuguese. The didactic proposal is based on the most classic version of grammaticalization paradigm, discussing mainly the loss and acquisition of morphosyntactic properties in the recategorization processes. First, we present data that are recurrently used to discuss the phenomenon of grammaticalization (*amare habeo* > *amarej*; noun *mente* > adverbial suffix). Then, we discuss other relevant phenomena in the history of Portuguese: the pronominalization of nominal expressions (*gente* 'people' > *a gente*; *Vossa Mercê* > *você*) and the formation of conjunctions from adverbs. The analysis of the selected cases proves that the grammaticalization is not a process that can extinguish, not even during the chronologically later stages. The descriptions presented show that in the grammaticalization processes some original properties will tend to survive in the new grammaticalized form. The identification of formal and semantic properties that persist in the lexical items/constructions helps us to understand some apparent common idiosyncrasies of grammatical categories coming from grammaticalization processes.

Keywords: grammaticalization; history of Portuguese; pronominalization; adverbs; conjunctions.

¹ Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. celiar.s.lopes@gmail.com

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir os conceitos básicos do fenômeno da gramaticalização, observando principalmente os processos de recategorização, ou seja, casos de formas gramaticalizadas que sofreram mudança categorial. A abordagem adotada recupera autores mais clássicos por conta de ser uma proposta que pretende analisar mudanças categoriais a partir da perda e adoção de propriedades morfossintáticas. A partir da definição do fenômeno, serão discutidos os exemplos mais recorrentemente citados nos estudos de gramaticalização: (i) verbo auxiliar *habere* latino passando a sufixo de futuro nas línguas românicas e (ii) nome *mente* se tornando sufixo formador de advérbios de modo. Outros fenômenos importantes para a história do português serão descritos no artigo pelo viés da gramaticalização. Estão, nesse caso, a pronominalização de nominais (*gente* > *a gente*, *Vossa Mercê* > *você*) e a formação de juntivos/conjunções/conectores a partir de advérbios. A escolha dos casos analisados não é aleatória, pois o intuito do artigo é apresentar princípios elementares sobre gramaticalização para serem aplicados aos cursos de história da língua portuguesa.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. Além da conceituação geral, na primeira seção, que visa didaticamente apresentar conceitos clássicos de gramaticalização, são discutidos, na seção seguinte, os dois exemplos considerados casos prototípicos de gramaticalização, em que itens lexicais ou construções se tornaram realmente afixos ou parte deles. A retomada desses exemplos, bastante conhecidos, tem como finalidade mostrar que, mesmo nos casos canônicos de gramaticalização, alguns princípios, como o gradualismo e a persistência, se fazem presentes. Na seção 3, serão apresentados alguns princípios pertinentes de gramaticalização, aplicando-os à pronominalização de nominais. Na seção 4, são ilustrados alguns casos de gramaticalização em que advérbios passam a funcionar como conectores/conjunções/juntivos. Por fim, têm-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1. Conceitos teóricos básicos sobre gramaticalização

A gramaticalização², grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais³, podendo mudar de categoria sintática (=recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como consequência de uma cristalização extrema⁴.

Nos estudos funcionalistas sobre gramaticalização⁵, revigorados nas décadas de 1980 e 1990, diversos autores⁶ retomam a discussão sobre o *problema da transição* e defendem ser o gradualismo inerente aos fenômenos de gramaticalização estudados (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Postula-se, inclusive que, por ser um fenômeno contínuo, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir. Tal perspectiva não contradiz os princípios da teoria Sociolinguística laboviana quando defende que os fatores que produzem mudanças, não só no âmbito linguístico, como também no da vida humana, não são abruptos e repentinos, mas atuam lenta e gradualmente, e é por isso que a mudança linguística requer a observação de dois ou mais estágios de uma língua. Na trajetória da mudança, há estágios intermediários em que formas em conflito se distribuem

² Hopper e Traugott (1993) apontam a diversidade de sentido do termo gramaticalização, enfatizando que o fenômeno pode ser estudado dentro de uma perspectiva histórica, na qual, em geral, se prefere o termo *gramaticalização*, ou numa perspectiva sincrônica, na qual o termo *gramaticização* é o preferido. A perspectiva histórica, que mais nos interessa aqui, vê a gramaticalização como um subconjunto da mudança linguística, “um tipo de mudança sujeita a certos processos gerais e caracterizado por certas consequências, tais como a mudança na gramática” (TRAUGOTT; HEINE, 1991, p. 3). Ver ainda Traugott e Heine (1991); Hopper e Traugott (1993); Heine (2003); Castilho (1997), entre outros.

³ Tornar-se mais gramatical significa dizer que o item passa a assumir posições mais fixas nas sentenças, tornando-se previsível em termos de uso (MARTELOTTA *et al*, 2003).

⁴ Adaptado de Castilho (1997, p. 31).

⁵ Castilho (1997, p. 59), revisitando o tema, ressalta, no entanto, que a gramaticalização é um fenômeno que vem sendo estudado por diferentes correntes teóricas, embora nem sempre se saiba claramente qual delas subjaz aos inúmeros estudos realizados. O principal ponto da discussão não é chegar à conclusão de que é o discurso, como privilegiam os funcionalistas, ou a gramática, como apregoam os formalistas, que desencadearia os processos de gramaticalização, mas que haveria processos cognitivos anteriores que atuariam as potencialidades dos itens lexicais. Concebe-se, pois, o Léxico “como o módulo central da língua, em que estão depositados itens já marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas”.

⁶ Ver, por exemplo, Lichtenberk (1991).

irregularmente entre falantes e ouvintes num processo que pode aparentemente durar séculos. As mudanças não afetam um sistema linguístico em sua totalidade e, nesse sentido, pode-se falar em um *continuum* evolutivo diacrônico, que pode ser paralelo ao *continuum* categorial sincrônico. Defende-se que os “limites entre diacronia e sincronia se desfazem e o único que se mantém é um dinamismo constante e essencial às línguas” (COMPANY COMPANY, 2003, p. 19).

Como a gramaticalização ocorre? O que determinaria uma mudança que se opera do léxico à gramática?

Desde o século XIX, desenvolvem-se estudos que tentam explicar como se originam e se desenvolvem as categorias gramaticais. Numa perspectiva de caráter mais funcionalista⁷, a trajetória da mudança se daria pela regularização do uso da língua que ocorreria a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender seus propósitos comunicativos. Com a repetição de uma construção ou forma⁸, algo que é casuístico se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. A contínua regularidade ocorre quando as estratégias discursivas empregadas pelo falante numa situação comunicativa perdem a eventualidade criativa do discurso e passam a ser regidas por restrições gramaticais (do discurso para a gramática). É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto, etc.

A frequência de uso (COMPANY COMPANY, 2003, p. 28) é um fator primordial na geração de uma mudança, pois “fixa o uso, o rotiniza, outorga apoio paradigmático e cria estabilidade no sistema”, além disso, a repetição leva ao enfraquecimento da força semântica (ou generalização) de uma forma pelo hábito, ou seja, as formas tornam-se mais gerais, mais abstratas quanto ao seu significado (BYBEE, 2003). Essa perda de transparência semântica leva ao emprego da construção em outros contextos com novas associações, estabelecendo mudança semântica.

A origem do processo teria, pois, uma motivação pragmático-discursiva, por isso, alguns autores postulam estágios ou etapas da gramaticalização como o ciclo funcional de Givón (1979). O esquema do autor busca representar os processos de regularização do uso da língua em termos diacrônicos: Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonologia > Zero. Em princípio, itens lexicais/construções começam a ser utilizadas casualmente no discurso e, embora possam ter determinada função gramatical, seu uso não é sistemático e fixo. Por conta da sua repetição, tal forma ou construção torna-se mais regular com determinada estruturação sintático-morfológica. O item/construção se cristaliza morfológicamente perdendo paulatinamente sua variabilidade sintagmática: sua ordem torna-se mais rígida, não podendo, por exemplo, sofrer inversão ou intercalação de elementos (morfologia). Por conta da frequência de uso pode ainda sofrer algum tipo de alteração fonológica (erosão) e desaparecer. Caso atinja ao zero, outro item ou construção é recrutado para substituí-lo formal e funcionalmente, recomeçando o ciclo funcional. Há outras perspectivas semelhantes como é o caso dos diferentes estágios de gramaticalização: sintaticização morfologização redução fonológica estágio zero (reinstauração de todo o processo).

2. Os exemplos recorrentes

2.1 - De verbo auxiliar a morfema de futuro

A gramaticalização do verbo auxiliar *habere* latino em parte do morfe de tempo futuro em diversas línguas românicas se configura como um caso clássico recorrentemente empregado para ilustrar o processo de perda do estatuto lexical e adoção de estatuto gramatical. A estrutura analítica constituída por verbo no infinitivo seguida pelo verbo *habere*, *amare habeo*, no latim clássico, queria dizer “tenho de amar” ou “tenho vontade/desejo de amar”. Essa combinação “se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse.” (CAMARA JR., 1975, p. 132). No latim vulgar, tal estrutura tornou-se o modo de expressar o tempo futuro nas diferentes línguas românicas. Coexistindo com o futuro sintético latino *amabo*, apesar de ser

⁷ A análise linguística de base funcionalista prioriza a linguagem como fenômeno mental e social, correlacionando fatores sócio-comunicativos e/ou sócio-cognitivos em situações “reais” de uso.

⁸ A repetição é vista como um processo pelo qual seqüências de palavras ou morfemas, frequentemente usados, se tornam automáticos como uma única unidade de processamento.

empregado com uma acepção semântica específica, sua eventualidade discursiva permitia maior liberdade sintática (01) e intercalação de elementos (02):

(01) habeo amare

(02) amare te habeo

Ao tornar-se mais frequente, a estrutura sofreu enfraquecimento de sua força semântica, se rigidificou, sofrendo a aglutinação dos dois vocábulos a partir de uma redução fonética violentíssima da forma *habere*. O ponto de partida foi, possivelmente, a queda da consoante /b/ intervocálica, criando um hiato que sofreu assimilação, ditongação e/ou contração:

(03) (amare) habeo > a(b)eo > *aio > *eio > ei

Um outro dado importante refere-se aos resquícios nas formas gramaticalizadas de antigos estágios da língua (ou *persistências* formais)⁹. No caso da formação desses novos futuros sintéticos, seja do presente, *amarei*, ou do pretérito, *amaria*, tem-se como “regra” o emprego de pronome oblíquo mesoclítico. Na realidade, os únicos tempos que admitem mesóclise são esses dois tempos verbais originados de antigas formas perifrásticas. A mesóclise, já em desuso no português falado e até escrito, poderia ser considerado um resquício do antigo futuro analítico constituído de *infinitivo* + *habere*. O pronome ocorre justamente entre o “suposto” infinitivo e o verbo auxiliar (04). Se sincronicamente a desinência de futuro é - ra ~ re - o clítico estaria cindido o sufixo. Em (04b), há a intercalação de um elemento entre a vogal temática e a desinência modo-temporal. Somente casos gerados a partir de processos de gramaticalização explicam tais idiosincrasias.

(04) a. encontrar-te-ei
b. paga-lo-ia

Tal exemplo é considerado um caso clássico de gramaticalização por encaixar-se perfeitamente ao esquema de Givón (1979): Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonologia > Zero. No atual estágio da língua, pode-se conjecturar que a forma morfologizada do futuro do indicativo (*amarei*) esteja no estágio zero, uma vez que o falante introduziu no “discurso”, para marcar a “noção de futuro”, a combinação de *ir* + *infinitivo* (05), iniciando um novo processo de gramaticalização.

(05) a. vou fazer
b. vou amar

No caso da estrutura atual *ir* + *infinitivo* também são verificadas alterações semânticas. O verbo *ir* como verbo pleno significa originalmente “deslocar-se no espaço”. Na construção em análise, houve uma extensão semântica de “movimento no espaço” para “movimento no tempo” e o verbo *ir* passa a funcionar, nessa construção, como um verbo meramente auxiliar de tempo futuro. Alguns empregos causam certa estranheza entre os falantes do português em determinados níveis sociais, como é o caso de *vou ir* que aparentemente seria redundante, levando em conta o sentido primitivo de *ir* (ir duas vezes?). Outros, entretanto, não recebem qualquer avaliação negativa, como é o caso de *vou estar* e *vou ficar*, embora tenhamos um suposto verbo de movimento (*ir*) aliado a verbos de não-movimento ou permanência (*estar*, *ficar*).

Em inglês, há um caso semelhante com a construção *be* + *going* + *to* + *verb*. Originalmente, a estrutura sintática [*I'm going*] [*to sell my car*] era constituída por duas orações. A primeira seria a principal seguida por uma oração adverbial final: *eu vou para (a fim de) vender o meu carro*. O verbo *go* se constituída como verbo predicador com sentido de movimento/deslocamento no espaço físico. A oração [*to sell my car*] introduzia a finalidade desse deslocamento espacial. Para a formação do futuro em inglês, a estrutura em (06) foi assim reanalisada

⁹ Ver princípio da “persistência” de Hopper (1991).

(reinterpretada)¹⁰ e, por redução fonológica, tem-se a nova estrutura em (07), que passa a ocorrer não só com verbos de ação, mas também com verbos de estado, como em (08):

(06) [I am going to¹¹] [sell my car]¹²

(07) [I'm gonna] [sell my car]

(08) [I'm gonna] [stay at home]

2.2 - De nome a sufixo de modo: a questão do *-mente*

Outro exemplo recorrente e comum a diversas línguas românicas é o nome *mente* (latim) que se gramaticalizou em sufixo formador de advérbios de modo. Trata-se de outro caso de item lexical que atinge um nível máximo de gramaticalização por se tornar um morfema derivacional.

O nome *mente* com o sentido de “o modo, a maneira” era frequentemente utilizado como núcleo do sintagma que vinha determinado por adjetivos em construções como:

(09) agir [cristã mente] = agir [de modo cristão]

Segundo Camara Jr. (1975, p. 123), “o emprego de **mente**, inicialmente o ablativo do substantivo feminino *mens* “mente”, combinado com um adjetivo que se quer usar adverbialmente, foi um mecanismo geral utilizado já no latim vulgar para derivar advérbios de adjetivos. O adjetivo é obrigatoriamente anteposto e concorda em gênero com *menta*, que tem na construção o sentido geral de “maneira, modo”.

É bem provável que no latim vulgar o nome *mente* fosse mais frequentemente utilizado posposto ao adjetivo do que anteposto a ele. A repetição de tal construção *adjetivo + mente* fixou seu uso como uma única unidade de processamento que se generalizou pelo hábito para indicar modo. Tal formação adverbial em *-mente* também se configura como um processo de morfologização, pois, de acordo com Meyer-Lubke (*apud* SANDMANN, 1996, p. 77) é o único caso em que há uma “passagem da construção sintática pela composição até a formação sufixal”.

Não se pode esquecer, entretanto, que tal fenômeno evidencia que mudanças ocasionadas por processos de gramaticalização não se configuram necessariamente como concluídas ou acabadas, ou seja, as formas evoluem do “léxico” para a “gramática”, de “menos gramatical” para “mais gramatical”, mas não há perda completa de suas propriedades originais como se viu em 2.1 (*infinitivo + habeo*). As formações derivacionais em *-mente* apresentam, atualmente, peculiaridades inusitadas. Camara Jr. (1975, p. 123), por exemplo, chega a afirmar que se trata, em português, de uma locução: “dois vocábulos fonológicos e mórficos distintos usados em bloco como uma unidade secundária”.

Em português, qualquer advérbio em *-mente* tem como base um adjetivo no feminino¹³. Pode-se dizer que a sistematicidade desse tipo de formação adverbial se justifica pelo fato de o nome *mente* ser originalmente feminino e por isso mantém-se uma suposta concordância com o adjetivo. Como ocorre em outros casos de gramaticalização, o sufixo não perdeu completamente as características originais. Ainda hoje o sufixo *mente* combina-se apenas com bases adjetivas no feminino (10) e pode ser elidido numa sequência de advérbios (11), o que não ocorre com outros sufixos.

¹⁰ A reanálise ocorre com o apagamento das fronteiras entre determinados constituintes sem alteração da estrutura superficial da unidade sintática, desenvolvendo-se uma nova estrutura. Harris e Campbell (1995) afirma que a *reanálise* é um dos três mecanismos de mudança sintática, além da *extensão semântica* e dos *empréstimos* pelo contato entre línguas. Para o autor, a gramaticalização é um processo decorrente de uma série de reanálises e não um mecanismo particular com estatuto independente. A gramaticalização pode ser também um processo decorrente de extensões como é caso do verbo pleno *will* do inglês que significava “querer” e era empregado apenas para sujeitos humanos [+animados]: [*The King*] [*will*] [*eat*] = [*O rei*] [*deseja*] [*comer*]. O verbo pleno *will* torna-se frequente e sofre extensão semântica, passando a ser empregado em contextos anteriormente impossíveis, como é o caso de sujeito inanimados [*The table*] [*will fall*] = *A mesa cairá*. Vê-se que a estrutura superficial é a mesma, mas as fronteiras sintáticas mudaram.

¹¹ *going to* = unidade com valor “progressivo” – Auxiliar de aspecto/tempo.

¹² [*sell my car*] = Verbo predicador/principal (núcleo da predicação) + complemento.

¹³ Para Camara Jr. (1975, p. 123), “o adjetivo se flexiona com a desinência de feminino para concordar com *mente*.”

- (10) claramente, serenamente, internamente
- (11) Ele falou franca e asperamente (= francamente e asperamente)

Por conta desse comportamento idiossincrático, há uma vasta discussão sobre como analisar morfologicamente a vogal *-a-* que se interpõe entre a base nominal e o sufixo. Em princípio, seria absurdo considerar como desinência de gênero feminino por anteceder um sufixo derivacional e por constituir parte de um advérbio que são vocábulos invariáveis. A análise sincrônica mais simples para o ensino, por exemplo, seria considerar o *-a-* como mera vogal de ligação.

Apesar de não ter perdido alguns dos seus traços primitivos de nome e não ter um comportamento típico de forma derivada, pode-se dizer que o elemento *-mente* diverge do substantivo *mente* (do *mens* latino) do qual se originou. Há vários argumentos estruturais que confirmam tal posição: 1) a formação de advérbios em *-mente* é produtiva e frequente em português; 2) a posição do sufixo é fixa, sempre posposta ao adjetivo feminino (12), o que não acontece, por exemplo, com o substantivo *mente* que não sofre restrições dessa natureza (13); 3) os valores semânticos do sufixo e do substantivo divergem, pois o sufixo não forma, hoje em dia, apenas advérbios de modo (14):

- (12) futuramente, antigamente, certamente
- (13) a mente humana, a humana mente
- (14) a. indicadores de tempo: *antigamente, futuramente*;
 b. indicadores de intensidade: cerveja *estupidamente* gelada, um dia *extremamente* quente;
 c. modalizadores (aplicam-se a sentenças completas, indicando atitude proposicional do falante): *Felizmente* nada aconteceu contigo
 d. aspectualizadores: *Geralmente* estou em casa às 10h e faço diariamente as mesmas tarefas.

3. A pronominalização de nominais

3.1 - De gente a a gente

Na bibliografia referente sobre o tema, encontramos diferentes tipologias, princípios ou fases da gramaticalização. Hopper (1991) apresenta cinco princípios: *estratificação* (=layering), *divergência*, *especialização*, *persistência* e *decatégorização*. Lehmann (1985) também elenca alguns princípios: *paradigmatização*, *obrigatoriedade*, *condensação*, *fixação*, etc. Entretanto, apesar da diversidade terminológica, percebe-se que as propostas se complementam e convergem para princípios mais gerais. É possível estabelecer algumas correlações entre os princípios e alguns casos estudados para a melhor compreensão do fenômeno.

Como discutido até aqui, a gramaticalização pressupõe, principalmente nos estágios iniciais, a coexistência entre novos valores/ usos ao lado dos antigos e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. O princípio da *persistência* confirma essa perspectiva, quando se postula que “alguns traços do significado lexical original de um item tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical” (HOPPER, 1991, p. 124). A gramaticalização de *ille* (pronome demonstrativo latino) para *ele* (pronome pessoal do português) também exemplificaria tal posição. O pronome pessoal *ele* mantém a propriedade de flexão de gênero (15) e número (16) dos demonstrativos. Os pronomes pessoais “legítimos” não sofrem flexão de gênero/número (17), pois são itens lexicais diferentes, e não a variação de um mesmo item.

- (15) ele, ela
- (16) ele, eles
- (17) eu/nós, tu/vós

Considera-se que as formas de primeira e segunda pessoa teriam uma maior dimensão pragmática, no sentido de serem os verdadeiros vocábulos dêiticos situacionais. As formas de terceira pessoa são em geral menos situacionais e mais textuais, ou seja, anafóricos. Além disso, a forma *ele* (de *ille*) caracteriza-se como a “não-pessoa” em oposição às verdadeiras pessoas do discurso (“quem fala” *eu* versus “quem ouve” *tu*). Pode-se dizer que a forma de terceira pessoa se comporta mais frequentemente como elemento anafórico do que dêitico, o que é mais raro para as outras pessoas. Enfim, a inserção de *ele* no sistema pessoal “cinde o quadro em dois tipos distintos de pronomes, com reflexos na sintaxe e em sua interpretação semântica” (CASTILHO, 1997, p. 37).

Outro caso, a ser mencionado, refere-se à gramaticalização de *gente* (nome) > *a gente* (pronome). Nem todas as propriedades formais do nome *gente* foram perdidas, assim como não foram assumidas todas as propriedades intrínsecas aos pronomes pessoais. A forma gramaticalizada mantém do nome *gente* o traço formal de 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa. O verbo permanece na 3ª pessoa do singular, mas se pressupõe a existência de um “falante + alguém”, como em (18). A forma gramaticalizada preservou a referência genérica e a noção coletiva do nome *gente*. Tal noção também pode ser expressa pelo pronome *nós* (cf. LOPES, 2003).

(18) *A gente_i deve resolver os nossos_i problemas.*

O princípio da *estratificação* (*layering*) estipula a coexistência entre o novo e o velho em um domínio funcional amplo. Não há o descarte imediato da forma mais antiga em detrimento da forma emergente, mas um período de transição, de convivência das diversas camadas, que configurariam uma fase de convivência entre as duas estratégias. A variação entre *nós* e *a gente* confirma tal coexistência.

Com relação ao princípio da *divergência*, postula-se a permanência do item lexical original convivendo de forma autônoma ao lado da forma gramaticalizada, embora diverjam funcionalmente. O nome *mente* (*a mente humana*), como visto em 2.2, diverge funcionalmente do sufixo *-mente* formador de advérbios (*isso é humanamente impossível*). O nome *gente* diverge de *a gente* nas estruturas predicativas. O nome só admite a concordância no feminino mesmo que o referente seja do gênero masculino (19). A forma *a gente*, por seu turno, pode se correlacionar a adjetivos no masculino ou feminino em estruturas predicativas a depender do gênero do referente (cf. VIANNA, 2011), como em (20):

(19) *Essa gente, que só faz xixi em pé e pinga sempre a tábua, precisa deixar de ser tão porquinha.*

(20) a. *A gente está bonita* – referência exclusiva a mulheres
b. *A gente está bonito* – referência mista, genérica ou a homens

Tal comportamento remete-nos ainda ao princípio da *de categorização* (Hopper, 1991) que consiste na neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem (nome) e adoção dos atributos da categoria-destino (forma pronominal). A variação da concordância de gênero em estruturas predicativas evidencia tal princípio.

Outro aspecto refere-se à perda gradativa dos privilégios sintáticos da categoria nominal, como o fato do nome *gente* poder ser determinado por anteposição (21) (*aquela gente saiu*), posposição (22) (*gente interessante saiu*) ou anteposição-posposição simultânea de determinantes no SN (23) (*esta gente esperta saiu*), ao passo que *a gente* assumiu um dos atributos característicos dos pronomes pessoais que é o de não poder ser determinado no sintagma nominal, ocorrendo preferencialmente isolado no SN¹⁴ (24). A possibilidade de determinação do nome, ao lado da impossibilidade de determinação do pronome pessoal¹⁵, seria o principal fator que oporia uma classe à outra, determinando sua referencialidade.

(21) *aquela gente saiu*

¹⁴ A princípio, apesar de os pronomes e os nomes exercerem as mesmas funções sintáticas (núcleo do sujeito, complementos e integrantes de sintagmas preposicionados) - o que já levou alguns autores a considerarem desnecessário se ter a classe dos pronomes como uma classe funcional à parte - há pelo menos uma diferença fundamental em termos de comportamento sintático: os pronomes, principalmente os pessoais, ao contrário dos nomes, não podem ser antecidos por determinantes e funcionam, em geral, como núcleos isolados no SN. Pode-se dizer: “*a garota estudou*”, enquanto “**a ela estudou*”, ou “**o eu estudei*” seriam agramaticais.

¹⁵ Os raros casos de determinação com pronomes pessoais ocorrem com as formas plurais: *nós três*, *nós todos*, *vocês dois*, além do emprego de intensificadores: *somente eu*, *mesmo ele*.

- (22) gente *interessante* saiu
- (23) *esta* gente *esperta* saiu
- (24) a gente saiu

3.2 - De *Vossa Mercê* a *você*

O tratamento de base nominal *Vossa Mercê*, constituído por sintagma possessivo (*Vossa* + nome abstrato *mercê*), no seu processo de gramaticalização, sofreu erosão fonética (*Vossa Mercê* > *vosmicê* > *você* > *cê*), “desbotamento” semântico e se generalizou como pronome de segunda pessoa. A alta frequência de uso desgastou o propósito comunicativo da expressão original, e os valores de cortesia, respeito, distanciamento e indiretividade se perderam com o tempo.

Tal mudança, entretanto, não foi um processo isolado, mas gradual por ser um fenômeno que pode ser analisado como consequência de uma mudança encaixada -*embedding problem* (WEINREICH *et al*, 1968) não só na estrutura interna da língua, mas também na estrutura social, expondo a *língua como o sensor das transformações sociais* em consonância com Bakhtin/Voloshinov (1973, p. 19 *apud* FARACO 1996, p. 57).

Em termos da estrutura social, houve, a partir do século XV, a emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passaram a substituir o tratamento cortês universal *vós* em um primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que também exigiu um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começou de *cima para baixo*, se disseminou pela comunidade como um todo, fazendo com que *Vossa Mercê* > *você* perdesse sua concepção semântica inicial de tratamento distante, passando a um pronome pessoal de 2ª pessoa.

Assim como discutido em 3.1, os princípios teóricos previstos no paradigma da gramaticalização também podem ser elucidativos para a compreensão de tal processo de mudança de forma nominal para forma pronominal de tratamento de 2ª pessoa.

O princípio da *estratificação ou layering* (cf. HOPPER, 1991), como discutido em 3.1, refere-se à coexistência de camadas, ou seja, pressupõe o novo e o velho em um domínio funcional mais amplo. O tratamento *Vossa Mercê* passou a concorrer com *vós*, a partir do século XV, como estratégia de cortesia. A substituição de uma estratégia pela outra não ocorreu de maneira imediata, mas ambas conviveram durante um longo período de transição. Assim, emerge uma nova camada e *Vossa Mercê* também desgastou, como ocorreu com *vós*, o seu traço de polidez. Graficamente era representada nos textos remanescentes por diferentes variantes até aparecer como *você* (*Vosmecê*, *vossuncê*, *vossê*, *você*, etc). Surge uma nova camada de variação entre *Vossa Mercê* e *você*, sobretudo, pela perda gradativa do traço de cerimônia da primeira forma. No século XIX, o inovador *você* é uma estratégia híbrida e ambígua transitando por espaços discursivo-pragmáticos distintos. Por um lado, resguarda propriedades do antigo tratamento nominal abstrato com traços de distanciamento; por outro, concorre com o solidário *tu*. Em outra etapa, a forma emergente *você* realmente assume os contextos funcionais típicos da forma mais antiga *tu*, nesse caso, como estratégia empregada nas relações mais simétricas.

Tal aspecto remete ao princípio da *divergência*, pois em processos de gramaticalização postula-se a permanência do item lexical original (*Vossa mercê*) convivendo de forma autônoma ao lado da forma gramaticalizada (*você*) com valores distintos. Como dito anteriormente, a partir de meados do século XIX, o emprego de *Vossa Mercê* e *você* tornaram-se funcional e discursivamente divergentes. A forma vulgar *você* tornou-se usual em relações assimétricas de superior para inferior, podendo assumir inclusive, em algumas situações sócio-pragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição à sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*, ainda presente nas relações assimétricas ascendentes. No Brasil do século XIX, a concorrência passou a ser maior entre *tu* e *você* em relações solidárias mais íntimas e de confiança.

Outro princípio, o da *especialização*, associa-se à limitação das opções, que ocorre quando há um estreitamento da variedade de escolhas, fazendo com que uma das formas se torne, em determinados contextos, praticamente obrigatória. Com a integração de *você* no paradigma de pronomes pessoais como variante de 2ª pessoa, a forma *você* trouxe para o paradigma verbal a sua marca formal de 3ª pessoa. Essa manutenção da concordância de terceira pessoa, propriedade que persiste das formas nominais originais, fez com que a nova forma gramaticalizada *você* se especializasse para indicar a pessoa gramatical na posição de sujeito, uma vez a marca desinencial não é mais capaz de fazê-lo:

- (25) a. você (2ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)
 b. ele (3ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)
 c. a gente (1ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)

Além da referência definida, a forma *você* teve seu uso ampliado para contextos de referência indeterminada, ocorrendo também construções existenciais (DUARTE, 1995):

- (26) *Você tem* uma loja lá na esquina (= *Há* uma loja lá na esquina)

A conservação de alguns traços do significado original, aderindo-se à nova forma gramaticalizada, remete ao princípio da *persistência* de traços e ou propriedades com a manutenção de vestígios da história lexical da forma original na forma gramaticalizada. No caso do português brasileiro, o vestígio original de *Vossa Mercê* que se manteve em *você* estaria relacionado a um processo de abstratização do sema de cortesia e da indiretividade. Em outras palavras, a nova forma pronominal apresentava resquícios de maior distanciamento, se comparada à forma *tu*, e uma carga semântica, ainda que desgastada, de cortesia. Mesmo quando o pronome *você* passou a já ser interpretado como variante de *tu*, em alguns casos específicos, manteve resquícios de formalidade de *Vossa Mercê*. O seu emprego, em cartas do século XIX, servia como estratégia de atenuação a favor da polidez linguística, marcando um maior distanciamento, o que garantia um tom menos invasivo à interação:

- (27) “Peço-te pois *intenderes* com elle esperando q elle assumo ao meo pedido, pelo q mui agradecido. Podia tambem escrever a seo Pae, e Dr João Pinheiro porem entendo não ser necessario só basta q *você* si *interessou*”. (Tio Neca a Affonsinho, 1906)
- (28) “aqui se falla muito que *Você está* ganhando dinheiro como advogado, que *hé* muito procurado, que *tens* conferencias com os homens mais notaveis, que *hé* muito consultado sobre negocios do Brasil enfim que *tens* brilhante posição, nada disto me admira” (Carlos a Rui Barbosa, 1895)

Em (27), percebe-se um emprego motivado de *você*. Tem-se uma ordem dissimulada em um pedido, o que favoreceu o emprego de um tratamento atenuador. Na carta, prevaleceu quase categoricamente o *tu-nulo*, o intruso *você* não era uma variante pronominal, mas uma forma de tratamento que minimizava a solicitação feita. O tio afirma que não era preciso fazer o pedido ao pai (o então Presidente Afonso Penna), uma vez que o destinatário (Afonso) se interessou em resolver o problema e não outra pessoa.

Já em (28), há outro contexto comum desse *você* híbrido no século XIX. Em grande parte da missiva, o tratamento utilizado também era pronome *tu-nulo*, em um tom que poderia ser qualificado como informal e solidário. Entretanto, no trecho sublinhado, através do discurso reportado, o remetente dá voz a uma terceira pessoa e o que é dito pode ser lido como o pronunciamento dessa terceira voz. O remetente se descomprometeu com o que foi dito. Nesse contexto, mais marcado, o destinatário passou a ser tratado, assim, pela forma *você*.

Mesmo em dados orais sincrônicos ainda podem ser identificadas diferenças de uso entre o emprego de *você* e *tu* que podem remeter a antigos valores ou persistências no âmbito semântico-discursivo e pragmático. O emprego de *tu*, na maior parte do Brasil, é favorecido em atos diretivos, contextos de referência determinada, situações mais solidárias e íntimas na fala de jovens, principalmente os de menor escolaridade. O emprego da forma *você*, por outro lado, é mais produtivo quando há maior neutralidade, caráter “menos invasivo”, contexto indeterminado.

Pelo gradualismo do processo, além da persistência semântica, persistiram traços formais, como a concordância verbal na terceira pessoa típica dos nomes.

Por fim, o princípio da decategorização (ou descategorização) proposto por Hopper (1991) relaciona-se, como discutido anteriormente, na neutralização das marcas morfossintáticas da forma-fonte (nome ou sintagma nominal) e a adoção de propriedades da forma-destino (forma pronominal). Na pronominalização de *você*, não foram anuladas todas as propriedades formais nominais, assim como não foram incorporados todos os traços prototípicos aos pronomes pessoais. Quanto ao traço de pessoa, por exemplo, a forma gramaticalizada *você* integrou-se ao quadro pronominal como uma forma 2ª pessoa, embora a concordância com o verbo tenha mantido a especificação formal de 3ª pessoa da categoria-fonte.

Outro aspecto relevante relacionado a esse princípio diz respeito ao fato de *você* ter se implementado em alguns contextos sintáticos mais do que outros, criando aparentes idiosincrasias que se fixaram no quadro pronominal do português. A inserção de *você* se deu primeiramente na posição de sujeito e de complemento preposicionado oblíquo. *Você* e *tu* coexistem no singular e *vocês* é praticamente categórico no plural na posição de sujeito, nas demais posições, contudo, nem o pronome complemento *o/a/os/as* nem o possessivo *vosso* se mantiveram produtivos. No primeiro caso, se empregam com maior frequência *te* variando em menor escala com *você*, *lhe* e objeto nulo e, no segundo, o possessivo *seu* ao lado da forma perifrástica *de vocês*. Interessante ressaltar que Vitral e Ramos (2006) mostram que a redução fonética em *cê* só ocorre na posição de sujeito, enquanto *ocê* se combina a formas preposicionadas (29).

(29) Isso é *procê*.

Como afirma Company Company (2003) é um processo dialético permanente entre várias tendências ou motivações comunicativas que se complementam e se equilibram. Uma variante pode vencer a outra a partir de um emprego novo discursivamente motivado, gerando-se assim desequilíbrios e inovações. Nesse processo dialético de forças comunicativas e de tendências, ora conservadoras (outorgando estabilidade), ora inovadoras (desestabilizando e gerando mudanças), que se produzem fenômenos de gramaticalização.

4. De advérbios a conjunções

Processo também produtivo é a passagem de certos advérbios a conjunções, principalmente, os advérbios de valor espacial. Nesses casos, em termos estruturais o advérbio, grosso modo, perde sua liberdade sintagmática, passa a ocupar posições mais fixas ligando cláusulas. Os exemplos mais comentados dizem respeito ao *mal*, *mais*, *agora*, *já*, *em boa hora* > *embora*, *logo*, entre tantos outros que têm sido analisados à luz da gramaticalização.

Em latim, *mal* com suas declinações específicas já existia como substantivo (*malum*, *-i*), prefixo (*malevolentia*), adjetivo (*malus*, *-a*, *-um*) e advérbio (*male*). Atualmente, em português, ao lado do advérbio modal (30), tem-se o emprego de *mal* como conjunção temporal (31). O advérbio admite ainda certa mobilidade (32), ao passo que a conjunção ocupa, nesse caso, posição fixa encabeçando a oração. A alteração da ordem para pós-verbal, no caso da conjunção, nos leva a interpretar o item como advérbio (33):

(30) Ele falou *mal* de mim (= Ele não falou bem)

(31) *Mal* você saiu, ele chegou (= Assim que/no momento em que você saiu, ele chegou)

(32) Ele falou de mim (muito) *mal*

(33) Você (se) saiu *mal* (= Você não foi bem)

O elemento *agora* (DUQUE, 2002), por exemplo, surgiu da reanálise da expressão latina *hac hora* (= (*n*)esta hora). O primeiro elemento *hac* era um demonstrativo que indicava proximidade em relação ao falante e *hora* um substantivo. *Hac hora* era uma locução de ablativo que substituiu, regionalmente, no latim vulgar, o advérbio temporal *nunc* (neste momento) (CAmara Jr., 1975). O caráter temporal é mais perceptível que o espacial, embora a presença do demonstrativo na expressão latina situasse espacialmente a referência. Os limites entre espaço-tempo se imbricam na trajetória da gramaticalização como um processo de abstratização (do [+concreto] para o [+abstrato]) como se viu na discussão sobre o *ir* (verbo pleno – deslocamento/movimento no espaço) > *ir* (verbo auxiliar – deslocamento/movimento no tempo = noção de futuro). Uma escala *espaço* > (*tempo*) > *texto*¹⁶ se aplica com pertinência na gramaticalização de advérbios a conjunções. A trajetória proposta para a gramaticalização do *agora* pressupõe uma passagem de sua função exofórica (ou dêitica) em (34)¹⁷ para funções endofóricas – anafóricas (35) ou catafóricas (36) –, juntivas (37) e discursivas (38):

¹⁶ Ver Traugott e Heine (1991) e exemplos do português em Martelotta *et al* (2003, p. 49 em diante).

¹⁷ Moura Neves (2000, p. 266) apresenta diversos valores para o advérbio de tempo *agora*: a) neste momento (34a); b) na época atual; c) neste momento ou período, prolongando-se para o período imediatamente seguinte a este (34c); d) no momento imediatamente anterior a este (34b) e e) nos últimos tempos.

- (34) a. Estou saindo *agora*. [neste exato momento em que falo]
 b. *Agora* você falou uma coisa importante [antes ao momento em que falo]
 c. O que farei *agora*? [posteriormente ao momento em que falo]
- (35) O que você fez nesse fim de semana *agora*?
- (36) Na quinta-feira *agora* eu vou a João Pessoa.
- (37) Eu não gosto de serra, *agora* uma praia eu amo. [=mas – conjunção]
- (38) *Agora* Carlos, me fala uma coisa, você vai mesmo se mudar? [=marcador discursivo]

A oposição passado x presente reforçada pelo *agora* dêitico deve ter facilitado a sua interpretação como juntivo por conta das remissões feitas a tempos variados (anteriores ou posteriores ao momento em que falo)¹⁸: *antigamente eu era pobre (passado), agora eu melhorei de vida (presente)*.

O advérbio *já*, do latim *iam* “de modo imediato”, era uma um advérbio de natureza nominal denominado modal por assinalar “o modo de ser do evento”. A fluidez entre tempo e modo, nesse caso, não é tão nítida, como se vê em (39). Assim como acontece em *agora*, o advérbio *já* tem sido utilizado como juntivo¹⁹ estabelecendo oposição entre as idéias expressas nas cláusulas (40).

- (39) a. Os convites *já* chegaram (neste momento - tempo)
 b. Levante-se *já* daí! (rapidamente, imediatamente, logo ou neste momento?)
- (40) Gosto muito de ravioli, *já* meu marido só come talharim.

Vários advérbios também passaram a conjunções, perdendo a sua indicação espacial-temporal básica e concreta e passando a indicar relações textuais:

- (41) Depois que fui a este *logo* [do latim *locu* = lugar]
- (42) “A primeira natureza da poonba he que *em logo de* cantar geme” (Livro das Aves)²⁰ [do latim *loco*, forma reduzida de *in loco* = no lugar, ali mesmo]
- (43) a. É melhor ir *logo* falar com o médico.
 b. Aqui seu suco, tome *logo*.
- (44) Melhorei rápido, *logo* irei ao trabalho.

Em (41), tem-se um exemplo arcaico em que o valor adverbial locativo ainda mantém o sentido original do substantivo latino *locu*. Em (42), nota-se a abstratização do sentido espacial da expressão latina *in loco*. Não se trata de um espaço físico, mas de um espaço textual, pois se opõem duas ações (*cantar* x *gerner*). Em (43 a-b), *in loco* > *locu* assume outros valores como *de imediato*, *rapidamente*, *brevemente*. Tal uso se firma, em português moderno, uma vez que se perde o valor espacial, funcionando como advérbio de tempo. Moura Neves (2000) estabelece uma distinção, mesmo que tênue, entre o exemplo (43a) e o (43b). No primeiro, teríamos *logo* com sentido de “em tempo curto, sem demora” e no outro “em momento ou período seguinte bem próximo do presente momento”. Em (44), em uma primeira leitura, *logo* é interpretado como conjunção conclusiva, segundo a tradição gramatical, pois poderia ser substituído por *portanto*, *por conseguinte*. Apesar de considerar que “o elemento conclusivo *logo* está em estágio mais avançado” de gramaticalização, Moura Neves (2000, p. 241) não apresenta uma subdivisão para conjunções conclusivas como faz o ensino tradicional. Em sua *Gramática de Usos*, chama *porém*, *contudo*, *entretanto*, *portanto*, *então*, etc como advérbios juntivos de valor anafórico por ocorrerem

¹⁸ Análise proposta em Duque (2002, p. 79).

¹⁹ A tradição gramatical considera o emprego de *já* como conjunção alternativa: *já – já, ora – ora, quer – quer: já se deitava, já se levantava aos gritos*. A repetição, segundo Camara Jr. (1979, p. 187), indica intermitência no tempo. A correlação *ora – ora* originou-se de hora: *ora se deitava, ora se levantava*.

²⁰ Exemplo extraído de Martelotta et al (2003, p. 64).

numa oração ou sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior. Os três primeiros indicariam contraste e os dois últimos, conclusão.

Considerações finais: a gramaticalização e a metáfora da baleia

Como mencionado na Introdução, esse artigo propunha simplesmente apresentar conceitos básicos sobre gramaticalização aplicados a alguns fenômenos de mudança para os cursos de história da língua portuguesa. Não se trata de uma discussão ambiciosa com as vertentes mais atuais que discutem o fenômeno. O intuito era introduzir a questão nos cursos de graduação em Letras.

Como discutido no artigo, percebe-se que a análise da gramaticalização pressupõe uma questão de gradação que não atende a critérios específicos do fenômeno, mas sim aos critérios gerais de mudança linguística. Os itens lexicais ou construções, ao se tornarem mais gramaticais, perdem algumas das propriedades formais e semânticas do item-fonte, enquanto outros traços persistem nas formas gramaticalizadas. O curioso é que, mesmo nos processos de gramaticalização mais antigos ou “concluídos”, é possível identificar vestígios de estágios anteriores. Tal constatação foi discutida a partir da gramaticalização do verbo auxiliar *haver* em marca de futuro e na gramaticalização do nome *mente* que se tornou afixo formador de advérbios.

É preciso destacar ainda que toda proposta ou escolha feita não foi ingênua. Nesse artigo deu-se destaque aos princípios da persistência e da decategorização, observando os traços formais que se mantiveram e que se perderam ao longo do processo de mudança linguística por gramaticalização. Tal discussão foi mais profunda na análise de formas nominais que se pronominalizaram como é o caso de *a gente* e *você*. Como se viu, tais formas herdaram dos nomes originais a concordância verbal com a terceira pessoa, o que levou à reestruturação de todo o quadro pronominal por conta do empobrecimento do paradigma verbal e do maior preenchimento do sujeito no português brasileiro. A posição de sujeito parece ter sido o gatilho dessa mudança o que permite conjecturar a hipótese de que os itens lexicais requerem um contexto específico e uma determinada construção para que o processo de gramaticalização seja desencadeado (HEINE, 2003).

Para finalizar, cabe resgatar uma analogia bastante didática que já foi discutida em outro momento (LOPES, 2010). A relação entre linguística e biologia é bastante antiga e se propõe um paralelismo entre as duas áreas de conhecimento. O fenômeno da gramaticalização é considerado uma “metáfora da baleia”. O que isso quer dizer objetivamente? “Descobertas de esqueletos de baleias comprovam sua evolução a partir de um animal terrestre (semi-aquático). Os paleontólogos já comprovaram por sua morfologia e anatomia que as baleias primitivas tiveram patas traseiras que desapareceram quase por completo nas espécies modernas, além de membros anteriores que se tornaram as barbatanas dianteiras. O movimento da cauda feito verticalmente também está diretamente relacionado ao modo de vida terrestre de seus ancestrais quadrúpedes. Talvez alguma mudança climática violenta tenha tornado a comida terrestre escassa, forçando os animais a se adaptarem completamente ao meio aquático (fatores externos)” (LOPES, 2010). As baleias, por alguma razão, evoluíram de animais terrestres a marinhos, mas não perderam todas as suas características ancestrais, ou seja, não perderam suas “propriedades formais” como ocorre nos processos de gramaticalização aqui apresentados. É bom lembrar que as baleias sofreram um processo de mudança, mas não são peixes, pois mantiveram de estágios evolutivos anteriores alguns de seus traços primitivos, como o fato de serem mamíferos. A gramaticalização, como se vê, é uma baleia.

Referências bibliográficas

- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (Eds.). *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 602-623.
- CAMARA JR., J. Mattoso. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, nº 19, p. 25-64, 1997.
- COMPANY COMPANY, Concepción. ¿Qué es un cambio lingüístico? In: SOLER, Maria Ángeles; COLOMBO AIROLDI, Fulvia (Eds.). *Cambio lingüístico y normatividad*. México: Univ. Nac. Autónoma de México, 2003. p. 13-32.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio ‘Evite pronome’ no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUQUE, P. H. *O elemento agora sob o enfoque da gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, nº 13, p. 51-82, 1996.
- GIVÓN, T. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. *Syntax and Semantics*, v. 12: Discourse and syntax, p. 81-109, 1979.
- HARRIS, A. C.; CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMANN, Christian. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. *Lingua e Stile*, XX, 3, p. 303-318, 1985.
- LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. I. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Company, 1991. p. 37-80.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 275-314.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003.
- MARTELOTTA, M.; CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). *Linguística funcional - teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOURA NEVES, M. H. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SANDMANN, J. A. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ed. da UFRP, 1996.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v. 2. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1991.
- VIANNA, J. B. S. *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFGM, 2006.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In.: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

